



Orientação:



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

Do conhecimento à prática.

AGRADECIMENTOS

Desejo expressar os meus mais sinceros agradecimentos a todos os que, de uma forma ou de outra, me auxiliaram durante o meu percurso, desde que iniciei o Mestrado, até à conclusão da minha dissertação.

Antes de mais, um profundo agradecimento aos meus orientadores, o Professor Doutor Pascoal Pereira e o Dr. Pedro Ponte e Sousa, pelo seu minucioso e incansável trabalho, dando sugestões e fazendo comentários que muito me foram úteis durante a elaboração desta dissertação. Foi uma honra poder ter contado com profissionais tão competentes e disponíveis.

A eles e aos restantes docentes que me acompanharam neste Mestrado, os Professores Doutores André Pereira Matos, Tiago André Lopes e Professoras Doutoradas Rafaela Silva e Suhayla Khalil, agradeço a inspiradora dedicação que demonstraram à profissão, a amabilidade com que sempre me trataram a mim e aos colegas e os conhecimentos valiosos que transmitiram e que pude aplicar na minha investigação.

Aos meus colegas e às minhas colegas de Mestrado, pessoas brilhantes e certamente com um futuro auspicioso pela frente, agradeço o companheirismo, ajuda e partilhas de experiências, que tornaram a experiência neste Mestrado significativamente mais prazerosa do que seria de outra forma.

À minha família, em particular a minha mãe e as minhas irmãs, que permanecem uma fonte de inspiração e de força em tudo o que faço, e que, durante o meu percurso académico, tiveram de lidar com o ocasional mau humor e frustração que é inerente a qualquer luta para se conquistar algo que se deseja.

Aos meus amigos mais próximos, que nunca me deixaram sem uma palavra de apoio neste caminho, mesmo em alturas em que eu duvidei se isto seria sequer útil ou vantajoso para mim, me distraíram quando era mais proveitoso fazer uma pausa e que acreditaram no meu objetivo.

Por fim, o meu maior agradecimento vai para mim, por ter perseverado apesar das pontuais faltas de motivação e/ou vontade, por me ter conseguido focar na meta quando ainda parecia estar tão longe e por, no fundo de tudo, embora surjam dúvidas, incertezas, falhas e perdas, nunca me ter esquecido que faço isto por mim.

*«É de acordo com os ditames do tempo e do destino
que resolvemos abrir caminho para uma grande paz para todas as gerações futuras,
suportando o insuportável e sofrendo o insofrível.»*

Imperador Hirohito, discurso radiofónico
a anunciar a aceitação da rendição incondicional do Japão, 15/08/1945

*«A paz é algo muito parecido com o vidro. Quando bem polido e transparente, não temos
consciência da sua presença. E uma pequena rachadura pode passar despercebida por
algum tempo sem causar nenhuma mudança.»*

*Mas, antes que se perceba, a rachadura expande-se e o vidro, com o tempo, estilhaça com
um estrondo. É por isso que, dia após dia, devemos continuamente cultivar o hábito de
manusear o vidro com muito cuidado para que nenhuma rachadura se forme.»*

Shinzo Abe, Discurso do Primeiro-Ministro na
71.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, 21/09/2016

RESUMO

Esta dissertação analisa as estratégias discursivas utilizadas por líderes políticos para legitimar a expansão de capacidades de defesa em Estados com identidades pacifistas, com o foco no caso do Japão no período entre 2014 e 2024. O caso japonês é paradigmático devido aos constrangimentos constitucionais únicos do Artigo 9.º num contexto de perceção de uma crescente instabilidade regional e global.

Metodologicamente, o trabalho combina análise de discurso e análise de conteúdo através do software MAXQDA, examinando 227 discursos oficiais dos primeiros-ministros japoneses Shinzo Abe e Fumio Kishida. A codificação indutiva foi enquadrada teoricamente nas categorias de legitimação de Theo van Leeuwen.

A análise identificou seis estratégias principais que operam através de um duplo sistema complementar: as estratégias de justificação legitimam mudanças através da construção de necessidades relacionadas com ameaças e com valores universais, enquanto as estratégias de preservação tentam minimizar a resistência à mudança afirmando a continuidade da identidade pacifista. A análise de coocorrências validou esta distinção, revelando padrões sistemáticos. A distinção entre a Afirmação e a Adaptação do Pacifismo foi confirmada através de coocorrências radicalmente distintas. Eventos disruptivos, especialmente a invasão da Ucrânia em 2022, intensificam estratégias de justificação tentando preservar a identidade.

Esta investigação contribui para a literatura da área demonstrando como estratégias discursivas de legitimação, adaptadas do quadro de van Leeuwen, permitem mudanças significativas na política de segurança sem ocorrer rutura identitária. Ao articular um sistema duplo replicável e ao integrar análise quantitativa e qualitativa, oferece um enquadramento inovador para compreender a adaptação de identidades pacifistas a realidades do ambiente de segurança.

Palavras-chave: análise de discurso político; legitimação discursiva; política de segurança; identidade pacifista; Japão.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the discursive strategies that are used by political leaders in order to confer legitimacy to the expansion of defense capabilities in states with pacifist identities, focusing on the case of Japan between 2014 and 2024. The Japanese case is paradigmatic due to the unique constitutional constraints of Article 9 in a context of the perception of growing regional and global instability.

Methodologically, the work combines discourse analysis and content analysis using the MAXQDA software, examining 227 official speeches by Japanese Prime Ministers Shinzo Abe and Fumio Kishida. Inductive coding was theoretically framed within Theo van Leeuwen's legitimation categories.

The analysis was able to identify six main strategies that operate through a dual, complementary system: justification strategies legitimize change by constructing needs related to threats and universal values, while preservation strategies attempt to minimize resistance to change by affirming the continuity of the pacifist identity. Co-occurrence analysis validated this distinction, revealing systematic patterns. The distinction between the Affirmation and Adaptation of Pacifism was confirmed through radically different co-occurrences. Disruptive events, especially the 2022 invasion of Ukraine, intensify justification strategies while attempting to preserve the identity.

This research work contributes to the literature by demonstrating how discursive legitimation strategies, adapted from van Leeuwen's framework, allow for significant changes in security policy without identity rupture. By articulating a replicable dual system and integrating quantitative and qualitative analysis, it offers an innovative framework for understanding the adaptation of pacifist identities to the realities of the security environment.

Keywords: political discourse analysis; discursive legitimation; security policy; pacifist identity; Japan.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
I. REFERENCIAL TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA	1
Pacifismo.....	2
Construção de Identidades.....	5
Perceção da Ameaça.....	7
Discursos e Securitização.....	10
Legitimação Discursiva.....	12
Militarização	14
II. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	18
III. ESTUDO DE CASO: ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA DO JAPÃO.....	24
Japão Pós-Segunda Guerra Mundial: a Génese do Pacifismo e as doutrinas de Yoshida e Fukuda	24
Japão Pós-Guerra Fria: desafios à doutrina de Yoshida e <i>Soft Power</i>	29
A doutrina e o legado de Abe	33
Manutenção do Pacifismo: Opinião Pública e o Papel dos <i>Media</i>	39
Enquadramento das Perceções de Ameaça	44
IV. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	48
a) Apresentação Geral dos Dados	48
b) Análise por Estratégias de Legitimação.....	49
1. Apelo à Ameaça Externa	52

2.	Normas e Valores Universais e Responsabilidade Internacional	59
3.	Legalidade Constitucional e Mudanças Incrementais.....	65
4.	Mobilização da Identidade Pacifista	70
5.	Memória Histórica e Emoções Nacionais	76
6.	Narrativas Estratégicas.....	82
c)	Análise de Coocorrências entre Estratégias e Códigos.....	87
1.	Apelo à Ameaça Externa	87
2.	Normas e Valores Universais e Responsabilidade Internacional	87
3.	Legalidade Constitucional e Mudanças Incrementais.....	88
4.	Mobilização da Identidade Pacifista	89
5.	Memória Histórica e Emoções Nacionais	90
6.	Narrativas Estratégicas.....	91
V.	CONCLUSÕES	93
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	104
	ANEXOS.....	128
	Anexo 1: Gráficos da evolução temporal do agregado dos códigos associados às estratégias	128
	Anexo 2: Tabelas de coocorrências entre estratégias e códigos	134
	Anexo 3: Lista de Discursos Analisados.....	140
	Anexo 4: Relevância Temática, Contexto e Público-Alvo dos Discursos.....	177
	Anexo 5: Códigos Identificados por Discurso	214

INTRODUÇÃO

A invasão russa da Ucrânia em 2022 constituiu um evento catalisador para uma série de transformações na forma como diversos Estados formulam as suas políticas de defesa, evidenciando a fragilidade do paradigma de segurança estabelecido desde o final da Guerra Fria, nomeadamente pela constatação da ausência de mecanismos eficazes para a preservação da paz (Dzvinchuk & Radczenko, 2024, p. 69). Em 2023, um novo conflito no Médio Oriente, a guerra entre Israel e grupos armados palestinianos em Gaza, reacendeu uma crise não resolvida há mais de sete décadas (Ben-Meir, 2023, p. 491). Esta "década perigosa" é marcada por uma multiplicidade de ameaças, sejam elas novas ou persistentes, num contexto em que os Estados Unidos da América, potência hegemónica desde a Segunda Guerra Mundial, atravessam uma fase de retraimento interno, diminuindo o seu envolvimento externo e contribuindo para o enfraquecimento da ordem liberal internacional (Haass, 2023), refletido em políticas como a "America First" de Donald Trump (Özekin & Sune, 2023, p. 438).

Consequentemente, tem-se assistido a uma crescente preocupação com questões militares, algo patente, por exemplo, no compromisso assumido pelos membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO) de alocar 5% do seu PIB à defesa até 2035 (North Atlantic Treaty Organization, 2025) ou no plano de rearmamento europeu, apresentado pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, com a proposta de mobilização de cerca de 800 mil milhões de euros para "desenvolver as capacidades e a prontidão militar necessárias para dissuadir de forma credível a agressão armada e garantir o...próprio futuro [da UE]" (Comissão Europeia, 2025).

Na Ásia-Pacífico, a China tem vindo a expandir a sua influência através do reforço das suas capacidades militares (Mattelaer & Masuda, 2024) e da adoção de uma postura mais assertiva, nomeadamente no Mar do Sul da China (Zhao, 2020, p. 502). A questão de Taiwan, cuja reintegração é objetivo declarado de Pequim até 2046, assume centralidade no contexto da crescente aproximação entre Taipei e os EUA, algo que poderá ultrapassar as "linhas vermelhas" da China e inviabilizar uma reunificação pacífica (Fravel, 2023, p. 21), sendo, portanto, considerada uma das principais ameaças à estabilidade internacional (Sarmah, 2024, p. 5). O agravamento destas tensões impulsionou um aumento global dos investimentos em defesa, particularmente em 2022, com destaque para os países do Sudeste Asiático (Tian et al., 2023, p. 555-556).

Neste cenário de insegurança crescente, torna-se pertinente questionar como reagem Estados cuja identidade política se encontra fortemente ancorada em valores pacifistas. O pacifismo, enquanto construção identitária baseada em normas culturais e narrativas históricas, influencia profundamente a formulação de políticas externas e de defesa, definindo o nível de envolvimento militar e medidas na área de defesa que o Estado irá empreender. O contexto de insegurança não é um fenómeno novo: historicamente, o mundo tem sido marcado por momentos de insegurança. Após a Segunda Guerra Mundial, o período da Guerra Fria (1947-1991) foi marcado por vários conflitos, mas a

natureza dessas ameaças era, em muitos casos, previsível, com blocos claramente definidos. O perigo, portanto, não é uma novidade, mas os tipos de ameaças que o sistema internacional enfrenta mudaram com o tempo.

O que pode tornar o momento atual mais problemático é o caráter difuso e imprevisível das ameaças (Ostaszewski, 2019, p. 91). Em contraste com a bipolaridade da Guerra Fria, onde os EUA e a URSS dominavam, a atual configuração mundial com várias potências disputando influência cria um tipo de instabilidade nova e imprevisível (Magen & Richemond-Barak, 2021, p. 1244). Para além disso, a natureza das guerras modernas, que muitas vezes envolvem conflitos híbridos combinando guerra convencional, cibernética e desinformação, torna as ameaças ainda mais difíceis de avaliar e mitigar (Khan & Awais, 2025, p. 3006). A configuração atual do sistema internacional, caracterizada pela imprevisibilidade, fragmentação regional e pelo recurso a formas híbridas de guerra, apresenta desafios inéditos (Haken, 2025, pp. 9-10) e levanta, portanto, a questão de como Estados com identidades pacifistas legitimam discursivamente o recurso a políticas de segurança de caráter mais militarizado.

A questão de investigação que norteia esta dissertação é: «De que forma os Estados com identidades pacifistas utilizam estratégias discursivas para legitimar a expansão de capacidades de defesa em resposta à perceção de ameaças externas?». Esta pergunta procura compreender como as identidades e ameaças são socialmente e discursivamente construídas por atores políticos e como estas moldam, em resposta, a política de segurança dos Estados. A legitimação mencionada refere-se ao processo pelo qual o locutor (neste caso, os líderes políticos) justifica algum tipo de comportamento, sendo acionado por via de argumentação, racionalizando e explicando certas "ações, ideias, pensamentos e declarações" e tentando, conseqüentemente, obter o apoio do público ao qual apresenta os argumentos (Reyes, 2011, p. 782). Os agentes políticos transformam um assunto num problema de segurança através de "políticas discursivas" (Balzacq, 2011, p. 1), ou seja, comunicações sobre "ameaças existenciais" que abrem a possibilidade para empreender medidas, por vezes extraordinárias, para mitigar a sensação de insegurança (Balzacq, 2011, p. 17).

A investigação toma como estudo de caso o Japão, cuja constituição pacifista e trajetória enquanto "nação amante da paz" têm sido, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, elementos centrais da sua identidade política e diplomática. Contudo, o agravamento do ambiente de segurança na região Ásia-Pacífico e, mais recentemente, a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022, suscitaram mudanças significativas nos discursos e práticas políticas de defesa do país. Esta escolha justifica-se pela singularidade do caso japonês: um Estado com identidade pacifista constitucional que enfrenta pressões geopolíticas crescentes na sua região, oferecendo um caso ideal para compreender os mecanismos de legitimação discursiva em contextos de tensão entre identidade e imperativos de segurança.

Inserido numa perspetiva construtivista das Relações Internacionais, este estudo parte do pressuposto de que as identidades e interesses dos Estados não são dados objetivos, mas sim socialmente construídos e sujeitos a transformação através de práticas discursivas. Nesse sentido, a análise centra-se nos discursos dos primeiros-ministros Shinzo Abe e Fumio Kishida, entre 2014 e 2024, com o objetivo de compreender as formas pelas quais o pacifismo é reinterpretado, afirmado ou mesmo adaptado para permitir a adoção de uma postura mais assertiva em matéria de segurança e defesa. O estudo examina como essas medidas são justificadas discursivamente como respostas "inevitáveis" à mudança no ambiente de segurança, utilizando o discurso para manter a legitimidade interna e internacional de uma identidade pacifista em transição.

Metodologicamente, a investigação combina análise de discurso e análise de conteúdo, apoiada pelo software MAXQDA. Foram examinados 227 discursos oficiais de Abe e Kishida, de um universo de 785 no período em análise, presentes na página oficial do governo japonês, selecionados segundo critérios de relevância temática, detalhados no Anexo 4, e codificados de forma indutiva. Da análise emergiram seis estratégias principais de legitimação discursiva: apelo à ameaça externa; normas e valores universais e responsabilidade internacional; legalidade constitucional e mudanças incrementais; mobilização da identidade pacifista; memória histórica e emoções nacionais e narrativas estratégicas. A análise das estratégias discursivas baseia-se no quadro teórico de van Leeuwen (2008) sobre legitimação, adaptado ao contexto japonês: partindo das categorias apresentadas pelo autor e comparando com as estratégias que emergiram da análise dos discursos, com base nos elementos essenciais para as questões de segurança e defesa no Japão que foram retirados da revisão da literatura (elencados no capítulo dedicado à Metodologia da Investigação), foi possível encontrar pontos comuns, o que comprova a aplicabilidade do referencial teórico de van Leeuwen.

As estratégias de legitimação distinguem-se de justificações pontuais pela sua natureza sistemática, recorrente e estruturada, operando através de padrões discursivos identificáveis que transcendem eventos específicos. Os discursos foram selecionados com base na presença de terminologia relacionada com segurança, defesa e identidade pacifista, complementada por relevância contextual para desenvolvimentos políticos do período. O foco central da análise recai sobre como a contradição aparente entre identidade pacifista e expansão militar é gerida retoricamente através de estratégias discursivas específicas.

A investigação assenta nas seguintes hipóteses:

1. a legitimação de mudanças militares em Estados pacifistas opera através de múltiplas estratégias discursivas com funções complementares, não através de um mecanismo único;
2. o pacifismo japonês é simultaneamente mobilizado como autoridade normativa que preserva a identidade japonesa e reconfigurado discursivamente como justificação para a adoção de políticas de defesa mais robustas;

3. eventos disruptivos internacionais intensificam o recurso a estratégias de legitimação e podem alterar os padrões de enquadramento das ameaças;
4. embora exista continuidade entre os governos de Shinzo Abe e Fumio Kishida no processo de transformação gradual da política de defesa japonesa, os líderes privilegiam diferentes estratégias conforme os seus respetivos perfis e contextos políticos.

A literatura sobre legitimação discursiva em política de segurança tem-se desenvolvido significativamente nas últimas décadas, particularmente através dos trabalhos elaborados pela Escola de Copenhaga sobre a securitização (Buzan, Waever & Wilde, 1998) e dos estudos de análise crítica do discurso aplicada às relações internacionais. No contexto específico do Japão, diversos estudos têm analisado a evolução da política de segurança japonesa (Oros, 2015; Sakaki, 2015; Easley, 2017; Heginbotham et al., 2023), bem como as transformações na interpretação constitucional (Yamamoto, 2017; Miller, 2023; Doyle, 2024).

Contudo, existe uma lacuna significativa na literatura no que se refere à análise sistemática das estratégias de legitimação discursiva utilizadas por Estados com identidades pacifistas constitucionais para justificar mudanças na política de defesa. Embora estudos anteriores tenham explorado as mudanças na política de segurança japonesa (Oros, 2017; Cho, 2022) ou analisado aspetos específicos do discurso político japonês (Azuma, 2023; Wang, 2025), não existe uma análise comparativa que examine de que forma diferentes primeiros-ministros utilizam estratégias de legitimação para tentar equilibrar as suas políticas com os constrangimentos pacifistas impostos pela Constituição, a opinião pública e os imperativos securitários que se colocam por ameaças externas percecionadas.

Esta investigação pretende preencher esta lacuna através de uma abordagem metodológica que combina análise quantitativa de padrões discursivos temporais com análise qualitativa das estratégias de legitimação, posteriormente associadas ao enquadramento teórico de van Leeuwen, de modo a evidenciar como estes mecanismos se manifestam no contexto japonês.

A originalidade desta investigação reside em quatro dimensões principais. Primeiro, desenvolve uma tipologia de seis estratégias de legitimação características do contexto pacifista japonês, contribuindo para o refinamento da teoria de legitimação discursiva. Segundo, oferece uma análise comparativa sistemática entre os discursos de Abe e Kishida no período crítico de 2014 a 2024, permitindo identificar continuidades e ruturas nas estratégias de legitimação. Terceiro, propõe uma metodologia híbrida que combina análise temporal quantitativa com análise qualitativa teoricamente fundamentada, oferecendo um modelo replicável para estudos similares noutros contextos. Quarto, através da aplicação e adaptação das categorias de legitimação discursiva de van Leeuwen (2008) ao contexto específico de Estados pacifistas, apresenta-se uma análise

comparativa e sistemática de dois líderes centrais na política de segurança recente do Japão.

Importa reconhecer que existem certas limitações nesta investigação. Primeiramente, o facto de a análise se centrar exclusivamente em discursos oficiais dos primeiros-ministros, não contemplando outros atores políticos relevantes (algo que é justificado no capítulo da Metodologia) ou a receção pública destes discursos pode ser visto como uma fraqueza. Esta decisão decorre, no entanto, da necessidade de delimitar o âmbito da investigação, privilegiando a análise sistemática e comparativa dos discursos oficiais dos primeiros-ministros. Ao reduzir o foco a este campo específico, tornou-se possível desenvolver uma análise aprofundada e consistente, sem dispersar recursos em múltiplos atores ou dimensões contextuais. O foco temporal de 2014 a 2024, embora constitua um período extenso e seja justificado pelos desenvolvimentos geopolíticos críticos, pode não captar transformações de longo prazo. Adicionalmente, o estudo de caso único, apesar da sua profundidade analítica, limita a generalização dos resultados para outros Estados com identidades pacifistas.

A investigação propõe-se, assim, a contribuir para a compreensão da resiliência e transformação das identidades pacifistas em contextos de insegurança internacional, bem como para os debates mais amplos sobre o papel da linguagem política na formulação de políticas de segurança. Ao analisar a forma como um Estado pacifista tenta gerir os seus constrangimentos identitários e as necessidades provenientes dos imperativos securitários, o estudo oferece informação sobre os mecanismos discursivos através dos quais as identidades nacionais são adaptadas para responder a desafios geopolíticos emergentes, contribuindo para a literatura sobre construtivismo, securitização e política externa japonesa.

Esta dissertação organiza-se em cinco capítulos principais. O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico e revisão de literatura sobre construtivismo, securitização e legitimação discursiva, entre outros conceitos relevantes. O segundo capítulo detalha a metodologia de investigação, incluindo critérios de seleção dos discursos, processo de codificação e o enquadramento analítico. O terceiro capítulo contextualiza historicamente a evolução da política de segurança japonesa e a construção da identidade pacifista desde a sua origem, no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, até aos mandatos de Shinzo Abe e Fumio Kishida. O quarto capítulo apresenta e analisa os resultados organizados pelas seis estratégias de legitimação identificadas e as coocorrências entre elas. Por fim, o quinto capítulo discute os resultados à luz da literatura teórica e apresenta as conclusões principais, limitações da investigação, implicações para a teoria e sugestões para investigações futuras.

I. REFERENCIAL TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA

O Construtivismo nas Relações Internacionais oferece uma abordagem teórica sólida para entender como as ameaças à segurança não são apenas forças objetivas e externas, mas sim construções sociais e discursivas. Esse campo de estudo propõe que as ameaças são moldadas e definidas por meio de discursos, narrativas e interpretações que, por sua vez, têm impactos profundos nas políticas de segurança de um Estado, como referem os trabalhos de Krause (1998) e de Browning & McDonald (2011). Este trabalho de investigação tem como objetivo analisar de que forma, utilizando práticas discursivas, é justificada a aplicação de medidas de carácter militarista e a adoção de políticas de defesa mais proativas em Estados com identidades fortemente pacifistas.

O construtivismo enfatiza que as identidades, normas e valores desempenham um papel fundamental na formação dos interesses dos Estados, que não são fixos nem predeterminados. Em vez disso, esses interesses são moldados pelo processo dinâmico de interação com outros atores internacionais (Agius, 2022, p. 4). A identidade de um Estado é suscetível à mudança conforme ele interage com o ambiente externo e responde às influências internas, refletindo um processo contínuo e não linear de construção social (McCourt, 2022, p. 33).

As normas, por sua vez, são respeitadas pelo Estado, não só quando lhes é conveniente, mas também após serem internalizadas na sua própria identidade (Alexandrov, 2003, pp. 35-36). No caso do Japão, assistimos a um tipo de pacifismo identitário e instrumental: identitário porque foi assumido, após a Segunda Guerra Mundial, como característica intrínseca do comportamento nacional, refletindo-se, não só na sua Constituição, como também no sistema de educação (Kim & Kawaguchi, 2021, p. 2) e no discurso político; é simultaneamente instrumental porque foi utilizado para aperfeiçoar a imagem regional e internacional do Japão após as atrocidades cometidas no período imperial (Govindasamy, 2023, p. 57) e de forma a promover o crescimento económico, o chamado “milagre japonês”, desde o final da Guerra até ao início da década de 90 (Beckley et al., 2018).

A ideia de securitização pressupõe que, face a uma ameaça considerada existencial, são tomadas medidas particulares e extraordinárias que “transcendem o espaço político normal”, ou seja, conferem ao governo e às instituições políticas poderes alargados que não seriam considerados admissíveis no processo democrático habitual (Jakniunaite, 2014, pp. 37-38). As ameaças nascem a partir do que é proferido por decisores políticos e, seguidamente, as questões tornam-se problemas de segurança, i.e., essas questões são securitizadas (Jakniunaite, 2014, p. 37). No caso do Japão, estas narrativas são sucessivamente utilizadas para justificar reinterpretções do Artigo 9.º da Constituição e, conseqüentemente, permitir uma postura militar mais assertiva. Também as normas de segurança globais moldam as políticas de Estados como o Japão e a Alemanha, na forma como se assiste a uma pressão acrescida para os Estados que fazem

parte de alianças como a NATO ou a Aliança EUA-Japão de adotarem uma abordagem mais militarizada a estes problemas.

A identidade desempenha um papel essencial: os problemas de segurança encontram-se “fortemente relacionados à identidade e a distinção eu/outro”, em que o outro se afigura como a causa principal da insegurança e o eu constitui o objeto concreto da segurança (Mikail & Aytakin, 2016, p. 343). As representações e os discursos de segurança determinam a identidade, o que permite adotar uma política específica ou “legitimar atores particulares como provedores de segurança” (Browning & McDonald, 2011, p. 236). A segurança apresenta-se, assim, como um conceito sujeito a uma construção social e quem controla a narrativa sobre este tópico ganha uma vantagem considerável politicamente (Browning & McDonald, 2011, p. 236). De acordo com Berenskötter (2023, p. 19), a identidade não é nada mais do que “uma tentativa contínua de localizar de forma significativa o eu e o outro”, particularmente enquadrada na temporalidade do ser.

Para o construtivismo, são os “discursos de perigo” que fazem parte do processo em que uma ameaça é utilizada para “securitizar” a identidade coletiva da sociedade (Krause, 1998, p. 312). A ordem política está contida na linguagem e instituições e é expressa através de atos discursivos (Pedersen, 2009, p. 8).

A teoria construtivista poderá ser útil para investigar o processo de manutenção da identidade pacifista de um Estado, ainda que, discursivamente, se possa assistir a uma linguagem com características mais militarizadas, de necessidade de reforço das capacidades de defesa face a ameaças externas. Aqui, a análise de discursos e da forma como os atores políticos relevantes enquadram essas ameaças, bem como a avaliação dos interesses políticos por detrás das mensagens, poderão conduzir à execução de um trabalho robusto que possa dar resposta à pergunta de investigação proposta.

Dado que esta investigação toca em vários pontos das Relações Internacionais, são várias as áreas de estudo que poderão ser abordadas no decurso do trabalho o que, conseqüentemente, implica uma revisão abarcante da literatura existente.

Pacifismo

O pacifismo foi, ao longo de várias décadas, um conceito negligenciado nas Relações Internacionais, devido, em grande parte, à pressuposição de que é um conceito imbuído de uma certa ingenuidade, podendo mesmo ser perigoso, pela aparente passividade perante agressividade (Jackson et al., 2020, p. 1).

Durante a Primeira Guerra Mundial, os pacifistas eram acusados de fomentarem “um espírito de cobardia”, não tendo em consideração que, quando a diplomacia falha, “apenas a guerra poderá decidir” questões relacionadas com conflitos (Brown, 1915, p. 60-61), tendo sido mesmo apelidados de “traidores ao seu país e à humanidade” por Theodore Roosevelt, presidente dos Estados Unidos da América, no seu livro “The Foes

of Our Own Household”, de 1917 (Roosevelt, 1917, p.15). No período entreguerras, o pacifismo teve uma expressão mais visível pela sua influência na criação de instituições como a Sociedade das Nações e o Tribunal Internacional de Haia. No entanto, a eclosão da Segunda Guerra Mundial desferiu mais um revés ao pacifismo, pela sua aparente incapacidade de “evitar a deterioração da situação” que estava a emergir na Europa (Ferreira, 1990, p. 123). Neste contexto de nova guerra a escala internacional, George Orwell, relaciona a ideia de pacifismo com “uma ilusão burguesa proveniente do dinheiro e da segurança”, visto que, na sua perspetiva, seria impossível estar-se alienado de uma guerra como esta (Orwell, 1942).

Torna-se evidente, portanto, que, no início do século XX, o pacifismo não tinha capacidade para se desenvolver entre conflitos tão destrutivos como as duas grandes guerras, “rejeitado e ridicularizado” numa altura em que qualquer dúvida sobre a relevância da guerra era considerada “herética” (Ryan, 2023, p. 65), muito embora tenha sido durante este período que o ativismo a ele associado surgiu de forma mais marcada (Larrarte, 2022, p. 88).

Este estigma que o pacifismo sofre mantém-se inclusivamente nos dias de hoje, em que vários conflitos dificultam a sua aceitação. Isto embora, mais do que nunca, as consequências da guerra, particularmente na Ucrânia e no Médio Oriente, serem tão facilmente difundidas para todo o mundo, como o seu carácter altamente destrutivo e determinante na perceção de insegurança e o facto de que um maior poderio a nível militar não se traduz necessariamente em sucesso no campo de batalha e devido à sua incapacidade de resolver problemas políticos (Jackson, 2023, p. 31). Considera-se também que há um risco de destruição de Estados pacifistas, visto que a lei internacional não é suficientemente forte para providenciar a segurança necessária à sobrevivência do Estado, uma característica que poderá ser explorada pelos rivais e criticada pelos aliados, que o irão acusar de se aproveitar deles para a sua segurança, sem contribuir nada em troca (o chamado *freeriding*) (Easley, 2017, p. 66).

São atribuídas diversas definições ao pacifismo, com McMahan (2010, p. 44) a distinguir entre um pacifismo mais regular e outro mais específico ao contexto de guerra, afirmando que o seu significado poderá implicar uma perspetiva de que qualquer tipo de violência é errado, independentemente de ser para autodefesa ou defesa de outrem, ou, por outro lado, uma ideia de que recorrer à guerra e participar na mesma é fundamentalmente errado. De forma geral, o pacifismo é associado a um “compromisso de fazer a paz que rejeita meios violentos para atingir esse fim” (Fiala, 2023)².

² O conceito de paz é aplicado de diferentes formas em variadas correntes: na conceção realista, a guerra afigura-se como a regra e não como exceção: o potencial para a eclosão de conflitos é uma constante, visto que a colisão de interesses distintos entre os Estados poderá sempre levar à guerra. Já o liberalismo assume que é possível obter a paz através de um maior nível de interdependência económica, valores partilhados, segurança coletiva e instituições que reúnam Estados com vista a um propósito comum. O marxismo, com o seu foco nas condições económicas das “classes subjugadas”, defende que a paz é atingida através do desmantelamento das estruturas que permitem o domínio económico de uma entidade (Estados, indivíduos ou grupos) sobre outra e admite que, para tal, poderá ser necessário entrar em conflito, visto que uma transformação de tal ordem dificilmente conseguirá ser alcançada através de meios pacíficos (Sousa, 2018, pp. 11-12). Fiala (2018, p. 1) compara o pacifismo ao feminismo, na medida em que ambos procuram, como teorias críticas, alertar para

O pacifismo como conceito filosófico não é monolítico: são diversas as variantes que podem ser mencionadas dentro deste conceito³. Grande parte da literatura existente apresenta as identidades pacifistas como conceitos estáticos, influenciados por fatores normativos e culturais. Cai (2008), por exemplo, demonstra que o pacifismo japonês, apesar de apresentar uma robustez considerável, enfrenta cada vez mais desafios à sua estabilidade com o clima de insegurança regional e global.

Verifica-se, por vezes, alguma sobreposição entre conceitos que aparentam ser sinónimos, mas que, na verdade, se referem a situações distintas: pacifismo, não-violência e neutralidade. Holmes, 2013 (citado por Gay, 2019, p. 138) define pacifismo como a oposição à guerra, enquanto a não-violência, tal como o nome indica, se refere à oposição à violência: por outras palavras, é possível para um pacifista se opor à guerra sem necessariamente ser contra outras formas de violência, em situações específicas em que poderá acreditar na legitimidade de uso de meios violentos, para manter a ordem interna no país ou em casos de autodefesa (Christoyannopoulos, 2023, p. 4). A ideia de que o pacifismo é integralmente antitético à violência como refere Jackson (2021, p. 113) é associada apenas a uma das muitas variantes do pacifismo, classificada até como rara por Christoyannopoulos (2023, p. 4).

Neutralidade pressupõe o não envolvimento de um Estado num conflito ou guerra, bem como a sua rejeição de participar em alianças militares e/ou colocar o seu território à disposição de exércitos estrangeiros para a condução de atos bélicos, o que contraria a asserção de que “a neutralidade se iguala a fraqueza e pacifismo”, visto que, de forma a conseguirem “manter a sua posição independente”, estes Estados têm de ser militar e ideologicamente fortes (Gärtner, 2024, p. 186)⁴.

problemas sistémicos da sociedade a nível estrutural, cultural e institucional, porém, enquanto o foco feminista encontra-se no domínio masculino, o pacifismo concentra-se na violência.

³ Diversos autores mencionam diferentes tipos de pacifismo, por exemplo:

pacifismo absoluto e condicional: o absoluto é compreendido como uma rejeição total da guerra e da violência e não admite qualquer exceção (Fox, 2013, p. 212), enquanto o condicional se refere à ideia de que a guerra só poderá ser justificada moralmente se não causar prejuízo significativo ou morte a inocentes (Parkin, 2018, p. 194)

o “máximo” e o “mínimo” rejeitam a guerra nuclear e o conflito pleno entre Estados, mas diferem em situações como guerras civis e intervenção humanitária, com o “máximo” a “rejeitar qualquer uso de força militar”, inclusive como ato de defesa contra ditadores ou face a violações de direitos humanos, algo que o “mínimo” já poderá contemplar (Fiala, 2023).

O pacifismo universal condena de maneira incondicional a guerra e o sistema que a alimenta, enquanto o particular assume apenas a rejeição e oposição pessoal ao sistema de guerra (Anta, 2021, p. 177), não proveniente de uma ideia generalizada de que o pacifismo é um dever moral de todos (Fiala, 2023).

O pacifismo pragmático é um tipo de pacifismo que baseia a sua adoção a partir da sua eficácia estratégica (Oliveira, 2016, p. 12), enquanto o pacifismo de princípios se debruça sobre os conceitos de certo e errado para avaliar a forma da sua aceitação (Oliveira, 2016, p. 6).

O pacifismo institucional salienta o papel das instituições supranacionais na manutenção da paz (Mišević, 2010).

⁴ Goetschel (2020, p. 527-528) distingue duas vertentes da neutralidade, uma influenciada pelo realismo, na medida em que a neutralidade confere a Estados mais pequenos o direito à sua exclusão de conflitos militares e, deste modo, ser possível preservarem a sua independência e expressarem a sua soberania e outra mais idealista, de renúncia à guerra e de empreender esforços para regular o uso da força nas relações entre os Estados, algo que se aproxima da conceção pacifista de oposição à guerra. O caso da Suíça é claramente ilustrativo desta distinção entre neutralidade e pacifismo: a célebre neutralidade suíça não deverá ser confundida com “pacifismo radical”, sendo que este Estado pratica algo definido como “neutralidade armada”, em que, tal como referido anteriormente, a manutenção da neutralidade por parte do Estado implica um aumento das suas capacidades bélicas, com o propósito de se poder defender de potências mais fortes (Cohen, 2022, pp. 11-12).

Construção de Identidades

A identidade é considerada um conceito-chave na formação de ambientes de segurança. Ela denota a conceção de individualidade e diferenciação que o Estado projeta em contextos internacionais, ou seja, o que é e o que representa, sendo alterada ao longo do tempo através das relações e interações com outros Estados e agentes internacionais (Ashizawa, 2008, p. 575).

A identidade não é, portanto, algo estático, muda através de interações com outros agentes do sistema internacional e da aprendizagem social. Wendt utiliza o conceito de “identidade corporativa”, imutável, intrínseca do próprio Estado e que funciona de forma independente de influências externas, que serve de plataforma para outros tipos de identidade, e “identidades sociais”, que podem ser variadas e que apenas existem em relação a outros. Mudanças de identidade podem ocorrer através de “esforços conscientes” através de uma “autorreflexão crítica” do próprio Estado (Wendt, 1996, citado por Zehfuss, 2001, p. 322) ou por meio de eventos históricos com um impacto tão avassalador para o Estado que acaba por levar a transformações profundas na identidade, bem como nos interesses do Estado, sendo estes resultantes das próprias identidades e estando intimamente ligados à definição da política externa.

Estas identidades têm um impacto evidente na maneira como os Estados se afirmam no sistema internacional, como agem e como reagem às situações que lhe são apresentadas neste contexto (Mendes, 2018, pp. 465-467). Os seus interesses e as práticas de política externa que os apoiam são largamente determinados pelas identidades que os Estados constroem, bem como o contexto em que estão inseridos no sistema internacional (Behravesch, 2011).

Ashizawa (2008), por sua vez, alega que o interesse de um Estado é um conceito muito genérico e “traíçoeiro”, pela sua versatilidade para os agentes políticos: certos objetivos são concebidos em função dos interesses e, concomitantemente, esses objetivos são referidos como os próprios interesses do Estado. O autor prefere, em vez disso, o conceito de “valor”: o valor que os atores que representam o governo de um Estado reconhecem é que os irá levar a adotar uma preferência relativa à maneira como o Estado lida com matérias de política externa. Tal irá posteriormente permitir a formulação de ações que vão ao encontro dessa preferência, ações essas que podem envolver discursos sobre política externa ou uso do poder militar do Estado. Resumindo, “as identidades proporcionam os valores; os valores surgem a partir das identidades”.

As identidades são, conforme defendem os construtivistas, suscetíveis de ser alteradas, não sendo este, no entanto, um processo imediato. O caso da Suécia ilustra como o conceito de neutralidade, algo que era considerado intrínseco e inabalável da identidade desse Estado, foi considerado obsoleto após o final da Guerra Fria. No entanto, foram os esforços por parte do primeiro-ministro sueco entre 1991 e 1994, Carl Bildt, de alinhar as políticas do Estado com as do resto da Europa, que trouxeram a neutralidade para o debate público, perdendo o seu estatuto de assunto tabu. (Agius, 2006, p. 183).

Todd (2018, p. 89) apresenta duas áreas de investigação relacionadas com a relação contraditória entre mudança e continuidade em questões de identidade que poderão ser úteis: a mudança morosa no significado da identidade nacional e nos valores populares e as alterações repentinas, provenientes de adoção de políticas enquadradas nas relações entre Estados, influenciadas por interesses, crises ou eventos de maior importância.

O aspeto social da identidade e a sua existência em relação aos outros implica que, para um Estado ser capaz de agir de forma confiante e segura, essa identidade tem de ser reconhecida pelos outros agentes; caso contrário, essa recusa de reconhecimento, muitas vezes proveniente de uma completa falta de ligação entre a identidade própria do Estado e as suas ações, pode levar à necessidade de rejeitar essa identidade e construir uma nova (Gustafsson, 2015, pp. 120-121).

A autoidentidade do Estado, portanto, comporta tanto a maneira como se vê a si próprio como a forma como quer ser visto pelos outros. Quando um Estado, que procura manter uma conceção estável do papel que desempenha, papel este formado a partir de uma narrativa que justifica as suas ações a nível de política externa, se apercebe que estas ações não correspondem ao seu sentido de autoidentidade, o Estado encontra-se perante uma crise de segurança ontológica, que acaba por ser mais importante do que a sua segurança física, visto que é a primeira que afirma a sua existência física, bem como a sua autoidentidade (Steele, 2008, pp. 2-3). Esta segurança ontológica apresenta-se como um conceito chave para o estudo das identidades: proveniente das ciências sociais como a psicologia e sociologia, esta expressão define-se como a procura por um “sentido de continuidade e estabilidade” das autoidentidades (Balkan-Şahin & Çetiner, 2025, p. 251), a necessidade por parte de um indivíduo de possuir uma identidade estável e coerente, de sentir que pertence ao ambiente no qual está inserido e que esse ambiente seja suficientemente previsível para “mitigar ansiedades existenciais” (Mohammed, 2023, p. 1), tendo sido aplicada nas Relações Internacionais para definir a “relação entre a identidade coletiva de um Estado e os sentimentos de segurança” (von Essen & Danielson, 2023, p. 2) e a tentativa por parte do Estado de formar e manter uma identidade estável, de modo a garantir um “sentido de ordem e agência num mundo cada vez mais incerto (Eun, 2025, p. 2). A identidade corporativa de um Estado abarca, portanto, quatro interesses principais, sendo eles a segurança física, a segurança ontológica, o reconhecimento pelos outros e o papel que o Estado desempenha face ao desejo humano de uma vida melhor (Steele, 2008, p. 32).

Isto vai também ao encontro da ideia de que os Estados tendem a adotar categorias identitárias que produzam benefícios ou reduzam a possibilidade de consequências adversas no plano internacional, ou seja, a adoção ou rejeição das identidades tomam em consideração o resultado que as mesmas poderão gerar e o impacto na “autoestima” do Estado – a valorização da imagem que o mesmo projeta internacionalmente e a sua validação como membro respeitado na comunidade internacional (Boon, 2022, p. 817). Ringmar (1996), citado por Greenhill (2008, p. 344) afirma que o comportamento do Estado é explicado de forma mais convincente pela

necessidade de ver a sua identidade reconhecida pelos outros interlocutores do que propriamente fatores materiais, como é proposto pela teoria realista. Por outro lado, o comportamento de um Estado não depende apenas de fatores externos, estando igualmente condicionado por forças internas e internacionais, por normas, valores e práticas, que foram sendo implementadas, alteradas e assumidas historicamente e que fazem parte da compreensão que o Estado tem de si mesmo e da sua própria identidade (Agius, 2006, p. 45).

A resiliência de uma identidade é tão maior quanto for a sua capacidade para lidar com a mudança perante uma ameaça ou a incerteza, mantendo o seu valor subjetivo, evitando impactos negativos desse contexto e adaptando-se conforme necessário (Breakwell, 2021, pp. 573-574). Também Steele (2008, p. 34) afirma que, pese embora a estabilidade conferida pela satisfação plena da segurança ontológica se afigure constantemente como um objetivo do Estado, a autoidentidade muda de forma a poder enfrentar com sucesso um contexto em permanente transformação. A verdade é que essa segurança ontológica é impossível de atingir e os Estados, ao procurar obtê-la, acabam por enfraquecê-la. Assim sendo, o Estado procura chegar a uma posição o mais estável possível, dentro do que as circunstâncias permitem, de forma a conferir significado às decisões e ações que perseguem (Steele, 2008, p. 48).

Greenhill (2008, p. 348) apresenta a teoria de reconhecimento do filósofo alemão do século XVIII Georg Hegel como ponto fulcral para a análise do papel que o reconhecimento pelos outros da nossa idade desempenha na política internacional: o modelo de Hegel apresenta a proposta de que cada passo no processo de reconhecimento implica a existência de fases intermédias de curta duração, onde se verificam tensões que impulsionam a passagem para uma etapa mais estável, até ao ponto em que a identidade é construída na sua forma final. Ademais, durante este processo, “cada fase de reconhecimento parcial...revela ao sujeito novas facetas da sua identidade”, construindo as condições necessárias para avançar para a seguinte fase intermédia.

Perceção da Ameaça

Landau-Wells (2024, p. 631), cita a asserção de Cohen (1978) de que a perceção da ameaça é o fator determinante entre a ação e reação em crises entre Estados. A autora afirma (p. 632), no entanto, que existem variadas definições de “ameaça” e que a ambiguidade é ainda mais significativa quando se tenta efetuar a ligação entre “perceção” e “ameaça”: por exemplo, o foco pode estar no agente que percebe a ameaça que, no caso de ser um Estado, poderá usar os seus valores para definir o que considera uma ameaça; no caso em que se tenta compreender esta interação pela perspectiva do agente que constitui a ameaça, outros fatores poderão estar implicados, como o seu respeito por normas democráticas ou as suas capacidades e intenções.

Oren & Brummer (2020, p. 724) apresentam igualmente dois intervenientes principais no processo de perceção de ameaça: “uma entidade capaz de albergar intenções hostis” e um “observador”, ou seja, quem percebe a ameaça. Também

Rousseau (2007, p. 745) menciona o papel das intenções, definindo uma ameaça como uma situação em que “um agente ou grupo tem a capacidade ou intenção de infligir uma consequência negativa a agente ou grupo”. Porém, visto que as intenções fazem parte de “ações inacabadas”, a determinação do carácter agressivo ou hostil de outros atores e a intenção de agir em conformidade torna este processo igualmente difícil: a teoria construtivista, tal como o realismo, por muito distintas que sejam, postulam que os Estados não têm a capacidade de compreender totalmente quais serão as intenções possíveis dos seus oponentes (Tu et al., 2024, p. 5). O construtivismo, neste caso, alega que as ameaças são “o que os Estados fazem delas” (espelhando o título do célebre artigo do construtivista Alexander Wendt (1992), relativamente à anarquia), pelo que se um Estado julga os outros através de uma perspetiva de competição ou hostilidade, irá atuar conforme essa visão, o que pode deteriorar as relações com os mesmos (Katagiri, 2018, p. 327). O construtivismo salienta a influência da identidade na perceção da ameaça, sendo que, entre Estados que partilham identidades iguais ou semelhantes, a perceção da ameaça seria significativamente mais reduzida ou até eliminada, tornando as considerações materiais do realismo muito menos relevantes (Sinkkonen & Elovainio, 2020, p. 266).

A compreensão do ambiente que envolve um Estado e a formulação de respostas às ameaças que podem surgir é um desafio com que os líderes políticos se debatem, pois o sistema internacional envolve um elevado grau de incerteza, que se forma a partir do “conhecimento incompleto” sobre as possíveis consequências das ações. Algo que pode mitigar esta dubiedade e a anarquia da política internacional é o estabelecimento de normas e práticas integradas na sociedade, o que facilita a criação de limites, reduzindo a incerteza nos processos de decisão. Quando se verifica a contestação das normas em vigor, é mais difícil de prever quais serão as consequências de uma determinada ação e de separar o que é estranho do que é costumário. Consequentemente, fica mais desafiante, por um lado, analisar se um tipo de comportamento por parte de outro ator internacional constitui uma ameaça e, por outro, formular a resposta adequada (Stein, 2024, p. 2).

Steele (2008, p. 31), citando Campbell (1992), afirma que a identidade que o Estado assume está intrinsecamente ligada ao que reconhece como uma ameaça, contribuindo para a construção da soberania e exercício de controlo e ordem dentro das suas fronteiras.

A perceção da ameaça envolve inevitavelmente uma categorização do “nós” vs. “eles” ou o “outro”: os Estados que violam normas estabelecidas e que um Estado reconhece como sendo válidas tornam-se uma ameaça porque agem como o esperado, requerendo um ataque às “sensibilidades morais” desse Estado. A avaliação da ameaça depende, assim, de dois fatores importantes: as características do ator e o comportamento do mesmo relativamente a valores e normas que o Estado considera críticos. Uma maior semelhança entre os atores irá, portanto, diminuir a perceção da ameaça (Garcia-Retamero et al., 2012, p. 181).

O perigo inerente a esta classificação do “outro” como uma ameaça existencial pode causar o que as ciências comportamentais e sociais apelidam de “profecia autorrealizável”: o conceito de que as expectativas que uma pessoa ou grupo têm em relação ao possível comportamento ou reação de outros pode, involuntariamente, contribuir para gerar esse comportamento nos outros (Rosenthal, 2012, p. 328): no caso específico dos Estados, esta representação do “outro” como uma ameaça grave à própria existência do Estado e a aplicação de medidas para tentar mitigar esse problema poderão levar a que o “outro” assuma essa identidade e adote um comportamento similar ao desse Estado, o que acaba por favorecer o recrudescimento das tensões entre os dois (Behraves, 2011, p. 2).

A identidade de um Estado é influenciada de forma significativa pela percepção da ameaça: ao contrário do que é presumido pela teoria realista, os Estados não reagem simplesmente aos eventos externos. O Estado analisa qual a versão da sua identidade cuja aplicação poderá ser bem-sucedida a mitigar a ameaça, estruturando os seus interesses para esse fim (Steele, 2008, p. 46). Os conceitos de “ameaça” e “interesses” são, conseqüentemente, essenciais para a definição da identidade, o que, por sua vez, influencia as políticas de segurança nacional: regra geral, a identidade é desenvolvida tendo em conta a percepção do ator que origina a ameaça e o que fazer para a ultrapassar (Choi, 2015, p. 114).

A grande importância da percepção de ameaça é demonstrada quando se observa um impacto prático e evidente no mundo da maneira como a ameaça é percebida e a forma como os atores políticos relevantes reagem à mesma: verifica-se uma ligação forte entre a percepção de ameaça e a estratégia, sendo impossível existir uma sem a outra (Stein, 2024, p. 9).

A postura de um Estado relativamente à sua defesa pode sofrer alterações, tendo em consideração não só as políticas internas como também a avaliação que é feita do ambiente regional ou internacional. Estas mudanças são, normalmente, graduais, no entanto, certos eventos internos ou externos poderão constituir um choque tão profundo para o Estado que a sua postura de defesa é reestruturada abruptamente e de forma radical, adotando-se medidas consideradas necessárias para enfrentar os desafios colocados por esse choque e que, uma vez tendo cumprido os seus propósitos, dificilmente serão revogadas (Easley, 2017, p. 67): estas “conjunturas críticas” envolvem normalmente uma disrupção da estabilidade vigente até a essa altura, uma libertação face a restrições anteriores, a agência dos atores relevantes é incrementada e verifica-se um crescimento do potencial para a aplicação de mudanças significativas (Long & Schulz, 2025, p. 2). A “postura de defesa” referida inclui a estratégia de segurança nacional, ou seja, a identificação dos aspetos prioritários, os objetivos a atingir e os recursos à disposição; uma avaliação do ambiente internacional, analisando as ameaças e as vantagens que o Estado possui; por fim, o planeamento militar, organizando as estruturas de segurança, alocando os recursos disponíveis e determinando os procedimentos necessários (Easley, 2017, p. 65).

Discursos e Securitização

Os discursos dos atores políticos relacionados com política externa empregam expressões sobre “costumes, instituições, territórios, mitos e rituais” (Mendes, 2018, p. 459) associados a características identitárias e culturais específicas, despertando variados sentimentos de natureza coletiva e subjetiva. Estas expressões da identidade do Estado têm um impacto direto na perspetiva que os decisores políticos têm sobre o passado e o presente do Estado e o seu enquadramento no plano internacional, influenciado igualmente escolhas futuras e decisões de política externa.

A cultura política e a forma de condução nacional da política externa do Estado estão baseadas na sua identidade, sendo as suas especificidades, valores e conceitos que “fundamentam as doutrinas da política externa” do mesmo, enquadradas numa interpretação análoga a um “belief system” (“sistema de crenças”) (Mendes, 2018, p. 459). Este “sistema de crenças” é constituído pelas “histórias que contamos a nós mesmos de forma a definirmos o nosso sentido pessoal da realidade” (Usó-Doménech & Nescolarde-Selva, 2016, p. 148).

Os valores ganham aqui importância, pois os atores políticos, os meios de comunicação ou outros agentes a quem é reconhecido algum tipo de autoridade usam semelhanças ou diferenças de valores entre “nós” e o “outro” para influenciar a perceção de ameaça à sua maneira: mensagens com carácter persuasivo, utilizando este método, podem modificar a perceção de ameaça do público e, conseqüentemente, justificar, por exemplo, a “mobilização de recursos defensivos” para combater essa ameaça (García-Retamero et al., 2012, p. 189). Tratando-se de um “processo comunitário”, estas perceções de ameaça são partilhadas através de narrativas, de forma que as comunidades possam alocar recursos coletivos para darem resposta à situação ou entidade que consideram constituir um perigo ao seu bem-estar e/ou sobrevivência (Stein, 2024, p. 11).

Uma identidade de segurança, se for construída e codificada de maneira sólida, gozará de legitimidade por parte do público; no entanto, esta identidade implica sempre um processo de interpretação por parte dos atores políticos e, conseqüentemente, a sua transformação em propostas e medidas práticas. Portanto, as políticas de segurança estão sempre sujeitas a alterações, caso se verifiquem mudanças no panorama nacional ou internacional e se os atores políticos relevantes conseguirem justificá-las, enquadrando-as na sua identidade de segurança respetiva (Oros, 2015, p. 141).

Os meios de comunicação assumem um papel preponderante na disseminação de informação sobre o mundo e é frequentemente através deles que o público faz a sua interpretação de eventos internacionais e do que eles significam para si e para o Estado. No entanto, o seu maior impacto está no facto de que são os *media* que direcionam a atenção do público para o que pretendem que seja visto e fazem o seu enquadramento subjetivo dos eventos para propagar ao público a sua perspetiva. Regra geral, os meios de comunicação noticiosos sofrem de um “viés de negatividade”, usando o facto atestado por estudos científicos de que as pessoas tendem a prestar mais atenção e a ser mais

impactadas por notícias negativas (Sinkkonen & Elovainio, 2020, p. 270). Embora, geralmente, notícias negativas sejam úteis para os cidadãos terem conhecimento sobre “ameaças que requerem ação imediata”, o foco desproporcional em notícias de carácter negativo pode ter consequências adversas como a “sobrestimação do risco individual”, criando uma sensação injustificada de medo no seio da sociedade e legitimando a utilização de medidas mais extremas para lidar com a situação (van der Meer & Hamelers, 2022, p. 486).

Os atores políticos e o tipo de governo sob o qual agem influencia a forma como são avaliadas e transmitidas as percepções de ameaça do Estado: considera-se que uma maior centralização do aparelho de segurança nacional irá, provavelmente, levar a uma avaliação mais uniforme das ameaças que, quando combinada com discursos relativos a um “ambiente de ameaça cada vez mais severo”, gera uma maior percepção dessa ameaça. Os governos tentam manipular essa percepção, sobrestimando ou mesmo inventando ameaças provenientes do plano externo para assegurar a sua autoridade, retirando os problemas internos do foco da opinião pública ou instrumentalizando a capacidade unificadora de reação a uma ameaça externa, que é “editada e difundida por razões políticas” (Oren & Brummer, 2020, p. 726).

Os discursos têm efeitos evidentes no processo decisório dos atores políticos, visto que estes têm de imbuir as suas decisões de significados que sejam coerentes com a identidade do Estado, sendo-lhes exigidas explicações e justificações sobre a relevância que uma determinada ação política tem para o sentido de identidade própria do Estado: as narrativas que são produzidas pelo “eu” sobre si mesmo “formam o significado da identidade própria” do agente (Steele, 2008, pp. 10-11).

Os atores estatais são os responsáveis pela construção das narrativas próprias do Estado: sem essas narrativas, existe apenas a conceção física do espaço que o Estado ocupa, ou seja, a “totalidade” do mesmo fica incompleta: a noção sobre o que é o Estado não existe sem as narrativas que lhe conferem uma lógica de continuidade. O conceito de segurança ontológica é aplicável precisamente porque os Estados possuem uma formulação própria da sua identidade alicerçada nas narrativas concebidas por agentes do passado, do presente e do futuro (Steele, 2008, p. 20).

As situações de crise e a construção da identidade própria do Estado estão intimamente ligadas e constituem-se de forma mútua. Assim, o Estado depende de três capacidades fulcrais relacionadas com estes dois conceitos: primeiramente, as aptidões discursivas, visto que será através dos discursos e comunicações dos agentes relevantes que conferem o carácter de “crise” a um evento ou situação; seguidamente, a capacidade para relacionar essa crise à identidade própria do Estado que foi construída e de que forma é que a crise poderá ter impacto na mesma; finalmente, torna-se necessário ter a competência para decidir qual/quais medida(s) poderão ser aplicadas para mitigar e eliminar essa crise (Steele, 2008, p. 71). Os atores políticos terão, portanto, de ser hábeis na sua capacidade de avaliar quais serão os custos para a identidade do Estado de agir

ou evitar uma política específica para o propósito de pôr termo à crise identificada (Steele, 2008, p. 74)

Agius (2006, p. 161) cita Marcussen & Roscher, 2000, quando afirmam que os “líderes políticos têm de ser capazes de convencer um público mais vasto de que um momento particular na história constitui, de facto, uma situação de crise em que estão em causa as identidades dos Estados-nações”. Dando o exemplo do governo sueco de Carl Bildt, de 1991 a 1994, este primeiro-ministro tentou afastar-se da neutralidade que estava estabelecida como um conceito intrínseco na identidade da Suécia, criando, portanto, uma “crise de identidade”. As normas e valores associados à neutralidade acabaram, no entanto, por se sobrepor a esta tentativa. Porém, esta oposição à neutralidade de Bildt (marcada por uma identidade europeia como alternativa e um rumo mais neoliberal) já tinha entrado no discurso político, pelo que o governo seguinte não teria a capacidade para alterar essa tendência de contestar as estruturas tradicionais suecas que tinham servido de base ideológica da sociedade após a 2ª Guerra Mundial.

Legitimação Discursiva

No domínio político, a legitimidade de um líder eleito democraticamente é tradicionalmente conferida pelo facto de que o sufrágio universal o escolheu como representante dos cidadãos, sendo estes, portanto, os garantes da sua legitimidade (Amossy, 2022, p. 5). No entanto, esse sujeito coletivo confere a legitimidade através de duas formas: aceitando essa imposição por parte de uma instituição tradicional ou definindo as condições e os limites do exercício da autoridade por parte do líder político (Charaudeau, 2005, p. 53). Neste último caso, o grupo ou instituição (Estado, governo, líderes ou elites) procuram, assim, receber “aprovação normativa” para as suas decisões e políticas. Para este propósito, emprega estratégias que lhe permitam demonstrar que as suas ações são consistentes com o sistema de leis e normas em vigor e que é reconhecido pelos cidadãos (Rojo & van Dijk, 1997, p. 528). Van Dijk (1998, p. 256) refere que esta “ordem moral” é mantida por “restrições institucionais” que definem quais são os limites para o processo decisório e atuação do líder político que, principalmente nos casos em que não disfruta de um poder absoluto sobre o sistema, tem de legitimar de forma frequente as suas ações.

Theo van Leeuwen, em particular, apresenta um modelo de legitimação que identifica quatro categorias principais: autorização, racionalização, avaliação moral e mitopoese, na sua obra "Discourse and Practice: New Tools for Critical Discourse Analysis" (2008). Este é considerado o "quadro mais amplamente aceite" para a análise do processo de legitimação discursiva, servindo largamente como ponto de partida para investigações relacionadas com este tema (Yu & Zheng, 2023, pp. 118-119).

Estas categorias pretendem responder a questões com a razão pela qual se deve fazer algo ou por que deve ser feito de uma maneira específica (van Leeuwen, 2008, p. 105). A primeira, autorização, foca-se na autoridade do locutor como fator legitimador, avaliando quem é que pode exercer esta autoridade e de que forma. O autor apresenta

seis grandes tipos de autoridade: primeiramente, a autoridade pessoal, que advém do “estatuto ou papel numa instituição específica” de uma pessoa, não sendo necessário fornecer qualquer tipo de justificação para os seus pedidos ou exigências, dado o cargo que ocupam ou a função que desempenham (van Leeuwen, 2008, p. 106).

De seguida, a autoridade que se evidencia através do conhecimento, a autoridade de especialista. Aqui, a sabedoria de uma pessoa numa determinada área confere-lhe um tipo de legitimidade circunscrita à mesma, mas sólida nesse domínio. A autoridade de modelo exemplar está normalmente associada a líderes de opinião, celebridades ou mesmo a colegas dentro do mesmo grupo que são considerados referências de comportamento ou modo de vida e, conseqüentemente, o que eles dizem é automaticamente legitimado por o estatuto que possuem para os seus seguidores (van Leeuwen, 2008, p. 107).

A autoridade impessoal não está, como o próprio nome indica e contrariamente à autoridade pessoal, associada a uma pessoa, mas sim a elementos mais abstratos, como leis, regulamentos e regras. A autoridade de tradição, por sua vez, está relacionada com a ideia de que algo que sempre foi feito da mesma forma, o que, portanto, seria suficiente para legitimar esse tipo de ação como algo que respeita a maneira habitual de agir face a uma determinada situação (van Leeuwen, 2008, p. 108). Por fim, a autoridade de conformidade é similar à de tradição, com a diferença de que a legitimação não provém do hábito de se realizar algo da mesma forma, mas, neste caso, do facto que toda a gente ou uma considerável parte das pessoas realiza algo semelhantemente (van Leeuwen, 2008, p. 109).

A avaliação moral, baseada em valores e discursos moralizadores, é efetuada de distintas formas: a avaliação em si, que envolve a “naturalização” e/ou “normalização” dos comportamentos como algo comum; a abstração, em que as práticas são abordadas de forma abstrata, o que as “moraliza” para serem amplamente aceites, normalmente relacionadas com valores de cooperação, compromisso, interação; e as analogias/comparação, em que se associa uma atividade ou comportamento a valores positivos ou se coloca em oposição a valores negativos, o que facilita a legitimação (van Leeuwen, 2008, pp. 110-112).

A racionalização consiste numa forma de legitimação em que o aspeto crucial é a utilidade ou eficácia de uma determinada prática social. Van Leeuwen distingue diferentes tipos de racionalização. Uma delas é a racionalização instrumental, cujo foco se encontra no propósito que algo serve, o objetivo que essa ação pretende alcançar. Esta modalidade desdobra-se, por sua vez, em três conceitos distintos: a orientação por objetivos, que implica a expressão de um motivo, intenção ou finalidade por parte de um agente; a orientação por meios, em que o mais importante é a ação em si, que constitui um meio para atingir um determinado fim; e a orientação por efeitos, onde o que se destaca é o resultado da ação. Aqui, o agente pode tentar prever quais serão as conseqüências da sua ação, mas não tem total controlo sobre elas (van Leeuwen, 2008, pp. 114-115).

Na racionalização teórica, a questão que se coloca é se a legitimação se baseia em algum tipo de verdade, assumindo a forma de definição, em que “uma atividade é definida em termos de outra atividade moralizada”, explicação, em que se caracteriza as categorias dos agentes envolvidos e a legitimação provém da associação da ação à natureza dos mesmos e previsão, em que se antecipa o resultado de determinada ação com base em experiências similares anteriores (van Leeuwen, 2008, p. 116).

Na categoria final, a mitopoese, a legitimação é possibilitada através de histórias. Dois tipos de narrativas podem ser aqui referidos: por um lado, as narrativas de advertência, que alertam os agentes para o que poderá acontecer caso não sejam seguidas as normas estabelecidas para as práticas sociais, e as narrativas morais, em que os intervenientes são recompensados se praticarem ações sociais “legítimas” ou se reestabelecerem “a ordem legítima” (van Leeuwen, 2008, pp. 117-118).

Militarização

A militarização é um processo que normaliza e legitima a guerra e as necessidades militares como sendo algo proveitoso e normal. É, acima de tudo, um processo de comunicação, efetuado por agentes políticos, que enfatizam a necessidade e naturalidade de medidas de carácter militar, que envolvem, não só a força militar por si só, mas também o recurso a meios de comunicação e práticas que normalizam a violência e a guerra (Jackson et al., 2021, pp. 1047-1048). Esta legitimação do uso da força envolve um sistema de normas, valores e crenças, em que os cidadãos aceitam ou rejeitam o uso das forças armadas de um Estado como uma opção estratégica e implica uma avaliação da ameaça que o adversário coloca e os possíveis resultados da aplicação de meios militares para conter ou eliminar essa ameaça. Este sistema é construído socialmente, pelo que, para além de um processo cultural e político, a militarização reveste-se igualmente de um profundo carácter social, visto que são empregues recursos sociais para o fortalecimento da base militar de um Estado (Kuehn & Levy, 2021, p. 5-6).

Esta propensão para o uso da força, aliada à perceção da guerra como uma “atividade social normal e desejável” constitui o cerne do militarismo, de acordo com a definição de Mann (1987), citado por Levy (2024). Trata-se de uma abordagem menos radical do que as que se centram na glorificação da guerra e priorização de valores militaristas. Esta definição mais “minimalista” implica que a maior parte dos Estados modernos sejam considerados “militarizados” e, ao mesmo tempo, permite a identificação de processos de militarização, ainda que modestos, em sociedades não-militarizadas. O autor refere que se poderá inclusive afirmar que a militarização se trata do processo de “transição da ausência de militarismo para a sua criação”. (Levy, 2024, pp. 298-299).

Neumann (2024) explora a forma como procedimentos militares são introduzidos nas atividades civis, extravasando a sua tradicional responsabilidade de proteção face a adversários externos. Uma das vias pela qual o processo de militarização poderá ocorrer é através da politização do problema: lidando com ele através de práticas militares, estas estratégias poderão não ser claras para outros atores internos e externos, tendo,

consequentemente, a capacidade para “gerar tensão política” e alterando a forma como se enfrentam as ameaças. Aqui, o conceito de securitização ganha importância – a ação militar é entendida como sendo essencial para a proteção do alvo da ameaça (Neumann, 2024, p. 65).

Ao passo que o processo de militarização produz medidas de carácter mais marcadamente externo, como o destacamento de tropas e os investimentos em armamento, a securitização é de natureza interna, utilizando medidas burocráticas como legislação especial e policiamento, levado a cabo, comumente, por civis (Levy, 2024, p. 306).

A identidade acaba por desempenhar também um papel relevante, visto que alterações da mesma podem acarretar reações contundentes por parte do Estado. Adicionalmente, a relação que se verifica entre a sociedade e os seus exércitos impactam de forma significativa “as estruturas de política externa” do Estado. (Steele, 2008, p. 21).

A partir do momento em que atores relevantes, como as elites políticas e uma parte significativa da sociedade, consideram uma ameaça como tendo o potencial para afetar a soberania do Estado, a sua sobrevivência, a ordem social baseada em normas definidas, a integridade do território ou o funcionamento democrático das instituições, apresentam-se várias opções para lidar com essa ameaça: ignorá-la, tentar resolvê-la através de meios pacíficos ou eliminá-la por meio da força. Esta última opção, no entanto, necessita de certas condições para ser aplicada, como apoio por parte do público, recursos e agentes encarregados pelas elites políticas de cumprir essa missão, que, por excelência, serão as forças armadas do Estado (Kuehn & Levy, 2021, p. 3).

Dado que os Estados são a principal fonte de autoridade, no que diz respeito à utilização do poder militar, é necessário criarem internamente interesses nacionais que sirvam de fundamentação para tal, mesmo em ações coletivas, visto que o recurso a meios militares no exercício da sua política externa ou interna terá de ser justificado aos cidadãos, esclarecendo de que forma é que estas ações servirão as suas necessidades (Steele, 2008, p. 45).

A importância da militarização relaciona-se com o enquadramento subjetivo da ameaça externa que efetua, moldada através de discursos, sujeita a interpretações e impactada por influências variadas, nomeadamente as considerações internas dos agentes políticos e os diferentes interesses dos participantes no discurso público, o que remete para a dimensão política e cultural da ameaça (Kuehn & Levy, 2021, pp. 6-7).

Artigos como os de Lindgren & Lindgren (2019, p. 341), que explicam de que forma a invocação da narrativa dominante de segurança, que postula que Estados como o Japão vive num ambiente de constante ameaça, permitiu “expandir os limites das práticas de segurança” e adotar medidas que seriam impensáveis anteriormente. No caso do Japão, a evolução que a área da segurança sofreu é detalhada no trabalho de Lind (2016) e é particularmente interessante analisar este texto devido à sua redação antes das grandes

mudanças que os Três Documentos de Segurança revistos durante o governo de Kishida trouxeram: a autora defende que o pacifismo que caracteriza o Japão se mantém forte, representando uma continuidade e não uma mudança. Na conclusão, baseia este argumento no facto de que “o Japão gasta 1 por cento do seu PIB em defesa” e que a população muito dificilmente irá apoiar um aumento da despesa nesse setor. Izumikawa (2010, p. 158) tenta justificar o antimilitarismo do Japão com as restrições normativas e realistas que são impostas à sua política de segurança, afirmando que estas irão permanecer, embora de forma menos pronunciada do que durante a Guerra Fria, mas irá tentar posicionar-se de forma mais ativa na condução da sua política de segurança, já que sente que precisa de “fazer mais para manter a garantia de segurança dos EUA”.

Já durante o governo de Shinzō Abe, Oros (2017, p. 2) compara o “despertar” das elites japonesas para os desafios de segurança que se colocavam ao país a um “Renascimento” equivalente ao período homónimo da história europeia entre os séculos XIV e XVI, com ambos a serem caracterizados, segundo o autor, por uma revolução no pensamento, com o Japão a abordar a segurança de uma forma radicalmente nova, incluindo tópicos que anteriormente seriam considerados controversos; por mudanças exógenas, influenciadas por eventos regionais ou internacionais; a combinação de nostalgia pelo passado e as “visões do Japão do futuro” (Oros, 2017, p. 5) e, por fim, a proliferação de novos meios de comunicar ideias (no século XV com a invenção da prensa de tipos móveis de Gutenberg e no século XXI através das redes sociais), “alterando a natureza do discurso sobre assuntos de segurança” (Oros, 2017, p. 6).

Hughes (2017, pp. 41-42) argumentava que o Japão tinha embarcado numa trajetória verdadeiramente radical na sua política de segurança, numa forte rutura para com os seus anteriores princípios antimilitaristas, arriscando uma escalada de tensões com os seus vizinhos, China e Coreia do Norte, já que, de acordo com o autor, seria cada vez mais capaz de participar e “oferecer o uso da força” em operações regionais. Pyle (2018, pp. 89-90) anunciava um retorno do Japão à política das grandes potências, encetada por Abe contra forte oposição pública, afirmando que a identidade pacifista e antimilitarista do Japão poderá, em alturas de transição na ordem internacional, facilmente ser substituída por uma orientação marcadamente diferente, algo que o autor atribui a um aspeto contraditório, mas intrínseco da política japonesa: a dificuldade de adotar mudanças e a rapidez com que essas alterações são implementadas, o que significa que, por muito sólida que aparente ser esta identidade pacifista, não é difícil de ser alterada pelo contexto de segurança e/ou pressão política.

Inclusive Miller (2023, p. 486), que acredita ser bastante improvável uma alteração formal ao Artigo 9.º da Constituição Japonesa, que consagra o princípio do pacifismo, não coloca de parte uma possível mudança oficial no futuro, afirmando que as ameaças e desafios que são colocados ao Japão conferem uma grande importância ao papel que o Estado poderá desempenhar, concluindo que resta saber se tal irá levar a uma reavaliação da cláusula de paz. Gustafsson (2019, p. 529), refere, por sua vez, que, ao longo do tempo,

houve um papel importante desempenhado na de-securitização do Japão relacionado ao seu passado de guerra.

A securitização desse outro Japão constrangia a atuação na área da defesa, enquanto a de-securitização do mesmo permitiu adotar mudanças significativas a nível político. Este argumento de “alteridade temporal” é repetido por Hagström e Isaksson (2019, p. 38), embora confirmem uma menor importância a esse aspeto para justificar as alterações de segurança. O “eu”, de acordo com Prozorov (2011, p. 1276), considerando o seu próprio passado como o “outro”, não está constrangido pela sua atuação, libertando os traços desse passado e desvinculando-se das obrigações normativas por ele impostas. Resende (2020, p. 244) explica como os “discursos de diferenciação e identificação ajudam a construir identidades e interesses do Estado”, contribuindo para uma melhor compreensão destes conceitos à luz da política de cada Estado.

II. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

É essencial estabelecer que será aplicada uma análise de estudo de caso, com o foco no Japão, um Estado com uma identidade pacifista bem estabelecida. A escolha recaiu sobre este Estado, não só pela presença de uma identidade pacifista histórica, como também o facto de que, face à perceção de ameaças à sua segurança, encetou sucessivas mudanças na sua política de defesa, particularmente após 2014, ano em que o governo de Shinzo Abe apresenta uma controversa reinterpretação constitucional que permite ao Japão exercer o direito à autodefesa coletiva. Através da seleção de documentos e discursos pertinentes para o período escolhido, analisando contextualmente os mesmos, tendo em conta as especificidades do ambiente de segurança regional e global e enquadrando historicamente a área da segurança e defesa do Japão, de Estado exclusivamente pacifista para um pacifismo mais flexível, irá ser possível responder à pergunta que conduz esta investigação.

Esta investigação adota uma abordagem qualitativa de natureza interpretativa para a análise discursiva de documentos oficiais e discursos políticos. O objetivo é compreender como o Japão, um Estado com uma identidade pacifista historicamente consolidada, tem vindo a legitimar práticas de carácter militarista em resposta à perceção de ameaças externas. É escolhido o período entre 2014 e 2024, entre a anexação da Crimeia por parte da Rússia e o pós-invasão russa da Ucrânia, abarcando os governos dos primeiros-ministros Shinzo Abe e Fumio Kishida⁵, de forma a ser possível comparar as respostas a estes dois eventos e verificar como ambos usam discursos e declarações para justificar medidas que possam ter uma vertente mais militarista.

Para além disso, este período temporal permite igualmente compará-los com os documentos de segurança adotados durante os mandatos destes primeiros-ministros. É de ressaltar o facto de que ambos os estadistas pertencem ao mesmo partido, o conservador LDP (Partido Democrático Liberal), o que, por um lado, minimiza a hipótese de que qualquer mudança tenha ocorrido devido a diferenças ideológicas acentuadas, isto embora tenham pertencido a fações distintas dentro do partido, com a fação de Abe a ser marcadamente mais nacionalista e conservadora do que a que pertencia Kishida (Mukai, 2022) mas, ao mesmo tempo, acaba por eliminar a possibilidade de avaliar o impacto de ideologias políticas na configuração de medidas de defesa. O partido de Abe e Kishida tem, desde a sua criação, defendido a alteração do Artigo 9.º da Constituição (Yamamoto, 2017, p. 102; Szanto, 2017, p. 46) e expressa abertamente o seu desejo de tornar o Japão num Estado "normal", o que, neste caso, se traduz no monopólio do uso da força pelo Estado como direito soberano (Wright, 2016, p. 10) e, portanto, o abandono do antimilitarismo e a eliminação de obstáculos ao uso de recursos militares (Hook & Son, 2013, p. 45).

⁵ De salientar que, entre 2014 e 2024, também Yoshihide Suga foi primeiro-ministro entre as administrações de Abe e Kishida, no período entre 16 de setembro de 2020 e 4 de outubro de 2021. Não será, no entanto, considerado para este estudo, dada a sua curta passagem pelo cargo e a ausência de desenvolvimentos concretos na área da segurança e da defesa.

O principal método utilizado será a análise de discurso, dado o interesse em investigar as formas pelas quais os discursos dos primeiros-ministros japoneses constroem e comunicam sentidos sobre segurança, defesa e identidade nacional. O primeiro-ministro, enquanto chefe de governo e principal formulador da política externa e de segurança nacional, é o agente político mais importante no Japão, ocupando um papel primordial na sua estrutura política. Os primeiros-ministros desempenham funções cruciais na comunicação pública de estratégias de defesa, sendo os principais responsáveis por apresentar, justificar e legitimar as diretrizes políticas perante a sociedade japonesa e a comunidade internacional, principalmente perante a Dieta Nacional, o Parlamento japonês.

O primeiro-ministro goza atualmente de uma posição significativamente mais forte do que no período anterior à Segunda Guerra Mundial, quando o Imperador concentrava em si a totalidade do poder. Como chefe do gabinete ministerial, o órgão executivo, o primeiro-ministro preside o conselho de ministros, a principal entidade decisória do governo. A autoridade do gabinete estende-se também ao poder legislativo, estando incumbido de introduzir a maior parte da legislação para posterior análise, e ao judicial, através da nomeação dos juizes para o Supremo Tribunal. O primeiro-ministro estabelece igualmente a agenda política, representa o Estado internacionalmente, concluindo tratados e gerindo todo o tipo de assuntos de política externa e de segurança nacional, como Comandante Supremo das Forças de Autodefesa (Shinoda, 2022, pp. 69-71). Para além disso, o sistema institucional japonês tem vindo a concentrar poder e influência dos processos de decisão nos atores políticos, principalmente no primeiro-ministro, consolidando a sua autoridade sobre matérias de segurança nacional, principalmente após 2013 (Oren & Brummer, 2020, pp. 726-727). Consequentemente, o foco nesta figura permite, através dos discursos oficiais, obter uma perspetiva mais representativa da orientação do Estado japonês no que diz respeito às transformações da sua identidade de segurança.

A análise discursiva centra-se em estratégias de legitimação emergentes dos dados, operacionalizadas através de códigos aplicados no MAXQDA seguindo um processo de refinamento progressivo. Este processo permitiu identificar estratégias de legitimação específicas ao contexto japonês, considerando elementos como o pacifismo constitucional, a memória da Segunda Guerra Mundial e a centralidade da aliança com os Estados Unidos. As estratégias identificadas foram posteriormente analisadas à luz do enquadramento de legitimação discursiva de van Leeuwen (2008) para validação teórica.

A correspondência entre as categorias teóricas de van Leeuwen e as estratégias identificadas empiricamente será apresentada na discussão dos resultados, demonstrando como os padrões discursivos observados se alinham com o enquadramento teórico estabelecido.

Embora esta investigação parta do pressuposto construtivista de que as identidades e interesses são socialmente construídos, a análise de discurso adotada inspira-se na vertente pós-estruturalista, que problematiza a produção e fixação de

significados e coloca ênfase na linguagem como prática constitutiva dos campos social e político. Lene Hansen (2024, p. 96) enfatiza o “poder político” da linguagem. As políticas externas de um Estado dependem das representações que dele são apresentadas através de discursos e práticas: aqui, a preocupação não é a determinação da veracidade de uma declaração, mas sim a criação de valores, identidades e normas que a linguagem do discurso impulsiona. A autora argumenta igualmente que os pós-estruturalistas consideram que a política externa de um Estado tem sempre de estar associada à respetiva justificação da sua necessidade, plausibilidade e possibilidade, através do discurso, sendo através da linguagem que se gera o significado; por outras palavras, o discurso deverá servir para representar o problema que será resolvido pelas medidas escolhidas no âmbito das relações externas do Estado (Hansen, 2024, p. 102).

Esta análise discursiva compreende 227 discursos oficiais dos primeiros-ministros Shinzo Abe (2012–2020) e Fumio Kishida (2021–2024), do período entre fevereiro de 2014 (anexação russa da Crimeia) até 1 de outubro de 2024 (fim do mandato de Kishida), recolhidos no website oficial do Gabinete do Primeiro-Ministro do Japão oficiais do Governo do Japão e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que estavam já traduzidos para inglês, tendo sido este o idioma de leitura. No total, foram lidas 785 intervenções dos dois primeiros-ministros, que incluíam discursos oficiais, conferências de imprensa, declarações, comentários, artigos para jornais e revistas, transcrições de conversas telefónicas e mensagens de vídeo, tendo sido, após um trabalho de seleção através de critérios específicos de relevância temática (Anexo 4), analisados os 227 referidos.

A seleção do *corpus* seguiu critérios qualitativos e contextuais, desenvolvidos a partir da revisão da literatura sobre transformações na política de segurança japonesa e refinados através da leitura exploratória inicial dos discursos. Inicialmente, as temáticas selecionadas *a priori* estavam relacionadas com elementos essenciais para as questões de segurança e defesa no Japão, retirados da revisão da literatura, nomeadamente:

- Relações com países vizinhos/ameaças (Rússia, China, Coreia do Norte): referências relacionadas com as principais fontes de instabilidade regional percebidas pelo Japão. A literatura e os próprios documentos de segurança redigidos pelo governo japonês identificam consistentemente estas três potências como as principais ameaças no ambiente de segurança do Japão, mencionando-as explicitamente como justificação para mudanças na política de defesa;
- Eventos internacionais de relevo (Crimeia 2014, Ucrânia 2022): momentos de viragem com grande impacto a nível internacional, justificados pelo período de análise (2014-2024);
- Referências a perigos, desafios ou ameaças: a linguagem de ameaça é um mecanismo central para discursos securitizados, que constroem a

necessidade de mudança. Sem referências a algo que se considera uma ameaça ou perigo, não há justificação para expansão militar;

- Segunda Guerra Mundial: evento catalisador de profundas mudanças para o Japão, nomeadamente o estabelecimento do pacifismo que caracteriza a identidade nacional e que exerce forte influência sobre as decisões políticas relacionadas com a defesa e segurança;
- Constituição Pacifista: no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, surge a necessidade de alterar a Constituição japonesa, visto que a antiga Constituição Meiji, que se encontrava em vigor desde 1889, era profundamente influenciada pela figura do Imperador. A nova Constituição, que entrou em vigor em 1947, estabelece as principais restrições às medidas de carácter militar, pelo que qualquer discussão sobre alterações nesta área tem obrigatoriamente de ser enquadrada na sua relação com a Constituição;
- Alianças e parcerias: a aliança EUA-Japão é o pilar fundamental da política de segurança e o Japão posiciona-se frequentemente como parceiro responsável, principalmente de democracias ocidentais, com quem partilha valores e princípios;
- Ordem internacional e valores universais: o Japão apresenta-se como defensor da ordem liberal internacional e de princípios fundamentais como a democracia, liberdade, direitos humanos e respeito pela soberania e integridade territorial dos Estados;
- Narrativas estratégicas para segurança/diplomacia: ambos os primeiros-ministros tentam encapsular os seus objetivos para a diplomacia e segurança do Japão em pequenas expressões que indicam visões políticas abrangentes;
- Documentos de segurança: os documentos de segurança, particularmente os que foram lançados durante os mandatos de Abe e Kishida fornecem informações cruciais para compreender as medidas que ambos pretendem implementar na área da defesa e da segurança, definindo prioridades, indicando as ameaças às quais pretendem responder e formalizando as políticas que são descritas em discursos.

Estes termos, utilizados na coluna “Relevância Temática” do Anexo 4 irão corresponder aproximadamente aos códigos temáticos explorados posteriormente na análise.

Subsequentemente, através da análise exploratória dos discursos, surgiram alguns padrões que não estavam previstos na literatura:

- Incrementalismo: surgia quando os líderes justificavam mudanças como "próximos passos naturais" de políticas anteriores, algo que veio confirmar algumas leituras (Ben-Ari, 2015, p. 10; Easley, 2017, p. 76; Katagari, 2018, p. 340) que abordavam que o processo de evolução da política de segurança japonesa era incremental e não radical;
- Reação à mudança/medidas apropriadas: proveniente do enquadramento das respostas a mudanças no ambiente de segurança como proporcionais e necessárias;
- Assunção de responsabilidade: mecanismo de legitimação onde os primeiros-ministros utilizam linguagem de apelo ao dever de proteger e de responsabilidade do Japão para com a sua segurança e com a comunidade internacional;
- Confiança/orgulho: referências a este tipo de emoções surgiam principalmente em narrativas sobre a vontade de renovação nacional, de criação de um "novo Japão", como antítese do sentimento de arrependimento associado à Segunda Guerra Mundial.

Este processo de seleção envolveu necessariamente julgamento interpretativo, reconhecendo que a fronteira entre política externa geral e questões de segurança nem sempre é inequívoca em discursos oficiais. De forma a assegurar a transparência deste processo de seleção, cada discurso foi registado com parâmetros específicos: data, autor e título (Anexo 3), relevância temática (a partir dos elementos identificados acima), contexto e audiência (Anexo 4).

Para auxiliar na análise destes documentos, é utilizado o software MAXQDA Analytics Pro 2020, uma ferramenta que permite organizar e codificar os dados de forma sistemática. O ficheiro em formato Excel, contendo os discursos organizados por colunas (data, autor, título/evento, texto), é importado para o programa, tendo a coluna com o texto do discurso sido definida como corpo documental e as demais como variáveis. As estratégias mencionadas anteriormente foram operacionalizadas em códigos aplicados no software.

A análise discursiva será conduzida a partir da identificação, codificação e categorização sistemática de segmentos relevantes dos discursos e documentos estratégicos. O MAXQDA permite agrupar, visualizar e comparar os dados codificados, possibilitando testar as quatro hipóteses centrais do trabalho.

As variáveis associadas aos discursos, como a data, autor (Abe ou Kishida) e o contexto (evento, ocasião), foram utilizadas para análises comparativas. Após a codificação, os dados foram exportados para Excel, permitindo gerar gráficos temporais a partir da frequência de códigos, agregados por estratégia, de modo a identificar padrões de intensificação discursiva em relação a eventos externos. Para além desta contagem e

da conseqüente análise temporal, explorou-se igualmente a coocorrência de códigos através do módulo *Code Relations Browser* do MAXQDA. Esta técnica permitiu mapear de que forma diferentes estratégias de legitimação aparecem associadas no mesmo discurso, reforçando a compreensão de como os discursos constroem narrativas complexas que combinam múltiplos mecanismos de legitimação e não se trata de estratégias inflexíveis que não se relacionam entre si.

Tudo isto servirá para demonstrar como o pacifismo japonês é discursivamente reconfigurado de princípio normativo e restritivo para um fundamento legitimador de políticas militaristas, através da utilização de estratégias específicas e identificáveis para legitimar esta transformação, revelando os mecanismos através dos quais identidades nacionais aparentemente estáveis podem ser transformadas sem ocorrer uma rutura formal.

A análise, com as estratégias de legitimação como nível central, será, portanto, conduzida em três etapas principais: a evolução temporal, que permite identificar momentos de intensificação discursiva; a comparação entre os governos Abe e Kishida, evidenciando continuidades e mudanças nas estratégias aplicadas; e, por fim, a análise de coocorrência, que revela como diferentes estratégias são combinadas ou articuladas nos discursos. Os códigos associados aos segmentos textuais no MAXQDA servem aqui como indicadores empíricos que ajudam a identificar e sustentar as estratégias, garantindo que a interpretação dos resultados se apoia sempre na evidência concreta dos discursos. Para cada estratégia são apresentados segmentos discursivos exemplares, visualizações gráficas da evolução temporal, análise comparativa entre os dois primeiros-ministros e a interpretação do seu contributo para a transformação da identidade de segurança japonesa.

É importante enfatizar que a análise de discurso envolve um certo grau de interpretação subjetiva, ainda que implique a utilização de procedimentos de codificação dos dados. O principal objetivo da análise discursiva é avaliar de que forma são invocadas certas representações, o motivo pelo qual certos discursos são mais dominantes e que práticas e políticas são definidas através deste domínio. Esta “construção social” do discurso (algo congruente com a teoria construtivista) é intrinsecamente subjetiva (Croucher, 2013). Também Milliken (1999, p. 229) refere que a análise discursiva se baseia no conceito construtivista de “significado”: algo por si só não significada nada, são as pessoas que conferem significado às coisas, utilizando, por exemplo, sinais linguísticos, entre outros.

III. ESTUDO DE CASO: ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA DO JAPÃO

Japão Pós-Segunda Guerra Mundial: a Génese do Pacifismo e as doutrinas de Yoshida e Fukuda

“Nós, o povo japonês, por meio dos nossos representantes devidamente eleitos ... decidimos que nunca mais seremos visitados pelos horrores da guerra através de medidas do governo”: são estas as palavras que servem de preâmbulo à Constituição do Japão (Morris-Suzuki, 2018, p. 9), que entrou em vigor em 1947 (Miller, 2023, p. 473), dois anos após o final da Segunda Guerra Mundial, e que substituiu a Constituição de 1889, do reinado do Imperador Meiji (Oros, 2008, p. 51). A Constituição do Japão é considerada a mais antiga constituição escrita sem alterações do mundo e segue o modelo bélico que envolve a “rendição incondicional...seguida por uma transição para democracia constitucional imposta pelos vencedores” (Ejima, 2023, p. 7).

O Império Japonês assina, em 1945, após sofrer as consequências da detonação de duas bombas atômicas no seu território, os termos da rendição incondicional, ditados pelos Aliados, na chamada Declaração de Potsdam, terminando, assim, o período de seis anos do conflito mais sangrento da história humana e iniciando um outro período, o da ocupação aliada do Japão e da democratização do seu sistema político (Council on Foreign Relations, s.d.). O objetivo era que o país nunca mais constituísse uma ameaça para a região da Ásia-Pacífico, pelo que os Estados Unidos adotaram reformas políticas com vista à descentralização do governo e “fisicamente e (através do Artigo 9 da Constituição Japonesa) legalmente desmantelando as forças militares japonesas” (Lind, 2016, p. 2).

Tal é a importância deste artigo do documento, não só pelo seu impacto no próprio povo japonês, que se apegou à ideia do pacifismo (Nakano, como citado em Lind, 2016, p. 2), o que acabou por moldar a condução das relações internacionais do Japão no período pós-guerra até aos dias de hoje, como também pelo seu carácter inovador de renúncia à guerra, inclusive guerra defensiva, de desarmamento total do Estado, considerado o preço a pagar pelo governo para garantir o regime imperial, e de consagrar “o direito a viver em paz” (Yamamoto, 2017, p. 104), que a Constituição japonesa é apelidada de “Constituição da Paz” (Sterling, 2020, p. 267).

O Japão foi ocupado pelos Estados Unidos, através do Comandante Supremo das Potências Aliadas (SCAP, na sua sigla inglesa), o general norte-americano Douglas MacArthur, de 1945 a 1952, servindo de autoridade máxima no país durante este período (Smith, 2019, p. 19). A Declaração de Potsdam, que firmou a rendição incondicional do Japão, impôs certas condições, como a democratização, respeito pelos direitos humanos

e um governo responsável e pacifista, escolhido através da livre vontade do povo japonês, o que significava que a antiga Constituição de 1889 teria de ser radicalmente substituída. Inicialmente, os ocupantes norte-americanos não estariam diretamente envolvidos na redação da nova Constituição, no entanto, o Comité Matsumoto (que ficou conhecido pelo nome do Ministro do Estado que a ele presidiu), responsável pela reformulação da Constituição Meiji, manteve uma posição fundamentalmente conservadora nessa tarefa, abstendo-se de fazer alterações mais profundas à antiga Constituição, algo que contrariava as diretrizes de Postdam e que impeliu o Quartel-General do SCAP a apresentar a sua própria proposta, aceite pelo governo japonês (Doyle, 2024, pp. 3-4).

Os Estados Unidos da América, os principais responsáveis pela redação e imposição dos artigos descritos na Constituição japonesa, viram, no entanto, logo no final da década de 40, a aplicação do Artigo 9.º como um entrave aos seus próprios interesses. Com o recrudescimento das tensões entre os EUA e a União Soviética, no contexto da Guerra Fria e a ascensão da China comunista de Mao Zedong em 1949, os norte-americanos admitiram que o auxílio do Japão na contenção do comunismo na Ásia seria crucial (Yamamoto, 2017, p. 105). A guerra na península da Coreia, que eclodiu em 1950, no seguimento da invasão da Coreia do Sul pelo Exército Popular da Coreia do Norte, com o apoio da URSS, levou os EUA a reconhecerem a impreteribilidade do rearmamento do Japão de forma a ser possível cumprir os termos do pacto de segurança entre os dois Estados (Moses & Iwami, 2009, pp. 73).

Iniciou-se, assim, a primeira de muitas interpretações constitucionais do Artigo 9.º: visto que o texto apenas restringia a utilização da força em conflitos internacionais, não mencionando o seu uso para a defesa do território nacional, os EUA apoiaram vivamente a criação de uma força paramilitar por parte do governo de Tóquio. Em 1951, nascia a Reserva da Polícia Nacional (*Keikatsu Yobita*), que alterou de nome em 1952 para a Força de Segurança Nacional (*Hoanta*) e, finalmente, em 1954, para as Forças de Autodefesa (*Jieita*) (Yamamoto, 2017, p. 105). Apesar de serem consideradas “anticonstitucionais” pelos pacifistas de esquerda, estas forças tiveram os seus meios de atuação e propósitos práticos amplamente reduzidos, com a proibição do uso de armas ofensivas (Gustafsson et al., 2019, p. 504). Este sistema de “revisão constitucional” consiste na interpretação da Constituição para enquadrar medidas de índole militar, eliminando a necessidade de alteração formal do documento, algo que exigiria um tipo de processo mais difícil e moroso (Wright, 2016, p. 13).

Estas sucessivas interpretações levam à “erosão gradual do Artigo 9.º como regra normativa”, embora ainda mantenha o seu poder e continue a ter um impacto significativo na política externa japonesa. O Artigo 9.º é, portanto, incluído na categoria de “lei como princípio” e não “lei como regra” e é isso que permite que a Constituição seja constantemente alvo de interpretação e revisão (Suami, 2024, p. 364). Significa isto que, enquanto as regras operam num sistema de “tudo ou nada”, ou seja, caso o Artigo 9.º fosse considerado uma regra, a própria existência das Forças de Autodefesa, um exército em tudo menos nome, seria inconstitucional. Funcionando como princípio, este artigo

permite a remilitarização do Japão, mas da maneira mais limitada possível (Yamamoto, 2017, p. 124). Miller (2023, p. 481) afirma que só uma mudança drástica no ambiente de segurança do Japão como uma declaração de guerra faria o povo japonês concordar com uma alteração à Constituição.

Este “travão” normativo implica assim que, ao contrário do que se possa pensar, estas interpretações constitucionais não significam uma transformação total da política de segurança do Japão, visto que tal se trata apenas da continuação de um abandono gradual da sua postura pacífica na área da defesa, causado pelos “novos desafios e as crescentes expectativas...dos EUA” (Sakaki, 2015, p. 33). Embora constituam alterações “significantes e históricas”, são igualmente uma “resposta pragmática e evolucionária” por parte do Japão face à deterioração percebida do seu ambiente de segurança (Liff, 2018, p. 12).

O pacifismo japonês é entendido como sendo uma “identidade relacional”, o que revela que o Japão não é pacifista no seu sentido integral, mas permitiu uma diferenciação face aos “outros”, exaltando as restrições militares e a moderação em questões de segurança como algo que merece orgulho, propagada por uma narrativa que sustém a conceção destas restrições como pertencendo ao “senso comum” (Gustafsson et al., 2019, p. 502). Isto porque, apesar de estas mudanças e outras que ainda viriam a ocorrer, o Artigo 9.º permaneceu um “obstáculo intransponível ao uso da força”, recusando liminarmente o direito do Estado à beligerância e categorizando o pessoal das Forças de Autodefesa como funcionários públicos, visto que o Artigo 9.º considera estas forças como “potencial de guerra” (Katagiri, 2018, p. 336).

Também em 1951, um ano antes do final da ocupação, os Estados Unidos e o Japão firmaram o Tratado de Cooperação e Segurança Mútua, expressando o comprometimento norte-americano para com a defesa do Japão e permitindo a utilização por parte dos EUA de várias das bases militares do país. No entanto, a proibição da “defesa coletiva” consagrada na Constituição japonesa impossibilitava que o Japão se comprometesse a defender os EUA (Krauss, 2022, pp. 812-813). Apesar disto, o tratado foi considerado “injusto” para o Japão, ditando a cedência de bases militares sem uma obrigação explícita das forças norte-americanas intervirem em caso de ataque ao Japão, com o texto mencionando simplesmente que estas “poderão ser utilizadas”, a possibilidade da mobilização das forças dos EUA para suprimir revoltas internas no Japão e não requerendo aos EUA que consultassem o governo japonês acerca de grandes movimentações militares por parte dos militares destacados no território, levando à sua posterior revisão (Nakajima, 2016, p. 104).

O primeiro chefe de governo do Japão pós-2ª Guerra Mundial, Shigeru Yoshida, implementou uma estratégia de segurança que tentou ir ao encontro das expectativas de ambos os grupos conservador e progressista da sociedade japonesa, encontrando um equilíbrio entre as suas pretensões de rearmamento do Japão para fins securitários e de neutralidade desarmada com vista à aplicação de restrições à militarização,

respetivamente (Envall, 2017, p. 17). A estratégia baseava-se num alinhamento com os EUA em questões internacionais, uma redução até ao mínimo exigível das capacidades militares, uma aproximação e tranquilização dos restantes Estados da região que tinham sofrido as calamidades perpetradas pelo Império japonês e um foco na economia. Esta postura do Japão na área da defesa ficou conhecida como “a doutrina Yoshida” (Easley, 2017, p. 69).

Esta doutrina foi vantajosa para o Japão em vários aspetos, nomeadamente porque permitiu ao governo concentrar os investimentos no desenvolvimento económico, em vez de despende dinheiro em questões militares, o que levou, em meados da década de 50, ao início do chamado “milagre japonês”, um período de alto crescimento económico que culminou com a ascensão do Japão ao segundo lugar das maiores economias do planeta em 1970 (Ohno, 2018, p. 131) e também devido ao assunto da defesa ter sido relegado para a “periferia da política japonesa”, já que era altamente divisivo.

O potencial disruptivo deste assunto na sociedade japonesa confirmou-se de forma explícita na crise causada pela revisão, em 1960, do Tratado de Segurança entre os EUA e o Japão (Envall, 2017, p. 17). Esta versão continha já uma cláusula que obrigava as tropas norte-americanas presentes no território japonês a agir em auxílio do Japão no caso de ataque e retirou a controversa provisão relativa à possibilidade dessas mesmas tropas agirem em caso de perturbações de ordem pública. Apesar de ser uma versão que corrigia ou eliminava elementos criticados na primeira versão, uma parte significativa da população, constituída maioritariamente por grupos de esquerda, mas também por alguns conservadores, desejava a abolição deste tratado, de forma a possibilitar ao Japão libertar-se da influência norte-americana e traçar o seu próprio caminho a nível de segurança e defesa. Tal acabaria por levar à maior e mais longa onda de protestos do Japão moderno (Kapur, 2020, pp. 1-2). Apesar da incomparável mobilização da população japonesa e da revolta popular devido à violência com que o governo do primeiro-ministro Nobusuke Kishi tentou conter estes protestos, a revisão do tratado acabou por entrar automaticamente em vigor através da Câmara dos Conselheiros da Dieta japonesa (Kapur, 2020, p. 7).

O sistema político japonês no período pós-guerra ficou conhecido como o “Sistema de 1955”, que iniciou nesse ano e que terminou em 1993, marcado pelo “decisivo domínio do LDP”, partido que surgiu precisamente em 1955, resultante da junção de dois grupos, o Partido Democrático do Japão e o Partido Liberal, reunindo assim toda a ala conservadora dos políticos japoneses (Jakimiec, 2024, p. 112), como resposta à fusão das alas de esquerda e de direita do Partido Socialista do Japão (JSP) (Gauder, 2011, p. 50). Apenas em 1993 o LDP veria o seu estatuto a ser alterado, para partido de oposição, após a vitória do Partido Socialista do Japão, tendo voltado a governar em 1996 (Jakimiec, 2024, pp. 112-113). A clara superioridade do LDP durante quase quatro décadas em relação ao JSP justifica-se, não só pela forte índole marxista do Partido Socialista, o que, durante a Guerra Fria, em que o Japão estava alinhado com o líder do bloco capitalista e se encontrava a usufruir das vantagens do capitalismo através do inédito crescimento

económico, não era uma escolha popular, mas principalmente porque o JSP se oponha à pedra angular da segurança japonesa, a Doutrina Yoshida (Hrebenar & Itoh, 2014, p. 6).

Apesar de o período da Guerra Fria ter testado de forma evidente a resiliência do pacifismo japonês, a manutenção das normas antimilitaristas e da identidade pacifista foi assegurada, não só por um público que tinha ainda arraigada uma forte oposição à militarização do Japão, mas também pela inexistência de exigências prementes oriundas da aliança com os EUA e um ambiente de segurança que, embora incerto, não apresentava ameaças iminentes para o Japão (Hook & Son, 2013, p. 51). O Artigo 9.º desempenhou igualmente um papel preponderante, principalmente quando associado a quatro principais políticas pacifistas adotadas por sucessivos governos na segunda metade do século XX: a proibição de exportação de armas, de 1967, para Estados comunistas, aqueles que fossem indicados pelas Nações Unidas e também para os que estivessem envolvidos em conflitos ou em risco de se tornarem parte de um conflito ativo; a interdição, também datada de 1967, de o Japão possuir, produzir ou introduzir armas nucleares no seu território; a limitação até 1%, em 1976, da parte do PIB dedicado à área da segurança e, por fim, a exclusão de um sistema de alistamento militar, em 1980 (Yamamoto, 2017, p. 108).

Em 1977, o primeiro-ministro Takeo Fukuda afirma num histórico discurso, direcionado principalmente para a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), que o Japão se recusava liminarmente a ser uma potência militar (de Miguel, 2013, p. 101), apesar do seu poderio económico, uma autoimposição única no mundo e que reflete o “pacifismo relativo” que se opunha à “rejeição absoluta da violência e da força”, característica da perspectiva ocidental do pacifismo, muito influenciada pelo Cristianismo e pelo Iluminismo (Gustafsson et al., 2018, p. 144). O pacifismo japonês tinha a sua origem, não em ideais derivados da religião como a aversão às atrocidades da guerra e a importância de não utilizar a violência para resolver conflitos, mas sim na “privação económica e sofrimento humano” que a Segunda Guerra Mundial causou e o profundo desejo de que tais barbaridades nunca mais sejam experienciadas pelo povo japonês, uma “mitologia de vitimização” alimentada, principalmente, pela memória coletiva dos horrores infligidos ao Japão com a detonação das duas bombas atómicas em Hiroshima e Nagasaki (Cai, 2008, p. 182).

A “doutrina Fukuda”, como ficou conhecido o conjunto de princípios que iriam nortear a política externa japonesa em relação ao Sudeste Asiático, incluía igualmente uma ampliação da abordagem que o Japão utilizava para exercer influência no estrangeiro, essencialmente de carácter económico (de Miguel, 2013, p. 101), algo que estava a causar um grande aumento do sentimento anti-Japão, principalmente nessa região (Iwabuchi, 2015, p. 420), para abarcar dimensões políticas, culturais e interpessoais (de Miguel, 2013, p. 101). Isto porque, até este ponto, a diplomacia japonesa era caracterizada por um forte passivismo baseado na sua relação com os Estados Unidos e Fukuda almejava uma maior independência da política externa do seu Estado, como forma de melhorar as suas relações com a China e com a União Soviética e, assim, “expandir o horizonte” da

diplomacia japonesa (Pressello, 2014, p. 43). O Japão seguiu, portanto, uma política centrada no “soft-power”, empenhando-se estreneamente na sua apresentação como um Estado “amante da paz”, no seu apoio a operações de manutenção da paz, à não-proliferação e à resolução de conflitos internacionais através da diplomacia e da colaboração (Oros, 2014, p. 227).

A década de 1970 viu o Japão a procurar de forma ativa “expandir a sua estrutura militar”, com a adoção do Esboço do Programa de Defesa Nacional e o estabelecimento do Subcomité de Cooperação em Defesa EUA-Japão em 1976. Também em 1976, o primeiro-ministro Takeo Miki estabelece em 1% a percentagem máxima que o orçamento de Estado japonês pode dedicar a gastos militares, que, no entanto, acabaria por ser ultrapassada em 1987, criando, assim, “o potencial para uma maior militarização” (Moses & Iwami, 2009, p. 75). Em 1978, assiste-se à celebração de um outro ponto importante na cronologia da aliança EUA-Japão, com a assinatura das primeiras Diretrizes para a Cooperação na Defesa bilaterais, que estabeleciam e dividiam as responsabilidades de ambas as forças militares e implementavam exercícios conjuntos de treino para garantir que existia coordenação e interoperabilidade dos dois exércitos (Hoff, 2016, p. 3).

Na década de 80, o primeiro-ministro Yasuhiro Nakasone empenhou esforços na “internacionalização” do Japão, através da contribuição japonesa para a comunidade internacional, evidente no aumento do apoio à aprendizagem da língua japonesa no estrangeiro e o primeiro-ministro Noboru Takeshita, baseando-se no estilo de diplomacia conduzida por Fukuda, encetou um plano para promover a cultura do Japão na Ásia, principalmente por meio da exportação de programas de televisão japoneses (Otmazgin, 2012, pp. 49-50).

Japão Pós-Guerra Fria: desafios à doutrina de Yoshida e *Soft Power*

No final do século XX e início do século XXI, “as suposições vigentes sobre as fontes do poder japonês e da ordem regional e global colapsaram”, algo impulsionado por dois importantes eventos (Green, 2022, p. 40) que abalaram e até inverteram os dois aspetos do princípio fundamental da doutrina de Yoshida: o crescimento económico em detrimento de investimentos na área da defesa.

Internamente, o colapso das bolhas especulativas nos preços dos imóveis e nos mercados de ações, devido a uma “apreciação forçada do iene” em 1985 através do Acordo de Plaza e à desregulamentação financeira, levaram a uma intensa crise bancária, que pôs termo ao “milagre japonês” de elevado crescimento da economia e que conduziria às chamadas “Décadas Perdidas”⁶ de estagnação económica (Fraga & Strachman, 2013, pp. 523-524).

⁶ É igualmente comum denominar a década de 90 como a única “Década Perdida” do Japão (Yoshino & Taghizadeh-Hesary, 2015, p. 3). No entanto, autores como Fukao et al. (2017, p. 70) incluem também a primeira década do século XXI nas Décadas Perdidas do Japão e Carroll (2023, p. 267) considera que este período abarca três décadas. Para este trabalho, as “Décadas Perdidas” irão referir-se ao período entre 1991 e 2012, terminando com o segundo mandato de Shinzo Abe e a sua política de *Abenomics* que visava fazer face a algumas das consequências desta fase de estagnação económica (Hausland & Wieland, 2015, p. 385).

A nível externo, teve lugar a primeira das grandes crises internacionais que constituiu um dos incentivos mais fortes para um afastamento da identidade pacifista: a Guerra do Golfo de 1991, em que o Japão foi acusado de praticar “checkbook diplomacy” (“diplomacia de livro de cheques”), ou seja, a utilização de meios económicos para a promoção de interesses e condução de diplomacia, fornecendo 9 mil milhões de dólares para a causa, apesar da pressão norte-americana para se juntar à coligação contra o regime de Saddam Hussein (Wright, 2016, pp. 19-20).

A insuficiência da contribuição japonesa aos olhos dos seus aliados levou à decisão de adotar a Lei de Cooperação na Manutenção de Paz Internacional em 1992, autorizando as Forças de Autodefesa a participar em operações de manutenção da paz da ONU, um reconhecimento por parte do Japão de que deveria começar a assumir mais responsabilidades no plano internacional (Ishizuka, 2023, p. 257). De seguida, em 1998, o lançamento de um míssil norte-coreano, que atravessou o território do Japão, elevou de forma substancial a perceção de ameaça e levou a uma vez mais a uma reconsideração das políticas de segurança, principalmente na área da defesa antimísseis (Wright, 2016, p. 20).

No ano seguinte, durante o mandato do primeiro-ministro Keizō Obuchi, são implementadas a legislação relativa às Diretrizes de Defesa EUA-Japão, permitindo a mobilização das Forças de Autodefesa japonesas para “fornecer apoio de retaguarda às forças dos EUA em caso de uma crise regional” (Shinoda, 2007, p. 171). O atentado de 11 de setembro de 2001 e o subsequente apelo por parte dos EUA para os seus aliados encetarem esforços para combater o terrorismo forneceram ao governo de Junichirō Koizumi as condições para levar a cabo os seus objetivos políticos e adotar a Lei de Medidas Especiais Antiterrorismo, autorizando as Forças de Autodefesa a apoiar através de fornecimento de bens e material, transporte e comunicações, a coligação liderada pelos EUA (Easley, 2017, p. 72).

Em 2002, perante a suspeita de que a Coreia do Norte estaria a tentar obter armas nucleares à base de urânio, o Diretor-Geral da então Agência da Defesa, Ishiba Shigeru, afirmou que o Japão teria toda a legitimidade para realizar um ataque preventivo, caso se verificasse a iminência de uma investida por parte de Pyongyang com recurso a mísseis (Easley, 2017, p. 72). Em 2003, a Dieta nacional aprovou uma série de outras medidas, alargando o âmbito de atuação das Forças de Autodefesa e enviando cerca de 1000 militares para auxiliar no processo de reconstrução no Iraque, bem como a decisão de proceder à criação de um sistema antimísseis. Foram dados, portanto, vários passos consideráveis em direção a uma “normalização” militar do Japão, num gradual afastamento do pacifismo absoluto que a interpretação original do Artigo 9.º previa (Easley, 2017, pp. 72-73).

No entanto, concomitantemente, enquanto o Japão se encontrava a lidar com estes problemas, o mundo estava a desenvolver um fascínio pela cultura japonesa, o que levou os políticos japoneses a tentarem incorporar o fenómeno do “Cool Japan” nas ferramentas de soft power do Estado (Valaskivi, 2013, p. 488). Este conceito surgiu num artigo para a revista *Foreign Affairs* do jornalista Douglas McGray, no qual o autor mencionava que, devido à forte recessão dos anos 90 e a consequente perda do estatuto que possuía como potência económica no panorama internacional, o Japão tinha agora a oportunidade de exercer grande influência cultural a nível global, utilizando meios que já tinham forte impacto no estrangeiro como a música, aparelhos eletrónicos, arquitetura e moda. Após a inclusão da tradução para japonês deste artigo numa revista, a ideia de o Japão como uma superpotência cultural propagou-se pelo público japonês e causou uma onda de nacionalismo cultural, aproveitada pelo governo para promover todo o potencial de soft power nipónico (Matsui, 2014, p. 83-84). O primeiro-ministro Koizumi, em particular, foi responsável pela implementação de políticas que colocavam aspetos culturais e formas de comunicação ao serviço dos interesses nacionais, “reforçando a projeção internacional das atraentes imagens de marca do Japão”, através da promoção de indústrias como o cinema, animação e moda (Iwabuchi, 2015, p. 423).

O Japão pacifista que os Aliados criaram e que a Constituição de 1947 impôs levou, como constatado, a uma redução das suas possibilidades de exercer influência a nível regional e internacional e a uma constrição dos meios que poderia utilizar para o fazer. Visto que as memórias da guerra e da hostilidade do Japão imperial tinham deixado marcas indeléveis na região do Sudeste Asiático, tornou-se imperativo redefinir a maneira como o país se relacionava com os seus vizinhos (Aridati, 2023, p. 31). A sua estratégia de soft power, combinando a propagação da sua cultura através de diversas formas de entretenimento e a exportação dos seus valores pacifistas, num verdadeiro exemplo de “diplomacia cultural”, permite, especialmente entre as gerações mais novas, “apresentar uma imagem mais amigável do país” (Otmazgin, 2012, pp. 38), distanciada do que contam os livros de História.

O próprio Estado japonês, almejando usar a cultura como “um instrumento manobrável para avançar os interesses do país no estrangeiro” (Otmazgin, 2012, pp. 39), apropriou-se do conceito de soft power no próprio discurso governamental após testemunhar o sucesso da cultura japonesa por todo o mundo, principalmente após 2010, no seguimento da adoção de “Cool Japan” como “parte integral da estratégia de crescimento económico” (Tamaki, 2019, p. 115) e posteriormente utilizado no segundo mandato de Shinzo Abe como ferramenta para aplicação do seu programa nacionalista como instrumento económico, usando a inovação, a alta tecnologia, o poder cultural e as suas marcas regionais únicas no mundo como forma de “elevar a dignidade nacional”.

Por outras palavras, o conceito de “Cool Japan”, como instrumento de soft power do Estado, pretendia “comoditizar a identidade japonesa”, fazendo uso de tudo o que fosse considerado intrinsecamente japonês e representativo da singularidade e do fascínio

relacionados com a cultura do Japão para influenciar a sua imagem no mundo (Tamaki, 2019, pp. 116-117).

Surgem, assim, concepções distintas e contraditórias sobre a postura japonesa na área da segurança: se, por um lado, há autores (O'Malley, 2015, p. 129; Sakaki, 2015, p. 18; Wright, 2016; Hughes, 2022, p. 74; Lee et al., 2024, p. 15) que defendem que o Japão já se “normalizou”, conseguindo libertar-se de algumas das restrições impostas pela sua Constituição, considerando o pacifismo como um obstáculo à sua soberania e rejeitando o antimilitarismo que fazia parte integrante da sua identidade, existe igualmente um outro grupo (Miyaoaka, 2013, p. 251; López i Vidal & Pelegrín, 2017, p. 207; Kolmaš, 2020, p. 186; Miller, 2023, p. 486) que acredita que o Japão seguiu um percurso de incrementalismo, constituído por pequenas mudanças graduais, circunscritas ao que a Constituição e os mecanismos institucionais permitem. Oros (2014, p. 230-231) apresenta um comentário semelhante, mencionando duas “contranarrativas” relativas à cultura estratégica do Japão: a primeira admite que a orientação estratégica japonesa, na sua forma atual, ainda fortemente influenciada por um “antimilitarismo doméstico”, não consegue aprofundar a cooperação regional a nível de segurança e no seio da aliança com os EUA, visto que esse antimilitarismo é considerado um entrave a tal.

A segunda contranarrativa, por sua vez, suportada principalmente pelas elites políticas dos países que circundam o Japão (muitos deles que sofreram as consequências da agressão japonesa no início do século XX) e por uma parte da esquerda política japonesa e americana, questiona o suposto antimilitarismo da cultura estratégica japonesa, identificando atores políticos conservadores como Shinzo Abe e os revisionistas e nacionalistas da sociedade civil japonesa como os verdadeiros representantes da cultura estratégica do Japão (Oros, 2014, p. 230-231). Os vizinhos do Japão observam sempre com grande atenção os avanços militares japoneses que, embora modestos devido às normas antimilitaristas da Constituição, são vistos com incerteza e desconfiança, devido ao passado hostil do Japão, as disputas territoriais que tem com quase todos os países à sua volta e o potencial, ainda que remoto, de se tornar uma potência militar (Katagiri, 2018, p. 326).

Ao contrário do caso da Alemanha, que repudia de forma constante e assertiva o seu passado de opressão e agressividade na Europa e goza hoje de boas relações com os seus vizinhos, outrora vítimas do regime nazi, o Japão hesitou sempre em admitir a truculência à qual sujeitou os seus países vizinhos, principalmente a China e a Coreia, e em providenciar compensações e pedidos de desculpa às vítimas do Império japonês, pelo que estes países ainda hoje olham para o Japão e as suas decisões na área da segurança com desconfiança (Cho, 2022, p. 140-141). Não só externa como também internamente, as atrocidades cometidas na Segunda Guerra Mundial criam um sentimento de desconfiança relativamente às forças armadas japonesas e uma oposição forte ao uso da força no povo japonês, criando uma cultura de antimilitarismo que, embora não seja aceite unanimemente, cria impedimentos à execução de certas alterações que possam colocar em causa o pacifismo japonês (Easley, 2017, p. 64).

Foram já vários os governos, principalmente no século XXI, que alertaram para a necessidade de o Japão se transformar num “Estado normal”. O carácter anormal da atuação japonesa prende-se, segundo Schmitt (2004, como citado em Hagström, 2014, p. 127) com a rejeição do “direito soberano à condução da guerra e ao uso da força como meio de resolver disputas internacionais”, tal como refere o Artigo 9.º. Esta exceção no panorama internacional seria, portanto, o que evidencia a anormalidade do Japão. A transformação discursiva da insistência no pacifismo como algo “egoísta” e “cobarde” em situações que demonstram “mal” ou “barbaridade” tem consequências práticas para o Japão, nomeadamente na ideia da necessidade de revisão da Constituição e de reconstrução de uma força militar assertiva. O Japão apenas se poderá transformar num Estado “normal” através do cumprimento dessas condições, condenando-se mesmo o pacifismo a algo oposto à paz mundial (Moses & Iwami, 2009, p. 83).

A doutrina e o legado de Abe

Poucos primeiros-ministros japoneses foram tão polarizantes como Shinzo Abe (Harris, 2022; Kushida, 2022; Klug & Yamaguchi, 2022). O estadista japonês não só foi o que conduziu os destinos do Japão durante o maior período na história do país, mas foi tão impactante que autores como Hughes (2015), Dobson (2016), Akimoto (2018) e Envall (2020) afirmam a existência de uma “doutrina de Abe” e Green (2022, p. 123) menciona que recaiu sobre Abe a responsabilidade de extinguir a doutrina de Yoshida, substituindo-a pela sua própria “grande estratégia”.

O primeiro mandato de Abe teve início em 2006, sucedendo a Junichirō Koizumi, com a pretensão de libertar o Japão de um regime pós-guerra que, na sua opinião, já não servia as necessidades do Estado face às mudanças características do século XXI. Este seria um mandato muito curto, no entanto. Em 2007, na sequência de vários escândalos que abalaram o seu partido, o LDP, Abe renunciou ao seu cargo (Hae-in & DeDominicis, 2017, pp. 3-4), iniciando uma queda acentuada da popularidade do LDP, o que levaria, dois anos mais tarde, à breve e rara ascensão da oposição, o DPJ, interrompendo o quase total domínio político do LDP no período pós-guerra (Ryoichi, 2021, pp. 84-85).

No entanto, o seu afastamento prematuro da posição mais influente nos destinos do Japão não seria para durar: nas eleições de 2012, o LDP, com Abe no comando, conseguiu eleger 294 deputados, obtendo assim uma confortável maioria na Dieta nacional, que utilizou para implementar a sua visão de um “novo Japão” (Harris, 2020, p. 181). O facto é que Abe tinha herdado um país virtualmente prostrado no plano nacional e internacional: o Grande Terramoto do Leste do Japão em 2011 tinha causado um tsunami, altamente destrutivo por si só, que, por sua vez, levou ao acidente nuclear na central de Fukushima Daiichi (Nagy, 2021, p. 4). No total, e de acordo com a agência governamental japonesa criada no rescaldo deste desastre para auxiliar no planeamento, coordenação e implementação de medidas de reconstrução, cerca de 20 000 pessoas perderam a vida (Reconstruction Agency, 2024). As relações sino-japonesas estavam a atingir o seu pior nível, decorrente da nacionalização das disputadas ilhas Senkaku/Diaoyu pelo executivo

japonês anterior a Abe, o que “revelou a vulnerabilidade do Japão” face à coerção económica que a China exercia sobre o país (Nagy & Nguyen, 2022, p. 195). Para além disso, as políticas de anteriores governos não tinham sido bem-sucedidas a tentar mitigar os problemas relacionados com a crise demográfica e com a estagnação da economia: em 2012, o PIB japonês era 18 biliões de yens (correspondente a cerca de 176,4 mil milhões de euros pela taxa de câmbio vigente na altura) menor do que em 1999 (Nagy, 2021, p. 4).

A “doutrina de Abe”, portanto, visava combater os males que assolavam a sociedade japonesa. Na frente económica, ficaram célebres as “três setas” – flexibilização económica, estímulos de carácter fiscal e a criação de estratégias de crescimento através de reformas estruturais – que resumiam o conjunto de medidas adotadas por Abe, apelidado de “Abenomics”. O seu segundo mandato ficou igualmente marcado por a promoção do revisionismo histórico e de interpretações alternativas relativamente à Segunda Guerra Mundial e ao papel do Japão na mesma. Na área da segurança e defesa, Abe tentou “normalizar” o Japão por via de revisões à Constituição, reinterpretando a proibição ao direito à autodefesa coletiva e de “contribuir proactivamente para a paz”, pretendendo que o Estado assumisse um papel mais assertivo e ativo no panorama internacional (Dobson, 2016, p. 2).

Mais especificamente, esta doutrina, no campo da segurança, apoiava-se em três pilares: investimento com vista ao aumento das capacidades de defesa, expansão da aliança EUA-Japão e o fortalecimento da sua cooperação com outros países em coligações internacionais para a segurança. Em 2014, Abe apresenta a sua reinterpretção do Artigo 9.º da Constituição, permitindo ao Japão exercer o direito à autodefesa coletiva em situações específicas (López i Vidal & Pelegrín, 2017, p. 201). Porém, considera-se o estabelecimento do Conselho de Segurança Nacional, no final do ano anterior, “a reforma institucional com relevância para a segurança mais significativa” desta altura, incumbido de concentrar em si o processo decisório sobre a política de segurança do Estado e garantir que as agências competentes consigam planear e coordenar entre si de forma rápida e eficiente (Liff, 2015, p. 83).

Em 2016, entra em vigor a “Legislação para a Paz e Segurança”, um conjunto de medidas que expandiam a área de atuação das Forças de Autodefesa japonesas, que colocava em prática o princípio de autodefesa coletiva que tinha sido alvo da reinterpretção de Abe em 2014, permitindo às Forças de Autodefesa japonesas atuar em situações que ameaçam a sobrevivência do Estado, como no caso de navios norte-americanos serem atacados durante as suas missões na região para assegurar a segurança do Japão. Com isto, o último obstáculo à segurança e defesa do Japão era a posse de capacidades ofensivas e de dissuasão (Shinichi, 2023, p. 30).

Esta legislação, derivada do documento “Desenvolvimento de uma Legislação de Segurança Integrada para Garantir a Sobrevivência do Japão e Proteger o seu Povo”, datada de julho de 2014, incluía três medidas principais: um maior envolvimento do Japão

em operações de manutenção da paz das Nações Unidas, bem como noutras atividades internacionais de cooperação para a paz; o alargamento do âmbito de atuação das Forças de Autodefesa em situações que tenham um impacto marcado na paz e segurança do Japão ou que de alguma forma constituam uma ameaça à paz e segurança internacional e, por fim, e talvez a mais controversa, a autorização do “uso da força” caso uma situação obedecesse a três condições. Estas condições seriam: um ataque armado contra o Japão ou contra um país estrangeiro com uma ligação forte ao Japão, que resulte numa ameaça à sobrevivência do povo ou que coloque em perigo o seu direito à vida, liberdade e persecução da felicidade; quando não há mais nenhuma alternativa para impedir o ataque e assegurar a sobrevivência do povo japonês; o uso da força terá de ser restrito ao mínimo necessário para atingir os resultados pretendidos (Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2023).

Estas alterações foram amplamente debatidas e geraram uma forte oposição, que incluía a maioria dos especialistas em direito constitucional, cerca de 10 mil assinantes de uma petição contra a legislação, que incluía académicos, artistas e até um laureado com o Prémio Nobel e as dezenas de milhares de cidadãos que participaram em manifestações, argumentando que se tratava de medidas inconstitucionais e que arriscariam arrastar o Japão para conflitos norte-americanos (Cho, 2022, p. 135), com a legislação a ser mesmo denominada de “legislação de guerra” pelos seus oponentes (Hagström & Isaksson, 2019, p. 32).

É de salientar que as mudanças a nível de defesa não são exclusivas de partidos conservadores no Japão, sendo uma área que, por vezes, goza de forte apoio por parte de vários partidos no espectro político japonês (Liff, 2018, p. 29). Notavelmente, foi o partido da oposição, o defuncto Partido Democrático do Japão (DPJ), de centro-esquerda (o único que conseguiu interromper o quase total domínio do LDP no governo japonês no período pós-guerra, vencendo as eleições de 2009 e mantendo-se no poder até 2012) que, em 2010, adotou as Diretrizes do Programa de Defesa Nacional, documento no qual Abe iria basear a sua Estratégia de Segurança Nacional de 2014. Este documento de 2010 afigurou-se, na altura, como uma “rutura dramática com o passado” e uma “mudança substancial” da postura de defesa em vigor até à data (Oros, 2015, p. 149).

Liff (2015, p. 82) considera que foi o DPJ que estabeleceu as bases de muitas das medidas que seriam consideradas revolucionárias durante o mandato de Abe, introduzindo os conceitos de “força de defesa dinâmica”, com a capacidade de responder de forma rápida a todas as ameaças em qualquer ponto do Japão, e de contingências na “zona cinzenta”, referindo-se a situações que não têm lugar num período de paz mas que não podem ser consideradas como um ataque armado, conceitos centrais em vários documentos lançados por Abe, como as Diretrizes do Programa de Defesa Nacional de 2014, que preveem uma “Força de Defesa Conjunta Dinâmica”, com o propósito de conferir mais resiliência e mobilidade às Forças de Autodefesa na defesa contra ataques ao Japão (López i Vidal & Pelegrín, 2017, p. 201). Nagy (2017, p. 230) também corrobora esta asserção, admitindo poder ter ocorrido uma aceleração da militarização da política de

segurança durante o governo de Abe mas que é “incorreto dizer que estas alterações estão diretamente relacionadas com as suas inclinações nacionalistas”, visto que já se tinham vindo a verificar mudanças incrementais durante pelo menos os vinte e cinco anos anteriores, independentemente de outros fatores que pudessem ter influência como o partido, a solidez da economia ou a força/fraqueza dos EUA.

Akimoto (2018, p. 199) argumenta que, embora se contraste a doutrina de Yoshida, de caráter pacifista, com a doutrina de Abe, mais militarista e assertiva na área da segurança, a verdade é que Yoshida acabou por estabelecer as bases para as sucessivas reinterpretações constitucionais que permitiram um alargamento do que seria considerado aceitável à luz da Constituição, com a sua afirmação, face às críticas de que as Forças de Autodefesa eram inconstitucionais, de que estas não se tratam de uma organização de índole militar. Yoshida iniciava, assim, um processo de “normalização militar incremental sem revisão constitucional”, que seria replicado por sucessivos governos. A grande diferença entre Yoshida e Abe encontra-se no facto de que o primeiro desejava apenas uma capacidade mínima de defesa para o Japão, enquanto o segundo almejava a maximização dessa capacidade.

Para encapsular as suas visões para a condução da diplomacia, segurança e política externa do Japão, Abe criou igualmente o que Miskimmon, O'Loughlin & Roselle (2018) apelidam de “narrativas estratégicas”. De acordo com estes autores, este tipo de narrativa assume duas funções, dependendo do público ao qual está a ser transmitida: internamente, servem para legitimar os líderes ou partidos que as apresentam e para reunir apoio, enquanto no plano externo, almeja refletir “o papel do ator..., a natureza do sistema e os desafios enfrentados”. Estas narrativas são tão mais eficazes quanto mais positiva for a reação dos públicos, que as interpretam após a sua propagação através de discursos, meios de comunicação, diplomacia cultural, entre outros (Miskimmon, O'Loughlin & Roselle, 2018, p. 4)

A mais relevante foi a “Contribuição Proativa para a Paz”, que surgiu na Estratégia de Segurança Nacional implementada durante o mandato de Shinzo Abe, como um “princípio fundamental da segurança nacional” (Oren & Brummer, 2020, p. 728). O termo em japonês, quando traduzido literalmente, corresponde a “pacifismo ativo”, ou seja, uma rejeição da passividade anterior e da ideia de que “quanto menos armamento existir, melhor e mais seguro será o mundo”, o princípio expressado no Artigo 9.º da Constituição, mas que, na prática, de acordo com Abe, não funcionava. A tradução para inglês usada pelo primeiro-ministro, “proactive contribution to peace”, encontra-se associada ao objetivo deste “pacifismo ativo” ser executado em colaboração com a comunidade internacional (Kitaoka, 2014, pp. 6-7). Desta forma, o governo de Abe conseguia, por um lado, enfatizar que era uma estratégia inserida num plano de cooperação internacional e, por outro, promover, ao mesmo tempo, a “normalização militar” da política de segurança do Japão (Akimoto, 2018, p. 16).

Sakaki (2015, p. 6) refere que a utilização desta expressão serviu o propósito de “contradizer as noções pacifistas...da era do pós-guerra” e, conseqüentemente, ultrapassar algumas das restrições a nível militar. Este termo foi, de acordo com Sakaki (2015, p. 17) escolhido para conduzir a uma maior aceitação por parte do povo japonês, dada a sua desaprovação relativamente a medidas militaristas. Também Akimoto (2018, p. 223) acredita ser possível interpretar esta expressão como uma “retórica estratégica que esconde a sua real intenção...e objetivo político” de reestruturar a política de segurança japonesa, normalizando certos aspetos militares anteriormente controversos e, no final, alcançar uma das grandes finalidades do seu partido, a revisão constitucional. Para Szczepanska et al. (2025, pp. 238-239), esta “contribuição proactiva para a paz” trata-se de uma “inovação discursiva” que reuniu conceitos essenciais para o objetivo de Abe de “redefinir o papel do Japão na comunidade internacional” e fortalecer a política externa. Desta forma, esta expressão constituiu o “principal determinante ideacional” da política de segurança durante o mandato de Abe.

Dado que, como referido, a eficácia da “contribuição proativa para a paz” dependia da assunção de responsabilidade por parte do Japão de contribuir para a paz e estabilidade da ordem internacional, os fóruns internacionais nos quais o Japão participava constituíram uma oportunidade única para Abe apresentar a sua visão do papel do seu Estado no mundo. Abe utilizava-a como forma de validar externamente as suas narrativas estratégicas (Hornung, 2015).

A “Perspetiva Panorâmica do Mapa-Múndi” surgiu ao mesmo tempo que a narrativa estratégica anterior. Através desta, Abe estabeleceu uma “visão compreensiva e integrada das relações externas”, substituindo a “manta de retalhos de relações bilaterais” característica da política externa de anteriores governos. Os diferentes gabinetes do Ministério dos Negócios Estrangeiros trabalhavam de forma independente e focados nas relações com um país em específico (Hosoya, 2020). De acordo com Sasaki (2022), este conceito baseava-se numa tentativa de criar ou manter relações com o maior número de parceiros possíveis, mesmo que os seus valores e princípios não estivessem alinhados com os de Tóquio, tendo sido devido a isso que Abe se tornou o primeiro-ministro com mais visitas ao estrangeiro.

O seu sucessor, Yoshihide Suga, teve um curto mandato, assumindo o cargo numa altura particularmente sensível, envolvendo o descontentamento do público com a resposta do governo ao Covid-19 e a controversa decisão de organizar os Jogos Olímpicos em plena pandemia. Suga também não pertencia a nenhuma facção do LDP, não beneficiando assim desse importante apoio dentro do partido e não era um comunicador muito eficaz. No entanto, fez esforços para avançar a grande estratégia concebida por Abe e criou a Agência Digital, de forma a desenvolver a capacidade institucional do governo para implementar uma estratégia digital (Ward, 2022).

Fumio Kishida, o 100.º primeiro-ministro do Japão, governou de outubro de 2021 a outubro de 2024, data em que abdicou da liderança do país (Osaki, 2024). Considerado

menos conservador do que Abe, Kishida pertencia a uma facção mais pequena do partido, a *Kochikai*, e, portanto, teve mais dificuldades do que Abe em manter um apoio sólido (Koji, 2023, pp. 7-8). Poucos meses após ascender ao cargo, ocorreria, em fevereiro de 2022, a invasão russa da Ucrânia. A resposta por parte do Japão foi imediata: condenação e implementação de sanções económicas à Rússia e assistência humanitária e de reconstrução à Ucrânia, criticando duramente a “violação das regras patentes na Carta das Nações Unidas” por parte do regime de Vladimir Putin (Yuasa, 2024).

No mesmo ano, em dezembro, Kishida decide iniciar o processo de revisão da Estratégia de Segurança Nacional, em vigor desde 2013, algo já em consideração desde 2020, quando Abe ainda se encontrava no poder e que Kishida prometeu fazer quando anunciou a sua candidatura na eleição presidencial do seu partido (Harukata, 2023, pp. 134-135). A grande novidade presente neste documento foi a introdução de capacidades de contra-ataque, permitindo ao Japão disparar mísseis de longo alcance em direção ao território de um inimigo, como forma de impedir de continuar a atacar o território japonês.

Este documento foi lançado em conjunto com a Estratégia de Defesa Nacional, que vinha substituir as Diretrizes para o Programa de Defesa Nacional, adotadas em 1976 e atualizadas em 2018, e que continha os objetivos da política de defesa e a abordagem a ser adotada para os atingir, bem como o Programa de Reforço Defensivo, ex-Programa de Defesa Intercalar, que detalhava os gastos com a defesa para um período de cinco anos e que propunha um aumento significativo da parte do orçamento nacional dedicado à área da defesa, de forma a atingir 2% do PIB em 2027, o que duplicaria a despesa para este propósito (De Cicco, 2023, pp. 10-11).

Embora estas medidas aprofundassem de forma ainda mais substancial o projeto de Abe no campo da segurança, não teve lugar, ao contrário do que ocorreu após a aprovação da legislação de 2015, uma grande oposição à implementação destes documentos, com várias sondagens a darem conta de que a maioria do povo japonês aprova o plano para reforçar as capacidades defensivas do Japão: a sondagem efetuada pelo jornal Nikkei Shimbun apresentava uma percentagem de 55% dos inquiridos a apoiarem o plano de reforço e uma outra, conduzida pelo jornal Yomiuri Shimbun, era ainda mais expressiva, com 68% dos inquiridos a concordarem que o Japão deveria desenvolver os seus meios de defesa (Watanabe, 2023).

Tal como Abe, Kishida formulou também narrativas estratégicas: a Visão de Kishida para a Paz e a Diplomacia Realista para uma Nova Era, tendo ambas surgido na mesma altura, no seguimento da invasão russa da Ucrânia. A primeira assenta em cinco pilares, nomeadamente a promoção de uma “ordem internacional baseada nas regras, livre e aberta”; o reforço das capacidades de defesa do Japão; a desnuclearização a nível global; a reforma da ONU, principalmente do Conselho de Segurança e ainda o fortalecimento da colaboração internacional (Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2022). Isto expressou-se de forma evidente nas medidas aplicadas por Kishida após a agressão russa, que espelhavam a sua vontade de proteger a ordem internacional baseada nas regras, um dos pilares

(Szczepanska et al., 2025, p. 241). Já a Diplomacia Realista para uma Nova Era reflete, por um lado, o desejo de Kishida ser visto como um realista e não como um liberal, e, por outro, a necessidade de manter o apoio do seu partido, visto que a maior facção, *Seiwa Seisaku Kenkyukai*, se afastava do centrismo da *Kochikai*, à qual Kishida pertencia. Esta narrativa surge como uma execução de um “jogo de cintura” político por parte de Kishida, que tenta emular os sucessos de Abe, particularmente na combinação entre “ideologias conservadoras” e o “realismo diplomático” (Hosoya, 2022).

O assassinato do antigo primeiro-ministro Shinzo Abe em julho de 2022 e os escândalos de corrupção no seio do LDP acabariam por eclipsar alguns dos feitos de Kishida e iriam levar à queda vertiginosa da sua taxa de aprovação e à apresentação da sua demissão em 2024 (Yamaguchi, 2024).

Manutenção do Pacifismo: Opinião Pública e o Papel dos *Media*

A imprensa e a opinião pública desempenham um papel crucial e simbiótico no panorama nacional de qualquer Estado: os meios de comunicação filtram a opinião pública, derivada de sondagens ou discursos de atores políticos, e partilham-na com a sociedade em geral, contribuindo assim, num nível macro, para a construção social da própria opinião pública (Nagai, 2023, p. 2). Como mencionado anteriormente, os *media* são responsáveis pela propagação de informação sobre o mundo e é, muitas vezes, através deles que o público consegue interpretar os eventos internacionais e de que forma estes poderão ter impacto na sua vida e nas decisões do seu governo (Sinkkonen & Elovainio, 2020, p. 270).

No Japão, em particular, a identidade pacifista exerce tal pressão sobre todos os aspetos da sociedade que os próprios meios de comunicação são obrigados, face a situações que tenham estreita relevância para a política de segurança do Estado, a transmitir a sua posição relativamente ao assunto, enquadrada na postura pacifista, como no caso dos ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos da América, em que a imprensa teve de se posicionar relativamente à questão do papel do Japão na colaboração internacional contra o terrorismo (Sakai, 2003, pp. 163-164).

A relação do Japão com os *media* é, no entanto, particular porque, apesar de se tratar de uma democracia liberal e de estar comprometido com os ideais e valores próprios de uma democracia, o estado da sua liberdade de imprensa e da independência da mesma é alvo de preocupação, encontrando-se, em 2024, no 70.º lugar no Índice de Liberdade de Imprensa (Buchmeier, 2024, p. 497) (em 2025, subiu para o 66.º lugar, de acordo com o índice da organização não-governamental Repórteres sem Fronteiras), sendo que em 2010 se encontrava em 11.º lugar (Borowiec, 2016, p. 49). Inclusive em 2017, o Relator Especial das Nações Unidas para a Liberdade de Expressão afirmava que a pressão governamental sobre a imprensa e as restrições de acesso à informação figuravam entre os “sinais preocupantes” da falta de independência jornalística no Japão. Os princípios democráticos que o Japão apregoa coexistem, portanto, com um ambiente de repressão na imprensa, com a existência de tópicos considerados tabu que não podem

ser relatados e uma tradição de autocensura jornalística nos principais meios de comunicação (Buchmeier, 2024, p. 497).

Embora Borowiec (2016, p. 49) afirme que a situação da liberdade de imprensa se tenha degradado de forma substancial principalmente após o governo de Shinzo Abe, com a sua tentativa de “controlar a narrativa nacional” e silenciar vozes opositoras, o facto é que o sistema japonês no qual os meios de comunicação se inserem não facilita o trabalho de repórteres que desejem efetivamente questionar figuras do poder sobre assuntos importantes para a sociedade.

A imprensa japonesa é caracterizada por uma “oligopolia” por parte da organização nacional de radiodifusão pública, a NHK, e cinco conglomerados, apelidados de os “Cinco Grandes”, com cada um deles a conter um jornal e um canal televisivo, com ligações muito fortes às instituições governamentais (Buchmeier, 2024, p. 499). Esta relação estreita entre o campo jornalístico e político é evidente na existência dos “kisha kurubu”, ou “clubes de imprensa”, em tradução livre. Este sistema é utilizado pelas autoridades estatais, empresários, entre outros, para controlar a informação que é transmitida aos *media* e, conseqüentemente, ao público, e favorece os jornalistas que estão inseridos nesses clubes pois têm acesso exclusivo e facilitado às suas fontes de informação (Kuga, 2016, p. 14).

Estes “clubes” são frequentemente considerados um “cartel” jornalístico, sendo que, ao contrário do que acontece em vários países ocidentais, em que os governos ou entidades relevantes escolhem quem pode entrar nesses clubes, no Japão são os próprios membros que decidem quem pode aceder. Este sistema de exclusividade coloca aqueles que não pertencem aos clubes, principalmente entidades estrangeiras, numa clara desvantagem, o que conduz à crescente preocupação com a liberdade de imprensa no país (Inoue, 2011, p. 5). Estes clubes exercem, portanto, uma enorme influência, através do seu acesso exclusivo a conferências de imprensa e fontes confidenciais, reforçando a “hegemonia incontestada na construção da opinião pública” da NHK e dos principais conglomerados, jornais e estações de televisão associadas do país (Buchmeier, 2024, p. 499).

Em 2007, Shinoda (2007, p. 175) reportava que sondagens efetuadas pelo jornal Yomiuri Shimbun colocavam as empresas jornalísticas como as instituições públicas mais credíveis para o público (60,5% da população), levando o autor a concluir que “a influência dos jornais na opinião pública é muito forte”. No entanto, o advento das *fake news* e a propagação da desinformação, principalmente na presente década, aparenta ter tido um forte impacto na perceção da credibilidade destas instituições: no relatório respeitante ao Japão do Barómetro de Confiança da Edelman de 2022, os jornalistas eram os líderes sociais menos respeitados, com 52% da população a acreditar que jornalistas e repórteres estavam propositadamente a tentar enganar as pessoas através de afirmações falsas ou exageradas; apenas 39% dos inquiridos confiavam nos meios de comunicação tradicionais (Edelman, 2022).

Ainda assim, meios de comunicação como a televisão são responsáveis por propagar o conceito de vitimismo que é tão central à narrativa histórica japonesa: esta “indústria da memória” apresenta os japoneses como vítimas de guerra, de forma descontextualizada, algo evidente na conceção do lançamento das bombas atómicas como uma espécie de desastre natural (Kirsch, 2022, p. 7). Esta vitimização é notória, por exemplo, na questão dos raptos levados a cabo pelo regime da Coreia do Norte de cidadãos japoneses entre 1977 e 1983, instrumentalizada de forma a reverter a perceção generalizada do Japão como agressor devido às suas ações no período de expansionismo imperial e durante a Segunda Guerra Mundial, para uma de vítima (Hagström & Hanssen, 2015, p. 85).

A Coreia do Norte negou sempre qualquer tipo de envolvimento até 2002, quando Kim Jong-il, numa cimeira com o primeiro-ministro japonês Junichirō Koizumi, demonstrou remorsos pela situação, pediu desculpa e prometeu punir os responsáveis (Blomquist & Wertz, 2022, p. 4-5). Esta admissão de culpa enfureceu a opinião pública, levando a que este assunto eclipsasse “qualquer outra agenda bilateral nas mentes dos cidadãos japoneses a partir de 2002”. Curiosamente, esta questão é responsável por iniciar o discurso de crítica ao pacifismo japonês, tido como o grande culpado para esta situação e legitimando o processo de “reavaliação dos princípios tradicionais de segurança” do país (Lee, 2015, p. 284). Estes raptos revestem-se de uma importância tão marcada na sociedade japonesa que existe um ministro específico encarregado de lidar com este assunto em particular (Ben-Ari, 2015, p. 14). A resposta profundamente emocional do povo japonês face a este assunto, que passou de um sentimento de perplexidade para raiva, tornou-se o principal tema em toda a retórica relacionada com a Coreia do Norte, numa espécie de “obsessão nacional” (Lee, 2016, pp. 64-65) que permanece até aos dias de hoje.

As emoções, normalmente associadas a relações interpessoais, desempenham um papel crucial na política internacional (Ariffin et al., 2016, p. 1). Sentimentos negativos como vergonha e culpa, mas também positivos como orgulho e autoestima, são essenciais para o estudo de identidades dos Estados, principalmente para a sua segurança ontológica. Visto que este tipo de segurança se foca na “estabilidade da narrativa do agente”, um sentimento como a vergonha, por exemplo, reflete uma “disparidade entre a narrativa própria do Estado e a sua autoidentidade”, ou seja, deriva da ansiedade causada pela dificuldade que o Estado pode ter em transformar a forma como se vê a ele próprio numa narrativa coerente (Verleye, 2025, p. 33). Isto pode levar a um “profundo sentimento de insegurança” que é normalmente mitigado pelos Estados através de ações de cariz humanitário ou moral, numa forma de “comportamento de autoajuda” (Bassan-Nygate & Heimann, 2024, p. 258).

A Segunda Guerra Mundial constituiu um dos eventos mais transformativos do século XX (Kesternich et al., 2014, p. 103), uma “catástrofe terrível”, que ceifou mais de 60 milhões de vidas (Hauber & Zank, 2021, p. 835). O Japão, em particular, viu a sua cultura ser influenciada pela derrota na guerra de forma “imensa, duradoura e complicada”

(Hashimoto, 2015, p. 2). A memória coletiva do período pós-guerra é parte essencial das “histórias que os Japoneses contam sobre eles próprios”, especialmente as narrativas transmitidas pelos líderes políticos em fóruns internacionais (Gustafsson, 2015, p. 124).

A memória da guerra subsiste na consciência coletiva japonesa devido à combinação de vários aspetos, nomeadamente a humilhação da rendição e posterior ocupação por parte dos Estados Unidos no pós-guerra, a necessidade de “regeneração” da vida coletiva após a derrota sofrida e a tentativa de aceitação de um “passado desacreditado e manchado” derivado das ações antes e durante a guerra. A “cultura de derrota” no Japão baseia-se, portanto, na tentativa de criar uma narrativa coerente e, simultaneamente, de “consertar a espinha dorsal moral de uma sociedade fraturada”. As disputas que surgem sobre como lidar com o legado histórico do Japão encontram-se no cerne da questão da remilitarização e alteração da Constituição pacifista (Hashimoto, 2015, pp. 2-3).

A sociedade japonesa, no geral, não demonstra arrependimentos em relação à guerra em si, portanto o pacifismo que lhe é característico formou-se a partir de outro aspeto: “a ideologia nacional da vitimização”. Este vitimismo é uma abordagem adotada por todo o espectro político japonês sendo que, para a direita, o Japão é vítima do *diktat* determinado pelos Aliados no pós-guerra, a humilhação derivada da ocupação por parte dos EUA e a imposição da Constituição pacifista, com uma grande parte da população a “recusar aceitar a responsabilidade do seu país pela guerra” (Seo, 2021, p. 50), enquanto que, para a esquerda, o Japão foi vítima das decisões dos seus militares antes e durante a guerra e das bombas nucleares americanas (Hagström & Hanssen, 2015, p. 82).

Também em relação à China, o Japão é cada vez mais visto como uma vítima da diplomacia hostil por parte de Pequim, especialmente devido à questão das ilhas Senkaku/Diaoyu (Suzuki, 2015, p. 106). Adicionalmente, os pedidos de desculpa por parte dos líderes políticos japoneses pelas transgressões cometidas pelo Império nunca foram considerados “sinceros ou suficientes”, contribuindo para as opiniões negativas dos vizinhos do Japão, impedindo a revisão do Artigo 9.º e criando um “dilema de segurança” com cada medida de carácter militarista que é tomada por Tóquio (Won-soo, 2023).

Este tema permitiu que questões sobre revisão constitucional e uma defesa nacional mais forte entrassem no campo político no Japão: os discursos relacionados com o assunto dos raptos perpetuam a narrativa vitimizadora do Japão no pós-guerra, permitindo o abandono do “pacifismo” em direção a uma “normalização” das políticas de segurança japonesas.

Para além disso, através da “difusão de emoções” relacionadas com este assunto e a sua denominação como “a violação mais grave da soberania japonesa na era do pós-guerra”, o mesmo sofreu um processo de securitização e coletivização tão intenso que acabou por justificar a ideia de que o pacifismo, que constitui uma ideia central da identidade japonesa no período pós-guerra, se afigura agora como um perigo para o Japão, tratando-se de um caso concreto em que a postura pacifista do Japão na área da

segurança causou a morte de cidadãos japoneses por parte de agentes externos (Hagström & Hanssen, 2015, pp. 83, 85, 87).

O pacifismo continua, portanto, a constituir uma identidade central e um ideal máximo para a opinião pública, havendo grande relutância por parte da população em aceitar medidas que afastem o Estado do que se encontra descrito na sua Constituição, temendo que o Japão seja arrastado para guerras estrangeiras e que aumente as tensões com os seus vizinhos. De acordo com uma sondagem conduzida pelo Pew Research Center, em 2015, apenas 23% da população desejava que o Japão desempenhasse um papel militar mais ativo na região (Cho, 2022, p. 135).

Essa tendência tem vindo a inverter-se, principalmente após a invasão russa da Ucrânia: em maio de 2022, apenas três meses após esse acontecimento, o jornal *Asahi Shimbun* afirmava que, pela primeira vez desde que as suas sondagens sobre este tópico tiveram início, em 2023, a percentagem de inquiridos que apoiavam um reforço da defesa do Japão tinha atingido os 60% (Isobe, 2022). Em maio de 2024, uma outra sondagem levada a cabo pelo *Yomiuri Shimbun* concluía que 75% dos inquiridos consideravam desnecessária a revisão do parágrafo 1 do Artigo 9.º, relativo à renúncia da guerra como um direito soberano da nação, porém 53% acreditavam que poderia ser útil alterar o 2º parágrafo, que se refere à proibição da manutenção de “potencial de guerra”, como as forças armadas, constituindo, de acordo com o jornal, “a maior percentagem já registada” (The *Yomiuri Shimbun*, 2024).

A verdade é que, historicamente, a opinião pública não tem apoiado reformas profundas ou uma posição de liderança regional e/ou global na área da segurança, algo que, aliado às restrições impostas pela Constituição e à desconfiança generalizada de políticos revisionistas como Abe, não permite avanços substanciais (O’Shea & Maslow, 2024, p. 656). Um aspeto central deste antimilitarismo da população japonesa é o impacto da experiência dos *hibakusha* na consciência coletiva. *Hibakusha* é o termo que os japoneses utilizam para se referirem às vítimas das bombas atómicas (Naono, 2019, p. 334). O povo japonês, através dos testemunhos deste grupo, adotou uma firme convicção da barbaridade da guerra, já que, mesmo não tendo passado por essas experiências ou sequer pelo período da Segunda Guerra Mundial, a divulgação destas histórias permite interiorizar lições importantes sobre a guerra e, conseqüentemente, acabaram por desenvolver uma forte aversão ao conflito armado (Lee, 2021, p. 145).

Para além disso, o crescimento económico e o bem-estar social que derivou das décadas de paz no período pós-Segunda Guerra Mundial “levou os japoneses a acreditar que o uso da força não é uma ferramenta eficaz da política do Estado” e que deveria ser apenas utilizada em casos extremos, mas, regra geral, para propósitos defensivos (Lee, 2021, p. 145). O sofrimento causado pelas políticas militaristas, a humilhante derrota do Japão e a sua permanência no psicológico da população continuam a moldar as políticas de segurança e defesa no país (Lee, 2021, p. 146).

O poder da opinião pública é evidente e os líderes políticos demonstram a sua sensibilidade para com a perspectiva da população, notavelmente no que diz respeito à revisão constitucional e legislação na área da segurança, ajustando as suas políticas e estratégias de forma a conseguirem evitar consequências nefastas para o seu governo, como a ascensão de maiorias que se opõem às suas decisões. Tal situação leva a que qualquer política que possa ser interpretada como sendo de carácter militarista tenha de ser justificada de forma preventiva, demonstrando a pressão que a opinião pública exerce nos líderes do governo em países democráticos e particularmente no Japão, com uma população que assume pertinazmente a sua identidade pacifista e antimilitarista (Lee, 2021, pp. 158-159).

Enquadramento das Perceções de Ameaça

Relativamente às ameaças externas, três Estados destacam-se na política externa japonesa, conforme se encontra patente nos documentos de segurança, tanto de 2014 como de 2022: a China, a Coreia do Norte e a Rússia.

A questão chinesa afigura-se igualmente como um aspeto central da política externa japonesa, com a perceção de ameaça proveniente do gigante asiático a constituir, de acordo com Ben-Ari (2015, p. 10), a justificação para uma “postura mais proativa (em vez de reativa)” dos agentes políticos japoneses em assuntos relacionados com a segurança. Isto apesar de Suzuki (2018, p. 1), como mencionado anteriormente, classificar a Coreia do Norte como “a maior ameaça ao Japão”, com Katagiri (2018, p. 329) a afirmar, no entanto, que o seu poder “não corresponde à sua intenção hostil”, o que poderá explicar o porquê de se considerar a China e não a Coreia do Norte como a ameaça catalisadora de uma transformação na política de segurança do Japão.

Em 2018, o documento antecessor da Estratégia de Segurança Nacional, as Diretrizes para o Programa de Defesa Nacional, destacava, pela primeira vez, o poderio militar da China como assunto preocupante, mais premente ainda do que o poder nuclear da Coreia do Norte (Aoyama, 2023, p. 193), ou seja, uma capacidade a nível de material bélico que, neste caso, poderia corresponder a uma intenção hostil por parte do regime de Xi Jinping.

A verdade é que a perceção de ameaça em relação à China foi aumentando ao mesmo tempo que o mundo assistia a um equiparável incremento na sua capacidade militar: entre a Estratégia de Segurança Nacional de 2013 e de 2022, a perceção de ameaça por parte do Japão modificou-se: a Coreia do Norte, considerada a ameaça mais urgente no documento de 2013, foi relegada para segundo lugar em 2022, face à China que, por sua vez, passou de “assunto de preocupação”, em 2013, para “o maior desafio estratégico” para o Japão, em 2022 (Tokuchi, 2023, p. 7).

Internamente, no entanto, a ascensão chinesa apenas contribuiu para “fomentar a sensação de insegurança do Japão”, que usa o *soft power* para criticar as supramencionadas tentativas de mudança do *status quo* pela força e contrastando as

pretensões revisionistas da China com a “lealdade à ordem internacional pós-guerra” por parte do Japão (Miller, 2023, p. 483). Tanto as elites políticas como o público em geral têm demonstrando uma maior preocupação com “o desafio de segurança” colocado pelas ações chinesas (Liff, 2018, p. 26). Katagiri (2018, p. 332) contrasta tal com o facto de que, pese embora o trabalho das Forças de Autodefesa japonesas tenha vindo a ser alvo de um reconhecimento cada vez mais positivo e exista menos resistência a uma expansão do papel das mesmas, tal se deve à sua associação com missões humanitárias, de carácter não militar, e não como forma de responder ao poderio crescente da China.

Referências à Coreia do Norte e às ameaças provenientes do regime de Kim Jong un são uma constante nos discursos dos atores políticos japoneses. Suzuki (2018, p. 1) apresentava, em 2018, este Estado da península da Coreia como “a maior ameaça ao Japão, de longe”, acrescentando que as perceções de ameaça japonesas em relação à Coreia do Norte chegam a ser mais fortes do que o eram relativamente à União Soviética durante a Guerra Fria. No entanto, Katagiri (2018, p. 329) argumenta que os japoneses vêm as ameaças nucleares e de mísseis provenientes da Coreia do Norte apenas como um meio de dissuasão, visto que o seu poder “não corresponde à sua intenção hostil” e que o regime cairia devido à retaliação que iria sofrer em caso de ataques diretos. O autor argumenta que o grande assunto que permeia a oposição entre os dois Estados é a questão de raptos de cidadãos japoneses pela Coreia do Norte.

Seria incorreto, no entanto, reduzir a ameaça norte-coreana à questão dos raptos. A verdade é que, desde que a Coreia do Norte lançou, em 1998, um míssil que atravessou os céus do país, a opinião pública japonesa começou a perceber a importância de o país estar preparado para a eventualidade de um conflito, mantendo uma política de “dissuasão contra potências externas”. As Forças de Autodefesa e o processo de militarização foi sendo fortalecido, fortalecimento esse justificado pelos sucessivos governos como sendo uma necessidade para a defesa do país, já que as forças militares atuam como “guardiões da segurança nacional”, consciencializando o público para tal, algo facilitado, por exemplo, pela ameaça nuclear da Coreia do Norte e as incursões de embarcações de espionagem nas águas do Japão (Ben-Ari, 2021, pp. 44, 51).

A Rússia, por sua vez, era, desde o final da Guerra Fria, percecionada de forma “ambivalente” no Japão, não sendo considerada uma ameaça militar muito relevante (Sakaki, 2015, p. 11). Contudo, a questão de quatro ilhas pertencentes ao Arquipélago das Curilas (Iturup/Etorofu, Kunashiri/Kunashir, Shikotan/Spanberg e Habomai/Khabomai – apelidadas de “Territórios do Norte” pelo Japão”), cedido pelo Império Russo ao Império do Japão em 1875, pelo Tratado de São Petersburgo⁷ (Streltsov, 2024, pp. 75-76), e invadido e anexado pela União Soviética em 1945, no final da Segunda Guerra Mundial,

⁷ Piegzik (2024, pp. 256-257) refere que este tratado, firmado com o propósito de resolver a disputa territorial, acabou por conferir mais ambiguidade a esta questão: o original em francês fazia referência efetivamente às ilhas Curilas, no entanto, o Império Russo e o Império do Japão usavam termos distintos que indicavam conceções diferentes sobre que parte desse território estava incluído. Isto traria complicações mais tarde, durante o Tratado de São Francisco, que finalizou oficialmente a Segunda Guerra Mundial, no qual o Japão renuncia à posse das ilhas Curilas que, na sua perspetiva, nunca incluíram as quatro ilhas referidas - apenas as que se encontravam para lá dessas até à Península de Kamchatka - sendo estas consideradas uma extensão territorial de uma das suas ilhas principais, Hokkaido (Brown, 2016, p. 12).

ao mesmo tempo que o Japão apresentava a sua rendição incondicional aos Aliados, por via da Declaração de Potsdam (Piegzik, 2024, pp. 260-261) e o facto que não foi assinado até à data nenhum tratado de paz concernente a este conflito continuam a minar as relações entre os dois Estados. As demonstrações de força e de assunção de soberania por parte da Rússia nesta região, nomeadamente o sobrevoo de bombardeiros e caças pelo arquipélago japonês, não são tratadas como uma ameaça substantiva para o Japão (Katagiri, 2018, pp. 328-329), sendo consideradas simplesmente tentativas de extrair concessões a Tóquio, particularmente em futuras negociações sobre as Curilas (Sakaki, 2015, p. 11).

O mandato de Abe foi marcado por uma tentativa de reaproximação a Moscovo, devido à dependência energética de gás russo, a esperança de um “avanço histórico” nas relações entre os dois e o receio da crescente assertividade chinesa e de um possível estreitamento das relações sino-russas (Sakaki, 2015, p. 31). Isto refletiu-se nos documentos de segurança de 2014, em que, embora a tendência verificada tenha sido de um aumento da perceção de ameaça, não foi associado um nível mais elevado de ameaça à Rússia (não foi sequer considerada uma “preocupação”), mesmo após o conflito na Geórgia e a anexação da Crimeia (Oren & Brummer, 2020, p. 738).

Kishida, no entanto, menos preocupado do que Abe em melhorar o estado das relações entre a Rússia e o Japão, estabeleceu, imediatamente após a invasão da Ucrânia em 2022, como prioridade de política externa a suspensão dos contactos de proximidade com o Kremlin (Szczepanska et al., 2025, p. 241). Consequentemente, abandonou a estratégia de “equilíbrio político” em relação à Rússia, condenando firmemente as ações russas como uma “grave violação do direito internacional”, introduzindo sanções, suspendendo exportações (Asadchykh et al., 2025, p. 664). e revogando o estatuto de “nação mais favorecida” (Yamaguchi, 2022).

A invasão da Ucrânia, juntamente com as incursões conjuntas da China e da Rússia no espaço aéreo japonês a partir de 2024, abalou intensamente o pensamento estratégico na área da segurança por parte do Japão (Bunde et al., 2025, p. 96). Jochheim (2023) menciona que um antigo alto diplomata japonês, citado pelo jornal *The Economist*, tinha afirmado que a agressão russa contra a Ucrânia constituiu a razão mais importante para o aumento da despesa com questões de segurança, anunciado no Programa de Reforço Defensivo.

Este acontecimento foi, sem dúvida, um “choque de realidade” para os líderes políticos japoneses, devido principalmente e, de acordo com Tatsumi (2023), a quatro aspetos: esta afigurava-se como a primeira vez no período pós-Segunda Guerra Mundial que um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU instigava uma guerra contra outro membro da ONU; a tenacidade demonstrada pelos ucranianos na defesa do seu país e a consequente onda de apoio internacional obrigou o Japão a refletir sobre a necessidade de manifestar uma vontade semelhante de se defender a si próprio em caso de ataque, de modo a obter o necessário auxílio por parte da comunidade internacional; a

Rússia não tinha sido bem-sucedida na sua tentativa de obter uma vitória imediata sobre a Ucrânia muito devido a obstáculos provocados pelas suas incipientes capacidades logísticas, algo que não é alvo de investimento por parte do Japão e que, aliado às dúvidas sobre a resiliência das Forças de Autodefesa, poderia prejudicar a defesa do país; por fim, esta guerra revelou a falta de capacidade do Conselho de Segurança da ONU para impedir um dos seus membros permanentes de violar a soberania e a integridade territorial de um outro Estado e, por conseguinte, o direito internacional.

IV. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados os resultados da investigação, combinando análise quantitativa e qualitativa dos discursos de Shinzo Abe e Fumio Kishida, de forma a examinar os mecanismos de legitimação que moldaram a evolução da identidade pacifista japonesa. O objetivo é articular a evidência empírica com o enquadramento concetual previamente estabelecido, demonstrando como as estratégias discursivas foram mobilizadas para legitimar medidas de índole securitária e militarista.

a) Apresentação Geral dos Dados

Será a partir da análise qualitativa de 227 comunicações públicas, efetuadas pelos primeiros-ministros japoneses Shinzo Abe (entre 2014 e 2020) e Fumio Kishida (de 2021 até 2024), que serão apresentados os principais resultados da investigação, analisando e discutindo os mesmos à luz do enquadramento concetual previamente estabelecido, procurando articular a evidência empírica com as estratégias de legitimação identificadas. Estas comunicações incluem discursos oficiais, conferências de imprensa, declarações, comentários, artigos para jornais e revistas e transcrições de conversas telefónicas e mensagens de vídeo, todos recolhidos no sítio oficial do Gabinete do Primeiro-Ministro do Japão (*Kantei*). A seleção obedeceu ao critério da relevância temática, privilegiando intervenções que abordassem segurança, defesa, paz, guerra, diplomacia e identidade nacional, no contexto da evolução da postura do Japão face a ameaças externas, nomeadamente entre a anexação russa da Crimeia em 2014 e o pós-invasão russa da Ucrânia em 2022, conforme apresentado no Anexo 4.

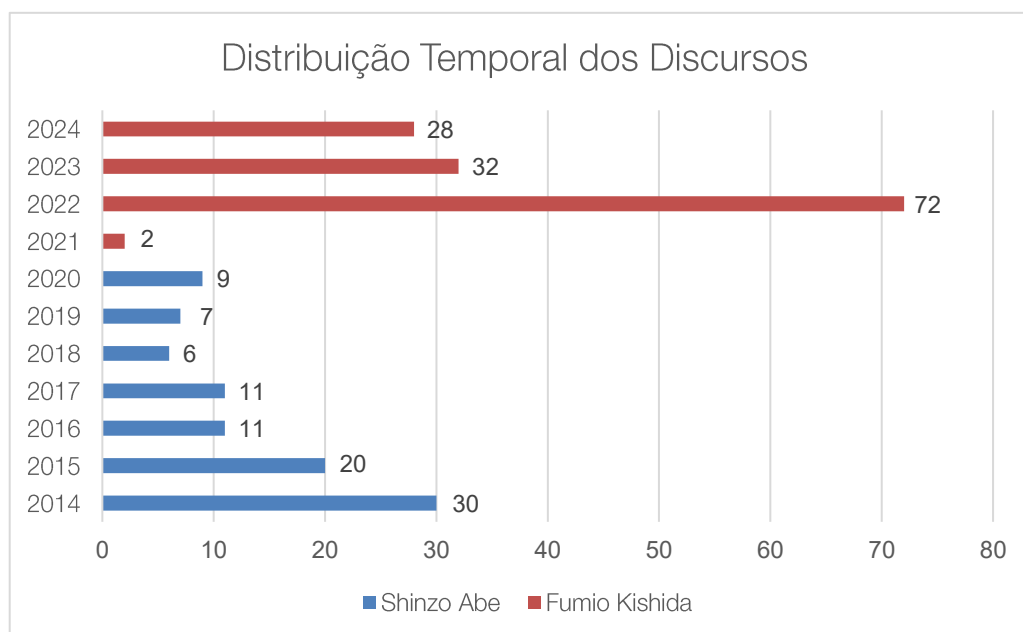
A análise incidiu apenas sobre os excertos com menções substantivas aos temas referidos, de modo a concentrar a investigação nos elementos discursivos mais relevantes. Do total de comunicações selecionadas, 94 pertencem a Shinzo Abe e 133 a Fumio Kishida, permitindo estabelecer pontos comuns nos dois períodos de governação e distinguir padrões nas formas como as medidas de carácter mais militarista são justificadas. Esta distribuição revela um aumento notório da densidade de intervenções em matéria de segurança e defesa a partir de 2022, coincidindo com a invasão russa da Ucrânia, o que corrobora a hipótese de que certos eventos internacionais são enquadrados de forma a funcionarem como catalisadores para reconfigurações discursivas internas e de que poderá ter existido um maior foco por parte de Kishida em questões de segurança e defesa.

A identificação de padrões de frequência, picos e variações temporais, bem como das coocorrências entre códigos, permite relacionar os discursos com eventos concretos (como a anexação da Crimeia em 2014 ou a invasão da Ucrânia em 2022) e com as mudanças institucionais na política de segurança japonesa. Desta forma, a análise não se limita a descrever tendências, mas procura explicar como diferentes estratégias de legitimação interagem ao longo do tempo, revelando continuidades e rupturas entre os

governos de Abe e Kishida e oferecendo uma interpretação comparativa da transformação da identidade pacifista do Japão.

Ao longo do capítulo, os dados são apresentados com apoio de visualizações, citações exemplificativas e análise comparada entre os dois líderes políticos, procurando responder à pergunta de investigação formulada anteriormente.

Gráfico 1: Distribuição temporal dos discursos analisados



b) Análise por Estratégias de Legitimação

Os discursos foram processados e codificados no software MAXQDA, permitindo aplicar códigos a 1251 segmentos de Abe e 1861 de Kishida. Os códigos funcionaram como indicadores empíricos, posteriormente agrupados em estratégias de legitimação mais amplas. As demais variáveis (autor, data, evento) foram utilizadas para comparações temporais e entre líderes.

A partir das estatísticas que o MAXQDA fornece, é possível verificar quais os códigos e respetivas estratégias são mais recorrentes e como estas evoluem ao longo do tempo. Conforme apresentado no **Gráfico 2**, categorias associadas à perceção de ameaça e securitização do ambiente externo (como “ponto de viragem/ambiente severo”), à invocação de normas e valores universais (“ordem baseada nas regras/mudança de status quo/valores partilhados” e “aliança EUA/colaboração com países que partilham dos mesmos valores”) e à mobilização discursiva da identidade pacifista (“afirmação do pacifismo”/“adaptação do pacifismo”) surgem como particularmente dominantes.

A associação entre códigos e estratégias foi concebida da seguinte forma:

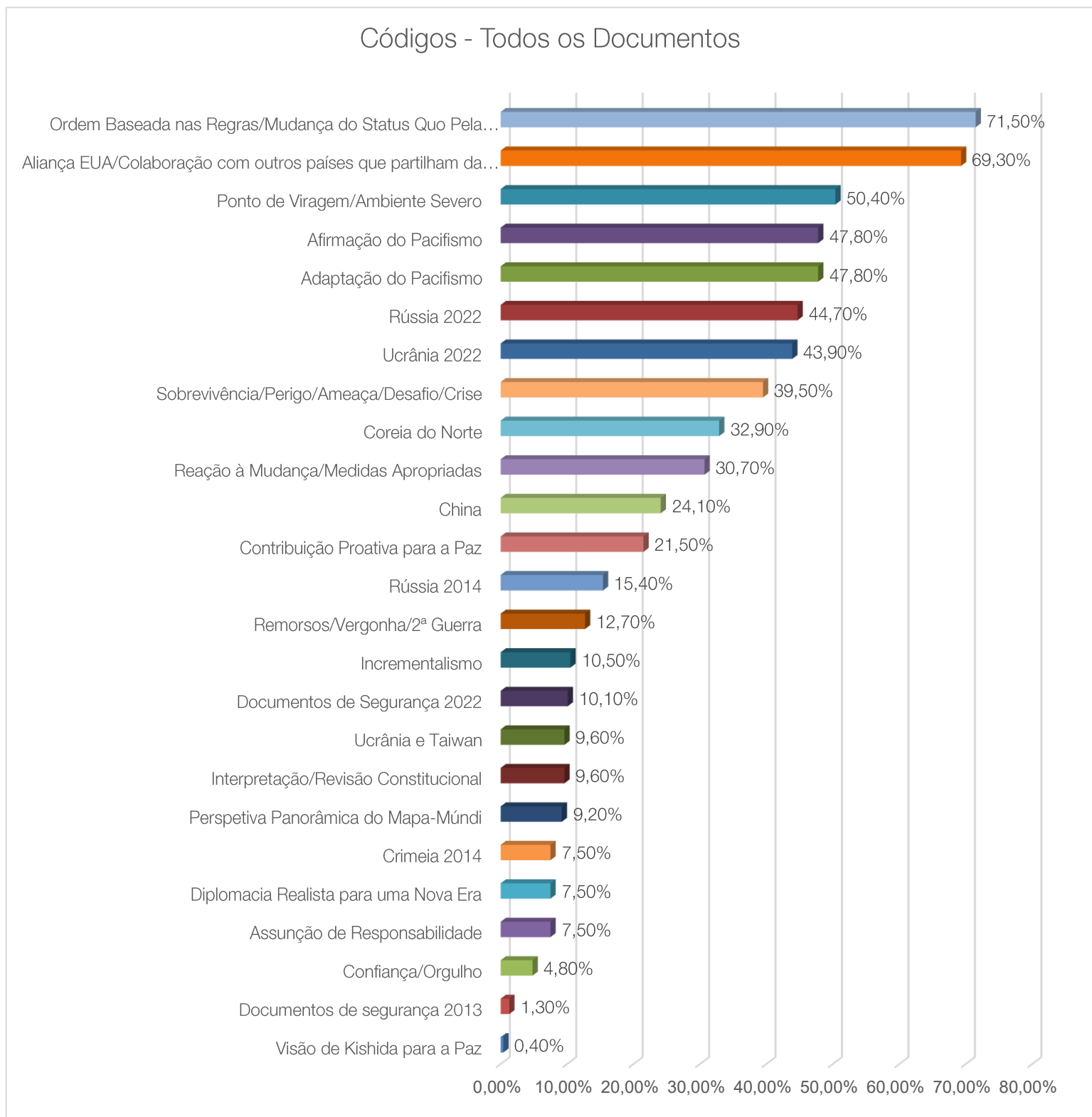
Tabela 1: Associação entre as estratégias de legitimação e os códigos provenientes da análise dos discursos

Estratégia de Legitimação	Códigos Correspondentes
Apelo à Ameaça Externa	Sobrevivência/Perigo/Ameaça/Desafio/Crise, Ponto de Viragem/Ambiente Severo, Coreia do Norte, China, Rússia 2014, Rússia 2022, Crimeia 2014, Ucrânia 2022, Ucrânia e Taiwan
Normas e Valores Universais e Responsabilidade Internacional	Ordem Baseada nas Regras/Mudança do Status Quo pela Força, Aliança EUA/Colaboração com países que partilham a mesma visão, Assunção de Responsabilidade
Legalidade Constitucional e Mudanças Incrementais	Interpretações/Revisões Constitucionais, Incrementalismo, Documentos de Segurança 2014, Documentos de Segurança 2022, Reação à Mudança/Medidas Apropriadas
Mobilização da Identidade Pacifista	Afirmação do Pacifismo, Adaptação do Pacifismo
Memória Histórica e Emoções Nacionais	Remorsos/Vergonha/2ª Guerra Mundial, Confiança/Orgulho
Narrativas Estratégicas	Visão de Kishida para a Paz, Diplomacia Realista para uma Nova Era, Perspetiva Panorâmica do Mapa-Múndi, Contribuição Proativa para a Paz

Este enquadramento organiza os dados de modo a evidenciar que não se trata apenas de ocorrências isoladas de termos, mas de manifestações consistentes de mecanismos discursivos com funções políticas claras: criar urgência, legitimar mudanças constitucionais, fundamentar políticas com normas internacionais ou redefinir o papel do Japão como ator de segurança, por exemplo.

Nos capítulos seguintes, estas estratégias são analisadas em detalhe, com a utilização de citações exemplificativas e visualizações através de gráficos, permitindo verificar em que contextos é que certas estratégias são aplicadas de forma mais intensa, de que maneira é que diferentes estratégias são associadas e distinguindo os padrões nos discursos de Abe e Kishida.

Gráfico 2: Percentagem referente à atribuição dos diferentes códigos na totalidade dos documentos



1. Apelo à Ameaça Externa

Aqui, estão incluídos os seguintes códigos: Sobrevivência/Perigo/Ameaça/Desafio/Crise, Ponto de Viragem/Ambiente Severo, Coreia do Norte, China, Rússia 2014, Rússia 2022, Crimeia 2014, Ucrânia 2022, Ucrânia e Taiwan. No caso da Rússia, as referências foram divididas em 2014 (pós-anexação da Crimeia) e 2022 (pós-invasão da Ucrânia), optando-se igualmente por criar códigos específicos para a Ucrânia e a Crimeia, para separar as alusões à Rússia no contexto desses eventos e noutros contextos, algo que se torna importante, principalmente, para distinguir a abordagem dos dois primeiros-ministros. Um outro código foi também estabelecido para excertos em que seja explicitamente comparado o caso da Ucrânia a uma ação hostil, hipotética e futura, da China contra Taiwan. O **Gráfico 3**, no Anexo 1, demonstra a evolução da utilização desta estratégia ao longo dos mandatos de Kishida e Abe.

Durante o mandato de Shinzo Abe, são poucas as alusões a ameaças externas, raramente excedendo as vinte. Abe menciona pela primeira vez a situação na Ucrânia, em que forças especiais da Federação Russa ocuparam lugares estratégicos na península da Crimeia, na resposta a uma pergunta efetuada por um repórter do jornal britânico Financial Times (Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe on the Upcoming Third Anniversary of the Great East Japan Earthquake, 10/03/2014). Na conferência de imprensa dedicada ao terceiro aniversário do Grande Terramoto do Leste do Japão, no mês de março de 2014, Abe privilegia uma resolução da questão “por meios pacíficos”, comprometendo-se a continuar o diálogo com a Rússia, salientando que o desenvolvimento das relações entre os dois países “contribui para o interesse nacional do Japão” (Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe on the Upcoming Third Anniversary of the Great East Japan Earthquake, 10/03/2014).

Seria apenas em maio desse ano que o número de referências a ameaças externas sofreria um aumento notável, impulsionado por presenças de Abe em fóruns internacionais como a reunião do Conselho do Atlântico Norte, onde menciona que a situação na Ucrânia constitui o “maior desafio para a Europa pós-Guerra Fria”, considerando igualmente se tratar de um problema que também impacta a Ásia, propondo apenas a assistência económica à Ucrânia como medida. O primeiro-ministro aborda também o “perigo claro e presente” que a Coreia do Norte representa, bem como a preocupação com os desenvolvimentos a nível militar e a postura na política externa da China, alertando para um aumento das tensões causado pelo equilíbrio de poder em mudança na região da Ásia-Pacífico (Japan and NATO As “Natural Partners” - Speech by Prime Minister Abe, 06/05/2014).

Durante o mandato de Abe, a crise na Crimeia não aparenta ter impactado de forma substancial os esforços do primeiro-ministro japonês de aproximação à Rússia e os seus discursos refletem essa realidade: das 60 referências assinaladas relativamente à Rússia, apenas duas condenam de forma direta a anexação russa da península: “o Japão não poderá nunca aceitar tentativas de alterar o status quo através da força... como a tentativa da Rússia de anexar a Crimeia” (Press Conference by Prime Minister Abe during his Visit to Europe, 07/05/2014) e “a tentativa da Rússia de anexar a Crimeia está claramente em contravenção do direito internacional” (Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe, 25/03/2014), tendo

apresentado, nessa mesma comunicação, a sua intenção de não comparecer à reunião do G8 em Sochi, Rússia.

Por outro lado, todas as restantes referências à Rússia apontam para um forte anseio por parte de Abe de estreitar as relações entre os dois países, equilibrando, por vezes, críticas mais indiretas às ações russas na Crimeia com a indicação de necessidade de diálogo: “considero que o diálogo é importante de forma a instar a Rússia a agir como uma nação responsável” (Press Conference by Prime Minister Abe following the 69th Session of the United Nations General Assembly, 25/09/2014), “iremos usar o diálogo para instar a Rússia, como nação responsável, a participar de forma construtiva na [resolução de] vários assuntos no seio da comunidade internacional” (Policy Speech by Prime Minister to the 187th Session of the Diet, 29/09/2014).

Esta insistência no diálogo e cooperação era notória nas comunicações oficiais de Abe, visto que tal era considerado essencial de forma a impedir a “consolidação da relação sino-russa” e para garantir o apoio da Rússia na mitigação da ameaça nuclear proveniente da Coreia do Norte (Szczepanska et al., 2025, p. 239). As medidas que o governo de Abe tomou face à investida russa de 2014 foram aplicadas “de forma relutante” e consideradas “limitadas e ineficazes”, num gesto simbólico de solidariedade para com os outros países do G7 e de apoio à comunidade internacional, sob pressão dos Estados Unidos. No entanto, a realidade geopolítica do Japão e a asserção de que a Rússia constituía a parceria mais importante para assegurar a estabilidade regional obrigaram Abe a colocar o conflito e as suas relações com a Rússia em dois planos distintos para justificar a sua postura conciliatória (Shagina, 2018).

De forma a conseguir enfrentar as várias ameaças que extravasam as fronteiras políticas dos Estados, bem como a dar resposta a questões que o próprio coloca relativamente à incapacidade imposta pela interpretação da Constituição em vigor na altura (incapacidade essa que não permitia que as Forças de Autodefesa auxiliassem na defesa de tropas aliadas na eventualidade de estas sofrerem algum ataque, a chamada “autodefesa coletiva”), Abe anuncia a ocorrência de discussões sobre “a relação entre a Constituição... e assuntos como o direito à autodefesa coletiva, medidas de segurança coletivas e operações de manutenção de paz” (Japan and NATO As “Natural Partners” - Speech by Prime Minister Abe, 06/05/2014).

Abe explica mais detalhadamente esta questão numa conferência de imprensa a 15/05/2014, demonstrando achar impossível que a Constituição o obrigue a “renunciar...a responsabilidade de proteger as vidas nas pessoas” em situações que considera não se tratar de “mera teoria”, elencando os conflitos no Mar do Sul da China e no Mar da China Oriental e a capacidade de os mísseis norte-coreanos atingirem o território japonês como exemplos dessa asserção. O primeiro-ministro relembra que o Japão continua a ser um país pacífico, mas que, se essa paz for perturbada por uma crise, o governo terá de estar preparado, anunciando, portanto, que será examinada a possibilidade de, a partir da interpretação constitucional em vigor à data, desenvolver a legislação necessária para dar resposta a essas

questões ou se, alternativamente, terá de ser efetuada uma reinterpretação da Constituição (Press Conference by Prime Minister Abe, 15/05/2014).

Em julho de 2014, é associada a severidade crescente do ambiente internacional que rodeia o Japão à necessidade de “desenvolver legislação de segurança que permita uma resposta fluida a qualquer situação para proteger as vidas e o modo de vida pacífico do povo japonês” (Press Conference by Prime Minister Abe, 01/07/2014).⁸

Em 2015, no entanto, verificou-se uma ocorrência ascendente considerável, impulsionada principalmente pela conferência de imprensa de Abe, em maio, onde é anunciada a submissão da “Legislação para a Paz e Segurança”. Abe coloca a questão em termos absolutos, mencionando que “as vidas...pacíficas [dos japoneses] estão sob um perigo real” e que “não existem outros meios apropriados disponíveis para repelir o perigo”, acrescentando que a possibilidade de um ataque às forças norte-americanas nas águas próximas do território japonês constitui uma “verdadeira ameaça”. O primeiro-ministro refere ainda, em resposta a uma questão colocada por um repórter do Yomiuri Shimbun que “o ambiente de segurança tem ficado cada vez mais severo” e que, face a isso, seria necessário considerar aumentar os gastos com a defesa, visto que “menos países ou pessoas tentariam atacar um país bem preparado” (Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following the Cabinet Decision on the “Legislation for Peace and Security”, 14/05/2015).

Essa legislação incluía as “Três Novas Condições para a Autodefesa”, sendo adotado o conceito de “situação de ameaça à sobrevivência”, de modo a enquadrar na Constituição o direito à autodefesa coletiva, algo controverso para os defensores do pacifismo (Akimoto, 2018, p. 108), permitindo ao governo de Abe legitimar essa decisão e, ao mesmo tempo, constitucionalizar a mesma (Akimoto, 2018, p. 224), criando uma categoria em que é possível inserir medidas que antes poderiam ser consideradas anticonstitucionais. A legitimação das medidas é operacionalizada através do discurso, mas este tem, neste caso, de incluir um enquadramento legal que permite a institucionalização desta reinterpretação, de forma a ser aceite.

É possível constatar que nem todas as ameaças são tratadas da mesma forma por Abe. Enquanto as ameaças asiáticas, como a Coreia do Norte, um “perigo claro e presente” e a China como preocupação militar, acusada de tentativas de mudança no equilíbrio de poder, são securitizadas diretamente, a ameaça proveniente da anexação da Crimeia é reconhecida, mas sempre enquadrada através de linguagem de diálogo.

⁸ A quantidade de referências foi caindo até setembro, algo que é justificado com a agenda parlamentar japonesa: é o mês onde tem lugar a sessão extraordinária da Dieta nacional, marcada pelo discurso do primeiro-ministro, através do qual se definem as prioridades do governo, tendo de ser convocada por um quarto ou mais do número total de membros de qualquer uma das câmaras da Dieta; setembro é igualmente uma altura do ano marcada pela presença do Japão em fóruns internacionais, como o caso das sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas. Por sua vez, janeiro é o mês onde inicia a sessão ordinária da Dieta, com discursos dedicados às políticas do governo e é também o mês em que ocorrem os discursos de Ano Novo, que consistem na recapitulação do que foi realizado até à data e os projetos para o ano que está a iniciar, contendo, portanto, várias referências a políticas e estratégias (House of Councillors, The National Diet of Japan, s/d). Este calendário irá refletir-se em várias ocasiões, justificando picos de referências a questões de segurança e defesa que se verificam durante os mandatos de Abe e Kishida.

Em 2018, volta a mencionar que, olhando para “a realidade de um ambiente de segurança cada vez mais severo”, as capacidades de defesa teriam de ser fortalecidas, incluindo a introdução do sistema de defesa antimísseis Aegis Ashore e mísseis de longo alcance (Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 196th Session of the Diet, 22/01/2018). Noutra exemplo, refere que, face a “circunstâncias severas”, o governo japonês terá de fazer o seu dever, de forma a “proteger e defender as vidas...do povo japonês” e que terão de ser definidas políticas para “responder ao severo ambiente de segurança que envolve o Japão” (Statement by Prime Minister, 11/09/2020).

Este tipo de linguagem, mencionando a severidade do ambiente de segurança e a necessidade de proteção do povo constrói uma inevitabilidade que enfraquece significativamente alternativas legítimas. Abe apresenta as suas decisões como a única resposta lógica possível para defender a população e para responder a um ambiente severo, denunciando a sua deterioração progressiva, algo que torna a manutenção do *status quo* da política de segurança japonesa insustentável, face à sua ineficácia para responder às ameaças que se colocam.

Através do **Gráfico 3**, é possível verificar um aumento significativo das referências a ameaças logo no início do mandato de Kishida, principalmente a partir do mês de fevereiro de 2022, que coincide com a invasão russa da Ucrânia, atingindo o seu pico em março, quando já era evidente que a “operação militar especial”, como o presidente russo apelidou a sua violação da soberania ucraniana (Hill, 2025, p. 887), seria para durar, contrariando as expectativas de “uma vitória rápida e decisiva”, com a queda da capital Kyiv e outras cidades importantes a ocorrer prontamente (Onay, 2024, p. 270).

Na conferência de imprensa logo após a invasão, condena veemente a ação russa, afirmando que, para além da clara violação de direito internacional que constitui, é igualmente algo que o Japão não pode ignorar a nível de segurança nacional, declarando, de seguida, a aplicação de um regime de sanções (Press Conference by the Prime Minister, 25/02/2022).

Em março de 2022, Kishida faz a primeira ligação direta entre, por um lado, um “ambiente de segurança regional...desafiante”, devido ao desenvolvimento militar da Coreia do Norte e às questões do Mar do Sul da China e uma “situação internacional cada vez mais severa e complexa” e, por outro lado, a necessidade de “salvaguardar a [própria] segurança” do Japão, anunciando o “reforço das capacidades de defesa” através da redação de novos documentos, mencionando a Estratégia de Segurança Nacional, as Diretrizes para o Programa de Defesa Nacional e o Programa Intercalar de Defesa, numa mensagem de vídeo gravada para o 3.º Diálogo Global de Tóquio, organizado pelo *think tank* japonês Japan Institute of International Affairs (Video Message by Prime Minister Kishida for the 3rd Tokyo Global Dialogue, 02/03/2022).

Por ocasião da Conferência de Tóquio de 2022, Kishida expressava a sua opinião de que o mundo se encontrava numa “conjuntura histórica” e que se colocava a questão se a comunidade internacional seria capaz de ultrapassar esta crise, de “importância crítica...[para] a diplomacia e segurança futuras do Japão”. Inquirindo de forma retórica o que

seria possível fazer para “enfrentar o ambiente de segurança cada vez mais severo que rodeia o Japão” e face à “agressão da Rússia para com a Ucrânia”, surge o imperativo (“must”) de “fazer a revisão da...Estratégia de Segurança Nacional e reforçar...as próprias capacidades de defesa do Japão” (Video message by Prime Minister KISHIDA Fumio at “The Tokyo Conference 2022: How do we restore democracy and multilateralism moving towards a post-COVID-19 world?”, 14/03/2022), estabelecendo um claro fio condutor entre as ameaças que o Japão percebe e que teme impactar a segurança do país e a obrigação de encetar esforços para desenvolver as capacidades na área da defesa, aproveitando os acontecimentos na Europa para abordar o controverso tema de aplicação de medidas de carácter mais militarista.

Ainda em março, num discurso na Cerimónia de Graduação da Academia de Defesa Nacional, Kishida menciona que a Estratégia de Segurança Nacional em vigor na altura estava desatualizada, elencando a severidade do ambiente externo, exemplificado pela invasão russa da Ucrânia, o lançamento de mísseis por parte da Coreia do Norte e as tentativas por parte da China de alterar o *status quo* pela força na região como componentes de uma “realidade severa”, expressando que, face a isso, a redação de novos documentos de segurança impõe-se como uma “matéria de urgência” (Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Graduation Ceremony of the National Defense Academy, 27/03/2022).

É evidente que, através da utilização destes conceitos de severidade e gravidade, estes atores políticos evocam uma sensação de urgência, da ocorrência de mudanças tão profundas e bruscas no espaço envolvente do Japão e de ameaças tão prementes que justificam uma maior preocupação com a área da segurança e da defesa. O Estado demonstra, assim, a fragilidade da situação atual perante a situação internacional, legitimando medidas que possam fortalecê-lo e garantir a segurança do povo. Este sentimento de insegurança não é um facto ao qual se está condicionado por natureza, mas sim “um fenómeno construído política e socialmente” (Huysmans, 2006, p. 2) e uma “interpretação discursiva” que é efetuada do contexto envolvente através de práticas de segurança (Huysmans, 2011, p. 2).

No mês de junho de 2022, o estadista menciona, numa conferência do *think tank* britânico International Institute for Strategic Studies, que a “agressão da Rússia contra a Ucrânia”, tendo “alterado drasticamente” as perceções de segurança dos países, e como forma de prevenir situações de emergência, nas quais uma “entidade...atropela a paz e segurança de outros países através da força ou ameaça” e para garantir que o Japão “aprende a sobreviver nesta era”, tinha conduzido à decisão de “melhorar as capacidades de dissuasão e resposta”. Face a um “ambiente de segurança...cada vez mais severo”, o primeiro-ministro anuncia a apresentação de uma nova Estratégia de Segurança Nacional no final do ano, recusando descartar qualquer opção, incluindo as capacidades de contra-ataque (Keynote Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the IISS Shangri-La Dialogue, 10/06/2022).

Kishida utilizou, portanto, nos meses subsequentes à invasão russa da Ucrânia, vários fóruns para reforçar a ideia de que o Japão e o mundo estão menos seguros. O primeiro-

ministro procurou empregar uma estratégia que visava conferir um grau de validação e credibilidade externa pelos aliados internacionais às suas percepções de ameaça, através do seu posicionamento em fóruns de grande visibilidade, de modo que as suas preocupações de segurança a nível nacional passassem a gozar de consenso multilateral, algo que dificultava a contestação a nível interno das medidas a aplicar como resposta.

Em 2023, assistiu-se, em janeiro, fruto do discurso durante a sessão ordinária da Dieta japonesa, a um aumento significativo destas referências: em janeiro, Kishida afirma que, embora a prioridade seja sempre a diplomacia, esta tem de ser suportada por capacidades de defesa sólidas. Face ao “mais severo e complexo ambiente de segurança desde o final da Segunda Guerra Mundial”, o Japão tomou medidas para reforçar as capacidades defensivas e adquirir capacidades de dissuasão que impeçam os adversários de atacar, de forma a proteger os cidadãos em alturas de emergência nacional (Policy Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio to the 211th Session of the Diet, 23/01/2023).

Em 2024, embora o mês de janeiro tenha sido marcado por um evento interno que ofuscou qualquer outro tema nos discursos do primeiro-ministro, o Sismo na Península de Noto, Kishida dedicou uma parte do seu discurso por ocasião da 213.ª Sessão da Dieta mais uma vez ao estabelecimento da ligação entre a severidade do ambiente de segurança e o “reforço fundamental das capacidades de defesa” (Policy Speech by Prime Minister Kishida to the 213th Session of the Diet, 30/01/2024). Em abril, o primeiro-ministro japonês deslocou-se até Washington para discursar numa sessão conjunta do Congresso norte-americano, anunciando a transformação da estratégia de segurança nacional japonesa face à “incerteza sobre a estabilidade futura da região do Indo-Pacífico”, que forçou o Japão a alterar, não só as suas políticas, como até a sua mentalidade (Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at a Joint Meeting of the United States Congress [“For the Future: Our Global Partnership”], 11/04/2024).

A linguagem aplicada em discursos securitários deste tipo privilegia a hipérbole e o sentido de urgência (Behm, 2020, p. 5): alguns desses termos formam um dos códigos mencionados, com Stivas (2024, p. 3), a referir o seu uso em discursos “potencialmente securitizados”, tendo alguns uma conotação mais intensa neste processo de securitização do que outros. Enquanto “crise”, “desafio” e “perigo” são classificados como “desafiantes”, os conceitos de “sobrevivência” e “ameaça” fazem parte, conforme o autor, de um tipo de retórica associada a “ameaças existenciais”.

São feitas igualmente referências em várias comunicações a momentos ou situações que constituem um “ponto de viragem”. Buzan (1995, p. 385) definiu estes pontos de viragem como momentos em que se verificam mudanças significativas nas “estruturas que definem o panorama histórico”, implicando alterações tão marcantes que denotam que os intervenientes e as “regras do jogo” na era seguinte serão consideravelmente distintos dos anteriores. O processo de securitização depende do enquadramento efetuado pelos atores políticos de uma situação como sendo uma questão de segurança, em termos de sobrevivência ou urgência (Van Rythoven, 2020).

Esta estratégia insere-se claramente na categoria de racionalização de van Leuween, mais especificamente na orientação para os objetivos, em que se aplica a fórmula “Eu faço x de modo a fazer/ser/ter y”, ou seja, associa-se à construção de propósitos por um agente através de “motivos, fins, intenções ou objetivos”. Quanto mais evidente for o poder da função que esse agente desempenha, mais lhe será atribuída a intencionalidade, a agência e o potencial para ser bem-sucedido na concretização do seu propósito (van Leuween, 2007, p. 114). Devido à percepção de ameaças que provocam um ambiente de segurança regional e internacional severo (situação), torna-se imperativo reforçar capacidades de defesa (objetivo) para salvaguardar a segurança do Japão (propósito). Esta é uma fórmula que é particularmente utilizada de forma frequente por Kishida, instrumentalizando rapidamente eventos externos de modo a conseguir racionalizar necessidades políticas internas.

2. Normas e Valores Universais e Responsabilidade Internacional

Fazem parte desta categoria os códigos Ordem Baseada nas Regras⁹/Mudança do Status Quo pela Força, Aliança EUA/Colaboração com países que partilham a mesma visão e Assunção de Responsabilidade. O **Gráfico 4**, no Anexo 1, demonstra a evolução da utilização desta estratégia ao longo dos mandatos de Kishida e Abe.

Logo após a anexação da Crimeia e abordando a questão da cimeira do G7 em março (que substituiu a planeada reunião do G8 que iria ter lugar em Sochi, na Rússia [Acosta, 2014]), Shinzo Abe condena as ações russas, particularmente as tentativas de alteração do status quo através da força, algo que vai contra o direito internacional e que constituiu um problema a nível global, referindo-se aos restantes membros como “países que partilham valores fundamentais que incluem a democracia e o Estado de direito”, possivelmente em contraste com o membro cuja participação tinha acabado de ser suspensa, a Rússia (Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe, 25/03/2014).

Em maio de 2014, Abe inicia o seu discurso na reunião do Conselho do Atlântico Norte a anunciar que o Japão está finalmente a respeitar o compromisso que tinha feito sete anos antes, no mesmo local, de “levar a cabo aquilo que lhe é exigido a nível internacional”. O primeiro-ministro refere que, face à natureza transfronteiriça de grande parte das ameaças, a cooperação com a comunidade internacional é essencial, e o Japão assume a sua vontade de agir de forma mais proactiva, nomeadamente na área da segurança, como o direito à autodefesa coletiva e medidas de segurança coletiva (Japan and NATO As “Natural Partners” - Speech by Prime Minister Abe, 06/05/2014). Abe invoca uma responsabilidade universal por parte do Japão, que ultrapassa o que possam ser os interesses nacionais, enquadrando as mudanças na política de segurança como uma forma de cumprimento de compromissos internacionais já assumidos anteriormente.

Em julho de 2014, aquando do anúncio da decisão de efetuar uma reinterpretação da Constituição para permitir o direito à autodefesa coletiva, Abe volta a associar compromettimentos internacionais com a necessidade de implementar alterações à política de segurança japonesa, dando exemplos históricos como a impopular revisão do Tratado de Segurança EUA-Japão, que reforçou uma aliança “que contribuiu significativamente para a paz do Japão e da região” e a controversa participação em operações de manutenção de paz, que constituiu um passo para a tentativa de chegar à paz mundial, agindo, proativamente com vista à estabilidade da comunidade internacional (Press Conference by Prime Minister Abe, 01/07/2014). Abe replica a abordagem mencionada anteriormente, na medida em que a construção da legitimidade necessária parte do enquadramento das mudanças como uma

⁹ O conceito de “ordem (internacional) baseada nas regras” deriva da “ordem liberal internacional”, instituída pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial e baseada na resolução pacífica de conflitos, abertura dos mercados ao comércio internacional e respeito por valores democráticos e direitos humanos (Lake, 2020, pp. 461-463). Apesar desses pilares ainda constituírem a base desta ordem, a verdade é que, para questões de framing político, começou-se a utilizar o conceito de “ordem baseada nas regras”, “claramente concebido para consumo internacional em vez de interno” (Lehne, 2024). Este sistema, portanto, é definido pela interação entre Estados governada por “normas, tratados e acordos estabelecidos”, com vista a estabelecer um “sistema de governança previsível”, alicerçado em princípios como a “estabilidade económica, não-agressão e atividade coordenada em desafios partilhados”. No entanto, este conceito tem sido intensamente debatido pelo seu viés ocidental, concebido como uma “narrativa central da política externa dos EUA” (Beqiraj et al., 2024, pp. 7-8).

progressão natural de compromissos internacionais anteriores, evocando a ideia de que tal constituiu um propósito maior, não só para a segurança do Japão, como também de toda a comunidade internacional.

Um pico significativo volta a ocorrer em maio de 2015, o que se explica com a conferência de imprensa no seguimento da submissão do projeto de lei referente à “Legislação para a Paz e Segurança”. Abe sublinha que esta decisão está enquadrada, principalmente, na aliança com os EUA, fornecendo uma “clara demonstração” do bom funcionamento da mesma, algo que irá impedir de forma mais substancial qualquer ataque ao Japão. O primeiro-ministro menciona igualmente que tal afigura um “alargamento do âmbito da contribuição internacional” do Estado, aliando-se à comunidade internacional em diversas áreas e contribuindo ativamente para a paz e estabilidade globais, não limitando as suas atividades apenas a situações que têm impacto direto sob o Japão. Esta legislação, de acordo com Abe, propõe-se a garantir a segurança das vidas dos japoneses, algo possível através da colaboração com a comunidade internacional e com os EUA, o seu maior aliado (Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following the Cabinet Decision on the “Legislation for Peace and Security”, 14/05/2015).

Abe, utilizando linguagem de perigo e sobrevivência, faz a associação entre a segurança do povo japonês e a importância de aplicação destas medidas, enquadradas numa estratégia de cooperação internacional com parceiros. Desta forma, é como se esta decisão se afigurasse como uma consequência natural dos compromissos que o Estado assume perante a comunidade internacional e que irá contribuir para a paz mundial.

O resto do mandato de Abe foi pontuado por momentos de maior utilização desta estratégia, como em setembro de 2015, nomeadamente no discurso de encerramento da 189.ª Sessão da Dieta, em que o estadista critica a designação da “Legislação para a Paz e Segurança” como sendo “de guerra”, argumentando ter recebido mensagens de apoio por parte de um grande número de outros Estados, principalmente de antigos adversários de guerra, como os Estados Unidos, países europeus e do Sudeste Asiático, constituindo apenas um contributo do Japão para a paz e segurança mundial (Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe, 25/09/2015). Este argumento é utilizado, tanto como “selo de aprovação” das suas medidas a nível internacional, como também de uma espécie de salvaguarda, dando exemplos de Estados que outrora tinham sido vítimas da agressão japonesa e inimigos, com a ideia subjacente que, se mesmo antigos adversários legitimam esta legislação como uma contribuição para a paz, a resistência a nível interno surge como uma forma irracional de isolacionismo face ao consenso internacional.

Merece igualmente destaque o mês de março de 2016, altura em que entrou em vigor a “Legislação para a Paz e Segurança”. O primeiro-ministro assume que esta legislação “cumprir a responsabilidade” que lhe foi conferida de deixar para gerações futuras um país e uma região pacíficos e de evitar a guerra, salientando que a segurança dos japoneses depende das alianças que o Estado forma e fortalece, sendo um elemento crucial dessas alianças a possibilidade de cada uma das partes auxiliar a outra, algo que esta legislação veio permitir (Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe, 29/03/2016).

A escolha política é apresentada como inevitável a três níveis: primeiro, Abe só invoca a sua responsabilidade como figura máxima do governo, portanto garante da proteção e defesa do seu povo, para justificar que a adoção desta legislação se tratou de algo essencial para o cumprimento do seu dever e uma espécie de obrigação moral para gerações futuras; invoca igualmente a responsabilidade que o Japão deverá ter como parte de uma aliança, para a qual ambas as partes terão de contribuir, uma reciprocidade que deveria ser vista, não como uma escolha política, mas como um requisito proveniente do “contrato” que firmou com o aliado. Por fim, associa a segurança nacional à manutenção dessa mesma aliança, construindo a ideia de que a resistência à legislação constitui uma negligência do dever de “salvaguardar de forma resoluta a vida do povo japonês” (Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe, 29/03/2016).

Em setembro de 2020, na sua última declaração antes de abandonar oficialmente o cargo, Abe enfatiza a robustez que a “Legislação para a Paz e Segurança” conferiu à aliança EUA-Japão, uma das condições essenciais para “tornar o ambiente que rodeia o Japão mais seguro”. O primeiro-ministro conclui, afirmando que a maior responsabilidade do governo japonês é “manter a paz e segurança” nacional e que as capacidades de defesa são “o garante fundamental” dessa segurança (Statement by Prime Minister, 11/09/2020).

Novamente, a ideia subjacente é de que para o governo, representado pelo seu chefe máximo, conseguir proteger as vidas dos japoneses, surge a necessidade premente de garantir que as medidas de defesa sejam suficientes para o fazer e, ao mesmo tempo, reforçar a aliança existente para servir de apoio no caso de ataque. A escolha de enfatizar esta legislação no discurso de despedida constrói um legado político que transcende o mandato individual, institucionalizando a mudança como uma conquista permanente (“o governo do Japão deve continuar a trabalhar para manter a paz e segurança do Japão” - Statement by Prime Minister, 11/09/2020).

Kishida utilizou esta estratégia de forma limitada, com aumentos notáveis após a invasão russa da Ucrânia, em 2022. O primeiro-ministro, no início do mês de março desse ano, no seguimento de uma teleconferência com os líderes de aliados e parceiros dos Estados Unidos sobre a situação na Ucrânia, exorta a comunidade internacional a “unir-se para responder de uma maneira resoluta” (Press Conference by the Prime Minister regarding a Summit Conference Call on the Situation in Ukraine, 01/03/2022). Numa conferência de imprensa dois dias depois, classifica este ato de agressão como “uma tentativa de alterar unilateralmente o *status quo* através da força”, minando “a base...de toda a ordem internacional”, o que constitui um assunto de “importância extrema” para a diplomacia e segurança do Japão (Press Conference by Prime Minister Kishida, 03/03/2022).

No final desse mesmo mês, Kishida alerta para a ameaça à ordem internacional que a agressão russa apresenta. É neste contexto que o primeiro-ministro enfatiza o impacto que as ações e decisões do Japão têm para o futuro da ordem mundial e a importância da cooperação com parceiros com os quais partilha “valores universais como a liberdade, democracia, direitos humanos e Estado de direito”. Para tal e, com a anuência dos Estados Unidos, o Japão propõe-se a reforçar “as capacidades de dissuasão e resposta” da aliança,

“pedra basilar da paz regional” (Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Graduation Ceremony of the National Defense Academy, 27/03/2022).

O primeiro-ministro enquadra a sua reação e as consequentes medidas face à invasão da Ucrânia em termos de cooperação com a comunidade internacional, que assiste a um ataque aos fundamentos da ordem em vigor, que o Japão tanto preza, e de uma universalização da ameaça. A agressão russa é classificada como um ataque aos “fundamentos” da ordem mundial, algo que automaticamente torna a resposta japonesa numa ferramenta de defesa dos princípios universais. A segurança nacional é imediatamente associada a esta aparente deterioração dos alicerces de uma ordem baseada na aceitação do *status quo* e, tal como Abe, Kishida posiciona as ações do Japão como cruciais para o futuro da comunidade internacional.

Em junho de 2022, as presenças em fóruns internacionais como as cimeiras da NATO e do G7 atestaram o compromisso do Japão para com a colaboração com o resto da comunidade internacional com quem partilha valores, participando na qualidade de defensor de “valores universais muito valorizados pela humanidade” e único representante da Ásia (Press Conference by Prime Minister Kishida on Attending the G7 Elmau Summit, 28/07/2022).

Em dezembro do mesmo ano, aquando da aprovação dos três novos documentos estratégicos de segurança e invocando a sua “missão... de defender integralmente a nação japonesa e o povo japonês”, o primeiro-ministro afirma que, embora a prioridade seja sempre a utilização da diplomacia para promover um ambiente de segurança “desejável” para o Japão, com ênfase nos “valores universais”, dois aspetos são essenciais: a cooperação multilateral e a aliança com os EUA, por um lado, e, por outro, as capacidades de defesa, cujo reforço levará à “persuasão dentro da...diplomacia”. Kishida considera que tal é uma “questão de dever para com as gerações vindouras” e para com o próprio futuro do Japão (Press Conference by Prime Minister Kishida, 16/12/2022). Kishida vai ainda mais longe do que Abe e estabelece uma ligação mais explícita entre as capacidades militares que pretende fortalecer e uma maior eficácia na condução da diplomacia. A própria designação como “missão” que é da responsabilidade do primeiro-ministro confere um aspeto imperativo à função do governo neste domínio.

Em janeiro de 2023, Kishida efetuou novamente uma ronda de viagens internacionais, apresentando a agressão russa como “um desafio às regras e princípios da sociedade internacional”. Na sua reunião com o presidente dos Estados Unidos, abordou o tópico dos três documentos de segurança, os quais mereceram a aprovação por parte de Joe Biden, reforçando a sua convicção de que os esforços japoneses conduzirão a um “reforço das capacidades de dissuasão e resposta” da aliança. Esses esforços foram louvados por vários membros da elite política de Washington, incluindo a vice-presidente e um grupo bipartidário de senadores e representantes, salientando que as estratégias de segurança de ambos os Estados se encontravam alinhadas (Press Conference by Prime Minister Kishida Regarding His Visits to France, Italy, the United Kingdom, Canada, and the United States of America, 14/01/2023).

Destarte, Kishida apresenta o consenso internacional como validação e legitimação das suas decisões relativamente à área da segurança no Japão. Enumerando várias figuras importantes no panorama político norte-americano, o primeiro-ministro constrói uma narrativa que coloca uma eventual resistência por parte da população como contrária face ao apoio global e atenua possíveis críticas internas ao apresentar a militarização como resposta a expectativas externas consensuais, contrariamente a uma escolha ideológica unilateral proveniente das preferências políticas do governo.

No último pico significativo de referências, em outubro de 2023, Kishida discursa na 212.ª Sessão da Dieta e afirma que a globalização decorrente da queda do Muro de Berlim, que conduziu à paz e prosperidade, se encontra ameaçada por uma nova era caracterizada pela interligação entre divisão e cooperação, exigindo uma maior união entre a comunidade internacional. A resposta do Japão face a isto é, portanto, o reforço das suas capacidades de defesa e a cooperação com os EUA e outros países que partilham dos mesmos valores (Policy Speech by Prime Minister Kishida to the 212th Session of the Diet, 23/10/2023). Kishida designa o Japão como defensor de uma ordem internacional ameaçada, que o Japão tem responsabilidade de preservar. O esforço coletivo e a “maior união entre a comunidade internacional” exigem um contributo mais sólido por parte do Japão através do reforço das capacidades de defesa japonesas. As medidas de índole militar são caracterizadas como resultantes de um espírito de solidariedade internacional, algo demonstrado pela ênfase na cooperação com “países que partilham dos mesmos valores”.

As numerosas referências à “ordem baseada nas regras” são facilmente justificadas pela importância que a mesma tem para o Japão, um Estado que privilegia o *status quo* por excelência, visto ter sido a liderança dos EUA na formulação da ordem liberal internacional que lhe permitiu o crescimento económico e a posição de destaque no panorama mundial (Munich Security Report, 2025, p. 95). A invasão da Ucrânia foi particularmente preocupante para o Japão, que viu uma Rússia sem respeito pelo direito internacional, o que, face às disputas territoriais entre os dois, não inspira confiança para a sua resolução pacífica. Para além disso, a segurança e prosperidade do Japão dependem desta ordem baseada nas regras e existe igualmente a questão da China: a aproximação sino-russa e o encorajamento que esta invasão poderá ter dado à China para recriar as ações de Moscovo na região constituem aspetos cruciais para a segurança nacional japonesa (Nagy & Nguyen, 2022, p. 183).

Esta estratégia insere-se em duas das categorias de van Leeuwen: a de avaliação moral e de racionalização. Por um lado, ambos os primeiros-ministros utilizam a moralização e conseqüente despolitização de questões controversas, nomeadamente no campo da segurança e da defesa, invocando a responsabilidade ética de encetar esforços com vista à paz mundial e de apoio concreto aos aliados. As referências à aliança EUA-Japão e à comunidade internacional servem o propósito de demonstrar, aos públicos interno e externo, que o governo não planeia agir de forma unilateral e subjugar a política de segurança aos interesses do partido no poder, preferindo colaborar com “países que partilham valores semelhantes” para os esforços coletivos de mitigação de ameaças. As decisões políticas

transformam-se em imperativos éticos e globais, com alusões a “dever”, “missão” e “responsabilidade” que tornam inevitável as mudanças que pretendem aplicar, enquanto utilizam a aprovação por parte de parceiros internacionais para legitimar as suas ações.

Verificam-se, porém, subtis diferenças entre o modo como cada um emprega esta estratégia: Abe é mais implícito, sendo mais abstrato na sua invocação de aspetos morais, mencionando, em diversas passagens o seu dever de proteção do povo japonês, que guia as suas considerações para a aplicação de medidas militaristas, e de contribuição para a paz global, enquanto Kishida aborda de forma clara e consistente "valores universais como liberdade, democracia, direitos humanos e Estado de direito" como justificação para mudanças militares, declarando abertamente a moralização destas questões.

Resumindo, ambos legitimam as suas decisões através da construção retórica de que a resistência às mesmas constitui irresponsabilidade em relação os deveres do Estado para com o seu povo e para com os compromissos efetuados com a comunidade internacional. Por outro lado, a colaboração em alianças, parcerias ou, de forma mais generalizada, as referências à necessidade de união da comunidade internacional, são apresentadas como meio essencial para enfrentar ameaças e preservar o *status quo*. Tal remete para a orientação para os meios de van Leeuwen, inserida na categoria mais abrangente de racionalização, em que ocorre a legitimação dos fins (medidas militaristas) através da indispensabilidade de aplicação de meios concretos.

3. Legalidade Constitucional e Mudanças Incrementais

Esta categoria inclui os códigos de Interpretações/Revisões Constitucionais, Incrementalismo, Documentos de Segurança 2014, Documentos de Segurança 2022, Reação à Mudança/Medidas Apropriadas. O **Gráfico 5**, no Anexo 1, demonstra a evolução da utilização desta estratégia ao longo dos mandatos de Kishida e Abe.

Em abril de 2014, Shinzo Abe declarava que o “Japão é um país que muda dramaticamente quando chega o momento” e que o povo japonês aceita essas mudanças e concorda com reformas quando estas são necessárias (Keynote Address by Prime Minister Abe at The Economist Japan Summit 2014 “Japan towards 2020: Time to get started”, 17/04/2014) e que as mudanças no ambiente de segurança obrigam a “enfrentar cada assunto individual diretamente para encontrar uma solução” (Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Opening Ceremony for the 48th Joint Training for Newly Recruited National Civil Servants, 02/04/2014).

Em maio, discursando perante o Conselho do Atlântico Norte, Abe anunciava a sua intenção de ver o Japão a desempenhar um “papel mais proativo do que antes”, referindo que o governo tinha vindo a encetar discussões com vista a perceber o que é que o Japão deveria e poderia fazer para dar o seu contributo à paz mundial, o que exigiria uma avaliação da relação entre a Constituição e alguns elementos da área da segurança como o direito à autodefesa coletiva (Japan and NATO As “Natural Partners” - Speech by Prime Minister Abe, 06/05/2014).

Ainda em maio, abordou o tema de uma possível reinterpretação constitucional, de modo a poder responder de forma eficiente a situações que possam ameaçar a vida do povo japonês: de acordo com Abe, apesar de a Constituição não “impor quaisquer restrições a atividades que são consistentes com o direito internacional”, nomeadamente a autodefesa e a participação em ações de segurança coletiva, a interpretação constitucional em vigor não reflete essa perspetiva, daí a necessidade de ser alterada de forma a ocorrer “consistência lógica” entre ambas. Para além disso, visto que a própria Constituição reconhece o direito do povo japonês à felicidade e vida e a responsabilidade do governo em proteger esse direito, Abe não se conforma com a possibilidade de a Constituição, através da interpretação em vigor, exigir que essa responsabilidade seja abandonada (Press Conference by Prime Minister Abe, 15/05/2014).

Através destes excertos, é possível depreender que Abe tenta construir legitimidade através da naturalização da mudança constitucional como uma resposta de adaptação inevitável às condições de segurança que exercem pressão sobre o Japão. A asserção da inevitabilidade da adaptação do Japão às mudanças do ambiente de segurança que o rodeia, através da reavaliação dos preceitos constitucionais em vigor e da posterior aceitação por parte do povo, pretende enfraquecer uma possível oposição a essas medidas, já que tais constituiriam uma evolução natural das políticas de segurança face a fatores externos que escapam do controlo do Estado. Trata-se, portanto, de uma responsabilidade do governo e não de uma tentativa de abandono de constrangimentos constitucionais.

Ademais, Abe inverte a lógica da controvérsia constitucional, visto querer demonstrar que não se encontra a defender uma reinterpretação radical do Artigo 9.º, mas, pelo contrário, apresentando a interpretação atual como incorreta e inconsistente com o próprio texto constitucional (“o direito à felicidade e à vida” vs. “a impossibilidade de o governo proteger esse direito à luz da interpretação à data”) e esta ação política como um ato de fidelidade para com o texto constitucional. Assim, a oposição que poderá ser formada a esta reinterpretação é, de antemão, associada a uma inconsistência lógica entre os direitos dos japoneses e o âmbito de atuação do governo dentro dessas suas responsabilidades e a um abandono do dever expresso na Constituição de proteção do povo.

Em julho de 2014, o primeiro-ministro enquadra a sua decisão de legislar as condições sob as quais poderia ser utilizado o direito à autodefesa coletiva no contexto de mudanças incrementais e de resposta a alterações no ambiente de segurança durante a história recente do Japão: no final da Guerra Fria, face à eclosão de várias disputas regionais, foi criada legislação para permitir que as Forças de Autodefesa participassem em operações de manutenção de paz da ONU. No entanto, e visto que essa legislação deixou lacunas por preencher, especificamente no que concerne à impossibilidade de as Forças de Autodefesa auxiliarem unidades de outros países caso estas sejam atacadas, há mais um passo a ser dado, de acordo com Abe, para garantir que a “confiança” e a “vontade de defender” o Japão é mantida, particularmente pelo seu aliado norte-americano, o que requer uma nova interpretação da Constituição para incluir o direito à autodefesa coletiva no âmbito de atuação da Forças de Autodefesa japonesas (Press Conference by Prime Minister Abe, 01/07/2014).

Constata-se aqui uma normalização de cada mudança constitucional através do precedente que foi aberto pelas mudanças anteriores: relativamente às operações de paz da ONU, Abe refere ter sido uma decisão controversa, mas que acabou por ser amplamente aceita, ou seja, as evoluções constitucionais, em vez de arbitrárias e autoritárias, são responsáveis e adequadas ao contexto em que se inserem. Exemplo disso é o facto de que a mudança anterior tinha deixado certos elementos por definir, o que implica que esta nova decisão não se trata de uma mudança radical de direção política. O primeiro-ministro pretende transmitir que é simplesmente uma tentativa de colmatar falhas na legislação preexistente. Abe associa o pacifismo que é hoje característico do Japão com os esforços dos seus antepassados em se “adaptarem às mudanças no ambiente e transformarem a sua vontade de paz em ação”, evocando novamente medidas incrementais que antigos líderes políticos aplicaram, como a criação das Forças de Autodefesa, a revisão do Tratado de Segurança Japão-EUA e a participação nas missões de manutenção de paz.

O primeiro-ministro exorta, assim, o governo e os restantes partidos a não permanecerem parados e ignorarem as mudanças no ambiente de segurança e, pelo contrário, implementarem legislação que permita ao Japão estar preparado para qualquer situação que possa surgir e ameaçar a segurança do povo japonês e que conceda às Forças de Autodefesa a autorização para cumprir de maneira ainda mais eficaz as tarefas que têm vindo a executar, “ampliando o âmbito da contribuição internacional do Japão”. De acordo com Abe, esta legislação ainda impõe, no entanto, limites à atuação das Forças de

Autodefesa, que em caso algum poderiam agir em locais e/ou situações onde não fosse possível garantir a sua segurança, estando aí obrigados a “suspender as suas operações ou evacuar”. (Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following the Cabinet Decision on the “Legislation for Peace and Security”, 14/05/2015).

A ampliação do âmbito de atuação das Forças de Autodefesa é apresentada como uma forma de otimizar o trabalho que já é efetuado pelas mesmas e de contribuir mais expressivamente para as suas responsabilidades internacionais, no seguimento de uma tradição de transformações responsáveis e proporcionais às mudanças no ambiente de segurança. Ao colocar limites operacionais às ações das Forças de Autodefesa, Abe pretende evidenciar que estas alterações serão aplicadas na medida estritamente necessária à concretização dos seus objetivos.

Em junho de 2022, Fumio Kishida estabelece uma associação entre as ações controversas de antecessores e as exigências do ambiente de segurança: Kishida dá o exemplo da aprovação do Ato de Cooperação das Operações de Manutenção de Paz, que permitia mobilizar as Forças de Autodefesa para outros territórios, como resultado da necessidade de o Japão “desempenhar um maior papel internacional na área de segurança”. O primeiro-ministro enfatiza a proatividade que irá caracterizar a ação do governo no combate aos desafios e crises, referindo que têm de estar preparados para o surgimento de ameaças que atentem, através da coerção, contra a paz e segurança, fortalecendo os meios de prevenção e proteção, nomeadamente das capacidades de dissuasão e resposta, assegurando, conseqüentemente, a segurança nacional do Japão face à realidade de um ambiente de segurança hostil (Keynote Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the IISS Shangri-La Dialogue, 10/06/2022).

Kishida segue o padrão de Abe de legitimar as mudanças na política de segurança do Japão através do seu enquadramento num contexto histórico caracterizado por decisões que, apesar de controversas na altura, acabam por se vir a revelar essenciais para garantir a proteção do povo japonês. Utiliza igualmente o incrementalismo, em que as ações do governo não são decisões unilaterais e abruptas, posicionando-se como um avanço natural do caminho que vinha a ser feito e que se baseiam no que já foi conquistado pelos seus antecessores: a referência ao "maior papel internacional na área de segurança" constrói uma espécie de continuidade onde cada expansão de capacidades militares prepara terreno para a seguinte de forma natural.

Os líderes políticos desmarcam-se, assim, da responsabilidade de justificar as mudanças quando utilizam o precedente histórico: terão os opositores, pelo contrário, de explicar a razão para a interrupção da evolução natural da política de segurança, ao mesmo tempo que o facto de as decisões serem consideradas “controversas” vai perdendo força como argumento, visto que decisões anteriores que sofreram intensa oposição acabaram por ser posteriormente aceites. Trata-se de uma abertura gradual da “janela de Overton”: o que é aceitável abordar no discurso político e que exclui todas as ideias, planos e propostas “tão controversos que não [seriam] levados a sério” (Wright, 2019, pp. 1-2). Cada precedente redefine o que é normal e cada decisão que é tomada com base nisso afigura-se apenas

como um passo adicional, abrindo caminho para futuras mudanças que possam vir a ser necessárias.

Em dezembro de 2022, a aprovação dos três novos documentos de segurança configura mais uma etapa na evolução da política de defesa do Japão: Kishida menciona a importância da “Legislação para a Paz e Segurança”, implementada durante o mandato de Abe, e que permite “responder de forma integral sob qualquer circunstância”, que representa uma medida teórica, mas que estes documentos irão permitir “o reforço...do sistema de segurança...na prática”. O primeiro-ministro afirma ter respondido às várias questões de segurança, tendo em conta o ponto de situação de vários aspetos do ambiente e as capacidades de outros países e avaliando se seria possível defender o território japonês e dissuadir ameaças utilizando as capacidades atuais das Forças de Autodefesa. Face à severidade do ambiente de segurança, no qual se assiste ao desenvolvimento de guerra híbrida e de situações de “zonas cinzentas”, Kishida decidiu fortalecer as capacidades do Japão, de forma a poder dar a resposta apropriada a esses desafios (Press Conference by Prime Minister Kishida, 16/12/2022).

Tal como Abe, Kishida tenta igualmente argumentar que a sua decisão de adoção dos três novos documentos de segurança não constitui uma rutura com o passado ou uma medida radical e motivada por desígnios políticos. Para ele, é uma maneira de “completar” o trabalho iniciado anteriormente, apresentando a legislação de Abe como a fundação “teórica” necessária que os seus documentos agora operacionalizam “na prática”. Para além do mais, as referências a “guerra híbrida” e “zonas cinzentas” introduzem novos conceitos técnicos associados a tipos de ameaças contemporâneas que são cada vez mais prevalentes, sugerindo que as capacidades existentes são inadequadas para a evolução do modo de fazer guerra nos dias de hoje e demonstrando capacidade de adaptação.

Em janeiro de 2023, Kishida proclama que o Japão se encontra no momento de “seguir uma direção diferente”, abandonando o “senso comum das eras que levaram ao presente” e “enfrentar, de forma direta e sincera, os vários desafios difíceis”, resolvendo-os um a um. Com vista à proteção dos cidadãos japoneses, o governo “deu forma concreta ao reforço fundamental das...capacidades de defesa”, algo que permitirá ao Japão defender-se de forma eficaz contra as ameaças que possam surgir. Kishida frisa, no entanto, que tal não constitui uma ação inconstitucional ou que se opõe ao direito internacional, não alterando de forma alguma a política exclusivamente defensiva ou o “caminho do Japão como uma nação pacífica” (Policy Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio to the 211th Session of the Diet, 23/01/2023).

Kishida apresenta novamente o reforço das capacidades de defesa como continuação direta do trabalho iniciado com os Documentos de Segurança de 2022. Esta formulação segue uma lógica claramente incremental, visto não se tratar de uma mudança abrupta, mas de um exercício de “dar forma concreta” a decisões já legitimadas. Afirmando explicitamente que tais medidas não contradizem a Constituição, o primeiro-ministro recorre à autoridade legal para dissipar dúvidas sobre a legitimidade, reforçando que o Japão

continua uma “nação pacífica”, respondendo diretamente aos críticos que poderiam afirmar que se tratava de mais um passo em direção à militarização do país.

Kishida afirma, no entanto, simultaneamente, que o Japão terá de "seguir uma direção diferente" e que está apenas a dar "forma concreta" a decisões já legitimadas, originando duas narrativas aparentemente contraditórias: por um lado, dando indicação da necessidade de uma mudança transformativa na área da segurança, de forma a poder combater as ameaças que se colocam ao povo japonês e, por outro, também enfatizando que se tratam de medidas incrementais e que colocam em prática decisões já tomadas anteriormente, para neutralizar antecipadamente críticas de militarização excessiva.

Embora Abe tenha utilizado esta estratégia mais regularmente do que Kishida, particularmente nos primeiros meses de 2014, é possível identificar elementos comuns na retórica de ambos relacionados com a ideia de reação à mudança e aplicação de medidas adequadas face a tal, bem como um incrementalismo dessas decisões políticas, normalmente enquadradas em seguimento de outras anteriores.

Ambos os líderes invocam a Constituição japonesa como fonte de legitimidade, alegando respeito pelos preceitos constitucionais e direito internacional, ou justificando mudanças como meras "atualizações" através de reinterpretação constitucional. Apresentam estas reinterpretações como adaptações técnicas às exigências do ambiente de segurança atual, afirmando nunca extravasar os limites constitucionais, uma posição contestada pelos críticos que argumentam precisamente o contrário.

Esta estratégia exemplifica a categoria de autorização de van Leeuwen através de autoridade legal impessoal. Neste caso, essa autoridade é fundamentada através, tanto da Constituição em si, que restringe o que o Estado pode fazer na área da defesa, como das sucessivas interpretações efetuadas por diferentes governos, com o propósito de conseguirem enfrentar ameaças e preencher as lacunas que são identificadas na área de atuação das Forças de Autodefesa e que impedem a prossecução integral do dever máximo do Estado, isto é, proteger o povo.

Está subjacente, porém, uma tensão fundamental: enquanto a Constituição deveria representar autoridade objetiva, as suas interpretações são claramente decisões políticas subjetivas. Os líderes resolvem esta contradição alegando que as "lacunas identificadas" na legislação exigem uma correção técnica, construindo, desta forma, legitimidade ao apresentar as suas decisões como a solução objetivamente adequada para corrigir problemas técnicos e que permitam assegurar a proteção do povo e do Estado japoneses.

4. Mobilização da Identidade Pacifista

Conforme o **Gráfico 6**, no Anexo 1, é perceptível, em maio de 2014, um aumento bastante considerável das referências ao pacifismo nos discursos de Shinzo Abe: numa conferência de imprensa dedicada a questões de segurança, Abe anuncia a sua pretensão de avaliar se a legislação em vigor seria suficiente para proteger o povo japonês, rejeitando críticas de que tal poderia levar o Japão a envolver-se novamente em guerras. Pelo contrário, o primeiro-ministro afirma que irá continuar a “defender o pacifismo...estabelecido na Constituição do Japão” e a “seguir o caminho de nação amante da paz”, referindo inclusivamente que “ter a capacidade para responder a qualquer situação possível” permite eliminar a possibilidade de o Estado nipónico alguma vez se envolver novamente em conflito direto (Press Conference by Prime Minister Abe, 15/05/2014).

Esta legislação teria igualmente a capacidade de “estabelecer paz na região e na comunidade internacional”. Ao mesmo tempo, declara não ser possível viver em paz “dizendo simplesmente que [o Japão é] ...uma nação amante da paz”: face a crises ou ameaças e, de modo a proteger a paz, há medidas que têm de ser tomadas para “enfrentar essa realidade”. A proteção do povo é, de acordo com Abe, a prioridade em relação a qualquer outro assunto, em detrimento de uma “mentalidade passiva” que causa preocupação sobre a participação em conflitos (Press Conference by Prime Minister Abe, 15/05/2014).

Abe afirma, no mesmo discurso, que irá “defender o pacifismo estabelecido na Constituição” e “seguir o caminho de nação amante da paz”, algo que tranquiliza o público preocupado com uma maior militarização, mas por outro lado, rejeita explicitamente a “mentalidade passiva”, apresentando o pacifismo tradicional como inadequado face às ameaças contemporâneas. O primeiro-ministro afirma que dizer que o Japão ama a paz não se traduz necessariamente num modo de vida pacífico, estabelecendo uma distinção entre a insuficiência de um pacifismo retórico, que se dedica exclusivamente a afirmar que o Japão é pacífico, e a eficácia de um pacifismo mais ativo, que já exige um incremento das capacidades de defesa.

Além do mais, Abe argumenta que “ter a capacidade para responder a qualquer situação possível” elimina a possibilidade de conflito, invertendo a lógica natural de que as capacidades militares poderiam constituir uma ameaça à paz, alegando, desta forma, que serão elas a garantia da mesma. A utilização de expressões como “proteger o povo” e “enfrentar essa realidade” aponta para uma securitização, através da referência a um ambiente constituído por diversas ameaças onde a “proteção” se torna prioridade absoluta, justificando mesmo ultrapassar os constrangimentos pacifistas tradicionais. O primeiro-ministro reconcilia, através do seu discurso, uma identidade pacifista aparentemente imutável com a aplicação de medidas militares. A militarização é, assim, a forma de assegurar o pacifismo face a um ambiente de segurança incerto e perigoso.

Em maio de 2015, Abe afirma que a “Legislação para a Paz e Segurança” servirá para “garantir a paz e a segurança do Japão e do mundo” e que só através da implementação da mesma é que será possível executar a preparação necessária para responder a qualquer

situação e, assim, proteger a vida pacífica dos japoneses. Face à preocupação de que tal constituiria um passo em direção ao envolvimento do país em todas as guerras dos EUA, Abe garante que o “Japão só usará a sua força para proteger o seu povo”, referindo, no entanto, que esta legislação não vinha só responder apenas a situações que impactassem diretamente a paz e segurança do Japão, mas também surgia como forma de “contribuir mais ativamente para a paz global” (Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following the Cabinet Decision on the “Legislation for Peace and Security”, 14/05/2015).

Esta legislação é apresentada como a forma de o Japão poder "contribuir mais ativamente para a paz global" e a identidade pacifista histórica é utilizada como qualificação para o Japão assumir essa tarefa. As referências à necessidade desta legislação para a proteção da paz dos japoneses redefinem o pacifismo como exigindo precisamente as capacidades militares que a legislação confere. Abe formula um ambiente de ameaças, através da linguagem utilizada, com menções constantes a "proteger" e "garantir a paz", em que as capacidades defensivas surgem como medidas necessárias para manter o modo de vida pacífico do povo japonês.

A quantidade de referências pertencentes a esta estratégia foi diminuindo ao longo do mandato de Abe, apenas pontualmente ultrapassando duas, mas é possível constatar um claro aumento nos primeiros meses de 2022. É evidente, pela análise do **Gráfico 6**, que Abe se serve desta estratégia de forma mais frequente do que Kishida que, para além de uma utilização mais expressiva nos meses imediatamente após a invasão russa da Ucrânia, apenas mais para o final de 2022 e no início de 2023 volta a fazer mais referências relacionadas com o pacifismo.

Em março de 2022, Kishida questiona o que poderá ser feito “para proteger as vidas e a propriedade dos...cidadãos”, face às tentativas de alteração do *status quo* na região através da força ou coerção, referindo que a “agressão” russa contra a Ucrânia tinha levado à decisão de “rever a... Estratégia de Segurança Nacional e reforçar fundamentalmente as próprias capacidades defensivas do Japão”, bem como da aliança com os EUA, apelidada de “pedra angular da paz...na região do Indo-Pacífico” (Video message by Prime Minister KISHIDA Fumio at “The Tokyo Conference 2022: How do we restore democracy and multilateralism moving towards a post-COVID-19 world?”, 14/03/2022).

O primeiro-ministro enquadra a militarização como um dever fundamental que não está sujeito a preferências políticas. A "agressão" russa funciona como evidência de que as ameaças externas tornam o pacifismo passivo inadequado às exigências do ambiente de segurança, ou seja, a guerra na Ucrânia surge como demonstração de que as boas intenções e declarações de pacifismo (o “dizer simplesmente que [o Japão é] ...uma nação amante da paz”, como Abe afirmava) são insuficientes face a atores que usam a força e a coerção. A aliança EUA-Japão, designada como "pedra angular da paz" redefine o conceito de ação militar conjunta, para constituir, em vez disso, um dos fundamentos da estabilidade pacífica da região.

Kishida, tal como Abe, tenta inverter a relação tradicional entre armamento e paz, em que as capacidades militares asseguram a paz, não a ameaçam, legitimando assim a aplicação de medidas militaristas. A linguagem de "proteger vidas" invoca valores pacifistas tradicionais para justificar precisamente as medidas que um pacifismo clássico e limitado constitucionalmente rejeitaria. Kishida tenta redefinir o que significa preservar a paz, que já não envolve a ausência de preparação militar, mas, pelo contrário, a posse de capacidades robustas de defesa que possam dar uma resposta credível às ameaças e, assim, manter a paz.

Em junho, especialmente na Cimeira sobre a Segurança Asiática (o também denominado "Diálogo de Shangri-La"), Kishida elenca as mudanças que pretende colocar em prática face a um ambiente de segurança minado por ameaças externas, sempre reforçando, concomitantemente, a identidade do Japão como país pacifista. Neste discurso, o primeiro-ministro menciona a Alemanha, considerada uma "potência civil", com uma política de defesa historicamente restritiva e antimilitarista (Stengel, 2020, p. 4), que anunciou mudanças na sua política de segurança e aumentos do orçamento dedicado à defesa e a Finlândia e a Suécia, historicamente neutros, que, na altura, tinham solicitado adesão à NATO, como exemplos de Estados que aplicaram medidas de natureza militar face à perceção de ameaças, apesar das suas identidades históricas de carácter antimilitarista ou neutral.

Kishida refere igualmente que a proteção e a sobrevivência dos japoneses dependem de um reforço das capacidades de dissuasão e resposta e, que, só assim é que o Japão consegue continuar a ser um "porta-estandarte da paz". Ainda no mesmo discurso, proclama o aumento do orçamento dedicado à defesa e a consideração de todas as opções, não descartando nenhuma, para a proteção da vida do povo, sugerindo explicitamente que todas as opções estão em consideração, incluindo medidas para além das tradicionalmente aceites. Pontua, no entanto, o mesmo discurso, com referências constantes à missão do Japão de "alcançar a paz e a prosperidade" face a uma encruzilhada na história, ao estatuto de "nação amante da paz", que se "manterá inalterado" e a vontade de contribuir para "trazer a paz à comunidade internacional" (Keynote Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the IISS Shangri-La Dialogue, 10/06/2022).

Ao declarar que o estatuto de "nação amante da paz" se "manterá inalterado" e ao posicionar o Japão como agente dedicado a "trazer a paz à comunidade internacional", Kishida afirma o pacifismo japonês e expressa a garantia de continuidade identitária. Ao mesmo tempo, argumenta que apenas através do "reforço das capacidades de dissuasão e resposta" é que o Japão consegue continuar a ser um "porta-estandarte da paz". A posse responsável de capacidades militares é transformada numa condição essencial para a manutenção do pacifismo e preservação da identidade do Japão. A referência à inclusão de qualquer opção como válida para assegurar a proteção do povo japonês pode, como referido anteriormente, constituir uma tentativa de legitimar medidas que ampliam o conceito do que é aceitável dentro da identidade pacifista. Kishida utiliza igualmente exemplos internacionais (Alemanha, Finlândia, Suécia) como uma estratégia de normalização, com as mudanças

aplicadas a serem enquadradas numa tendência internacional de maior assunção de responsabilidades com a defesa por parte de Estados com identidades similares.

No final do ano de 2022, em dezembro, ocorreu um outro aumento significativo da utilização destes códigos, coincidindo com a aprovação dos três documentos de segurança que, de acordo com Kishida, embora “alterem significativamente as... políticas de segurança pós-guerra”, não implicam mudanças na “política exclusivamente defensiva” ou no “caminho do Japão como uma nação amante da paz”. O anúncio da inclusão de capacidades de contra-ataque é especialmente relevante, visto que, servindo de fator dissuasor, são considerados elementos essenciais para “desencorajar outros países de atacarem”, impedindo, assim, a perturbação da paz do povo japonês (Press Conference by Prime Minister Kishida, 16/12/2022).

Em janeiro de 2023, Kishida alude à sua “missão de...defender a...nação e o povo japonês”, através do fortalecimento das “capacidades diplomáticas para garantir a paz e segurança”, como explicação para a sua decisão de “transformar a...política de segurança pós-guerra”. Para Kishida, a invasão russa da Ucrânia constituiu um momento transformativo para o Japão, com consequências diretas na sua política de segurança: o primeiro-ministro considera que o futuro da comunidade internacional depende da resposta do Japão, que terá de “enfrentar esse desafio e agir para defender [a sua] liberdade e democracia”. Essa mesma mentalidade conduziu à decisão de formular os três documentos, incluindo a Estratégia de Segurança Nacional, uma “enorme transformação na política de segurança do Japão” (Policy Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Johns Hopkins University School of Advanced International Studies [SAIS], 13/01/2023).

Estes excertos aparentam revelar a forma mais intensificada da estratégia de Mobilização da Identidade Pacifista. Kishida, ao garantir categoricamente que, apesar das “alterações significativas” e uma “enorme transformação”, nada muda na “política exclusivamente defensiva” ou no “caminho do Japão como uma nação amante da paz”, procura atenuar apreensões sobre uma militarização excessiva, afirmando a identidade pacifista do Japão. Simultaneamente, adapta esse pacifismo, na medida em que redefine as capacidades de contra-ataque, que são tradicionalmente consideradas capacidades ofensivas, como instrumentos de paz, associando-as a uma lógica de dissuasão. A formulação de que estas capacidades “desencorajam outros países de atacarem”, impedindo que perturbem a paz do povo japonês, inverte mais uma vez a relação tradicional entre armamento e pacifismo: as capacidades militares tornam-se uma garantia de paz, não uma ameaça ao pacifismo, à luz do que Kishida fez noutros discursos, bem como Abe.

A estratégia atinge o seu ponto de maior tensão quando Kishida reconhece concomitantemente uma “enorme transformação na política de segurança” e uma continuidade inalterada do pacifismo. Esta contradição é resolvida através da universalização da responsabilidade do Japão para com o “futuro da comunidade internacional”, que passa a depender da resposta japonesa. A militarização transcende as considerações nacionais e afigura-se como um imperativo moral a nível global (reminiscente da estratégia de Normas e Valores Universais e Responsabilidade Internacional). A invasão da Ucrânia funciona aqui

como evidência de que preservar o pacifismo exige precisamente as capacidades que o pacifismo tradicionalmente rejeitaria.

A invocação da "missão de defender a nação" através do fortalecimento de "capacidades diplomáticas" exemplifica como a retórica é capaz de ocultar a verdadeira natureza das mudanças. As capacidades militares são linguisticamente transformadas em instrumentos diplomáticos, permitindo que a militarização seja apresentada como continuação do compromisso do Japão para com a sua identidade pacifista.

A análise dos discursos relevantes demonstra que a Mobilização da Identidade Pacifista funciona como um mecanismo que permite mudanças militares substanciais sem entrar em confronto direto com os preceitos constitucionais ou com a opinião pública. Verifica-se uma utilização destes códigos associada a crises internacionais ou a alterações na política de segurança, com Abe a privilegiá-los de forma mais evidente do que Kishida, apesar deste, por vezes, ser mais assertivo no seu uso. De forma geral, esta estratégia constituiu um elemento retórico constante nos discursos dos dois primeiros-ministros e nas suas tentativas de legitimação de medidas de reforço das capacidades de defesa.

A análise evidencia padrões de intensificação contextual durante crises como a invasão da Ucrânia, acompanhados de uma evolução progressiva a nível de retórica, onde a terminologia evolui de "autodefesa" para "capacidades de contra-ataque" sem abandono da linguagem pacifista. Esta ambiguidade permite interpretações múltiplas conforme audiências distintas, maximizando o apoio político ao minimizar a oposição direta, embora crie riscos de credibilidade se a distância entre a retórica pacifista e a realidade militar exceder os limites plausíveis de reinterpretação.

Esta estratégia abarca, portanto, dois códigos distintos, mas complementares: a Afirmação do Pacifismo e a Adaptação do Pacifismo, refletindo a aparente contradição da utilização da identidade pacifista do Japão na retórica dos primeiros-ministros. Eles "afirmam" o pacifismo, quando a identidade histórica pacifista é declarada e reforçada como autoridade moral que qualifica o Japão para assumir responsabilidades internacionais de segurança. Por outras palavras, o facto de historicamente, após a Segunda Guerra Mundial, o Japão ter mantido uma forte identidade pacifista, inscrita na Constituição e assumida pelo povo japonês, confere legitimidade especial para promover a estabilidade regional e contribuir de forma ativa para a comunidade internacional. Através desta abordagem, as audiências internas e externas são tranquilizadas, já que se recorre a expressões que enfatizam a preservação da continuidade identitária do pacifismo nas decisões e ações tomadas pelos líderes políticos.

Ao mesmo tempo, essa identidade pacifista é igualmente reinterpretada e redefinida ("adaptada") para poder acomodar novas realidades de segurança, onde o conceito de "ser pacífico" evolui, de modo a incluir capacidades defensivas e militares. O discurso apresenta esta transformação como sendo fiel à essência pacifista do Japão, legitimada como uma evolução necessária face a ameaças externas, com o propósito explícito de preservar a paz. É de salientar que nem sempre as expressões relacionadas com este código mencionam

especificamente o pacifismo, estando, por vezes, implícita essa associação. São instâncias disso os casos em que valores tradicionalmente associados ao pacifismo japonês são subsequentemente vinculados a medidas de reforço de capacidades militares. Miller (2023, p. 484) refere que as medidas de caráter militarista contidas na Estratégia de Segurança Nacional de 2022, por exemplo, são "enquadradas de forma assertiva através de linguagem pacifista incluindo «reforço fundamental», «responder», «continuar», «dissuadir» e «proteger»", tendo o foco destas referências implícitas sido em expressões deste género.

Estas modalidades permitem que o pacifismo funcione simultaneamente como um fundamento imutável (afirmação) e uma justificação para mudanças (adaptação), numa tentativa de possibilitar, ao mesmo tempo, a preservação da identidade nacional e a expansão das capacidades militares face à perceção de ameaças, apresentando a militarização como preservação e não como afastamento ou abandono da identidade pacifista.

Esta estratégia insere-se na categoria de Autorização de van Leeuwen, funcionando através de uma combinação mais específica entre a autoridade de tradição (onde a identidade pacifista histórica é apresentada como credencial moral) e autoridade impessoal (por via das referências à Constituição e ao direito internacional). Esta dupla operação transforma a autorização tradicional estática em dinâmica, permitindo que a mesma fonte de legitimidade justifique simultaneamente uma continuidade identitária e mudanças políticas através de duas modalidades efetivamente distintas, mas que acabam por se reforçar mutuamente.

5. Memória Histórica e Emoções Nacionais

Nesta estratégia, estão incluídos, por um lado, os códigos relacionados com a memória histórica (Remorsos/Vergonha/2ª Guerra Mundial), bem como os códigos relacionados com sentimentos positivos, nomeadamente Confiança/Orgulho. Ambos fazem parte das narrativas transmitidas sobre a identidade do Estado pelos líderes políticos e legitimam certas medidas ou decisões políticas, sendo os respeitantes à memória histórica mobilizados de maneira a invocar uma autoridade moral de um país que sofreu diretamente as consequências do conflito mais mortífero da história da humanidade e que se arrepende do papel que desempenhou no mesmo e os outros dois utilizados com o objetivo de imbuir positividade, esperança e autoestima a um povo que, segundo Abe, necessitava de recuperar o orgulho nacional.

Através da análise do **Gráfico 7**, no Anexo 1, é facilmente perceptível que Shinzo Abe recorreu à memória histórica referente à Segunda Guerra Mundial e invocou emoções associadas à experiência coletiva do povo japonês de forma mais frequente do que Fumio Kishida.

O primeiro pico relevante ocorre a julho de 2014, quando Abe apresenta o seu objetivo de reinterpretar a Constituição para permitir o direito à autodefesa coletiva. Numa conferência de imprensa, o primeiro-ministro afirma que essa decisão irá “resultar numa possibilidade ainda menor de o Japão se envolver numa guerra”, rejeitando categoricamente algum papel futuro do país num conflito bélico e justificando esta asserção com o “remorso profundo” que sente e declarando que os “horrores da guerra nunca deverão ser repetidos”, associando este sentimento ao caminho que o Japão tem traçado desde o final da Segunda Guerra Mundial, como “nação amante da paz” (Press Conference by Prime Minister Abe, 01/07/2014).

No mesmo mês, num discurso perante o Parlamento australiano, Abe volta a abordar os “horrores da história do século passado”, jurando não deixar que eles se repitam e relembrando a “promessa para a paz” que o Japão fez no rescaldo da Segunda Guerra Mundial. O primeiro-ministro transmite igualmente as suas condolências, em seu nome e em nome do povo japonês, pelas vítimas australianas da guerra, referindo a Batalha de Kokoda e a Marcha da Morte de Sandakan, numa forma de responsabilização do Estado japonês pelas atrocidades cometidas pelo Império do Japão (Remarks By Prime Minister Abe to the Australian Parliament, 08/07/2014).

Abe, no primeiro discurso, enfatiza a necessidade de reforço de medidas de defesa precisamente para impedir conflitos militares e os consequentes “horrores da guerra”, que o Japão experienciou. Assim, precisamente devido a esse sofrimento, o Japão precisa de capacidades defensivas robustas de forma a estar preparado de antemão e, assim, não sofrer. Através do fortalecimento da política de segurança, Abe argumenta que o Japão estará mais bem defendido, podendo, assim, continuar o seu percurso pacífico. Os remorsos causados pela experiência histórica servem de autorização para mudanças de carácter

militar, eliminando a contradição entre a memória pacifista e as necessidades válidas de segurança.

Para uma audiência externa, como ocorre no caso do segundo discurso, Abe expressa remorsos pelo papel do Japão na Segunda Guerra Mundial, particularmente no que diz respeito aos atos perpetrados contra o exército australiano. Internacionalmente, esta estratégia constrói o tipo de credibilidade moral que facilita uma maior aceitação de mudanças na política de segurança, através do reconhecimento dos seus erros, que se reflete numa promessa de não os voltar a cometer, numa garantia de boas intenções que almeja neutralizar os receios regionais sobre a remilitarização japonesa, devido às memórias da guerra.

O início do ano de 2015 constitui igualmente um ponto alto das referências a esta estratégia, impulsionado, principalmente, pelo 70.º aniversário do final da Segunda Guerra Mundial. Na sua reflexão de Ano Novo, Abe salienta que, devido aos remorsos causados pela guerra, o Japão tem contribuído para a “paz e estabilidade globais”, apresentando-se de forma consistente como uma “nação amante da paz” e pondera sobre o papel que o país irá desempenhar nos anos vindouros. No seguimento desta reflexão, Abe transmite a sua vontade de “renovar” o Japão, tornando-o num “país que brilha novamente no centro do palco mundial” (New Year’s Reflection by Prime Minister Shinzo Abe, 01/01/2015).

Neste discurso, os remorsos históricos são substituídos por uma narrativa com o objetivo principal de encetar um processo de renovação nacional. O passado de sofrimento e os remorsos subseqüentes não deverão, assim, condenar o Japão à passividade contínua. Pelo contrário, moralmente, o Japão deverá assumir um maior protagonismo internacional. A memória histórica constitui, assim, simultaneamente, um reconhecimento de erros passados e o fundamento para um sentimento de orgulho futuro. Abe tenta equilibrar, desta forma, a sua necessidade de manter um certo nível de humildade histórica, para apaziguar as preocupações dos seus vizinhos, vítimas do imperialismo japonês, e a ambição de restaurar o estatuto internacional do Japão, em que a memória de derrota e destruição converte-se em motivação para empreender um plano de recuperação da influência global¹⁰.

No mês seguinte, o seu discurso perante a Dieta é aquele em que Abe invoca de forma mais efusiva sentimentos positivos, afirmando que o país está a recuperar a sua confiança e que almeja transformar essa confiança em “convicção plena” para o Japão crescer novamente. Relembrando o pedido de Shigeru Yoshida, o primeiro chefe de governo do pós-guerra, para o povo japonês “ter confiança” e lamentando que esta lhe tenha sido “roubada” em décadas passadas, Abe refere que o Japão se deve orgulhar da construção de um país livre “com base num sentimento de profundo remorso relativamente à Segunda Guerra Mundial” e da sua contribuição para a paz mundial, proclamando que esse orgulho

¹⁰ É através da tentativa de aceitar os erros e limitações que o “indivíduo pode desenvolver sentimentos de orgulho ou autoestima” (Verleye, 2025, p. 32), o que constitui uma parte essencial da segurança ontológica do Estado. O grande projeto político de transformação de Shinzo Abe representou um exemplo desse esforço para “recapturar o orgulho nacional perdido” após a derrota e rendição do Japão, através de modificações no comportamento dos líderes políticos, no papel do Estado na vida pública, no próprio conceito da nação, do seu lugar no sistema internacional, do seu passado e do seu futuro, bem como o seu plano para a condução das relações externas do Japão (Harris, 2020, p. 60).

deverá inspirar o Japão a "contribuir ainda mais para a paz e estabilidade no mundo" (Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 189th Session of the Diet, 12/02/2015).

O primeiro-ministro refere uma confiança "roubada" e posteriormente "recuperada", o que transmite a ideia de que o passado de sofrimento confere uma autoridade moral ao Japão para exercer uma maior assertividade, contrariamente à passividade perene que Abe critica. O sentimento de orgulho não rejeita os remorsos causados pela experiência da guerra, visto que a memória da guerra passa de uma fonte de vergonha nacional para uma maior motivação para dar um contributo mais sólido no plano internacional.

Em maio de 2015, o projeto de lei relativo à "Legislação para a Paz e Segurança", que contém medidas de reforço militar, é apresentado como garantia para a "paz e segurança do Japão e do mundo" e como cumprimento da promessa de o país nunca mais se envolver numa guerra, protegendo, assim, a vida pacífica do povo japonês. Abe relembra as críticas direcionadas a anteriores decisões na área da segurança, como a revisão do Tratado Japão-EUA e a implementação de medidas mais permissivas para a participação do Japão em missões de manutenção da paz, que, alegadamente, iriam contribuir para o envolvimento do país em guerras, mas que não detiveram o Japão de cumprir a sua promessa contra a guerra, guiada pelos profundos sentimentos de arrependimento em relação à Segunda Guerra Mundial. Abe termina a sua intervenção exortando o povo japonês a avançar com confiança e não ignorar as mudanças no ambiente, de forma a poderem deixar um "Japão pacífico" aos seus descendentes. O primeiro-ministro encarrega-se igualmente de liderar a construção de uma nova era, "pelo bem da paz do Japão e do resto do mundo" (Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following the Cabinet Decision on the "Legislation for Peace and Security", 14/05/2015).

Para Abe, a memória histórica é útil para a validação de decisões atuais através da apresentação dos resultados de decisões anteriores. No caso destas, as críticas acabaram por se revelar infundadas, dado que o Japão não se envolveu em guerras, legitimando a aplicação de medidas adicionais, estando excluído esse risco de participação em conflitos. A memória dos "profundos sentimentos de arrependimento" confere uma garantia de continuidade, visto que, se esses sentimentos guiaram o Japão anteriormente, durante os 70 anos (à data) do pós-guerra, continuarão a fazê-lo agora e a limitar as ações do governo, tranquilizando a população e países vizinhos que possam estar preocupados com uma rejeição do pacifismo.

Abe transmite a ideia de que a memória da guerra está tão enraizada no consciente japonês que ninguém deve temer as medidas relacionadas com as capacidades de defesa. Abe refere a necessidade de "avançar com confiança" e "não ignorar as mudanças no ambiente", apresentando aos japoneses uma decisão que não obriga necessariamente a uma escolha entre pacifismo e militarização, tratando-se simplesmente de uma questão de atitude psicológica nacional. É de ressaltar que o primeiro-ministro menciona que apenas através de capacidades militares expandidas é possível "deixar um Japão pacífico" aos descendentes, associando, novamente, o armamento à manutenção da paz.

Abe posiciona-se como o líder do processo de "construção de uma nova era, pelo bem da paz do Japão e do resto do mundo", apresentando as mudanças a nível de segurança como um projeto histórico e uma missão global. Aqui, para além de fonte de remorsos, a memória histórica deverá servir como inspiração e motivação para uma liderança renovada que honra o passado através da assertividade da ação presente.

Agosto de 2015 é, de longe, o mês onde é efetuado o maior número de referências a códigos relacionados com esta estratégia. Este mês foi particularmente relevante para esta estratégia, visto que Abe faz a sua declaração oficial por ocasião do 70.º aniversário da Segunda Guerra Mundial. O primeiro-ministro estabeleceu o Painel Consultivo sobre a História do Século XX e sobre o Papel do Japão e a Ordem Mundial no Século XXI, no início do ano, cujo relatório deveria informar sobre o que incluir nessa declaração, tendo o mesmo sido apresentado a 6 de agosto (Kingston, 2015, p. 1).

Na conferência de imprensa que teve lugar no seguimento dessa declaração, Abe expressa um forte sentimento de luto e condolências sinceras às vítimas, tanto no território japonês como no estrangeiro, admitindo abertamente que o Japão "infligiu danos e sofrimento imensuráveis". Manifestando "um profundo arrependimento pela guerra", o Japão fez o juramento de "jamais recorrer a alguma força de ameaça ou uso da força como meio de resolução de disputas internacionais", comprometendo-se a contribuir de forma ativa para a paz e prosperidade da região desde o final da guerra. Abe rejeita, no entanto, que os "filhos, netos e até crianças do futuro" sejam obrigados continuamente a desculpar-se por um acontecimento no qual não tiveram qualquer tipo de intervenção. É de salientar que, embora expresse profundo arrependimento pelas ações do Império Japonês contra vizinhos e atuais aliados, o primeiro-ministro tenta justificá-las afirmando que o Japão "perdeu de vista as tendências gerais do mundo", referindo em duas ocasiões o "impasse diplomático e económico" que o Japão tentou superar (Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe, 14/08/2015).

Neste discurso, Abe tenta, simultaneamente, agradar a três públicos: por um lado, internamente, um mais conservador, como o do seu partido, que rejeita a "diplomacia de pedidos de desculpa e a história masoquista do Japão" (Kingston, 2015, p. 1) e um mais preocupado com o legado histórico de destruição e subjugação que caracterizou as ações do Império japonês e, por outro, externamente, os seus vizinhos que foram vítimas diretas dessas mesmas ações. Para conseguir isso, Abe utilizou três recursos: o reconhecimento moral necessário para atingir a credibilidade internacional, a libertação das gerações futuras de um sentimento de culpa perpétua e a justificação parcial das ações imperiais através da contextualização histórica.

Abe enquadra as ações imperiais na necessidade de ultrapassar um "impasse diplomático e económico", o que não constitui uma negação da agressão, mas que tenta oferecer uma explicação que mitiga uma culpabilidade direta. Ao alegar que o Japão "perdeu de vista as tendências gerais do mundo", Abe sugere que a ação militar se tratou simplesmente de um erro de julgamento e não de um ato de malícia propositado, uma resposta equivocada às circunstâncias externas do ambiente de segurança. Esta estratégia

permite reconhecer o sofrimento causado aos seus vizinhos sem internalizar a identidade de agressor, mantendo a possibilidade de orgulho nacional baseado na trajetória pacífica pós-guerra e, por vezes, tentando apresentar-se até como vítima. A memória histórica, considerada (erradamente, segundo Abe) um constrangimento perpétuo que condiciona a ação do Japão no presente, deveria, portanto, fazer parte de um processo através do qual ocorre o reconhecimento do papel do Japão na guerra e, ao mesmo tempo, constituir um ponto de partida para a superação.

Kishida, por sua vez, raramente empregou alguma destas categorias. As poucas referências que fez foram, novamente, nos meses de agosto, devido ao aniversário do final da guerra, chegando a repetir, palavra a palavra, a mesma asserção em dois discursos nesta ocasião em 2022 e em 2023, declarando que “nunca iremos esquecer, por um momento sequer, que a paz e a prosperidade de que disfrutamos hoje foi construída sobre as vidas preciosas e a história de sofrimento das vítimas da guerra”, expressando “profundo respeito e gratidão” (Address by Prime Minister Kishida at the Seventy-Seventh National Memorial Ceremony for the War Dead, 15/08/2022; Address by Prime Minister Kishida at the Seventy-Eighth National Memorial Ceremony for the War Dead, 15/08/2023).

O contraste entre a presença massiva da memória histórica em Abe e a sua virtual ausência em Kishida revela diferenças significativas na construção de legitimidade: enquanto Abe utilizava ativamente a memória da guerra como recurso de autorização moral e motivação para um projeto de renovação nacional, Kishida limitava-se a invocações em contextos protocolares, nunca mobilizando esta estratégia para legitimar mudanças na política de segurança. O primeiro-ministro cumpre o dever cerimonial de lembrança da guerra, sem pretender mobilizar a memória da guerra como uma ferramenta de legitimação política. A linguagem utilizada mantém o registo de comemoração respeitosa, mas não tenta estabelecer qualquer tipo de ligação causal entre memória histórica e decisões políticas presentes, ao contrário de Abe, que constantemente associava remorsos do passado do Japão às necessidades de segurança contemporâneas e consequentes medidas aplicadas.

Esta diferença poderá refletir algo já mencionado anteriormente: Abe, proveniente de uma facção mais nacionalista e conservadora do LDP, precisava de equilibrar através do discurso as ambições revisionistas com uma necessidade de humildade histórica e mitigação das preocupações do povo japonês e vizinhos com a postura mais assertiva que emergia das suas medidas na área da segurança; Kishida, proveniente da *Kochikai*, uma facção com “origens pacifistas da escola de Yoshida [Shigeru]” (Govindasamy, 2023, p. 60), não necessitava de garantir de forma tão expressiva como Abe a sua lealdade para com o pacifismo japonês e, com um perfil mais moderado e menos ideológico (Pugliese & Wallace, 2021, p. 86), revelou uma tentativa de evitar o terreno sempre controverso da memória histórica do Japão, focando as suas estratégias de legitimação nas ameaças presentes e necessidades futuras.

Esta estratégia insere-se, simultaneamente, em duas categorias de van Leeuwen: por um lado, a de autorização, em que a autoridade é exercida através da tradição, onde a memória histórica da Segunda Guerra Mundial e o compromisso pacifista subsequente

funcionam como autoridade moral estabelecida que orienta decisões presentes, apresentando uma narrativa de arrependimento e reconstrução pacífica no pós-guerra, o que confere credibilidade à tradição pacifista que foi preservada durante décadas. Por outro, a de mitopoese, especificamente através de narrativas de advertência, onde a experiência do sofrimento do povo japonês e dos vizinhos do Japão serve como lição histórica que previne a repetição de erros de caráter militarista ou expansionista e que informa sobre as consequências de atos descontrolados de agressão militar.

A utilização desta estratégia varia significativamente entre os dois primeiros-ministros. Abe mobiliza ativamente a memória histórica como ferramenta, reconhecendo simultaneamente a culpa do Império, estabelecendo limites morais à ação militar e motivando o empreendimento de esforços com vista a uma renovação nacional. Os remorsos históricos são transformados em autorização para o Japão desempenhar um papel mais relevante a nível internacional.

Kishida, por sua vez, limita-se a invocar a história e o passado em situações protocolares, não estabelecendo uma ligação causal entre a memória histórica e as decisões políticas contemporâneas. Embora a memória da guerra possa ser mobilizada estrategicamente quando conveniente, não constitui um componente obrigatório da legitimação de políticas de segurança no Japão contemporâneo, revelando que os líderes políticos têm uma certa margem de manobra no que concerne às fontes de autoridade que têm ao seu dispor, dependendo dos seus objetivos e dos seus perfis políticos.

6. Narrativas Estratégicas

Os códigos associados a esta estratégia correspondem às narrativas estratégicas implementadas por Abe e Kishida: Perspectiva Panorâmica do Mapa-Múndi, Contribuição Proativa para a Paz, Visão de Kishida para a Paz e Diplomacia Realista para uma Nova Era.

O ano de 2014 iniciou imediatamente com um significativo número de referências, de acordo com a informação presente no **Gráfico 8**, Anexo 1. Na sua reflexão de Ano Novo, Abe rejeita a aplicação de “medidas superficiais” e almejando colocar em prática “verdadeiras reformas” na sua “luta por restaurar um Japão forte”. Para tal e, num mundo caracterizado por uma intensa interdependência, o país terá de “hastear a bandeira da «contribuição proativa para a paz», defendendo a vida do povo japonês e a integridade territorial da nação, em que aparenta anunciar as mudanças vindouras na área da segurança, afirmando que irá “preparar a base para tornar isso possível” (New Year’s Reflection by Prime Minister Shinzo Abe, 01/01/2014).

No discurso para a 186.^a Sessão da Dieta, em janeiro de 2014, Abe usa ambas as suas narrativas estratégicas: expressa o seu desejo de conduzir diplomacia através de uma abordagem que parte de uma “perspetiva panorâmica do mapa-múndi”, referindo a importância de expandir a sua prática de resolver questões através do contacto direto entre os líderes dos países envolvidos e, citando as várias atividades já desempenhadas pelas Forças de Autodefesa em territórios estrangeiros, afirma igualmente o compromisso de contribuir proactivamente para a paz no mundo, que serviu de linha condutora para a elaboração da Estratégia de Segurança Nacional e que irá fundamentar as decisões em assuntos da área da segurança como o direito à autodefesa coletiva (Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 186th Session of the Diet, 24/01/2014).

Abe, à semelhança do que se verificou em estratégias anteriores, neste seu discurso na 186.^a Sessão da Dieta, apresenta as mudanças controversas como o resultado de uma “missão nacional” pela qual ele é responsável. O primeiro-ministro utiliza expressões como “restaurar um Japão forte” e “hastear a bandeira”, que possuem um forte significado patriótico, elaborando um projeto de recuperação nacional onde a sua narrativa de “Contribuição Proativa para a Paz” transcende escolhas políticas, afirmando-se como um imperativo histórico e um dever seu. A liderança global responsável que Abe pretende que o Japão pratique é expressa discursivamente através da expansão de capacidades militares.

A mobilização simultânea das duas narrativas estratégicas demonstra que funcionam como formas de enquadramento complementares que legitimam decisões específicas ao integrá-las numa visão abrangente de longo prazo. A primeira posiciona o Japão como um ator global que assume responsabilidade, não só pela sua segurança, mas pela estabilidade de toda a ordem internacional; a segunda transforma as capacidades militares expandidas (autodefesa coletiva) em instrumentos de missão pacífica internacional. Estas narrativas apresentam, assim, novamente, escolhas políticas que poderiam ser consideradas controversas pela sua assertividade como componentes inevitáveis de uma visão estratégica

estabelecida, não como decisões arbitrárias. A eficácia deriva da transformação do específico (mudanças na área da segurança ou mesmo revisão constitucional) em algo mais abrangente (contribuição para a paz mundial).

Maio de 2014 afigurou-se como o mês em que as referências a estas narrativas estratégicas atingiram o seu auge, impulsionadas pela presença de Abe em fóruns internacionais. Unindo novamente as suas duas estratégias, o primeiro-ministro afirma, no discurso que fez perante o Conselho do Atlântico Norte, a partilha de valores entre o Japão e os parceiros europeus, que se adequa à sua “diplomacia que assume uma perspetiva panorâmica do mapa-múndi” e realça o seu “contributo proativo para a paz”, de forma a poder contribuir para a paz e prosperidade do mundo, mencionando igualmente que foi essa a ideia que o levou a criar a primeira Estratégia de Segurança Nacional do Japão (Japan and NATO As “Natural Partners” - Speech by Prime Minister Abe, 06/05/2014).

No discurso feito por ocasião da 13.^a Cimeira sobre a Segurança Asiática, Abe enfatiza que a sua “contribuição proativa para a paz” já conta com o apoio de aliados e outras nações como os membros da ASEAN, referindo ser a sua lealdade para com o pacifismo que o motiva a “trabalhar ainda mais proativamente para a paz mundial” e a ascensão de um novo Japão, determinado na sua vontade de empreender os esforços necessários e sem precedentes para garantir “a paz, segurança e prosperidade da Ásia e do Pacífico” (The 13th IISS Asian Security Summit -The Shangri-La Dialogue - Keynote Address by Prime Minister Abe, 30/05/2014).

A Estratégia de Segurança Nacional surge também enquadrada como produto destas narrativas, transformando medidas que poderiam ser controversas numa manifestação concreta de uma visão estabelecida para o futuro do Japão e para a sua segurança, apresentando-a como implementação lógica e prática dos princípios teóricos já definidos através da sua narrativa. A eficácia destas narrativas reside na sua capacidade de funcionar como conceitos mais abrangentes que absorvem decisões específicas numa lógica aparentemente coerente e inevitável, alegando que estas decisões políticas fazem parte do estabelecimento de um “novo Japão”, mais próspero e seguro, ou seja, um propósito nacional inquestionável.

A partir daí, as referências foram sendo cada vez mais parcas, aumentando especialmente nos meses de janeiro e setembro, coincidindo com meses de maior atividade interna, na Dieta, e internacional, embora nunca de forma muito significativa.

Kishida, por sua vez, não utilizou as suas narrativas estratégicas de forma muito recorrente, dando clara preferência, no entanto, à “Diplomacia Realista para uma Nova Era”. As exceções notáveis ocorrem logo no início do ano de 2022: tanto na reflexão de Ano Novo, no primeiro dia do ano, como na conferência de imprensa uns dias mais tarde, o primeiro-ministro associa a mobilização da sua “diplomacia realista” à necessidade de “defender resoluta e integralmente a vida... do povo japonês”, mencionado este aspeto como um dos três principais elementos desta estratégia, juntamente com a ênfase dada aos valores universais e a contribuição para a resolução de problemas internacionais (New Year’s

Reflection by Prime Minister KISHIDA Fumio, 01/01/2022; New Year's Press Conference by Prime Minister KISHIDA Fumio, 04/01/2022).

No entanto, só em junho de 2022 é que se verifica um aumento significativo deste tipo de referências. Este mês é marcado por um elevado número de presenças por parte de Kishida em fóruns internacionais, como o Diálogo de Shangri-La, a cimeira do G7 e a cimeira da NATO, o que corrobora a teoria de que estas narrativas estratégicas têm como principal público-alvo audiências externas (a comunidade internacional, particularmente aliados e parceiros) e não internas, visto que tal se verificou igualmente durante o mandato de Shinzo Abe.

Em junho de 2022, Kishida desenvolve de forma mais extensa a sua outra narrativa estratégica de “Diplomacia Realista para uma Nova Era”, referindo que é desta maneira que apelida o tipo de diplomacia que almeja praticar, diplomacia esta que é “dura e realista”, face aos desafios que a comunidade internacional enfrenta, enfatizando a importância dos valores que unem os Estados e defendendo os ideais para o futuro do Japão. O primeiro-ministro menciona que é neste género de “ocasiões diplomáticas” que é essencial definir e esclarecer qual é o papel do Japão na promoção da “paz e estabilidade da comunidade internacional” e qual o tipo de diplomacia que apenas o Japão pode conduzir (Press Conference by the Prime Minister on His Keynote Address at the Shangri-La Dialogue (the IISS Asia Security Summit) and Other Matters, 10/06/2022).

Por ocasião da sua presença na cimeira do G7 em Elmau, Alemanha, em junho de 2022, Kishida contribuiu com um artigo para o jornal alemão “Frankfurter Allgemeine Zeitung”, onde afirma que este conceito surgiu do entendimento de que “nenhum país...pode, por si só, assegurar a sua própria segurança” e que a forma de operacionalização do mesmo irá colocar “diplomacia e segurança como dois lados da mesma moeda” (Contribution to *Frankfurter Allgemeine Zeitung* by Prime Minister KISHIDA Fumio on the Occasion of His Visit to Germany for the G7 Elmau Summit, 26/06/2022).

Kishida replica e intensifica a estratégia de Abe de legitimação através da presença em fóruns prestigiados, sendo a validação internacional que os primeiros-ministros obtêm nestes contextos que será subseqüentemente invocada internamente como prova de aceitação global das mudanças na política de segurança.

A “Visão de Kishida para a Paz” integra elementos aparentemente contraditórios, referindo o fortalecimento de capacidades de defesa juntamente com a ideia de desnuclearização global: aqui, o que poderia ser considerado uma incoerência acaba por servir para resolver, à semelhança de outras estratégias já anteriormente abordadas, a tensão entre militarização e pacifismo, visto que ambos são enquadrados como componentes essenciais de um projeto para a manutenção da “ordem baseada em regras”. A utilização do conceito de “proatividade” estabelece um fio condutor com Abe, o que poderá sugerir que as mudanças políticas transcendem governos individuais e fazem parte de um caminho de evolução institucional.

A "Diplomacia Realista para uma Nova Era", por sua vez, funciona como uma espécie de transformação de uma certa assertividade militar, que poderia ser alvo de controvérsia, em simples pragmatismo diplomático. Por outras palavras, esta narrativa pretende rotular certas medidas de carácter militarista como respostas naturais e "realistas", necessárias para a condução da diplomacia. A asserção de que a diplomacia e segurança são dois lados da mesma moeda permitiria que o reforço das capacidades defensivas fosse apresentado como meio para a eficácia a nível diplomático e não como preparação para guerra.

Em janeiro de 2023, destaca-se igualmente um aumento, se bem que pouco substancial, com duas referências, uma perante a Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins e outra na abertura da 211.ª Sessão da Dieta. Na primeira ocasião, Kishida reforça a imutabilidade da identidade do Japão como "nação amante da paz" e, conseqüentemente, da sua política externa, salientando que a prosperidade do país surge da colaboração com outras nações e não à custa das mesmas. O primeiro-ministro enfatiza novamente a "visão realista" de que a diplomacia exige uma forte capacidade de defesa, o que, por sua vez, deverá "conduzir à persuasão" na condução da diplomacia japonesa. De acordo com a sua perspetiva e, à luz do que ocorreu após a invasão de 2022 da Ucrânia, o povo deve estar disposto a "defender proativamente o país". Kishida afirma a natureza evolutiva desta estratégia e da política externa japonesa no geral, tentando criar um equilíbrio entre "o ideal e a realidade" (Policy Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Johns Hopkins University School of Advanced International Studies (SAIS), 13/01/2023).

No discurso perante a Dieta japonesa, Kishida afirma a sua prossecução da "Diplomacia Realista para uma Nova Era", com o propósito de defender de forma integral o interesse nacional do Japão, face a um "ponto de viragem na história", marcado pelo enfraquecimento das bases da ordem internacional, decorrente da agressão russa contra a Ucrânia, e a degradação do ambiente de segurança na região em que o Japão se insere. Aqui, Kishida não refere por nome a sua narrativa de "Visão de Kishida para a Paz", mas elenca medidas para cumprir os cinco pilares que definiu para a mesma, abordando um maior reforço das "capacidades de dissuasão e resposta" da aliança com os EUA, o que deverá "contribuir para a paz regional" (Policy Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio to the 211th Session of the Diet, 23/01/2023).

Manifestando a sua pretensão de obter um equilíbrio entre "ideal e realidade", Kishida tenta, através do seu discurso, juntar os dois conceitos dentro da mesma estratégia: a identidade pacifista do Japão (o ideal) e as necessidades que surgem da severidade do ambiente de segurança e da perceção das ameaças ao Estado (a realidade) sugerem que as suas políticas não pretendem constituir um abandono da primeira, mas tentam adaptá-lo às circunstâncias causadas pelas segundas. Por sua vez, internamente, Kishida mobiliza as narrativas estratégicas de forma mais implícita, elencando os cinco pilares sem nomear explicitamente a "Visão de Kishida para a Paz". Esta ausência comprova, novamente, a asserção de que as narrativas estratégicas são construídas de maneira a serem mais eficazes em contextos internacionais do que internos. Perante a Dieta, existe a expectativa de que

serão apresentadas medidas concretas, sendo estas mais persuasivas do que conceitos abstratos.

Abe, no entanto, recorre mais frequentemente a estes conceitos que encapsulam a sua visão para o futuro da diplomacia e das políticas de segurança do Japão do que Kishida, particularmente na sua “Contribuição Proativa para a Paz”, que constitui, acima de qualquer outra, a estratégia mais importante e impactante, visto ser o culminar de uma política que estava em desenvolvimento há já 25 anos (Miyajima, 2014).

Evidenciam-se distinções fundamentais nos estilos de liderança e estratégias de legitimação dos dois primeiros-ministros. Abe, associado a um projeto político de índole mais ideológica e revisionista (Nakahara, 2021, p. 2), investiu significativamente na construção de narrativas abrangentes que conferiam coerência às suas mudanças políticas controversas. A “Contribuição Proativa para a Paz” e a “Perspetiva Panorâmica do Mapa-Múndi” funcionavam como conceitos que transformavam decisões específicas em componentes de visão de longo prazo, facilitando uma maior aceitação interna ao transpor os debates para além das considerações técnicas imediatas.

Kishida, pelo contrário, com um perfil político mais moderado e liberal (Jain, 2023, p. 12), utiliza narrativas estratégicas de forma mais instrumental e circunscrita temporalmente, normalmente concentradas em momentos de lançamento de políticas ou em contextos internacionais específicos onde a validação externa é prioritária.

Enquanto Abe procurava transformar fundamentalmente a identidade internacional do Japão através de narrativas aspiracionais e de visões para o futuro, Kishida gere mudanças que já se encontram estabelecidas, sem necessidade de uma visão abarcante que as sustente, não possuindo uma necessidade tão premente como Abe de legitimar as suas medidas na área da segurança através das narrativas, visto que as bases tinham já sido estabelecidas pelo seu antecessor e grande parte dos avanços controversos nesta área foram empreendidos por Abe.

Ambos partilham uma preferência pela transmissão destas narrativas a audiências externas, verificando-se, assim, uma tentativa de legitimação internacional prévia que subseqüentemente almeja mitigar a resistência interna através da validação pelos seus aliados e parceiros. As narrativas estratégicas funcionam, conseqüentemente, como instrumentos de diplomacia que constroem uma aceitação externa que é suscetível de ser mobilizada internamente.

c) Análise de Coocorrências entre Estratégias e Códigos

1. Apelo à Ameaça Externa

A coocorrência dominante verifica-se com o código “Ordem Baseada nas Regras/Mudança do Status Quo pela Força” (303), algo que é possível depreender da informação contida na **Tabela 3** do Anexo 2, sugerindo que as ameaças externas são regularmente enquadradas, não como perigos militares isolados e com impacto apenas a nível nacional, mas como violações de normas internacionais. A resposta por parte do governo japonês não constitui, portanto, um ato de assertividade unilateral, sendo apresentado como algo necessário para a defesa da ordem internacional liberal, universalizando a ameaça.

Tal é comprovado novamente pela segunda coocorrência mais evidente, a “Aliança EUA/Colaboração com países que partilham a mesma visão” (187): as ameaças não são apresentadas como problemas que o Japão enfrenta sozinho, mas como desafios coletivos a toda a comunidade internacional que exigem uma resposta multilateral, ou seja, legitimando as mudanças de índole militar através do seu enquadramento num esquema de cooperação e contribuição para a segurança mundial.

A terceira, por sua vez, é a “Adaptação do Pacifismo” (115), evidenciando uma tentativa de reconfiguração da identidade pacifista japonesa quando há a perceção de ameaças à segurança. Isto relaciona-se com a ideia de “pacifismo ativo” mencionada anteriormente, em que se apresenta a própria existência do pacifismo como algo que exige capacidades defensivas para o manter. Por outro lado, o facto de que a “Afirmação do Pacifismo” só ocorre em conjunto com esta estratégia 42 vezes pode comprovar que a perceção e posterior invocação destas ameaças é utilizada para redefinir o que significa o pacifismo, justificando mudanças na política de segurança, e raramente é acompanhada de afirmações relativas à continuidade do pacifismo tal como é.

O padrão que emerge desta análise revela que “Apelo à Ameaça Externa” raramente opera de forma isolada nos discursos, ativando diversas estratégias simultaneamente e que as ameaças são enquadradas como ataques à ordem internacional, sendo, portanto, necessária uma ação multilateral e coletiva e justificando reconfigurações na identidade pacifista do país.

2. Normas e Valores Universais e Responsabilidade Internacional

Os dois códigos que ocorrem de forma mais frequente em conjunto com esta estratégia, presentes na **Tabela 4** do Anexo 2, são os relacionados com a invasão russa da Ucrânia em 2022, nomeadamente Ucrânia 2022 (125) e Rússia 2020 (157). É importante salientar que estes números, quando comparados com os códigos relacionados com a anexação da Crimeia – Crimeia 2014 (9) e Rússia 2014 (7) – demonstram uma acentuada disparidade temporal, com a invasão de 2022 a ser enquadrada de maneira radicalmente

mais intensa através de valores universais do que em 2014. A crise de 2022 foi, assim, mobilizada estrategicamente como ameaça aos próprios fundamentos da ordem liberal internacional baseada nas regras e não apenas como algo de caráter militar.

Comparado com a Rússia 2022 (157), as ameaças asiáticas regionais, a China e a Coreia do Norte, ambas com 30, são muito menos enquadradas através de valores universais, sendo abordadas num quadro regional e de segurança mais direto, em que as ameaças são apresentadas em termos do impacto que têm para o Japão e não como possíveis causas para a deterioração da ordem baseada nas regras.

Relativamente ao pacifismo, esta estratégia aparece associada de forma equilibrada tanto à Adaptação (89) como à Afirmação (77). A invocação dos valores universais preconiza quase igualmente a necessidade de mudança da política de segurança, como o respeito pela identidade pacifista. Isto é particularmente útil dado que a paz mundial é frequentemente apresentada como um dos objetivos principais da política de segurança japonesa, mas que, para tal ser alcançado, é imperativo possuir capacidades de dissuasão para impedir conflitos: a continuidade e a reconfiguração do pacifismo são condições *sine qua non* para o Japão poder alcançar os seus objetivos na área da segurança.

Esta estratégia pretende transformar conflitos e ameaças à segurança em batalhas pelos fundamentos básicos da ordem liberal internacional que o Japão se propôs a defender. A invasão russa da Ucrânia de 2022, em particular, foi elevada ao nível de dever moral, de forma a apresentar este evento como uma luta entre os protetores do *status quo* e os agressores que desrespeitam o direito internacional através da força, de forma a angariar legitimidade para as respostas do Japão, que se assume como defensor tenaz dos valores, princípios e regras que, na sua perspetiva, deveriam nortear as relações entre Estados.

3. Legalidade Constitucional e Mudanças Incrementais

O código que surge mais frequentemente em conjunto com esta estratégia é a “Adaptação do Pacifismo”, com 129 coocorrências, algo que consta da **Tabela 5** do Anexo 2. Pode-se inferir que, quando são abordados temas relacionados com a reinterpretação da Constituição japonesa ou medidas incrementais como resposta às mudanças no ambiente de segurança, os primeiros-ministros incluem menções à exigência de reconfigurar a identidade pacifista do Japão de forma a ser possível dar resposta aos problemas identificados. A legitimação das alterações à política de segurança não é efetuada apenas explicando as circunstâncias que levaram os governos a decidir enveredar por esse caminho, mas também, de forma simultânea, reconfigurando o que significa ser pacifista e o que é necessário fazer para que esse pacifismo se mantenha como uma característica indelével do modo de vida japonês e da política externa do Estado.

Códigos relacionados com ameaças como Sobrevivência/Perigo/Ameaça/Desafio/Crise (38) e Ponto de Viragem/Ambiente Severo (36)

são utilizados de forma mais esporádica, não se verificando uma dependência de situações de emergência ou perigo para ocorrer a tentativa de legitimação das medidas.

O facto de que as referências à Aliança com os EUA e à colaboração com outros países que partilham dos mesmos valores (29) não são muito numerosas poderá sugerir que, ao contrário do que se evidenciou nas estratégias anteriores em que estava presente uma forte natureza universalista das ameaças, esta estratégia enquadra as mudanças como uma evolução interna necessária e não tanto como resposta a imperativos externos.

Esta estratégia funciona, portanto, através da tentativa de reconfiguração da identidade japonesa, rejeitando o recurso à securitização das ameaças para justificar o objetivo de alterações constitucionais e/ou mudanças na política de segurança. Fica implícito o reconhecimento através desta estratégia de que não se consegue obter a legitimação apenas através da invocação de ameaças externas, sendo, por isso, necessário, através do discurso, conciliar a identidade pacifista do Japão com as exigências que surgem da percepção de ameaças e do ambiente de segurança.

4. Mobilização da Identidade Pacifista

No caso da Mobilização da Identidade Pacifista, no geral, esta estratégia surge maioritariamente associada ao código “Aliança EUA/Colaboração com países que partilham a mesma visão” (105), o que indica a sua utilização em contextos de cooperação internacional, ou seja, o pacifismo não é afirmado apenas para o público interno japonês, é também utilizado como credencial para uma audiência internacional, demonstrando que o Japão é um país comprometido para com a paz e que irá empreender esforços no contributo mundial para a alcançar, juntamente com países parceiros e aliados. Aliás, verifica-se, na **Tabela 6** do Anexo 2, um número semelhante de coocorrências entre este código e ambas as modalidades (Afirmação do Pacifismo e Adaptação do Pacifismo), o que demonstra que a cooperação internacional funciona como mecanismo legitimador para ambas as situações, embora com lógicas distintas: na afirmação, as alianças servem para validar a identidade pacifista e apresentar o Japão como parceiro confiável, enquanto na adaptação, a eficácia das alianças exige a reconfiguração do pacifismo.

Embora as coocorrências tenham sido calculadas ao nível das estratégias agregadas, optou-se por efetuar uma análise desagregada desta estratégia, evidenciando a distinção entre Afirmação e Adaptação do Pacifismo, devido à centralidade que assume para a compreensão de como a identidade pacifista é mobilizada. Avaliar a diferença entre invocar o pacifismo como autoridade inalterada e reinterpretá-lo para justificar mudanças é essencial para entender como funciona a estratégia de reconfiguração identitária identificada nesta investigação, justificando uma análise mais específica dos seus padrões de coocorrência.

A Afirmação do Pacifismo opera principalmente através da invocação da autoridade histórica e moral, exemplificada pela coocorrência com a “Contribuição Proativa para a Paz” (33) e “Remorsos/Vergonha/2ª Guerra Mundial” (21). Pode-se afirmar, assim, que esta

modalidade se baseia em narrativas: a visão estratégica de Abe para a diplomacia e segurança do Japão e a memória histórica funcionam como fontes de autoridade tradicional que qualificam o Japão para a ação internacional e mudanças na área da segurança. A coocorrência significativa com o código "Ordem Baseada nas Regras/Mudança do Status Quo pela Força" (32) sugere que a Afirmação do Pacifismo é associada a princípios universais, demonstrando que a tradição nacional da identidade pacífica e as normas internacionais provenientes da ordem liberal são correspondentes.

Pelo contrário, a Adaptação do Pacifismo funciona em situações de necessidade contextual e em que a mudança se apresente como imperativa. A coocorrência dominante com "Reação à Mudança/Medidas Apropriadas" (74, um número muito superior às 12 respeitantes à Afirmação) revela que esta modalidade surge maioritariamente em contextos onde mudanças no ambiente de segurança exigem uma resposta. A Adaptação do Pacifismo, ao invés de invocar a tradição pacifista histórica, redefine o que deverá ser o pacifismo face às novas circunstâncias.

Ao contrário do que se verificou nas coocorrências relacionadas com a Afirmação do Pacifismo, aqui os códigos ligados a situações ou contextos de perceção de ameaças têm uma presença bastante superior: "Ponto de Viragem/Ambiente Severo" (44) surge aqui quase quatro vezes mais do que na Afirmação (12), enquanto o código denominado "Sobrevivência/Perigo/Ameaça/Desafio/Crise", com 40 coocorrências, está praticamente ausente da Afirmação, surgindo apenas cinco vezes. Esta diferença aparenta validar a asserção de que a Adaptação depende dos processos de securitização para conseguir obter legitimação, sendo que a perceção das drásticas mudanças do ambiente de segurança constitui, desta forma, evidência de que o pacifismo tradicional é inadequado e precisa ser reinterpretado e evoluir.

Esta modalidade encontra-se fortemente associada a códigos relacionados com a mudança e implementação de medidas de resposta, como os "Documentos de Segurança 2022" (26), "Interpretações/Revisões Constitucionais" (12) e "Incrementalismo" (15), sugerindo que a Adaptação do Pacifismo está ligada a transformações políticas concretas, servindo de justificação para as mesmas.

Estes padrões justificam a desagregação destas modalidades e a análise isolada das mesmas com os códigos, visto que se verifica uma marcada distinção nas coocorrências mais relevantes para cada um: por um lado, a autoridade proveniente da memória histórica e das narrativas estratégicas e, por outro, a influência das ameaças e mudanças institucionais, ou seja, são mecanismos com tipos de funcionamento bastante próprios, não simples variações superficiais.

5. Memória Histórica e Emoções Nacionais

A "Afirmação do Pacifismo" é o código em que se evidenciam mais coocorrências com esta estratégia (25), através da análise da **Tabela 7** do Anexo 2, o que demonstra que o

pacifismo é validado através da história do Japão e que a memória preserva essa identidade. Emoções como os remorsos provenientes da ação do Império japonês servem para afirmar a continuidade da identidade pacifista e comprovar a lealdade do governo para com essa identidade, não sendo utilizado para legitimar mudanças. Aliás, a presença de referências relacionadas com o código de “Adaptação do Pacifismo” é muito rara, visto que não existe o propósito de implementar mudanças mobilizando a memória e as emoções de arrependimento, remorsos ou mesmo orgulho.

Este código é, de longe, o mais notável, sendo que, com os restantes, o número de coocorrências é muito baixo. A memória histórica e as emoções são operacionalizadas de forma isolada como ferramenta de preservação e afirmação da identidade pacifista, não ocorrendo a tentativa de legitimação de medidas que alteram a política de segurança através da utilização desta estratégia.

Esta estratégia não é invocada juntamente com referências ligadas à percepção de ameaças, funcionando, como mencionado anteriormente, de forma protocolar, normalmente em dias com grande simbolismo histórico e raramente com o propósito de legitimar alterações em questões de segurança.

A “Memória Histórica e Emoções Nacionais” é utilizada maioritariamente com um objetivo de preservação e não de transformação, num registo simbólico. Ao contrário das outras que são instrumentalizadas para justificar as mudanças políticas na área da defesa, esta estratégia relembra os eventos históricos que precederam o desenvolvimento da identidade pacifista, demonstra remorsos pelo passado e invoca a necessidade de ter orgulho do Japão atual, servindo como comprovativo da fidelidade ao pacifismo. Isto explica o facto de Kishida raramente usar esta estratégia, visto que este primeiro-ministro prefere angariar legitimação através da apresentação das ameaças presentes e não relembrando as ações históricas.

6. Narrativas Estratégicas

Tal como na estratégia anterior, a “Afirmação do Pacifismo” é o código com o qual se verificam mais coocorrências, desta feita 37 (**Tabela 8**, Anexo 2). Estas visões e narrativas são apresentadas como extensões lógicas e naturais do pacifismo e não como transformações da identidade, algo evidenciado pelo significativamente menor número de coocorrências com a “Adaptação do Pacifismo” (14). A “Contribuição Proativa para a Paz”, por exemplo, não pretende ser uma alteração radical do conceito de pacifismo. Com esta narrativa, Abe pretende estabelecer uma atualização do compromisso pacifista histórico do Japão, para fazer face às ameaças no ambiente de segurança, o que corrobora o que foi mencionado anteriormente na secção dedicada à análise do gráfico temporal respeitante a esta estratégia.

Outro aspeto que é comprovado pelas coocorrências é o facto de que as narrativas estratégicas são mais utilizadas em fóruns internacionais: aqui, surgem fortemente

associadas ao código “Aliança EUA/Colaboração com países que partilham a mesma visão”. Tal vai ao encontro da asserção anterior de que estas narrativas desempenham uma função de diplomacia pública face a uma audiência externa, apresentando a continuidade do compromisso do Japão para com a sua identidade pacifista e, conseqüentemente, afirmando-se como um parceiro confiável para a comunidade internacional na prossecução da paz mundial.

Mais uma vez, as coocorrências com códigos relacionados com ameaças são pouco significativas, demonstrando que estas narrativas e visões não surgem como reações a crises, apresentando-se como projetos a longo prazo e como definição da forma de conduzir diplomacia e de agir no plano securitário.

Pode-se afirmar, portanto, que as narrativas estratégicas, ocorrem, contrariamente a outras estratégias, que servem diretamente o propósito de legitimar mudanças na área da segurança, como confirmações da identidade pacifista do Japão, principalmente perante públicos internacionais. Esta estratégia não sugere uma pretensão de alterar fundamentalmente os preceitos do pacifismo, tenta, alternativamente, expandir o seu significado, para acomodar medidas mais proativas, sempre almejando a contribuição para a paz e estabilidade da comunidade internacional. A mudança é considerada um elemento indispensável para a sobrevivência da identidade pacifista, que exige uma evolução, mas não transformação, dos princípios já estabelecidos.

V. CONCLUSÕES

A presente investigação procurou compreender de que forma os Estados com identidades pacifistas utilizam estratégias discursivas para legitimar a expansão de capacidades de defesa em resposta à perceção de ameaças externas, focando especificamente no caso japonês entre 2014 e 2024. A análise dos discursos dos primeiros-ministros Shinzo Abe e Fumio Kishida revelou um sistema de legitimação que opera através de seis estratégias principais: Apelo à Ameaça Externa, Normas e Valores Universais e Responsabilidade Internacional, Legalidade Constitucional e Mudanças Incrementais, Mobilização da Identidade Pacifista, Memória Histórica e Emoções Nacionais e Narrativas Estratégicas.

A análise temporal demonstrou que estas estratégias não são mobilizadas aleatoriamente, mas seguem padrões associados a eventos críticos e necessidades de legitimação específicas. A análise de coocorrências, por sua vez, revelou algo fundamental não antecipado nas hipóteses iniciais: as estratégias são mobilizadas através de um sistema complementar, onde algumas legitimam mudanças diretamente através de construção de necessidade (estratégias de justificação), enquanto outras tentam minimizar uma potencial oposição através da demonstração de continuidade da identidade (estratégias de preservação). Esta descoberta permite uma melhor compreensão de como os Estados pacifistas tentam conciliar a fidelidade a valores fundamentais e identitários com a adaptação às exigências de segurança.

A aparente contradição entre estes dois aspetos transforma-se numa forma de complementaridade estratégica: enquanto umas estratégias são utilizadas para fazer avançar medidas que visam mudanças na política de segurança do Estado (algumas delas com forte oposição por parte de uma população ainda muito leal ao pacifismo e de países vizinhos que vivenciaram a agressão japonesa durante uma grande parte da primeira metade do século XX e que ainda carregam essas memórias na consciência nacional), outras servem para assegurar audiências internas e externas de que o pacifismo que caracteriza o Japão se mantém e manterá intacto, reforçando o seu compromisso para com a afirmação dos ideais pacifistas, respeito pelo direito internacional e pela ordem baseada nas regras e colaboração com a comunidade internacional.

As seis estratégias identificadas dividem-se nestes dois grupos: por um lado, as estratégias de justificação, que legitimam as mudanças através de construção retórica de necessidade de adaptação ao ambiente de segurança e perceção de ameaças, que incluem “Apelo à Ameaça Externa”, a construção de urgência através de securitização de ameaças regionais e globais; “Legalidade Constitucional e Mudanças Incrementais”, em que as mudanças são apresentadas como uma evolução legal natural da política de segurança que necessita ser adaptada às circunstâncias causadas pelas alterações à ordem internacional; e “Normas e Valores Universais”, em que as exigências nacionais são universalizadas, sendo o

Japão designado como defensor da ordem internacional e dos princípios definidos como parte integral da mesma.

Estas estratégias são aplicadas através de coocorrências significativas com códigos de ameaça, mudança e necessidade contextual. "Apelo à Ameaça Externa" coocorre predominantemente com "Ordem Baseada em Regras", posicionando as ameaças como violações universais de princípios fundamentais, não como uma percepção isolada de perigo militar. A "Legalidade Constitucional e Mudanças Incrementais" coocorre dominantemente com "Adaptação do Pacifismo", o que indica que as mudanças legais exigem, ao mesmo tempo, uma reconfiguração identitária.

Por outro lado, as estratégias de preservação identitária complementam as anteriores, almejando minimizar ou neutralizar a oposição às medidas através da afirmação da continuidade da lealdade ao pacifismo. Neste grupo, encontram-se a "Memória Histórica e Emoções Nacionais", em que se invoca a autoridade tradicional e histórica para garantir o compromisso do governo japonês para com a identidade pacifista e "Narrativas Estratégicas", onde se tenta manter os fundamentos do pacifismo, mas alargando a sua definição para incluir um tipo de pacifismo mais ativo e assertivo.

Aqui, verifica-se a afirmação de continuidade. Por um lado, as "Narrativas Estratégicas", que coocorre de forma expressiva com a "Afirmação do Pacifismo", surgindo como forma de confirmação e extensão da identidade pacifista e a "Memória Histórica e Emoções Nacionais", que coocorre também quase exclusivamente com a "Afirmação do Pacifismo", como forma de demonstração de fidelidade histórica aos compromissos pacifistas.

A "Mobilização da Identidade Pacifista" desdobra-se em dois conceitos, que, embora também pareçam contraditórios e sejam utilizados em contextos distintos, a verdade é que se integram de forma complementar, à semelhança dos dois grupos acima mencionados. As tentativas de legitimação por parte dos primeiros-ministros japoneses, relacionado com este sistema complementar das estratégias, fazem evidenciar os conceitos de "Afirmação do Pacifismo" e "Adaptação do Pacifismo".

Enquanto a "Afirmação" tenta preservar a continuidade identitária, reforçando que o pacifismo é parte integrante do Japão e que nunca irá ser abandonado, a "Adaptação" assume que o pacifismo instaurado no período pós-Segunda Guerra Mundial já não é capaz de servir totalmente os interesses do Japão e responder às exigências do ambiente de segurança japonês na sua forma original. Isto conduz, portanto, à necessidade de o reconfigurar para algo que admita a implementação de medidas de natureza militarista, que se afigura como a única maneira de assegurar que não surgem conflitos, pelo poder das capacidades de dissuasão, e que a paz e o pacifismo são mantidos.

Uma legitimação eficaz envolve a aplicação de ambos os tipos. A construção da necessidade de mudança (estratégias de justificação), caso fosse usada isoladamente, geraria oposição por parte de quem valoriza a identidade pacifista e, da mesma forma, afirmar

a continuidade (estratégias de preservação) não seria suficiente para justificar a razão pela qual as mudanças são necessárias. A legitimação exige, portanto, este sistema: as estratégias de justificação constroem a racionalização para as mudanças, enquanto as estratégias de preservação tentam eliminar ou mitigar possíveis objeções ao demonstrar que a identidade fundamental pacifista permanece intacta e só será alvo de adaptações ao sistema internacional em vigor.

As próprias coocorrências demonstram esta complementaridade, já que mesmo os discursos mais securitizados (como "Apelo à Ameaça Externa") mantêm referências ao pacifismo e à colaboração internacional. Inversamente, os discursos mais focados na afirmação da identidade reconhecem as exigências causadas pelo ambiente de segurança. É raro uma estratégia aparecer de forma isolada, pois só utilizando estratégias pertencentes aos dois grupos é que se afigura possível equilibrar mudança com continuidade.

Foi possível identificar alguns grandes eventos que levaram a aumentos nas referências associadas a cada estratégia: a anexação da Crimeia em fevereiro/março de 2014; a publicação do relatório elaborado pelo Painel Consultivo sobre a Reconstrução da Base Jurídica para a Segurança, que apresenta uma reinterpretação da Constituição com vista a assegurar o direito à autodefesa coletiva do Japão em maio de 2014; a decisão por parte do governo intitulada "Desenvolvimento de uma Legislação de Segurança Integrada para Garantir a Sobrevivência do Japão e Proteger o seu Povo", datada de julho de 2014, que incluía as medidas a aplicar para responder a qualquer situação de ameaça ao Estado, com destaque para a ampliação do âmbito de atuação das Forças de Autodefesa e as controversas "três condições para o uso da força"; a submissão do projeto de lei referente à "Legislação para a Paz e Segurança" em maio de 2015; a aprovação do projeto de lei em setembro de 2015; a entrada em vigor da legislação em março de 2016; a invasão russa da Ucrânia em fevereiro de 2022 e a aprovação pelo governo de Kishida dos três documentos de segurança, a Estratégia de Segurança Nacional, a Estratégia de Defesa Nacional e o Programa de Reforço Defensivo, em dezembro de 2022.

A análise revela que nem todas as ameaças são enquadradas da mesma forma, sugerindo que ocorrem escolhas deliberadas sobre quando universalizar moralmente uma ameaça ou quando devem ser securitizadas de forma mais regional. Ameaças internacionais, como a invasão da Ucrânia, foram universalizadas através do argumento de ataque a valores civilizacionais, exemplificado pela coocorrência massiva com "Ordem Baseada em Regras/Valores Universais" (303), o que indica que este conflito foi enquadrado como ataque aos próprios fundamentos da ordem internacional liberal, em que uma ameaça geograficamente distante passa a constituir uma crise existencial que exige necessariamente uma resposta japonesa.

As estratégias variam igualmente conforme a audiência, revelando uma comunicação distinta dependendo das expectativas do público para o qual se está a discursar. Fóruns internacionais prestigiados (NATO, Diálogo de Shangri-La, G7) tendem a favorecer uma maior mobilização de narrativas estratégicas como a "Contribuição Proativa para a Paz" ou a "Visão de Kishida para a Paz", bem como normas universais que posicionam o Japão como líder

internacional responsável comprometido com a ordem baseada em regras. Estes contextos privilegiam a construção de credibilidade externa através de demonstração de valores partilhados e de visões alinhadas com os seus parceiros ocidentais.

Contrariamente, os contextos internos, especialmente sessões parlamentares e conferências de imprensa nacionais, favorecem as estratégias de “Legalidade Constitucional e Mudanças Incrementais” e “Memória Histórica e Emoções Nacionais” que tranquilizam as audiências internas sobre a continuidade da identidade pacifista e o respeito pelos constrangimentos provenientes da Constituição. Nestas comunicações, os líderes enfatizam o carácter incremental das suas medidas, afirmando a sua conformidade para com os preceitos constitucionais e a sua fidelidade aos compromissos pacifistas.

Embora ambos os primeiros-ministros utilizem este sistema de estratégias, as ênfases específicas dependem do perfil e contexto político de cada líder. Shinzo Abe, associado a um projeto político conservador e revisionista mais explícito, mobilizava intensamente as estratégias de “Memória Histórica e Emoções Nacionais” (com picos superiores a 40 referências mensais) e de “Narrativas Estratégicas” de forma consistente e abrangente. A sua visão de “Contribuição Proativa para a Paz” funcionava como ideologia abarcante que conferia um elevado grau de coerência a todas as mudanças políticas que se propunha encetar, apresentando-as como parte integrante de uma missão a longo prazo.

Fumio Kishida, com um perfil político mais pragmático, utilizou significativamente menos a estratégia relacionada com a memória histórica (maioria dos meses com menos de 10 referências, frequentemente zero), limitando-a a invocações inseridas em situações protocolares em datas comemorativas obrigatórias. As suas narrativas estratégicas são mobilizadas de forma mais isolada temporalmente, concentradas em momentos de lançamento de políticas ou presença em fóruns internacionais específicos, não se evidenciando uma presença consistente nos seus discursos como nos de Abe.

Enquanto Abe procurava transformar fundamentalmente a identidade internacional do Japão através de narrativas abrangentes que requeriam uma forte mobilização ideológica, Kishida tentou gerir de forma mais pragmática as mudanças já estabelecidas por Abe, não necessitando de uma visão totalizante para sustentar políticas que já eram normalizadas.

As hipóteses para esta investigação, apresentadas na introdução, foram confirmadas pela análise, ainda que com algumas observações importantes:

1. a legitimação de mudanças militares em Estados pacifistas opera através de múltiplas estratégias discursivas com funções complementares, não através de um mecanismo único

A análise identificou seis estratégias distintas que, ao contrário da expectativa de que eram aplicadas de forma isolada, revelaram um sistema duplo em que servem funções complementares. Aqui, a análise de coocorrências demonstrou padrões sistemáticos, verificando-se que as estratégias de justificação se encontram normalmente associadas a códigos de ameaça ou mudança, enquanto as estratégias de preservação são mais utilizadas

em relação a questões de autoridade ou continuidade. Esta distinção entre a justificação e a preservação não pertencia à hipótese inicial, mas surgiu através da análise dos discursos e das respetivas estratégias. Estas duas dimensões são utilizadas de forma coordenada, onde uma (justificação) cria uma necessidade que a outra dimensão (preservação) torna aceitável através de tranquilização das audiências ao afirmar a continuidade da identidade pacifista.

2. o pacifismo japonês é simultaneamente mobilizado como autoridade tradicional que preserva a identidade japonesa e reconfigurado discursivamente como justificação para a adoção de políticas de defesa mais robustas

Os padrões de coocorrência validam esta distinção, sendo que a Afirmação do Pacifismo ocorre predominantemente em conjunto com “Aliança EUA/Colaboração com países que partilham a mesma visão”, “Ordem Baseada nas Regras/Mudança do Status Quo pela Força”, “Memória Histórica e Emoções Nacionais”, e de forma pouco significativa com “Apelo à Ameaça Externa”; por sua vez, a Adaptação coocorre muito frequentemente com a “Reação à Mudança/Medidas Apropriadas”, “Ponto de Viragem/Ambiente Severo”, “Sobrevivência/Perigo/Ameaça/Desafio/Crise” e “Interpretações/Revisões Constitucionais”.

Os códigos relacionados com a cooperação internacional funcionam para ambas as modalidades, no entanto servem funções diferentes: a Afirmação usa as alianças como validação da identidade pacífica, ao mesmo tempo que a Adaptação as utiliza como justificação para a mudança.

3. eventos disruptivos internacionais intensificam o recurso a estratégias de legitimação e podem alterar os padrões de enquadramento das ameaças

A invasão da Ucrânia em 2022 gerou uma intensificação enorme da utilização das estratégias, contrariamente ao que se tinha verificado aquando da anexação da Crimeia. O enquadramento destes eventos também mudou, sendo que o de 2022 foi universalizado moralmente, enquanto o de 2014 foi tratado como questão regional e negligenciado de forma a não impactar de forma significativa a relação entre a Rússia e o Japão.

Aqui, as ameaças asiáticas persistentes, como a China e a Coreia do Norte mantêm padrões estáveis, num enquadramento regional e securitário e não sofrem o processo de universalização como aconteceu em 2022 com a Ucrânia.

4. embora exista continuidade entre os governos de Shinzo Abe e Fumio Kishida no processo de normalização da política de defesa japonesa, os líderes privilegiam diferentes estratégias conforme os seus respetivos perfis e contextos políticos.

Ambos utilizam o duplo sistema de estratégias, estando a diferença na ênfase conferida às diferentes estratégias. Abe tende a mobilizar de forma mais intensa as estratégias de “Memória Histórica e Emoções Nacionais” e “Narrativas Estratégicas”, contrariamente a Kishida que usa menos frequentemente a “Memória Histórica e Emoções Nacionais” e concentra a utilização das suas narrativas em fóruns internacionais específicos.

Isto releva lógicas políticas distintas. Abe, que estava mais associado a um revisionismo conservador, aplica narrativas abrangentes que visam transformar a identidade nacional. Kishida, mais pragmático, gere as mudanças já estabelecidas sem existir a necessidade de uma visão tão abarcante.

A nível teórico, esta investigação confirma a aplicabilidade das categorias de legitimação discursiva de van Leeuwen no contexto de políticas de segurança. A análise confirma que todas as categorias operam de alguma forma nos discursos de Abe e Kishida, no entanto, a emergência do sistema duplo de legitimação expande a teoria de van Leeuwen ao revelar que, em contextos de identidades restritivas, as categorias não operam de forma independente, mas associadas umas às outras. Não é explicitamente explorado pelo autor a forma como diferentes categorias podem ser mobilizadas simultaneamente com funções aparentemente contraditórias, mas complementares, algumas legitimando mudança, outras mitigando a oposição.

A literatura construtivista sobre identidade nacional enfatiza como as identidades moldam interesses e condicionam a ação, mas não se debruça tanto sobre como as identidades podem ser transformadas quando entram em conflito com necessidades políticas. Aqui, a contribuição da investigação baseia-se na demonstração de que as identidades não são simplesmente abandonadas quando se afiguram inconvenientes nem estritamente mantidas quando são restritivas, sendo estrategicamente reconfiguradas através do discurso.

A teoria da securitização (Buzan, Wæver & de Wilde, 1998) argumenta que questões podem ser securitizadas quando enquadradas como ameaças existenciais que exigem medidas extraordinárias. A investigação confirma que o processo de securitização é aplicável no caso japonês (especialmente na altura da invasão da Ucrânia em 2022), mas revela que a securitização isolada pode ser insuficiente, devendo, por vezes, ser complementada por estratégias de preservação de identidade. Em contextos de identidades pacifistas restritas, a securitização na sua forma original pode acabar por ser contraproducente ao gerar ansiedade sobre o abandono de valores fundamentais.

A investigação contribui de forma significativa para a literatura referente a estratégias de legitimação discursiva e políticas de segurança em contextos de identidades que restringem a ação do Estado. Primeiramente, a adaptação do quadro teórico de van Leeuwen, que apresenta conceitos mais generalizados, permite que se compreenda como são aplicáveis as suas categorias a situações onde as identidades condicionam a implementação de medidas de segurança. Enquanto o autor apresenta categorias estanques, não estabelecendo associações entre elas, esta investigação fez emergir um padrão em que múltiplas categorias se relacionam umas com as outras em dinâmicas discursivas de legitimação. A tabela seguinte demonstra de que maneira as estratégias propostas neste trabalho se relacionam com as categorias definidas por van Leeuwen:

Tabela 2: Relação entre as estratégias propostas para o caso do Japão e as categorias definidas por van Leeuwen (2008)

Categorias de van Leeuwen	Estratégia adaptada ao caso do Japão	Explicação da ligação
Autorização (legitimação pela autoridade: leis, tradição, líderes, instituições) (pp. 106-109)	Legalidade Constitucional e Mudanças Incrementais	A autoridade é fundamentada na Constituição pacifista e nas interpretações incrementais de governos e documentos oficiais (<i>Autoridade impessoal</i> – p. 108).
	Mobilização da Identidade Pacifista	O pacifismo é usado como norma fundadora e tradicional, ainda que reinterpretado para justificar uma maior assertividade (<i>Autoridade de tradição/autoridade impessoal</i> – p. 108).
	Memória Histórica e Emoções Nacionais	A história da Segunda Guerra e o arrependimento nacional funcionam como “autoridade moral” para fundamentar limites ou transformações (<i>Autoridade de tradição</i> – p. 109).
	Narrativas Estratégicas	O cunho pessoal dos primeiros-ministros (Abe/Kishida) confere autoridade para a legitimação de mudanças discursivas e políticas (<i>Autoridade pessoal</i> – p. 106).
Avaliação Moral (legitimação pela referência a valores morais) (pp. 109-112)	Normas e Valores Universais e Responsabilidade Internacional	Invocação da ordem baseada em regras, Estado de Direito e valores democráticos como justificação moral; obrigação moral derivada do dever ético de contribuir para a paz global e apoiar os aliados (<i>Abstração, i.e. moralização de práticas de forma abstrata e generalizada, relacionada com qualidades de cooperação, envolvimento e compromisso</i> – p. 111)
Racionalização (legitimação através da lógica prática, necessidade funcional, objetivos e meios concretos) (pp. 113-117)	Apelo à Ameaça Externa	As ameaças provenientes da Rússia, China e Coreia do Norte tornam a revisão da política de segurança lógica, necessária e inevitável (<i>Orientação para os objetivos</i> – p. 114).
	Normas e Valores Universais e Responsabilidade Internacional	A necessidade de usar meios como a cooperação internacional para o propósito de enfrentar as ameaças coletivas (<i>Orientação para os meios</i> – p. 114).
Mitopoese (legitimação deriva de narrativas históricas, visões de futuro) (pp. 117-119)	Memória Histórica e Emoções Nacionais	Narrativas da derrota na guerra e da reconstrução pacífica moldam a identidade japonesa e servem como lição histórica (<i>Narrativas de advertência</i> – p. 118).
	Narrativas Estratégicas	Narrativas para o futuro, como a Contribuição Proativa para a Paz de Abe e a Visão de Kishida para a Paz funcionam como enredos legitimadores (<i>Narrativas morais</i> – p. 117).

Em segundo lugar, o duplo sistema que surgiu da análise poderá ser replicável noutros Estados que vêm as suas ações limitadas por constrangimentos identitários e/ou constitucionais, apresentando a teoria de que a legitimação eficaz de mudanças ocorre, não só quando é construída a necessidade de responder a alguma ameaça ou situação específica, mas também através da demonstração de continuidade da identidade em vigor e do respeito pelos documentos legais que regem o funcionamento do Estado. Tal oferece um enquadramento que permite perceber de que forma as identidades são preservadas no discurso de líderes ou outros agentes políticos, ao mesmo tempo que são apresentadas medidas políticas que transformam significativamente o que seria permitido dentro dessas identidades.

Por último, esta investigação demonstra que os padrões quantitativos de coocorrência revelam funções discursivas de natureza qualitativa. A validação da distinção entre a Afirmação e a Adaptação do Pacifismo através de coocorrências distintas indica que a análise quantitativa de padrões discursivos pode demonstrar de que forma dados quantitativos, como as frequências temporais e as coocorrências, suportam interpretações qualitativas, nomeadamente funções retóricas e intenções estratégicas dos discursos, algo que poderá ser utilizado noutras investigações de análise de discurso político.

Existem implicações relevantes que este trabalho apresenta para a compreensão da evolução da política de segurança japonesa e para outros contextos políticos de forma mais abrangente. Tal como referido no enquadramento histórico, há autores que argumentam que tem vindo a ocorrer uma militarização crescente da política de segurança japonesa, o que se traduz num abandono da identidade pacifista em vigor desde a rendição do Japão na Segunda Guerra Mundial, algo que levará à normalização do país com um leque de capacidades de defesa como qualquer outro Estado “normal”. Por outro lado, evidencia-se igualmente literatura que apresenta as medidas de índole mais militar como um processo incremental e gradual e que todas essas medidas se encontram circunscritas às restrições constitucionais pacifistas que se colocam à ação do Japão.

Esta investigação encontra um meio termo entre ambas as posições, com a análise a revelar um sistema duplo de estratégias em que as mudanças militares substanciais, envolvendo a reinterpretação constitucional, as capacidades de contra-ataque e o aumento massivo do orçamento de defesa, fossem implementadas sem entrarem em confronto direto com a Constituição. A normalização está efetivamente consolidada, tendo enveredado por um caminho provavelmente irreversível, embora tal não signifique um abandono do pacifismo e uma viragem radical, visto que é independente de líderes específicos, estando já incorporada no programa político estabelecido.

As estratégias são particularmente eficazes a mitigar uma possível resistência, visto que há o cuidado de adaptar o discurso às várias audiências. Aqui, o sistema duplo é importante, com as estratégias de preservação da identidade a tranquilizar o público japonês sobre a continuidade do respeito pela Constituição, enquanto internacionalmente (especialmente regionalmente na Ásia), a afirmação do pacifismo tenta reduzir ansiedades sobre uma possível remilitarização japonesa. As estratégias de justificação, aplicadas com os

aliados ocidentais, posicionam o Japão como um parceiro responsável e um ator empenhado em contribuir de forma ativa para a defesa de valores universais e da ordem internacional em vigor.

No entanto, algo que foi igualmente importante perceber foi até que ponto a reconfiguração do pacifismo é sustentável, ou seja, até onde podem ir as medidas sem que essa identidade perca o significado ou as estratégias percam a sua credibilidade. A análise efetuada demonstra que há limites. Por exemplo, no caráter estritamente defensivo das capacidades de contra-ataque e na justificação de aumentos no orçamento de defesa como medida de recuperação de anos e décadas anteriores em que o investimento tinha praticamente estagnado. O pacifismo é maleável, como exemplificado pelas sucessivas reinterpretações do Artigo 9.º, mas não é inquebrável, exigindo dos líderes políticos uma eficaz contextualização das medidas que pretendem aplicar e, como mencionado, é imperativo fazê-lo de forma gradual, de forma a não ultrapassarem os limites plausíveis de reinterpretação. Aspetos como a projeção de força ofensiva ou a participação em conflitos que não possam ser justificados com a defesa da paz e da segurança dos japoneses continuam e provavelmente continuarão a ser tabu para o público no futuro próximo.

A abordagem metodológica utilizada nesta investigação pode oferecer contributos valiosos para a análise de discursos políticos. A aplicação de um método que juntou a análise temporal, envolvendo a identificação de padrões ao longo do tempo e a subsequente interpretação desses dados, à análise das coocorrências, em que são identificadas as principais ligações entre códigos e estratégias, permitiu compreender quando e como as estratégias são mobilizadas e demonstrando que os contextos temporais têm impacto na frequência das mesmas e também nos padrões derivados da análise de coocorrências.

O software MAXQDA constituiu aqui uma ferramenta essencial para a organização e codificação dos discursos, e também para a análise das coocorrências, através do *Code Relations Browser*, que tornou possível visualizar padrões que não estavam evidentes apenas por meio da leitura qualitativa. Foi esta ferramenta que permitiu a validação de distinções teóricas (Afirmação vs. Adaptação do Pacifismo). Esta sistematização através do software é particularmente útil para conjuntos extensos de discursos, como é o caso dos 227 analisados nesta investigação, onde o volume de dados poderia, de outra forma, impossibilitar a perceção dos padrões relevantes.

A abordagem metodológica que foi empregue, envolvendo a identificação de estratégias através da codificação indutiva, o enquadramento teórico através do trabalho de van Leeuwen, a validação através das coocorrências e a contextualização através da análise temporal que os gráficos permitem fazer, poderá ser replicável noutros contextos.

Devido ao limite de extensão desta investigação e da impossibilidade de avaliar todas as condicionantes envolvidas neste tema, são evidentes certas limitações neste trabalho. A análise centra-se na figura do primeiro-ministro do Japão, que, embora seja a figura central em questões de segurança e defesa e, principalmente, na transmissão das políticas do governo nestas matérias para os vários públicos, exclui outros atores relevantes, tanto

políticos como da sociedade civil. Tal não permite a apresentação dos vários pontos de vista sobre estes assuntos, incluindo debates internos no partido dos primeiros-ministros visados ou entre partidos e mesmo opiniões de públicos fora da esfera política. Relacionado com isto está uma outra limitação deste trabalho, nomeadamente a exclusão da análise da receção destas estratégias, seja ela através de mudanças na opinião pública, reação por parte dos meios de comunicação ou evidências da mitigação ou neutralização da oposição às medidas de segurança propostas por estes primeiros-ministros.

Visto que o cerne desta investigação é a análise de discursos, requerendo estas intervenções dois agentes principais, o emissor e o recetor, e estando este trabalho focado no emissor, poderia ser útil perceber de que forma o recetor compreende a mensagem que é passada pelos agentes políticos relevantes e se a utilização destas estratégias corresponde a algum tipo de mudança na opinião pública.

O foco no Japão e a exclusão de casos comparativos de outros países com identidades que restringem de alguma forma a atuação do governo no domínio da segurança e defesa poderão limitar a capacidade de avaliar de forma mais abrangente de que forma o discurso é usado na legitimação. As dinâmicas que foram elencadas poderão ser demasiado específicas ao caso japonês, não permitindo uma aplicação tão eficaz a outros casos. Essa eficácia (ou ausência da mesma) requereria uma análise comparativa.

O período de 2014 a 2024 coincide com um período particularmente notável de deterioração do ambiente de segurança e de percepções de ameaças por parte do Japão, tendo sido essa uma das razões pela qual foi escolhido, mas, por outro lado, não permite perceber se, em períodos de menor tensão internacional, as estratégias seriam mobilizadas de forma distinta, visto que, neste caso, as ameaças evidentes poderão facilitar a legitimação da mudança da política de segurança.

Futuramente, poderia ser interessante explorar alguns destes aspetos, como por exemplo, a comparação com Estados como a Alemanha, com um percurso idêntico ao do Japão, com a derrota na Segunda Guerra Mundial, a rendição, constrangimentos constitucionais subsequentes e, mais tarde, a pressão para contribuir militarmente de maneira mais ativa, ou Estados como a Finlândia que, em algum ponto da sua história recente, possuíam certas restrições a nível da sua política de defesa, algo que se foi alterando com o tempo ou que, devido a ameaças externas, sofreram uma transformação considerada radical. Isto permitiria verificar se o sistema duplo seria replicável a outros casos e de que forma as estratégias identificadas são específicas do caso do Japão ou se poderão ser generalizadas.

Outros períodos poderiam revelar se estas estratégias foram evoluindo ao longo do tempo e se, em algum ponto, foram alvo de transformações, particularmente noutros momentos de alteração da política de segurança no passado. Tal permitiria perceber se Abe e Kishida representam uma continuidade de padrões estabelecidos anteriormente ou uma inovação na forma como os discursos são elaborados e transmitidos.

Numa era de crescente insegurança internacional, onde múltiplos Estados enfrentam pressões para rever políticas de segurança estabelecidas, como nos casos da Alemanha pós-invasão da Ucrânia, dos países nórdicos a abandonar a sua neutralidade e os debates sobre a autonomia estratégica europeia, a compreensão de como identidades restritivas são discursivamente geridas torna-se crescentemente relevante.

A investigação demonstra que identidades constitucionais, embora restritivas, são também recursos políticos que podem ser modificados através da reconfiguração discursiva. Existem sempre, no entanto, certos limites de reinterpretação plausível que, se forem ultrapassados, descredibilizam esses esforços.

Em última análise, esta investigação revela que os Estados com identidades pacifistas em contextos de crescente insegurança não enfrentam necessariamente uma escolha entre fidelidade para com a sua identidade e uma adaptação pragmática. As identidades nacionais, embora possam condicionar a atuação dos líderes políticos em diversas situações, são simultaneamente recursos políticos continuamente reconstituídos através da prática discursiva. Discursivamente, estas identidades são preservadas, enquanto, na prática, são transformadas, num processo que revela tanto limites quanto possibilidades para os agentes políticos em relação a legados históricos provenientes de identidades que constroem as suas ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acosta, J. (2014, março). *U.S., other powers kick Russia out of G8*. CNN. <https://edition.cnn.com/2014/03/24/politics/obama-europe-trip>

Agius, C. (2006). *The Social Construction of Swedish Neutrality: Challenges to Swedish Identity and Sovereignty*. Manchester University Press.

Agius, C. (2022). Social Constructivist International Relations and the Military. Em Sookermany, A.M. (Ed.) *Handbook of Military Sciences*, 1-16. Springer, Cham.

Akimoto, D. (2018). *The Abe Doctrine: Japan's Proactive Pacifism and Security Strategy*. Palgrave Macmillan.

Alexandrov, M. (2003). The Concept of State Identity in International Relations: A Theoretical Analysis. *Journal of International Development and Cooperation*, 10 (1), 33–46. <https://doi.org/10.15027/14409>

Amossy, R. (2022). Constructing political legitimacy and authority in discourse. *Argumentation et Analyse du Discours*, 2022(28), 1-18. <https://doi.org/10.4000/aad.6398>

Anta, C. G. (2021). The Colors of Pacifism Between the XIX and XX Centuries. *Online International Journal of Philosophy*, XVI(31), 174-194. <https://doi.org/10.7413/18281567198>

Aoyama, R. (2023). Stability and Fragility in Japan-China Relations: China's Pivotal Power and Japan's Strategic Leverage. *The China Review*, 23(1), 187–221. <https://www.jstor.org/stable/48717993>

Aridati, I. Z. (2023, setembro). The Courteous Charmer: A Hard Look at Japan's Soft Power in Southeast Asia. *ASEAN Focus n.º 41*, 30-33. <https://www.iseas.edu.sg/wp-content/uploads/2023/08/ASEANFocus-Sep-2023-LR.pdf>

Ariffin, Y., Coicaud, J.-M. & Popovski, V. (Eds.). (2016). *Emotions in International Politics: Beyond Mainstream International Relations*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781316286838>

Asadchykh, O., Poinar, L., Pereloma, T., Kuzmenko, Y. & Nechaieva, N. (2025). Russian Aggression against Ukraine in the Media Discourse of Asian Countries (Using the Example of China and Japan): Literature Review. *International Journal for the Semiotics of Law*, 38, 659–676. <https://doi.org/10.1007/s11196-024-10114-6>

Ashizawa, K. (2008). When Identity Matters: State Identity, Regional Institution-Building, and Japanese Foreign Policy. *International Studies Review*, 10(3), 571-598. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2486.2008.00805.x>

Azuma, S. (2023). Japanese Prime Minister Fumio Kishida: Examining his Speech Style through Sociolinguistic Lens. *Athens Journal of Mass Media and Communications*, 9, 1-16. <https://doi.org/10.30958/ajmmc.X-Y-Z>

Balkan-şahin, S. & Çetiner, Ö. (2025). Ontological Security with its Widening and Deepening Boundaries: An Evaluation through a Bibliometric Analysis and Systematic Literature Review Lens. *All Azimuth*, 14(2), 251-272. <https://doi.org/10.20991/allazimuth.1642767>

Balzacq, T. (2010). *Securitization Theory: How Security Problems Emerge and Dissolve*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203868508>

Barash, D. & Webel, C. (2009). *Peace and Conflict Studies* (2^a ed.). Sage Publications.

Bassan-Nygate, L., & Heimann, G. (2022). Dealing with guilt and shame in international politics. *International Relations*, 38(2), 256-278. <https://doi.org/10.1177/00471178221086147>

Beckley, M., Horiuchi, Y., & Miller, J. M. (2018). America's Role in the Making of Japan's Economic Miracle. *Journal of East Asian Studies*, 18(1), 1-21. <https://doi.org/10.1017/jea.2017.24>

Behm, A. (2020). *Securitisation – Turning Problems into Threats*. The Australia Institute, 1-15. <https://australiainstitute.org.au/wp-content/uploads/2020/12/200604-Securitisation-WEB.pdf>

Behraves, M. (2011). *The Relevance of Constructivism to Foreign Policy Analysis*. e-International Relations (eIR), 1-7. <http://www.e-ir.info/2011/07/17/the-relevance-of-constructivism-to-foreign-policy-analysis/>

Ben-Ari, E. (2015). Changing Japanese Defense Policies. *Mideast Security and Policy Studies*, n.º 112, 1-37. <https://www.jstor.org/stable/resrep04716.4>

Ben-Ari, E. (2021). Japan: “Normalizing” the Japan Self-Defense Forces? Em Kuehn, D. & Levy, Y. (Eds.) *Mobilizing Force: Linking Security Threats, Militarization, and Civilian Control*. Lynne Rienner Publishers, 37-54. <https://doi.org/10.1515/9781626379435-004>

Ben-Meir, A. (2023). Psychological impediments are at the core of the Israeli–Palestinian conflict. *Politics & Policy*, 51(3), 488–503. <https://doi.org/10.1111/polp.12535>

Beqiraj, J. Anastasiadou, I. & Darnopykh, A. (2024). *The Rules-Based International Order: Catalyst or Hurdle for International Law?* British Institute of International and Comparative Law. https://www.biicl.org/documents/178_rbio_discussion_paper.pdf

Berenskötter, F. (2023). Memory, identity and its politics. Em Mälksoo, M. (Ed.), *Handbook on the Politics of Memory*. Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781800372535.00008>

Blomquist, R. & Wertz, D. (2022). North Korea – Japan Relations. *The National Committee on North Korea*. <https://www.ncnk.org/resources/briefing-papers/all-briefing-papers/overview-north-korea-japan-relations>

Boon, H.T. (2022). International identity construction: China's pursuit of the responsible power identity and the American Other. *European Journal of International Relations*, 28(4), 808–833. <https://doi.org/10.1177/13540661221117029>

Borowiec, S. (2016). Writers of wrongs: Have Japan's press clubs created overly cosy relationships between business leaders and the press? *Index on Censorship*, 45(2), 48-50. <https://doi.org/10.1177/0306422016657025>

Breakwell, G.M. (2021) Identity resilience: its origins in identity processes and its role in coping with threat, *Contemporary Social Science*, 16(5), 573-588, <https://doi.org/10.1080/21582041.2021.1999488>

Brown, J.D.J. (2016). *Japan, Russia and their Territorial Dispute: The Northern Delusion*. Routledge Contemporary Japan Series. Routledge.

Brown, M. (1915). The Dangers of Pacifism. *The North American Review*, 202(716), 59–67. <http://www.jstor.org/stable/25108512>

Browning, C.S. & McDonald, M. (2011). The future of critical security studies: Ethics and the politics of security. *European Journal of International Relations*, 19 (2), 235–255. <https://doi.org/10.1177/1354066111419538>

Buchmeier, Y. (2024). Media politics in Japan: News journalism between interdependence, integrity, and influence. *Publizistik*, 69, 495–526. <https://doi.org/10.1007/s11616-024-00858-3>

Bunde, T., Eisentraut, S. & Leonard Schütte (Eds.) (2025). *Munich Security Report 2025: Multipolarization*. Munique: Munich Security Conference. <https://doi.org/10.47342/EZUC8623>

Buzan, B. (1995). The Present as a Historic Turning Point. *Journal of Peace Research*, 32(4), 385–398. <https://doi.org/10.1177/0022343395032004001>

Buzan, B., Wver, O., & De Wilde, J. (1998). *Security: A New Framework for Analysis*. Lynne Rienner Publishers.

Cai, Y. (2008). The Rise and Decline of Japanese Pacifism. *New Voices*, 2, 179-200. <http://dx.doi.org/10.21159/nv.02.09>

Charaudeau, P. (2005). *Le Discours politique: les masques du pouvoir*. Librairie Vuibert

Cho, H. (2022). Continuity and Change in Japan's Security Policy: Challenges, Constraints, and Options. *立命館国際研究*, 34(3). https://ritsumei.repo.nii.ac.jp/record/15303/files/ir_34_2_cho.pdf

Choi, J.Y. (2015). Rationality, norms and identity in international relations. *International Politics*, 52(1), 110–127. <https://doi.org/10.1057/ip.2014.41>

Christie, D. J. (2021). Peace Psychology. Em Richmond, O.P. & Vizoka, G. (Eds.) *The Oxford Handbook of Peacebuilding, Statebuilding, and Peace Formation*, 217-230. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190904418.013.10>

Christoyannopoulos, A. (2023). Pacifism and Nonviolence: Discerning the Contours of an Emerging Multidisciplinary Research Agenda. *Journal of Pacifism and Nonviolence*, 1 (1), 1-27. <https://doi.org/10.1163/27727882-bja00011>

Cohen, D. A. (2022). Evolving Swiss Neutrality: Foreign Policy, Identity, and a Changing World. *Independent Study Project (ISP) Collection* 3530. https://digitalcollections.sit.edu/isp_collection/3530

Comissão Europeia (2025). *White Paper for European Defence – Readiness 2030*. https://commission.europa.eu/document/download/e6d5db69-e0ab-4bec-9dc0-3867b4373019_en?filename=White%20paper%20for%20European%20defence%20%E2%80%93%20Readiness%202030.pdf

Council on Foreign Relations (s.d.). *The Last Days of Imperial Japan*. <https://www.cfr.org/timeline/last-days-imperial-japan>

Croucher, A. (2013). The Discursive Turn in International Relations Research: Bad Science? *E-International Relations*. <https://www.e-ir.info/2013/10/16/the-discursive-turn-in-international-relations-research-bad-science/>

De Cicco, A. (2023). *Japan's new national security strategy: a platform for further cooperation with the EU?* Konrad Adenauer Stiftung, 1-23. <https://www.kas.de/documents/272317/12679622/Policy+paper+Japan+NSS.pdf/07e8813f-9e14-d114-031f-367ec65cf665?t=1688209319226>

de Miguel, E. (2013). Japan and Southeast Asia: From the Fukuda Doctrine to Abe's Five Principles. *Revista UNISCI* (32), 99-116. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76727454005>

Dobson, H. (2016). Is Japan Really Back? The "Abe Doctrine" and Global Governance. *Journal of Contemporary Asia*, 47(2), 199–224. <https://doi.org/10.1080/00472336.2016.1257044>

Doyle, A. (2024). The Post-War Japanese Constitution, Constitutional Legitimacy, and Nobuyoshi Ashibe. *The Waseda Study of Politics and Public Law*, 121, 1-15. https://waseda.repo.nii.ac.jp/record/2004195/files/SeijiKohoKenkyu_121_03-Ayaka%20Doyle.pdf

Dzvinchuk, D. & Radczenko, O. (2024). International Security Paradigm Shift as a Consequence of the Russian-Ukrainian War. *Journal of Modern Science*, 59(5), 54-72. <https://doi.org/10.13166/jms/194477>

Easley, L. (2017) How proactive? How pacifist? Charting Japan's evolving defence posture. *Australian Journal of International Affairs*, 71(1), 63-87. <https://doi.org/10.1080/10357718.2016.1181148>

Edelman (2022). *Edelman Trust Barometer 2022: Country Report – Trust in Japan*. [https://www.edelman.jp/sites/g/files/aatuss256/files/2022-03/2022%20Edelman%20Trust%20Barometer Japan%20Report_E.pdf](https://www.edelman.jp/sites/g/files/aatuss256/files/2022-03/2022%20Edelman%20Trust%20Barometer%20Japan%20Report_E.pdf)

Ejima, A. (2023). Japan's Post-War Constitution: 'Imposed' Constitution or Hybrid between Global and Local Stakeholders? Em N.S. Bui & M. Malagodi (Eds.). *Asian Comparative Constitutional Law, Vol. 1: Constitution-Making*. Bloomsbury Publishing.

Envall, H.D.P. (2017). Japan: From passive partner to active ally. Em Wesley, M. (Ed.), *Global Allies: Comparing US Alliances in the 21st Century*, 1, 15-30. ANU Press.

Envall, H.D.P. (2020). The 'Abe Doctrine': Japan's new regional realism, *International Relations of the Asia-Pacific*, 20(1), 31–59. <https://doi.org/10.1093/irap/lcy014>

Eun, Y. S. (2025). Ontological security and the dynamics of anxiety: toward a typological theory of change. *Cambridge Review of International Affairs*, 1–27. <https://doi.org/10.1080/09557571.2025.2530505>

Ferreira, J. (1990). Pacifismo. *Nação e Defesa*, n.º 54, 117-153. Instituto da Defesa Nacional. <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/nacao/Paginas/NeD054.aspx>

Fiala, A. (2018). Pacifism as a Positive Theory of Human Flourishing. *Transformative Pacifism: Critical Theory and Practice*, 1-18. Bloomsbury Publishing Plc.

Fiala, A. (2023). *Pacifism*. Em Zalta, E. N. & Nodelman, U. (Eds.) The Stanford Encyclopedia of Philosophy. <https://plato.stanford.edu/archives/fall2023/entries/pacifism/>

Fox, M. A. (2013). *Understanding peace: A comprehensive introduction*. Routledge Publications.

Fraga, J. S. & Strachman, E. (2013). Crise financeira: o caso japonês. *Nova Economia*, 23(3), 521-553. <https://doi.org/10.1590/S0103-63512013000300002>

Fravel, T. (2023). China's Potential Lessons from Ukraine for Conflict over Taiwan. *The Washington Quarterly*, 46(3), 7-25. <https://doi.org/10.1080/0163660X.2023.2260141>

Fukao, K., Ikeuchi, K., Kwon, H., Kim, Y., Makino, T. & Takizawa, M. (2016). The structural causes of Japan's Lost Decades. Em D. W. Jorgenson, K. Fukao & M. P. Timmer (Eds.), *The World Economy: Growth or Stagnation?*, 70-110. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781316534502.003>

Garcia-Retamero, R., Müller, S.M. & Rousseau, D.L. (2012). The Impact of Value Similarity and Power on the Perception of Threat. *Political Psychology*, 33(2), 179-193. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2012.00869.x>

Gärtner, H. (2024). Neutrality: Engaged, Credible, and Useful. Em Pietrzak, P. (Ed.) *Dealing With Regional Conflicts of Global Importance*, 182-194. IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-6684-9467-7.ch009>

Gauder, A. (2011). Political Parties in Democratic Japan. *Education About Asia*, 16(1), 50-53. <https://www.asianstudies.org/wp-content/uploads/political-parties-in-democratic-japan.pdf>

Gay, W. C. (2019). Pacifism, Feminism, and Nonkilling Philosophy: a New Approach to Connecting Peace Studies and Gender Studies. Em Kling, J. (Ed.) *Pacifism, Politics, and Feminism: Intersections and Innovations*, 137-154. Koninklijke Brill NV. https://doi.org/10.1163/9789004396722_010

Goetschel, L. (2020). Neutral States as Peace Mediators: Favoured or Restrained by Norms? *Swiss Political Science Review*, 26(4), 527-534. <https://doi.org/10.1111/spsr.12427>

Govindasamy, G. (2023). Evolution of Japan's Pacifist to Realist Diplomacy: from Yoshida Shigeru to Fumio Kishida. *The International Journal of East Asian Studies*, 12(2), 57-68. <https://doi.org/10.22452/IJEAS.vol12no2.5>

Green, M. J. (2022). *Line of Advantage: Japan's Grand Strategy in the Era of Abe Shinzō*. Columbia University Press.

Greenhill, B. (2008). Recognition and Collective Identity Formation in International Politics. *European Journal of International Relations*, 14(2), 343-368. <https://doi.org/10.1177/1354066108089246>

Gustafsson, K. (2015). Identity and recognition: Remembering and forgetting the post-war in Sino-Japanese relations. *The Pacific Review*, 28(1), 117-138. <https://doi.org/10.1080/09512748.2014.970053>

Gustafsson, K. (2019). Temporal othering, de-securitisation and apologies: understanding Japanese security policy change. *Journal of International Relations and Development*, 23, 511-534. <https://doi.org/10.1057/s41268-018-00168-y>

Gustafsson, K., Hagström, L. & Hanssen, U. (2018). Japan's Pacifism Is Dead. *Survival*, 60(6), 137-158. <https://doi.org/10.1080/00396338.2018.1542803>

Gustafsson, K., Hagström, L. & Hanssen, U. (2019). Long live pacifism! Narrative power and Japan's pacifist model. *Cambridge Review of International Affairs*, 32(4), 502-520. <https://doi.org/10.1080/09557571.2019.1623174>

Haass, R. (setembro, 2023). The Dangerous Decade: A Foreign Policy for a World in Crisis. *Foreign Affairs*, September/October 2022. <https://www.foreignaffairs.com/united-states/dangerous-decade-foreign-policy-world-crisis-richard-haass>

Hae-In, L. & DeDominicis, B. E. (2017). The Results of a "Fighting Politician"?: Prime Minister Shinzo Abe's Strengthened Political Leadership and Changes in Japanese National Security Policy. *Organizational Cultures: An International Journal*, 17(3), 1-25. <http://doi.org/10.18848/2327-8013/CGP/v17i03/1-25>

Hagström, L. (2014). The "abnormal" state: Identity, norm/exception and Japan. *European Journal of International Relations*, 21(1), 122-145. <https://doi.org/10.1177/1354066113518356>

Hagström, L., & Hanssen, U. (2015). The North Korean abduction issue: emotions, securitisation and the reconstruction of Japanese identity from 'aggressor' to 'victim' and from 'pacifist' to 'normal.'. *The Pacific Review*, 28(1), 71-93. <https://doi.org/10.1080/09512748.2014.970043>

Hagström, L. & Isaksson, E. (2019). Pacifist Identity, Civics Textbooks, and the Opposition to Japan's Security Legislation. *The Journal of Japanese Studies*, 45(1), 31-55. <https://dx.doi.org/10.1353/jjs.2019.0002>

Haken, N. (2025). A World Adrift: The Failures of the Global Order and What Comes Next. *Fragile States Index 2024: Annual Report*, 9-11. <https://fragilestatesindex.org/wp-content/uploads/2025/02/FSI-2024-Report-A-World-Adrift-2.pdf>

Hansen, L. (2024). Discourse analysis, post-structuralism, and foreign policy. Em Smith, S., Dunne, T., Hadfield, A. & Kitchen, N. (Eds.), *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases* (4th edition), 95-110. Oxford University Press.

Harris, T. S. (2020). *The Iconoclast: Shinzo Abe and the New Japan*. Hurst & Company.

Harris, T. (2022, julho). *Shinzo Abe was the most polarizing Japanese political figure of his time*. The Washington Post. <https://www.washingtonpost.com/opinions/2022/07/09/shinzo-abe-polarizing-controversial-national-conservative-japan/>

Harukata, T. (2023). Prime Minister Kishida Fumio's "Free and Open Indo-Pacific" Initiative: Japan silently refines its strategic nature. *Asia-Pacific Review*, 30(2), 127-147. <https://doi.org/10.1080/13439006.2023.2248782>

Hashimoto, A. (2015). *The Long Defeat: Cultural Trauma, Memory, and Identity in Japan*. Oxford University Press.

Hauber, D., & Zank, S. (2021). WWII trauma impacts physical and mental health in the oldest old: results from a German population-based study. *Aging & Mental Health*, 26(4), 834-842. <https://doi.org/10.1080/13607863.2021.1876637>

Hausman, J. K., & Wieland, J. F. (2015). Overcoming the Lost Decades? Abenomics after Three Years. *Brookings Papers on Economic Activity, Fall 2015*, 385-413. <http://www.jstor.org/stable/43752179>

Heginbotham, E., Leiter, S. & Samuels, R. J. (2023) Pushing on an Open Door: Japan's Evolutionary Security Posture. *The Washington Quarterly*, 46(2), 47-67. <https://doi.org/10.1080/0163660X.2023.2226992>

Hill, A. (2025). Russia's 'Special Military Operation' in Ukraine: Military Successes and Failures during 2022. Em Hill, A. (Ed.) *The Routledge Handbook of Soviet and Russian Military Studies*, 887-920. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003354635-36>

Hoff, R. (2016). Next Steps for U.S.-Japan Security Cooperation. *Sasakawa USA Forum*, 3, 1-14. <https://spfusa.org/wp-content/uploads/2016/06/Hoff-Next-steps-US-Japan-security-cooperation.pdf>

Hook, G. D. & Son, K.Y. (2013). Transposition in Japanese state identities: overseas troop dispatches and the emergence of a humanitarian power? *Australian Journal of International Affairs*, 67(1), 35-54. <https://doi.org/10.1080/10357718.2013.748274>

Hornung, J. (2015, novembro). *Boosting Japan's "Proactive Contributions to Peace"*. Nippon.com. <https://www.nippon.com/en/column/g00328/>

Hosoya, Y. (2020, setembro). *Assessing the Legacy of Abe's Foreign Policy*. The Tokio Foundation. <https://www.tokyofoundation.org/research/detail.php?id=771>

Hosoya, Y. (2022, fevereiro). *What Kishida's 'realism diplomacy for a new era' actually means for Japan*. The Japan Times. <https://apinitiative.org/en/2022/02/22/33242/>

House of Councillors, The National Diet of Japan (s/d). *Activities: The Diet Year*. <https://www.sangiin.go.jp/eng/guide/activi/index.htm>

Hrebenar, R. J. & Itoh, M. (2014). Japan's changing party system. Em Hrebenar, R. J. & Nakamura, A. (Eds.) *Party Politics in Japan Political Chaos and Stalemate in the 21st Century*, 1-21. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315794921>

Hughes, C. W. (2015). *Japan's Foreign and Security Policy Under the 'Abe Doctrine': New Dynamism or New Dead End?* Palgrave Pivot.

Hughes, C. W. (2017) Japan's strategic trajectory and collective self-defense: essential continuity or radical shift? *Journal of Japanese Studies*, 43(1), 93-126. <http://wrap.warwick.ac.uk/81694>

Hughes, C.W. (2022). *Japan as a Global Military Power: New Capabilities, Alliance Integration, Bilateralism-Plus*. Cambridge University Press.

Huysmans, J. (2006). *The Politics of Insecurity: Fear, Migration and Asylum in the EU*. New International Relations Series. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203008690>

Huysmans, J. (2011). What's in an act? On security speech acts and little security nothings. *Security Dialogue*, 42(4-5), 371-383. <https://doi.org/10.1177/0967010611418713>

Inoguchi, T. & Bacon, P. (2006). Japan's emerging role as a 'global ordinary power', *International Relations of the Asia-Pacific*, 6(1), 1-21. <https://doi.org/10.1093/irap/lci133>

Inoue, K. (2011). Japan's press club system and its impact on media relations practices. *The Journal of Contemporary Social Sciences*, 8, 3–11. <http://id.ndl.go.jp/bib/11053607>

Ishizuka, K. (2023). Japan's Contribution to International Peace: Restrictions and Advantages. *Athens Journal of Law*, 9(3), 355–372. <https://doi.org/10.30958/ajl.9-3-2>

Isobe, Y. (2022, maio). *Survey: Record 64% of Japanese want national defense bolstered*. The Asahi Shimbun. <https://www.asahi.com/ajw/articles/14612368>

Iwabuchi, K. (2015). Pop-culture diplomacy in Japan: soft power, nation branding and the question of 'international cultural exchange.' *International Journal of Cultural Policy*, 21(4), 419–432. <https://doi.org/10.1080/10286632.2015.1042469>

Izumikawa, Y. (2010). Explaining Japanese Antimilitarism: Normative and Realist Constraints on Japan's Security Policy. *International Security*, 35(2), 123–160. https://doi.org/10.1162/ISEC_a_00020

Jackson, R., Leonard, G., Gnoth, A., Llewellyn, J., & Karena, T. (2020). Introduction: The Return of Pacifism to IR. *Global Society*, 34(1), 1–3. <https://doi.org/10.1080/13600826.2019.1679721>

Jackson, R. (2023). The Challenges of Pacifism and Nonviolence in the Twenty-First Century. *Journal of Pacifism and Nonviolence*, 1(1), 28–40. <https://doi.org/10.1163/27727882-bja00001>

Jackson, T.S., Crilley, R., Manor, I., Baker, C., Oshikoya, M., Joachim, J., Robinson, N., Schneiker, A., Grove, N.S., & Enloe, C. (2021). Forum: Militarization 2.0: Communication and the Normalization of Political Violence in the Digital Age. *International Studies Review*, 23(3), 1046–1071. <https://doi.org/10.1093/isr/viaa035>

Jakimiec, D. (2024). The origin of the emergence of political parties and the evolution of the party system and legal regulations regarding the financing of political activities in Japan. *Journal of Modern Science*, 57(3), 106–121. <https://doi.org/10.13166/jms/189568>

Jakniunaite, D. (2014). Critical Security Studies in the 21st Century: Any Directions for Lithuanian Security Studies? *Lithuanian Annual Strategic Review*, 12 (1), 33–52. <https://doi.org/10.2478/lasr-2014-0002>

Jain, P. (2023). *Despite Shifts, Japan's Defence and Security Policy Remains on Pacifist Ground*. ORF Issue Brief, 530. Observer Research Foundation, 1–15. <https://www.orfonline.org/public/uploads/posts/pdf/20230814003115.pdf>

Jochheim, U. (2023, janeiro). *Changing defence posture in Japan*. European Parliamentary Research Service. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2023/739309/EPRS_ATA\(2023\)739309_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2023/739309/EPRS_ATA(2023)739309_EN.pdf)

Johnstone, C.B. (2022, novembro). *Kishida Meets Xi Jinping*. Center for Strategic and International Studies. <https://www.csis.org/analysis/kishida-meets-xi-jinping>

Kapur, N. (2020). Japan's Streets of Rage: The 1960 US-Japan Security Treaty: Uprising and the Origins of Contemporary Japan. *The Asia-Pacific Journal: Japan Focus*, 18(3), 1-8. <https://apjif.org/wp-content/uploads/2023/10/article-445.pdf>

Katagiri, N. (2018). Between Structural Realism and Liberalism: Japan's Threat Perception and Response. *International Studies Perspectives*, 19(4), 325–343. <https://doi.org/10.1093/isp/eky005>

Katzenstein, P. (1996). *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. Columbia University Press.

Katzenstein, P.J., & Okawara, N. (1993). Japan's National Security: Structures, Norms, and Policies. *International Security*, 17 (4), 84-118. <https://www.muse.jhu.edu/article/447065>

Kesternich, I., Siflinger, B., Smith, J. P. & Winter, J. K. (2014). The Effects of World War II on Economic and Health Outcomes across Europe. *The Review of Economics and Statistics*, 96(1), 103–118. https://doi.org/10.1162/REST_a_00353

Khan, A. R. & Awais, F. (2025). Hybrid Warfare and the Transformation of Modern Conflict: Challenges for International Security Frameworks. *Contemporary Journal of Social Science Review*, 3(3), 3005-3016. <https://doi.org/10.63878/cjsr.v3i3.1709>

Kim, J. & Kawaguchi, H. (2021). "No More Wars": Peace Education in Japan. *Science and Peace*, n.º 3, 28-31. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.29806.33609>

Kingston, J. (2015). History Haunts Japan's Prime Minister Abe. *Asia-Pacific Journal*, 13(32), 1-3. <https://doi.org/10.1017/S1557466015036281>

Kirsch, G. (2022). Imagining Alternative Pasts: Imperial Nostalgia on Japanese Television. Em Mithani, F. & Kirsch, G. (Eds.) *Handbook of Japanese Media and Popular Culture in Transition*, 3-16. Amsterdam University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv2rh2csk>

Kitaoka, S. (2014). A "Proactive Contribution to Peace" and the Right of Collective Self-Defense: The Development of Security Policy in the Abe Administration. *Asia-Pacific Review*, 21(2), 1–18. <https://doi.org/10.1080/13439006.2014.985237>

Klug, F. & Yamaguchi, M. (2022, julho). *Shinzo Abe, Japan's longest-serving leader, leaves a polarizing legacy*. Los Angeles Times. <https://www.latimes.com/world-nation/story/2022-07-08/assassinated-shinzo-abe-japan-complicated-legacy>

Koji, M. (2023). *Kishida's "Realism" Diplomacy: From the Yoshida Doctrine to Values-Based Diplomacy?* Strategic Japan - Center for Strategic and International Studies, 1- 10. https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/2023-06/230608_Murata_Strategic_Japan.pdf?VersionId=IQYOVNI4TYWNYwhB0UBpWHsKv7Uqecnd

Kolmaš, M. (2018). Identity change and societal pressures in Japan: the constraints on Abe Shinzo's educational and constitutional reform. *The Pacific Review*, 33(2), 185–215. <https://doi.org/10.1080/09512748.2018.1540497>

Krause, K. (1998). Critical Theory and Security Studies: The Research Programme of "Critical Security Studies." *Cooperation and Conflict*, 33 (3), 298–333. <http://www.jstor.org/stable/45083929>

Krauss, E. S. (2022). Japan-US Relations: The Most Important Bilateral Relationship in the World. Em in Pekkanen, R. J. & Pekkanen, M. S. (Eds.) *The Oxford Handbook of Japanese Politics*, 810-831. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190050993.013.42>

Kuehn, D. & Levy, Y. (2021). Militarization: The Missing Link Between Threats and Civilian Control. Em Kuehn, D. & Levy, Y. (Eds.), *Mobilizing Force: Linking Security Threats, Militarization, and Civilian Control*, 1-14. Lynne Rienner Publishers. <https://doi.org/10.1515/9781626379435-002>

Kuga, K. (2016). Japan's press clubs: an impregnable fortress of information. *Media Asia*, 43(1), 14–17. <https://doi.org/10.1080/01296612.2016.1182694>

Kumar, S. (2023). Shinzo Abe and Japan-China Security Relations: Irritants & Legacies. *Indian Council of World Affairs*, 1-50. <https://www.icwa.in/pdfs/SHPShinzoAbeJapanChinaSecurityRelations.pdf>

Kushida, K. (2022, julho). *How Abe Shinzo Transformed Japan's Innovation Landscape*. Carnegie Endowment for International Peace. <https://carnegieendowment.org/posts/2022/07/how-abe-shinzo-transformed-japans-innovation-landscape?lang=en>

Lake, D. A. (2020). Whither the Liberal International Order? Authority, Hierarchy, and Institutional Change. *Ethics & International Affairs*, 34(4), 461–471. <https://doi.org/10.1017/S0892679420000611>

Landau-Wells, M. (2024). Building from the Brain: Advancing the Study of Threat Perception in International Relations. *International Organization*, 78(4), 627–667. <https://doi.org/10.1017/S0020818324000328>

Larrarte, B. G. (2022). Pacifism. Em Hadjiyiannis, C. & Potter, R. (Eds.), *The Cambridge Companion to Twentieth-Century Literature and Politics*, 87–102. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781108886284>

Lee, S.H. (2015). North Korea in South Korea – Japan relations as a source of mutual security anxiety among democratic societies. *International Relations of the Asia-Pacific*, 16(2), 273–301. <https://doi.org/10.1093/irap/lcv018>

Lee, S.H. (2016). *Japanese Society and the Politics of the North Korean Threat*. University of Toronto Press. <https://doi.org/10.3138/9781442630352>

Lee, T.P. (2021). *Japan's Aging Peace: Pacifism and Militarism in the Twenty-First Century*. Columbia University Press. <https://doi.org/10.7312/le--19978>

Lee, M., Zhang, R., & Hayashi, K. (2024). Legitimizing friends and denouncing enemies: A comparative analysis of Ukraine war coverage in China, South Korea, and Japan. *Journalism*, 1–19. <https://doi.org/10.1177/14648849241273672>

Lehne, S. (2024). *The Rules-Based Order vs. the Defense of Democracy*. Carnegie Endowment for International Peace. <https://carnegieendowment.org/research/2024/09/rules-based-order-vs-the-defense-of-democracy?lang=en>

Levy, Y. (2024). Militarism and militarization. Em Croissant, A., Kuehn, D. & Pion-Berlin, D. (Eds.), *Research Handbook on Civil-Military Relations*, 298-313. Edward Elgar Publishing Limited. <https://doi.org/10.4337/9781800889842>

Liberal Democratic Party of Japan (2015, maio). *Report of the Advisory Panel on Reconstruction of the Legal Basis for Security*. <https://www.jimin.jp/english/news/125068.html>

Liff, A. P. (2015). Japan's Defense Policy: Abe the Evolutionary. *The Washington Quarterly*, 38(2), 79–99. <https://doi.org/10.1080/0163660X.2015.1064711>

Liff, A. P. (2018). Japan's Security Policy in the “Abe Era”: Radical Transformation or Evolutionary Shift? *The Scholar*, 1(3), 8-35. <https://doi.org/10.15781/T29S1M35C>

Lind, J. (2016). Japan's Security Evolution. *Policy Analysis*, n.º 788. Cato Institute. <https://www.cato.org/policy-analysis/japans-security-evolution#>

Lindgren, P. Y. & Lindgren, W. Y. (2019). The Relationship between Narratives and Security Practices: Pushing the Boundaries of Military Instruments in Japan. *Asian Perspective*, 43(2), 323–348. <https://doi.org/10.1353/apr.2019.0013>

Long, T. & Schulz, C-A. (2025) Critical junctures in international relations: antecedents, contingency, and change in world politics. *European Journal of International Relations*, 1-26. <https://wrap.warwick.ac.uk/191203/>

López i Vidal, Ll., & Pelegrín, À. (2017). Hedging Against China: Japanese Strategy Towards A Rising Power. *Asian Security*, 14(2), 193–211. <https://doi.org/10.1080/14799855.2017.1333983>

Magen, A., & Richemond-Barak, D. (2021). Anticipating global and diffuse risks to prevent conflict and governance breakdown: lessons from the EU's southern neighbourhood. *Democratization*, 28(7), 1239–1260. <https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1940968>

Matsui, T. (2014). Nation Branding Through Stigmatized Popular Culture: The "Cool Japan" Craze Among Central Ministries In Japan. *Hitotsubashi Journal of Commerce and Management*, 48(1), 81-97. <https://doi.org/10.15057/26980>

Mattelaer, A., & Masuda, M. (2024). *The Long Shadow? China's Military Rise in the Indo-Pacific and its Global Implications*. Centre for Security, Diplomacy and Strategy (CSDS). <https://csds.vub.be/publication/the-long-shadow-chinas-military-rise-in-the-indo-pacific-and-its-global-implications/>

McCourt, D. M. (2022). *The New Constructivism in International Relations Theory*. Bristol University Press. <https://doi.org/10.46692/9781529217858>

McMahan, J. (2010). Pacifism and Moral Theory. *Diametros*, n.º 23, 44-68. <https://doi.org/10.13153/diam.23.2010.381>

Mendes, P. E. (2018). Identidade, ideias e normas na construção dos interesses em política externa: o caso português. *Análise Social*, 53(227), 458-487. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2018227.09>

Mikail, E. H., & Aytekin, C. E. (2016). Identity in Security Studies. *Open Journal of Political Science*, 6, 339-344. <http://dx.doi.org/10.4236/ojps.2016.64030>

Miller, S. (2023). Japan's Pacifism as National Identity and a 'Normal' Security Option: Why Japan's Constitutional Peace Clause is Unlikely to be Amended. *The University of Queensland Law Journal*, 42 (3), 469-486. <https://doi.org/10.38127/uqlj.v42i3.8551>

Milliken, J. (1999). The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research and Methods. *European Journal of International Relations*, 5(2), 225-254. <https://doi.org/10.1177/1354066199005002003>

Ministry of Foreign Affairs of Japan (2022, junho). *Keynote Address by Prime Minister Kishida at the IISS Shangri-La Dialogue 2022*. https://www.mofa.go.jp/fp/nsp/page3e_001212.html

Ministry of Foreign Affairs of Japan (2023, 5 de abril). *Development of Security Legislation*. https://www.mofa.go.jp/fp/nsp/page1we_000084.html

Miščević, N. (2010). The Dilemmas of Just War and the Institutional Pacifism. *Revus*, 13, 69-88. <https://doi.org/10.4000/revus.1273>

Miyajima, A. (2014, junho). *Japan's 'Proactive Contribution to Peace': Implications for Regional Security*. Chatham House: The Royal Institute of International Affairs. https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/field/field_document/20140605JapansProactiveContributionPeace.pdf

Miyaoka, I. (2013). Japan's Dual Security Identity: A Non-combat Military Role as an Enabler of Coexistence. *International Studies*, 48(3-4), 237-255. <https://doi.org/10.1177/0020881713485017>

Mohammed, S. S. (2023). Ontological security in international relations: Exploring the role of identity in international relations. *Indonesian Journal of Islamization Studies*, 1-11. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.13498.98248>

Morris-Suzuki, T. (2018). The Constitution, Human Rights and Pluralism in Japan: Alternative Visions of Constitutions Past and Future. *The Asia-Pacific Journal: Japan Focus*, 16(5), 1-13. <https://doi.org/10.1017/S1557466018014110>

Moses, J. & Iwami, T. (2009) From pacifism to militarisation: liberal-democratic discourse and Japan's global role. *Global Change, Peace & Security*, 21(1), 69-84. <https://doi.org/10.1080/14781150802659374>

Mukai, Y. (2022, 14 de outubro). *Abe's death puts focus on Kishida's contrasting leadership qualities*. The Japan News. <https://japannews.yomiuri.co.jp/editorial/political-pulse/20221015-64465/>

Nagai, K. (2023). The representation of public opinion in reporting poll results on environment issues. *Frontiers in Communication*, 8, 1-12. <https://doi.org/10.3389/fcomm.2023.1225306>

Nagy, S. R. (2017). Japan's Proactive Pacifism: Investing in Multilateralization and Omnidirectional Hedging. *Strategic Analysis*, 41(3), 223-235, <https://doi.org/10.1080/09700161.2017.1295607>

Nagy, S. R. (2021). Japan's most consequential, lucky, and divisive post-WW2 leader. *Melbourne Asia Review*, 5, 1-11. <https://doi.org/10.37839/MAR2652-550X5.14>

Nagy, S. R. & Nguyen, H. (2022). Deterrence, Resilience, and Engagement: Tokyo's Response to the Ukraine War and Russia-China Alignment. *Stosunki Międzynarodowe-International Relations*, 58, 180–198. <https://doi.org/doi.org/10.12688/stomiedintrelat.17632.1>

Nakahara, J. (2021). Deconstructing Abe Shinzo's "Take Back Japan" Nationalism. *Asia-Pacific Journal*, 19(24), 1-13. <https://doi.org/10.1017/S1557466021031557>

Nakajima, S. (2016). Formation of Japan-U.S. Security Arrangements. *2016 International Forum on War History: Proceedings*, 113-112. <https://www.nids.mod.go.jp/english/event/forum/pdf/2016/06.pdf>

Naono, A. (2019). The Origins of 'Hibakusha' as a Scientific and Political Classification of the Survivor. *Japanese Studies*, 39(3), 333–352. <https://doi.org/10.1080/10371397.2019.1654854>

Neumann, I. (2024). Collateral Effects Forever: Militarization and Commercialization in NATO's Cyberspace Operations. *Nação e Defesa*, n.º 168, 59-77. Instituto da Defesa Nacional. <https://doi.org/10.47906/ND2024.168.03>

North Atlantic Treaty Organization (2025, junho). *Defence expenditures and NATO's 5% commitment*. https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49198.htm

O'Malley, S. (2015). Can Military Normalization in Japan and Opcon Transfer in South Korea Enhance Regional Stability? A Conflict Management Framework for Rivalry Dyads. *The Korean Journal of International Studies*, 13(1), 117-146. <https://doi.org/10.14731/kjis.2015.04.13.1.117>

O'Shea, P. & Maslow, S. (2024). Rethinking change in Japan's security policy: punctuated equilibrium theory and Japan's response to the Russian invasion of Ukraine. *Policy Studies*, 45(3-4), 653-676. <https://doi.org/10.1080/01442872.2024.2309218>

Ohno, K. (2017). *The History of Japanese Economic Development: Origins of Private Dynamism and Policy Competence*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315444048>

Oliveira, G. C., (2016). Pacifist Approaches to Conflict Resolution: An Overview of Pragmatic Pacifism. *JANUS.NET, e-journal of International Relations*, 7(1), 3-18. <http://hdl.handle.net/11144/2619>

Onay, Y. (2024). Strategic Miscalculations: Putin's War in Ukraine and Its Global Repercussions. *Journal of Applied And Theoretical Social Sciences*, 6(4), 264-276. <https://doi.org/10.37241/jatss.2024.114>

Oren, E., & Brummer, M. (2020). Threat perception, government centralization, and political instrumentality in Abe Shinzo's Japan. *Australian Journal of International Affairs*, 74(6), 721–745. <https://doi.org/10.1080/10357718.2020.1782345>

Oros, A. L. (2008). *Normalizing Japan: Politics, Identity, and the Evolution of Security Practice*. Stanford University Press.

Oros, A. L. (2014) Japan's Strategic Culture: Security Identity in a Fourth Modern Incarnation?, *Contemporary Security Policy*, 35(2), 227-248, <https://doi.org/10.1080/13523260.2014.928070>

Oros, A. L. (2015). International and domestic challenges to Japan's postwar security identity: 'norm constructivism' and Japan's new 'proactive pacifism'. *The Pacific Review*, 28(1), 139-160. <https://doi.org/10.1080/09512748.2014.970057>

Oros, A. L. (2017). *Japan's Security Renaissance: New Policies and Politics for the Twenty-First Century*. Columbia University Press.

Orwell, G. (1942). Pacifism and the War. *Partisan Review*, agosto-setembro 1942. https://www.orwell.ru/library/articles/pacifism/english/e_patw

Osaki, Y. (2024, agosto). *Kishida's abrupt resignation: Japan leaves a decade of Abe's influence behind*. The Lowy Institute. <https://www.loyyinstitute.org/the-interpreter/kishida-s-abrupt-resignation-japan-leaves-decade-abe-s-influence-behind>

Ostaszewski, P. (2019). The Cold War and Post-Cold War and Armed Conflicts – General Overview. *Remembrance and Justice*, 34(2), 70-94. <https://bibliotekanauki.pl/articles/478295>

Otmazgin, N. K. (2012). Geopolitics and Soft Power: Japan's Cultural Policy and Cultural Diplomacy in Asia. *Asia-Pacific Review*, 19(1), 37–61. <https://doi.org/10.1080/13439006.2012.678629>

Özekin, M. K. & Sune, E. (2023). Contesting Hegemony: The Rise of BRICS and the Crisis of US-led Western Hegemony in the MENA Region. *The Korean Journal of International Studies*, 21(3), 409-446. <https://doi.org/10.14731/kjis.2023.12.21.3.409>

Parkin, N. (2018) Conditional and contingent pacifism: the main battlegrounds. *Critical Studies on Security*, 6(2), 193-206, <https://doi.org/10.1080/21624887.2017.1412698>

Pedersen, O. K. (2009). Discourse Analysis. *Working Paper / International Center for Business and Politics*, n.º 65. Copenhagen Business School. <https://hdl.handle.net/10398/7792>

Piegzik, M. A. (2024). The Kuril Islands Dispute: A Legal and Historical Analysis as Seen from the Japanese Perspective. *Przegląd Archiwalny Instytutu Pamięci Narodowej*, 17, 251-276. <https://doi.org/10.48261/PAIPN241715>

Pressello, A. (2014). The Fukuda Doctrine and Japan's Role in Shaping Post-Vietnam War Southeast Asia, *Japanese Studies*, 34(1), 37-59, <https://doi.org/10.1080/10371397.2014.886506>

Prozorov, S. (2011). The Other as Past and Present: Beyond the Logic of Temporal Othering in IR Theory. *Review of International Studies*, 37(3), 1273-1293. <https://doi.org/10.1017/S0260210510000586>

Pugliese, W. & Wallace, C. (2021). Japan 2021: The Liberal Democratic Party emerges stronger despite domestic tumult. *Asia Maior XXXII*, 63-94. <https://doi.org/10.52056/9791254690994/04>

Pyle, K.B. (2018). Japan's Return to Great Power Politics: Abe's Restoration. *Asia Policy*, 13(2), 69-90. <https://dx.doi.org/10.1353/asp.2018.0026>

Reconstruction Agency (2024, agosto). *Current Status of Reconstruction and Future Efforts*. https://www.reconstruction.go.jp/english/topics/Progress_to_date/English_August_2024_genjoutorikumi-E.pdf

Reporters Without Borders (2025). *Index 2025*. <https://rsf.org/en/index>

Resende, E. (2020). The identity/alterity nexus in international relations: two cases of encounter with difference. *Civitas: Revista De Ciências Sociais*, 20(2), 234-247. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2020.2.34347>

Reyes, A. (2011). Strategies of legitimization in political discourse: From words to actions. *Discourse & Society*, 22(6), 781-807. <https://doi.org/10.1177/0957926511419927>

Rojo, L. M., & van Dijk, T. A. (1997). "There was a Problem, and it was Solved!": Legitimizing the Expulsion of 'Illegal' Migrants in Spanish Parliamentary Discourse. *Discourse & Society*, 8(4), 523-566. <https://doi.org/10.1177/0957926597008004005>

Roosevelt, T. (1917) *The Foes of Our Own Household*. New York, George H. Doran Company. Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América. <https://www.loc.gov/item/17025965/>

Rosenthal, R. (2012). Self-Fulfilling Prophecy. Em V.S. Ramachandran (Ed.), *Encyclopedia of Human Behavior (Second Edition)*, Volume 1: A-D. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-375000-6.00314-1>

Rousseau, D. L. (2007). Identity, Power, and Threat Perception: A Cross-National Experimental Study. *Journal of Conflict Resolution*, 51(5), 744-771. <https://doi.org/10.1177/0022002707304813>

Ryan, C. (2023). Why Pacifism Now? *Journal of Pacifism and Nonviolence*, 1(1), 65-75. <https://doi.org/10.1163/27727882-bja00004>

Ryoichi, O. (2021). Political Changing for Prime Minister of Japan. *International Journal of Law Reconstruction*, 5(1), 75-92. <http://dx.doi.org/10.26532/ijlr.v5i1.15540>

Sakai, K. (2003). 11 September and the Clash of Civilizations: The Role of the Japanese Media and Public Discourse. *Arab Studies Quarterly*, 25(1/2), 159-178. <https://www.jstor.org/stable/41858442>

Sakaki, A. (2015). Japan's Security Policy: A Shift in Direction under Abe? *Stiftung Wissenschaft und Politik Research Papers*, 1-35. https://www.swp-berlin.org/publications/products/research_papers/2015_RP02_skk.pdf

Sarmah, D. (2024). To What Extent is China a 'Security Threat'? *Institute for Security & Development Policy*. <https://www.isdp.eu/publication/to-what-extent-is-china-a-security-threat/>

Sasaki, R. (2022, setembro). *The Mixed Legacy of Abe Shinzo's 'Panoramic' Foreign Policy*. The Diplomat. <https://thediplomat.com/2022/09/the-mixed-legacy-of-abe-shinzos-panoramic-foreign-policy/>

Seo, G. (2021). Shonen Kurabu and the Japanese Attitude Toward War. *Children's Literature in Education*, 52, 49-67. <https://doi.org/10.1007/s10583-020-09402-z>

Shagina, M. (2018, maio). *How to Make Sense of Japan's Delicate Balance Between Russia and Ukraine*. Atlantic Council. <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukrainealert/how-to-make-sense-of-japan-s-delicate-balance-between-russia-and-ukraine/>

Shinichi, K. (2023). Utopian Unarmed Pacifism Is Coming to An End. *Asia-Pacific Review*, 30(1), 26-32. <https://doi.org/10.1080/13439006.2023.2193096>

Shinoda, T. (2007). Becoming More Realistic in the Post-Cold War: Japan's Changing Media and Public Opinion on National Security. *Japanese Journal of Political Science*, 8(2), 171-190. <https://doi.org/10.1017/S1468109907002617>

Shinoda, T. (2022). The Japanese prime minister and the executive institutional setting. *Asian Journal of Comparative Politics*, 8(1), 68-82. <https://doi.org/10.1177/20578911221107189>

Sinkkonen, E. & Elovainio, M. (2020), Chinese Perceptions of Threats from the United States and Japan. *Political Psychology*, 41(2), 265-282. <https://doi.org/10.1111/pops.12630>

Smith, S. A. (2019). *Japan Rearmed: The Politics of Military Power*. Harvard University Press.

Sousa, R.R.P. (2018). *The Context of Conflict Resolution – International Relations and the Study of Peace and Conflict*. Working Paper CEsa CSG 164/2018. Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, 1-58. <http://hdl.handle.net/11144/4402>

Steele, B.J. (2008). *Ontological Security in International Relations: Self-identity and the IR state*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203018200>

Stein, J. G. (2024). Radical uncertainty and pragmatism: Threat perception and response. *European Journal of International Security, First View*, 1-17. <https://doi.org/10.1017/eis.2024.41>

Stengel, F. A. (2020). *The Politics of Military Force: Antimilitarism, Ideational Change, and Post-Cold War German Security Discourse*. University of Michigan Press. <https://doi.org/10.3998/mpub.10154836>

Sterling, D. P. (2020). Governing Japan: The Perception, Influence and Theoretical Interpretation of Article 9 of the Japanese Constitution and What It Means for Its Security Policy in the 21st Century, If Revised. *Open Journal of Social Sciences*, 8(11), 263-279. <https://doi.org/10.4236/jss.2020.811024>

Stivas, D. (2024). Variations in the intensity of the securitization narratives at the EU level: securitizing the European refugee crisis. *Frontiers in Political Science*, 6, 1-11. <https://doi.org/10.3389/fpos.2024.1460531>

Streltsov, D. (2024). The Territorial Dispute: The Russian Perspective. Em Togo, K. & Streltsov, D. (Eds.), *Handbook of Japan-Russia Relations*, 75–94. Amsterdam University Press. <https://doi.org/10.1017/9789048563432.006>

Suami, T. (2024). Dead or alive? Global constitutionalism and international law after the start of the war in Ukraine. *Global Constitutionalism*, 13(2) 340–369, <https://doi.org/10.1017/S2045381723000369>

Suzuki, K. (2018). Japan's View of the North Korean Threat. *IAI Commentaries*, 18(22). <https://www.iai.it/sites/default/files/iaicom1822.pdf>

Suzuki, S. (2015). The rise of the Chinese 'Other' in Japan's construction of identity: Is China a focal point of Japanese nationalism? *The Pacific Review*, 28(1), 95-116, <https://doi.org/10.1080/09512748.2014.970049>

Szanto, B. (2017). Shinzo Abe's Security Policy: A Departure from Defensive Posture? *AEI Insights*, 3(1), 39-64. <https://ejournal.um.edu.my/index.php/AEIINSIGHTS/article/view/31670>

Szczepanska, K., Barbasiewicz, O. & Voytsekhovska, V. (2025). Responding to the crisis: Japan's changing foreign policy and ODA to Ukraine (2014-2023). *The Pacific Review*, 38(2), 231-261, <https://doi.org/10.1080/09512748.2024.2369191>

Tamaki, T. (2019). Repackaging national identity: Cool Japan and the resilience of Japanese identity narratives. *Asian Journal of Political Science*, 27(1), 108-126. <https://doi.org/10.1080/02185377.2019.1594323>

Tan, Y. & Murphy, M. (2022, julho). *Shinzo Abe: Japan ex-leader assassinated while giving speech*. BBC News. <https://www.bbc.com/news/world-asia-62089486>

Tatsumi, Y. (2023, junho). *Japan's Shift to a More Robust Self-Defense Policy*. Arms Control Association. <https://www.armscontrol.org/act/2023-06/features/japans-shift-more-robust-self-defense-policy>

The Yomiuri Shimbun (2024, maio). *Poll: 63% Support Constitutional Revision Amid Japan's Changing Security Environment; 93% Cite National Security Risk from China*. The Japan News. <https://japannews.yomiuri.co.jp/politics/politics-government/20240503-183778/>

Tian, N., Lopes da Silva, D., Béraud-Sudreau, L., Liang, X., Scarazzato, L., & Assis, A. (2023). Developments in Military Expenditure and the Effects of the War in Ukraine. *Defence and Peace Economics*, 34(5), 547-562. <https://doi.org/10.1080/10242694.2023.2221877>

Todd, J. (2018). The politics of identity change and conflict: An agenda for research. *Politics*, 38(1), 84-93. <https://doi.org/10.1177/0263395717715857>

Tokuchi, H. (2023). Japan's New National Security Strategy: Background and Challenges. *Robert Schuman Centre for Advanced Studies*. EUI, RSC, Policy Paper, 2023/05, Global Governance Programme. <https://hdl.handle.net/1814/75779>

Tu, C. C., Tien, H. P., & Hwang, J. J. (2024). Untangling threat perception in international relations: an empirical analysis of threats posed by China and their implications for security

discourse. *Cogent Arts & Humanities*, 11(1), 1-31. <https://doi.org/10.1080/23311983.2024.2335766>

Usó-Doménech, J.L. & Nescolarde-Selva, J. (2016). What are Belief Systems? *Found Sci*, 21, 147–152. <https://doi.org/10.1007/s10699-015-9409-z>

Valaskivi, K. (2013). A brand new future? Cool Japan and the social imaginary of the branded nation. *Japan Forum*, 25(4), 485–504. <https://doi.org/10.1080/09555803.2012.756538>

van der Meer, T. G. L. A., & Hamelers, M. (2022). I Knew It, the World is Falling Apart! Combatting a Confirmatory Negativity Bias in Audiences' News Selection Through News Media Literacy Interventions. *Digital Journalism*, 10(3), 473–492. <https://doi.org/10.1080/21670811.2021.2019074>

van Dijk, T.A. (1998). *Ideology: A Multidisciplinary Approach*. SAGE Publications. <https://doi.org/10.4135/9781446217856>

van Leeuwen, T. (2008). *Discourse and Practice: New Tools for Critical Analysis*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195323306.001.0001>

Van Rythoven, E. (2020). The Securitization Dilemma. *Journal of Global Security Studies*, 5(3), 478-493. <https://doi.org/10.1093/jogss/ogz028>

Verleye, Z. (2025). Failing the state self: on the politics of state shame. *International Theory*, 17(1), 29–57. <https://doi.org/10.1017/S1752971924000101>

von Essen, H. & Danielson, A. (2023). A Typology of Ontological Insecurity Mechanisms: Russia's Military Engagement in Syria. *International Studies Review*, 25(2), 1-25. <https://doi.org/10.1093/isr/viad016>

Wang, Y. (2025). (Re)constructing Favorable International Images: A Corpus-based Discourse-historical Approach to Speeches Given by Japan's PM at General Debates of UNGA (77th-78th Sessions). *International Journal of Culture and History*, 12(2), 33-56. <https://doi.org/10.5296/ijch.v12i2.23110>

Ward, R. (2022, setembro). *Suga's premiership: a short-lived but packed administration*. The International Institute for Strategic Studies. <https://www.iiss.org/online-analysis/online-analysis/2021/09/suga-yoshihide-short-lived-premiership/>

Watanabe, T. (2023, fevereiro). *What's New in Japan's Three Strategic Documents*. Center for Strategic and International Studies. <https://www.csis.org/analysis/whats-new-japans-three-strategic-documents>

Wendt, A. (1992). Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. *International Organization*, 46(2), 391–425. <http://www.jstor.org/stable/2706858>

Wetzler, P. (2021). *Imperial Japan and Defeat in the Second World War: The Collapse of an Empire*. Bloomsbury Publishing.

Won-soo, K. (2023). Japan's new security policy: normalizing or remilitarizing? The Korea Times. <https://www.koreatimes.co.kr/opinion/20230206/japans-new-security-policy-normalizing-or-remilitarizing>

Wright, J.C. (2016). *Japanese Use of Force: Refinement & Normalization Amid Growing Regional Instability*. Canadian Global Affairs Institute. https://www.cgai.ca/japanese_use_of_force

Wright, T. (2019). *The opening of Europe's Overton window*. Democracy & Disorder. Foreign Policy at Brookings. https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2019/02/FP_20190226_eu_democracy_wright.pdf

Yamaguchi, M. (2024, setembro). *Kishida's legacy: Scandals and compromise at home, global respect for security and diplomacy*. Associated Press. <https://apnews.com/article/japan-us-kishida-security-05926b50f4f5a83a631f779d906cf06d>

Yamaguchi, M. (2022, abril). *Japan formally revokes Russia's 'most favored nation' status*. Associated Press. <https://apnews.com/article/russia-ukraine-business-tokyo-europe-moscow-e264ff718a4c998fe66c67e687864b12>

Yamamoto, H. (2017). Interpretation of the Pacifist Article of the Constitution by the Bureau of Cabinet Legislation: A New Source of Constitutional Law? *Washington International Law Journal*, 26(1), 98-125. <https://digitalcommons.law.uw.edu/wilj/vol26/iss1/6>

Yu, X. & Zheng, H. (2023). An Overview of Research on Discursive Legitimation. *Open Journal of Social Sciences*, 11, 112-127. <https://doi.org/10.4236/jss.2023.1110008>

Yuasa, T. (2024). *Evaluating Kishida's Diplomacy — The Success of Pursuing Diplomacy Which Protects Universal Values of the International Community*. Sasakawa Peace Foundation. https://www.spf.org/iina/en/articles/yuasa_02.html

Zehfuss, M. (2001). Constructivism and identity: a dangerous liaison. *European Journal of International Relations*, 7 (3), 315-348. <https://doi.org/10.1177/1354066101007003002>

Zhao, S. (2020). East Asian Disorder: China and the South China Sea Disputes. *Asian Survey*, 60(3), 490–509. <https://doi.org/10.1525/as.2020.60.3.490>

ANEXOS

Anexo 1: Gráficos da evolução temporal do agregado dos códigos associados às estratégias

Gráfico 3: Evolução temporal do agregado dos códigos associados à estratégia de Apelo à Ameaça Externa

Apelo à Ameaça Externa

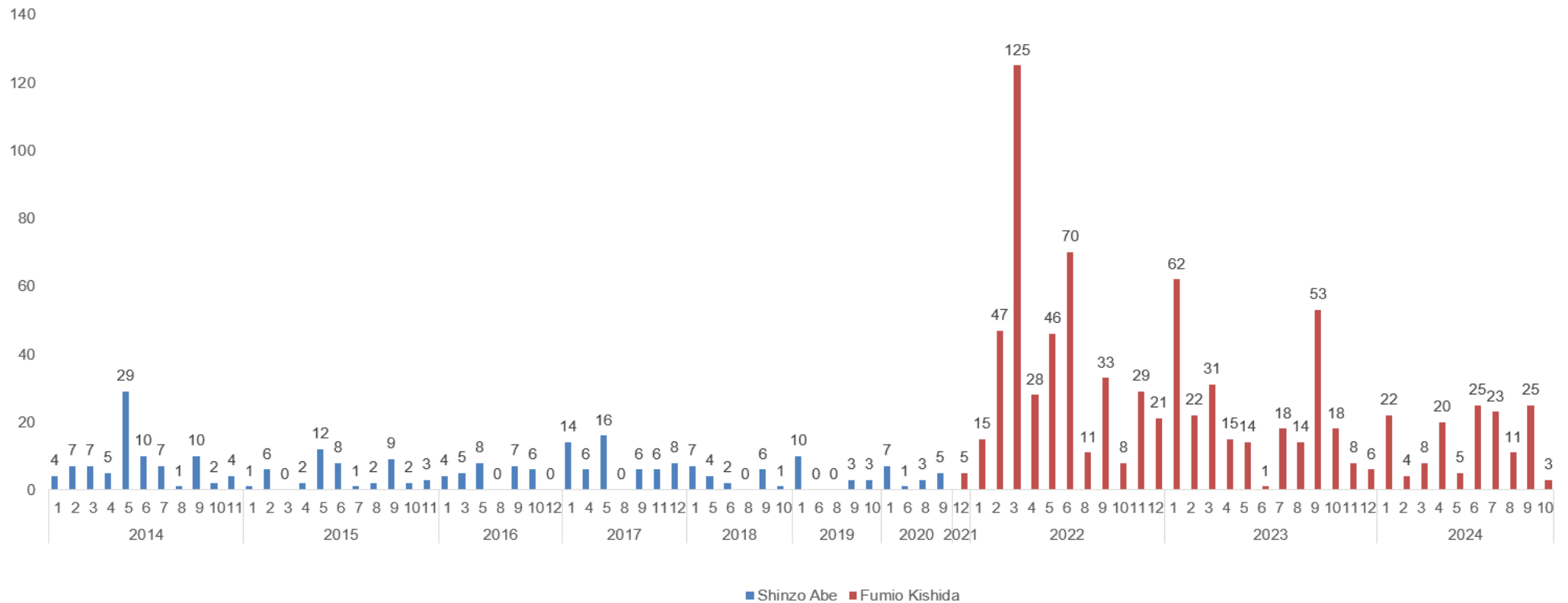


Gráfico 4: Evolução temporal do agregado dos códigos associados à estratégia de Normas e Valores Universais e Responsabilidade Internacional

Normas e Valores Universais e Responsabilidade Internacional

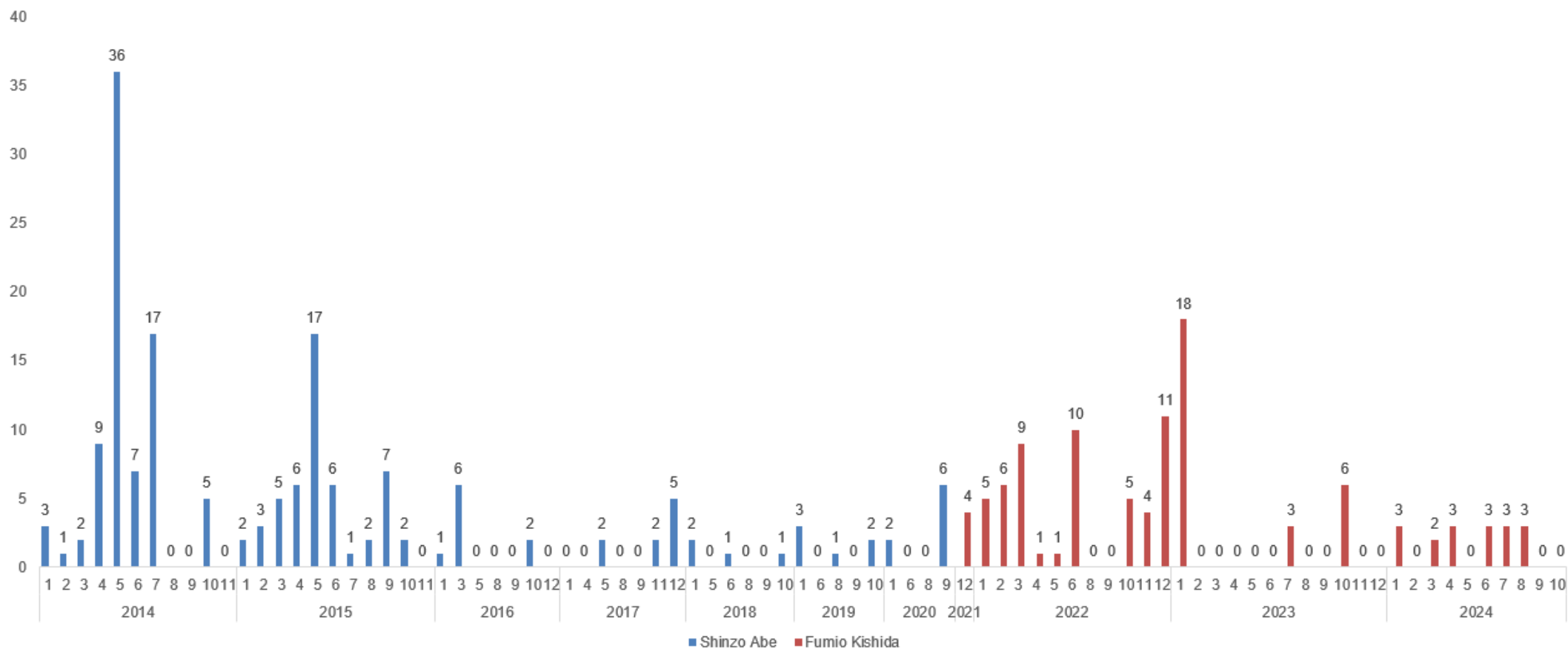


Gráfico 5: Evolução temporal do agregado dos códigos associados à estratégia de Legalidade Constitucional e Mudanças Incrementais

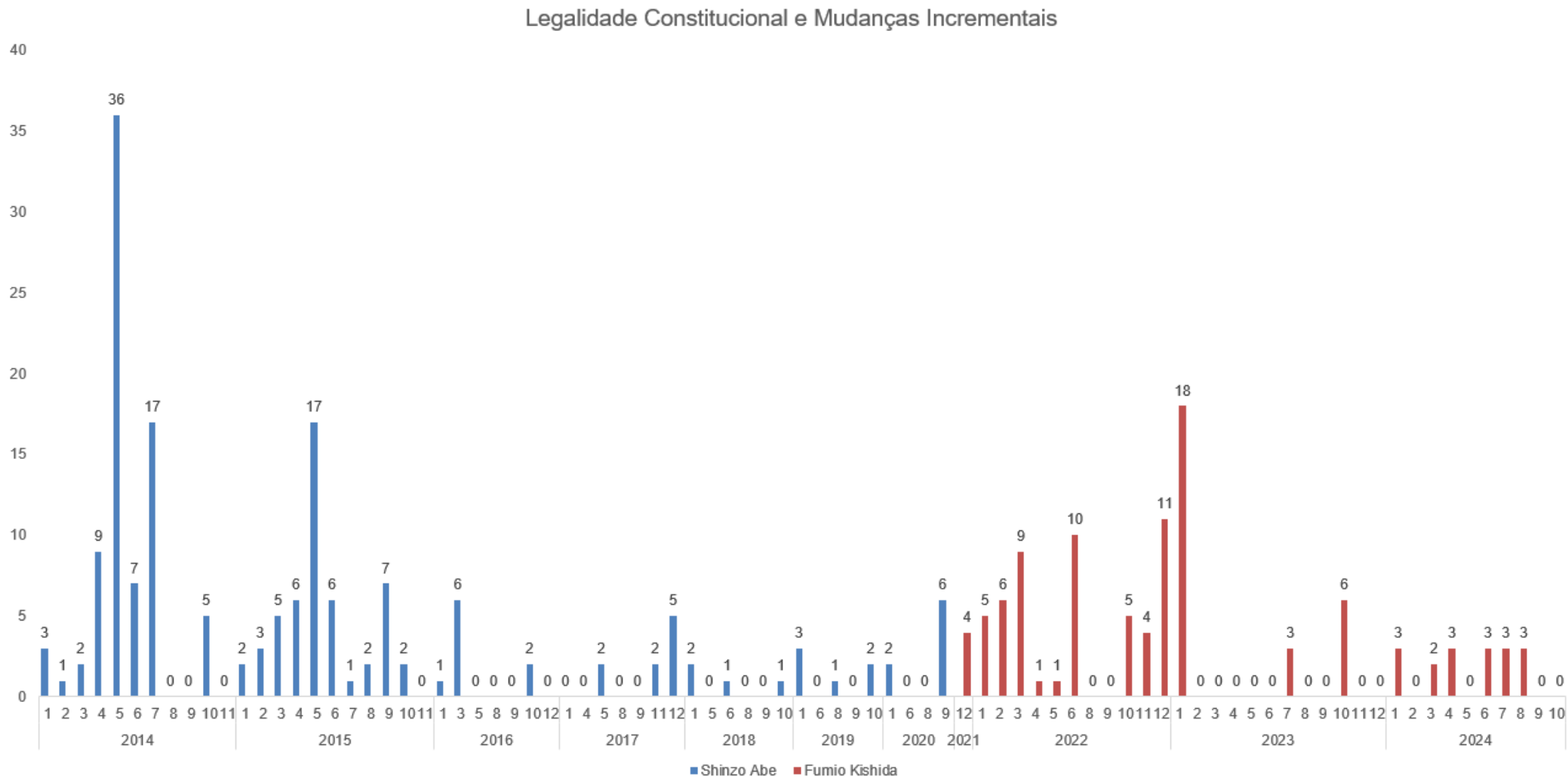


Gráfico 6: Evolução temporal do agregado dos códigos associados à estratégia de Mobilização da Identidade Pacifista

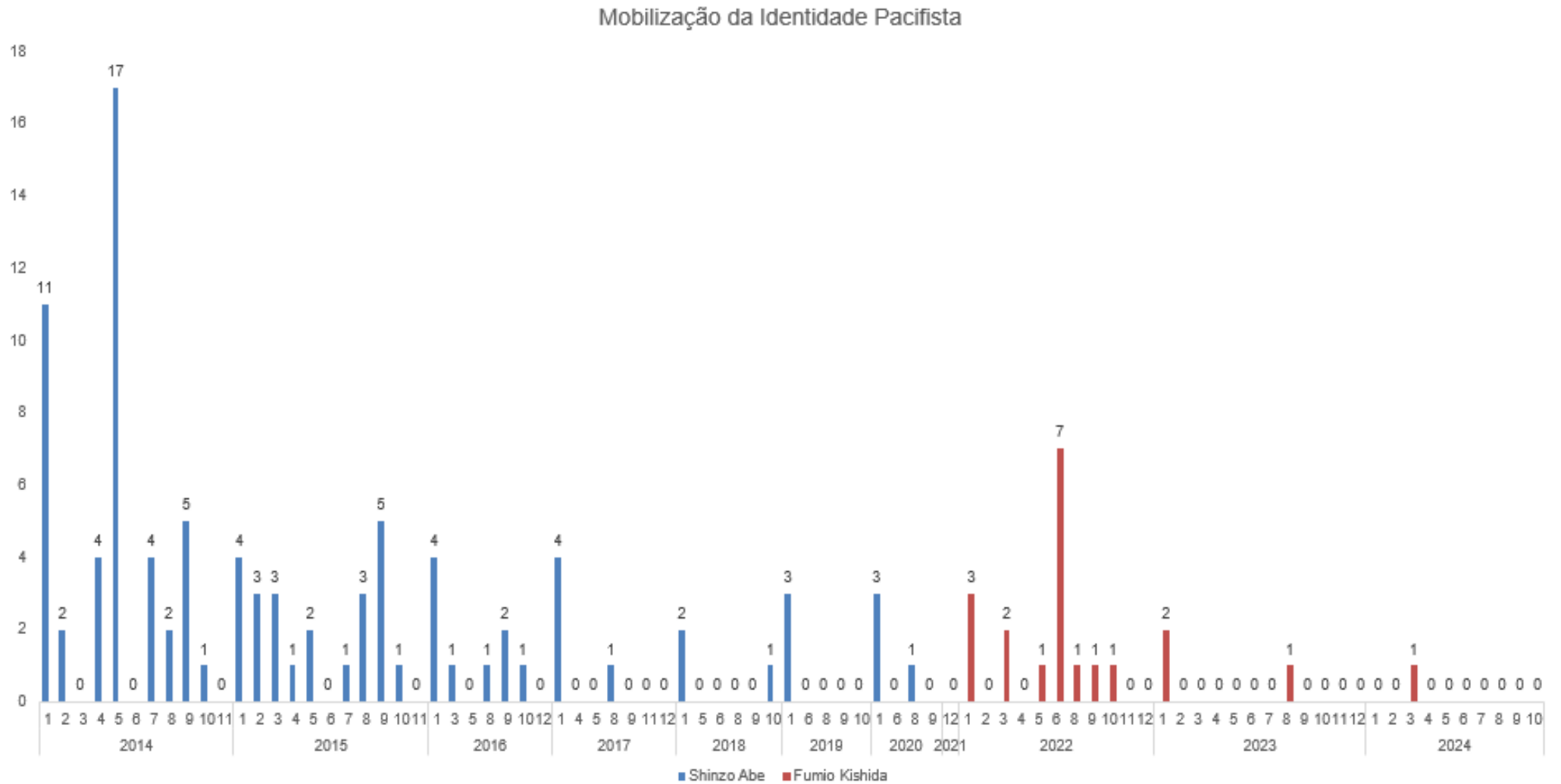


Gráfico 7: Evolução temporal do agregado dos códigos associados à estratégia de Memória Histórica e Emoções Nacionais

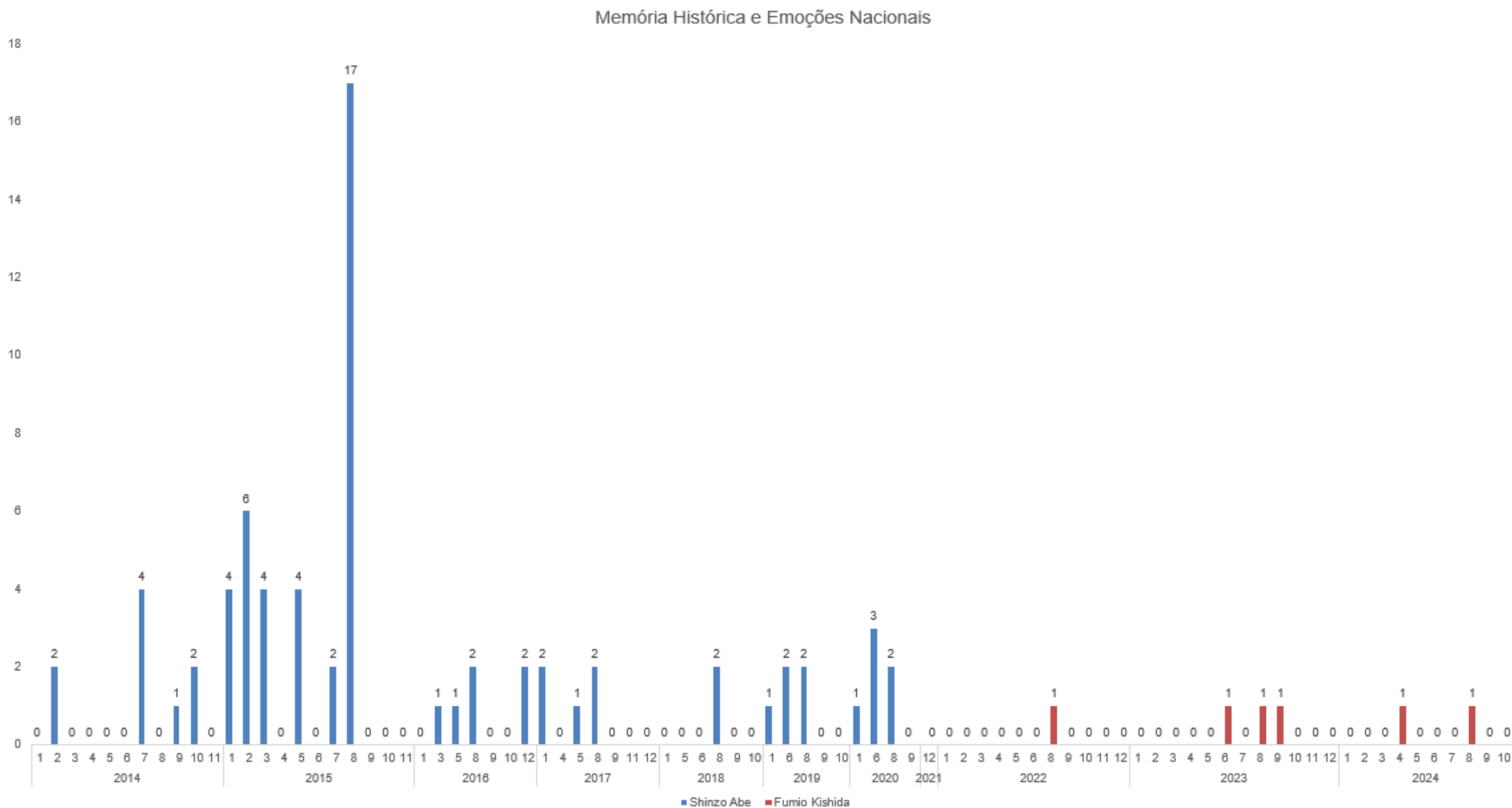
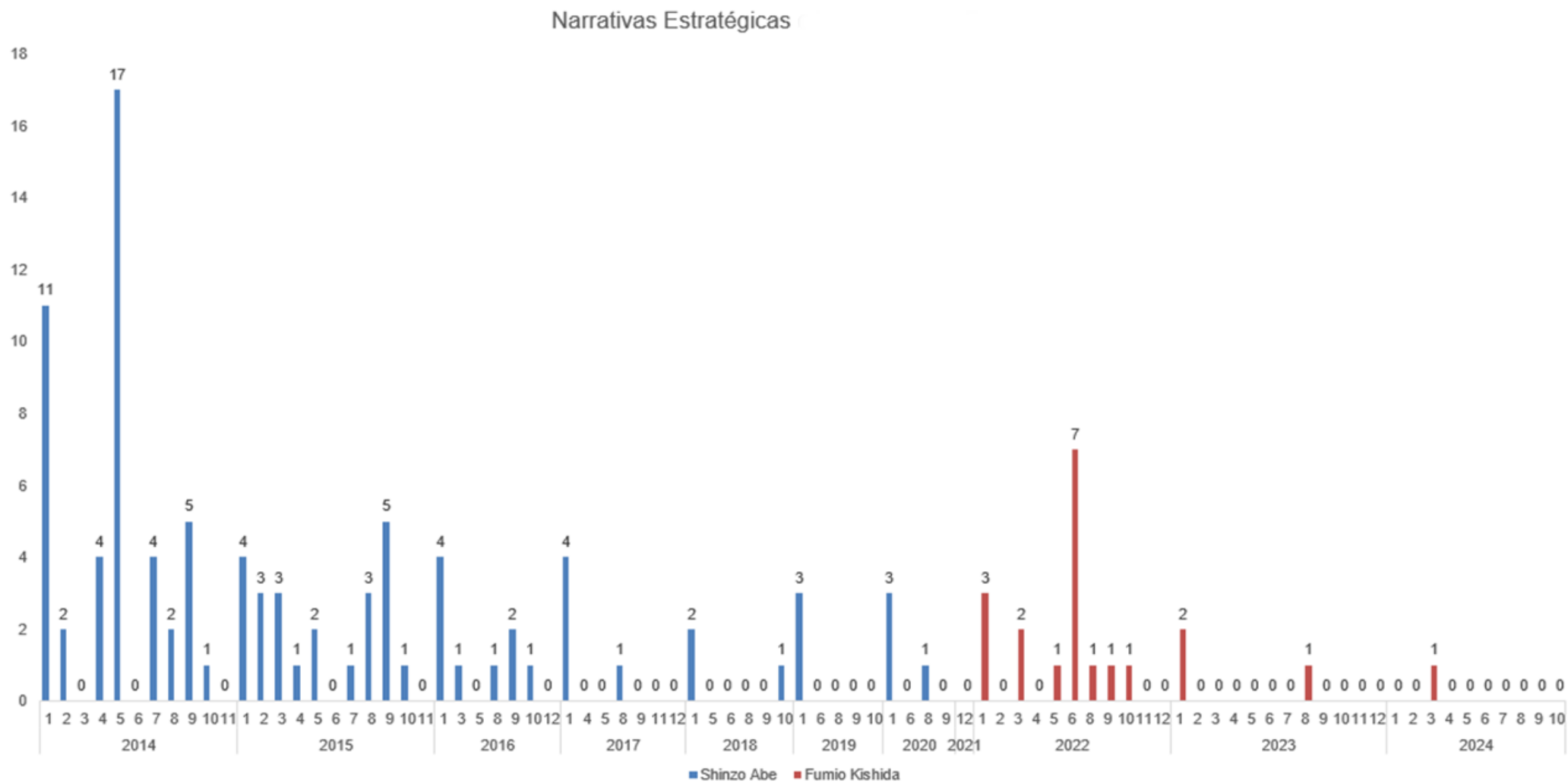


Gráfico 8: Evolução temporal do agregado dos códigos associados à estratégia de Narrativas Estratégicas



Anexo 2: Tabelas de coocorrências entre estratégias e códigos

Tabela 3: Coocorrências entre os códigos e a estratégia de Apelo à Ameaça Externa

Code System	Apelo à Ameaça Externa
Visão de Kishida para a Paz	0
Confiança/Orgulho	0
Interpretações/Revisões Constitucionais	6
Incrementalismo	4
Reação à Mudança/Medidas Apropriadas	70
Contribuição Proativa para a Paz	3
Perspectiva Panorâmica do Mapa-Múndi	1
Assunção de Responsabilidade	3
Diplomacia Realista para uma Nova Era	4
Remorsos/Vergonha/2ª Guerra Mundial	1
Adaptação do Pacifismo	115
Ordem Baseada nas Regras/Mudança do Status Quo pela Força	303
Afirmação do Pacifismo	42
Aliança EUA/Colaboração com países que partilham a mesma visão	187
Documentos de Segurança 2022	15
Documentos de Segurança 2014	0

Tabela 4: Coocorrências entre os códigos e a estratégia de Normas e Valores Universais e Responsabilidade Internacional

Code System	Normas e Valores Universais e Responsabilidade Internacional
Visão de Kishida para a Paz	0
Ucrânia 2022	125
Confiança/Orgulho	1
Coreia do Norte	30
Rússia 2022	157
Rússia 2014	7
China	20
Interpretações/Revisões Constitucionais	5
Incrementalismo	3
Reação à Mudança/Medidas Apropriadas	26
Sobrevivência/Perigo/Ameaça/Desafio/Crise	69
Ponto de Viragem/Ambiente Severo	65
Contribuição Proativa para a Paz	28
Perspectiva Panorâmica do Mapa-Múndi	9
Diplomacia Realista para uma Nova Era	10
Remorsos/Vergonha/2ª Guerra Mundial	8
Adaptação do Pacifismo	89
Afirmação do Pacifismo	77
Crimeia 2014	9
Documentos de Segurança 2022	3
Documentos de segurança 2014	0
Ucrânia e Taiwan	11

Tabela 5: Coocorrências entre os códigos e a estratégia de Legalidade Constitucional e Mudanças Incrementais

Code System	Legalidade Constitucional e Mudanças Incrementais
Visão de Kishida para a Paz	0
Ucrânia 2022	6
Confiança/Orgulho	4
Coreia do Norte	5
Rússia 2022	8
Rússia 2014	0
China	1
Sobrevivência/Perigo/Ameaça/Desafio/Crise	38
Ponto de Viragem/Ambiente Severo	36
Contribuição Proativa para a Paz	3
Perspetiva Panorâmica do Mapa-Múndi	2
Assunção de Responsabilidade	0
Diplomacia Realista para uma Nova Era	0
Remorsos/Vergonha/2ª Guerra Mundial	1
Adaptação do Pacifismo	129
Ordem Baseada nas Regras/Mudança do Status Quo pela Força	8
Afirmação do Pacifismo	24
Crimeia 2014	0
Aliança EUA/Colaboração com países que partilham a mesma visão	29
Ucrânia e Taiwan	1

Tabela 6: Coocorrências entre os códigos e a estratégia de Mobilização da Identidade Pacifista e as suas duas modalidades

Code System	Afirmação do Pacifismo	Adaptação do Pacifismo	Mobilização da Identidade Pacifista
Visão de Kishida para a Paz	0	1	1
Ucrânia 2022	6	7	13
Confidence/Pride	4	1	5
Coreia do Norte	3	12	15
Rússia 2022	4	9	13
Rússia 2014	4	0	4
China	6	3	9
Interpretações/Revisões Constitucionais	6	12	18
Incrementalismo	4	15	19
Reação à Mudança/Medidas Apropriadas	12	74	86
Sobrevivência/Perigo/Ameaça/Desafio/Crise	5	40	45
Ponto de Viragem/Ambiente Severo	12	44	56
Contribuição Proativa para a Paz	33	8	41
Perspetiva Panorâmica do Mapa-Múndi	4	2	6
Assunção de Responsabilidade	3	5	8
Diplomacia Realista para uma Nova Era	0	4	4
Remorsos/Vergonha/2ª Guerra Mundial	21	1	22
Ordem Baseada nas Regras/Mudança do Status Quo pela Força	32	21	53
Crimeia 2014	2	0	2
Aliança EUA/Colaboração com países que partilham a mesma visão	42	63	105
Documentos de Segurança 2022	1	26	27
Documentos de segurança 2014	1	2	3
Ucrânia e Taiwan	0	0	0

Tabela 7: Coocorrências entre os códigos e a estratégia de Memória Histórica e Emoções Nacionais

Code System	Memória Histórica e Emoções Nacionais
Visão de Kishida para a Paz	0
Ucrânia 2022	0
Coreia do Norte	0
Rússia 2022	0
Rússia 2014	0
China	0
Interpretações/Revisões Constitucionais	0
Incrementalismo	1
Reação à Mudança/Medidas Apropriadas	4
Sobrevivência/Perigo/Ameaça/Desafio/Crise	1
Ponto de Viragem/Ambiente Severo	0
Contribuição Proativa para a Paz	3
Perspetiva Panorâmica do Mapa-Múndi	0
Assunção de Responsabilidade	0
Diplomacia Realista para uma Nova Era	0
Adaptação do Pacifismo	2
Ordem Baseada nas Regras/Mudança do Status Quo pela Força	6
Afirmação do Pacifismo	25
Crimeia 2014	0
Aliança EUA/Colaboração com países que partilham a mesma visão	3
Documentos de Segurança 2022	0
Documentos de Segurança 2014	0
Ucrânia e Taiwan	0

Tabela 8: Coocorrências entre os códigos e a estratégia de Narrativas Estratégicas

Code System	Narrativas Estratégicas
Ucrânia 2022	0
Confiança/Orgulho	3
Coreia do Norte	0
Rússia 2022	0
Rússia 2014	0
China	0
Interpretações/Revisões Constitucionais	1
Incrementalismo	2
Reação à Mudança/Medidas Apropriadas	2
Sobrevivência/Perigo/Ameaça/Desafio/Crise	2
Ponto de Viragem/Ambiente Severo	6
Assunção de Responsabilidade	0
Remorsos/Vergonha/2ª Guerra Mundial	0
Adaptação do Pacifismo	14
Ordem Baseada nas Regras/Mudança do Status Quo pela Força	19
Afirmação do Pacifismo	37
Crimeia 2014	0
Aliança EUA/Colaboração com países que partilham a mesma visão	28
Documentos de Segurança 2022	0
Documentos de Segurança 2014	0
Ucrânia e Taiwan	0

Anexo 3: Lista de Discursos Analisados

	Primeiro-Ministro	Data	Título	Fonte
1	Shinzo Abe	01.01.2014	New Year's Reflection by Prime Minister Shinzo Abe	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201401/newyear_e.html
2	Shinzo Abe	06.01.2014	New Year's Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201401/06kaiken_e.html
3	Shinzo Abe	14.01.2014	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following his Visit to Oman and African Countries	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201401/14naigai_e.html
4	Shinzo Abe	22.01.2014	A New Vision from a New Japan, World Economic Forum 2014 Annual Meeting, Speech by Prime Minister Abe	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201401/22speech_e.html
5	Shinzo Abe	24.01.2014	Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 186th Session of the Diet	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201401/24siseihousin_e.html

6	Shinzo Abe	08.02.2014	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following His Visit to Sochi, Russia	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201402/08naigai_e.html
7	Shinzo Abe	10.02.2014	Message from Prime Minister Shinzo Abe on the Occasion of National Foundation Day	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201402/11message_e.html
8	Shinzo Abe	10.03.2014	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe on the Upcoming Third Anniversary of the Great East Japan Earthquake	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201403/press0310.html
9	Shinzo Abe	20.03.2014	Passage of the budget for fiscal year 2014 - Press Conference by Prime Minister Abe	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201403/0320kaiken.html
10	Shinzo Abe	25.03.2014	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201403/0325naigai.html
11	Shinzo Abe	02.04.2014	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Opening Ceremony for the 48th Joint Training for Newly Recruited National Civil Servants	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201404/0402kunji.html

12	Shinzo Abe	17.04.2014	Keynote Address by Prime Minister Abe at The Economist Japan Summit 2014 “Japan towards 2020: Time to get started,”	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201404/1204650_9498.html
13	Shinzo Abe	01.05.2014	Redefining Japan-UK Relations - Remarks by Prime Minister Abe at the Welcoming Dinner Hosted by the City of London	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201405/london.html
14	Shinzo Abe	06.05.2014	Japan and NATO As “Natural Partners” - Speech by Prime Minister Abe	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201405/nato.html
15	Shinzo Abe	07.05.2014	Press Conference by Prime Minister Abe during his Visit to Europe	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201405/0507naigai.html
16	Shinzo Abe	15.05.2014	Press Conference by Prime Minister Abe	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201405/0515kaiken.html
17	Shinzo Abe	30.05.2014	The 13th IISS Asian Security Summit -The Shangri-La Dialogue - Keynote Address by Prime Minister Abe	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201405/0530kichokoen.html

18	Shinzo Abe	05.06.2014	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following the G7 Summit	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201406/0605naigai.html
19	Shinzo Abe	24.06.2014	Press Conference by Prime Minister Abe	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201406/0624kaiken.html
20	Shinzo Abe	01.07.2014	Press Conference by Prime Minister Abe	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201407/0701kaiken.html
21	Shinzo Abe	08.07.2014	Remarks By Prime Minister Abe to the Australian Parliament	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201407/0708article1.html
22	Shinzo Abe	02.08.2014	Press Conference by Prime Minister Abe during his Visit to Latin America and the Caribbean Region	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201408/2article1.html
23	Shinzo Abe	25.09.2014	Press Conference by Prime Minister Abe following the 69th Session of the United Nations General Assembly	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201409/0925naigai.html
24	Shinzo Abe	25.09.2014	The Sixty-Ninth Session of the General Assembly of the United Nations - Address by Prime Minister Abe	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201409/unga2014.html

25	Shinzo Abe	29.09.2014	Policy Speech by Prime Minister to the 187th Session of the Diet	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201409/policyspch.html
26	Shinzo Abe	19.10.2014	Speech by Prime Minister Abe at the 2014 International Bar Association (IBA) Annual Conference in Tokyo	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201410/1019iba_speech.html
27	Shinzo Abe	26.10.2014	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Ministry of Defense and the Self- Defense Forces 60th Anniversary Air Review	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201410/1026kunji.html
28	Shinzo Abe	11.11.2014	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following his Participation in the APEC Summit Meetings	https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201411/1111naigai.html
29	Shinzo Abe	24.12.2014	Inauguration of the Third Abe Cabinet - Press Conference by Prime Minister Abe	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201412/1224danwa.html
30	Shinzo Abe	01.01.2015	New Year's Reflection by Prime Minister Shinzo Abe	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201501/newyear.html

31	Shinzo Abe	05.01.2015	New Year's Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201501/05newyear.html
32	Shinzo Abe	17.01.2015	Keynote Speech by Prime Minister Abe at the Joint Meeting of the Japan-Egypt Business Committee	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201501/17egypt.html
33	Shinzo Abe	20.01.2015	Press Conference by Prime Minister Abe during his Visit to the Middle East	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201501/20press.html
34	Shinzo Abe	25.01.2015	Statement by Prime Minister Shinzo Abe regarding the hostage incident of Japanese nationals in Syria	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201501/1209577_9912.html
35	Shinzo Abe	12.02.2015	Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 189th Session of the Diet	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201502/policy.html
36	Shinzo Abe	16.03.2015	What the United Nations means for Japan - Address by Prime Minister Shinzo Abe at United Nations University	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201503/ununiv.html
37	Shinzo Abe	22.03.2015	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the graduation ceremony of the National Defense Academy	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201503/1210835_9916.html

38	Shinzo Abe	29.04.2015	Remarks by Prime Minister Shinzo Abe at a Symposium hosted by Sasakawa Peace Foundation USA	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201504/1210942_9918.html
39	Shinzo Abe	29.04.2015	"Toward an Alliance of Hope" - Address to a Joint Meeting of the U.S. Congress by Prime Minister Shinzo Abe	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201504/uscongress.html
40	Shinzo Abe	14.05.2015	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following the Cabinet Decision on the "Legislation for Peace and Security"	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201505/0514kaiken.html
41	Shinzo Abe	08.06.2015	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following the G7 Summit in Schloss Elmau	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201506/0608speech.html
42	Shinzo Abe	09.07.2015	Remarks by Prime Minister Shinzo Abe at the Symposium Hosted by the Center for Strategic International Studies (CSIS), "Reflections on Global History of the 20th Century Towards a New Vision for the 21st Century"	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201507/1211830_9924.html
43	Shinzo Abe	14.08.2015	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201508/1212349_9926.html

44	Shinzo Abe	25.09.2015	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201509/1213465_9928.html
45	Shinzo Abe	28.09.2015	Statement by Prime Minister Shinzo Abe at the 2nd Leader's Summit on Peacekeeping	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201509/1212997_9928.html
46	Shinzo Abe	29.09.2015	Press Conference by Prime Minister Abe following the 70th Session of the United Nations General Assembly	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201509/1213493_9928.html
47	Shinzo Abe	29.09.2015	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Seventieth Session of the United Nations General Assembly	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201509/1213007_9928.html
48	Shinzo Abe	18.10.2015	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the 2015 Fleet Review of the Japan Self-Defense Forces	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201510/1214023_9930.html
49	Shinzo Abe	22.11.2015	Press Conference by Prime Minister Abe Following the G20 Summit, the APEC Economic Leaders' Meeting, and the ASEAN-related Summit Meetings	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201511/1214703_9932.html

50	Shinzo Abe	04.01.2016	New Year's Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201601/1215413_10999.html
51	Shinzo Abe	22.01.2016	Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 190th Session of the Diet	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201601/1215627_10999.html
52	Shinzo Abe	21.03.2016	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Graduation Ceremony of the National Defense Academy	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201603/1217350_11003.html
53	Shinzo Abe	29.03.2016	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201603/1216771_11003.html
54	Shinzo Abe	05.05.2016	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe during His Visit to Europe and Russia	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201605/1217332_11007.html
55	Shinzo Abe	27.05.2016	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe, Chair of the G7 Ise-Shima Summit	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201605/1217857_11007.html
56	Shinzo Abe	15.08.2016	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Seventy-First National Memorial Ceremony for the War Dead	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201608/1218755_11013.html

57	Shinzo Abe	03.09.2016	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the 2nd Eastern Economic Forum	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201609/1218950_11015.html
58	Shinzo Abe	26.09.2016	Policy Speech by Prime Minister to the 192th Session of the Diet	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201609/1219316_11015.html
59	Shinzo Abe	23.10.2016	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the 2016 Troop Review for the Anniversary of the Establishment of the Self-Defense Forces	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201610/1220540_11017.html
60	Shinzo Abe	27.12.2016	The Power of Reconciliation: Address by Prime Minister Shinzo Abe	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201612/1220678_11021.html
61	Shinzo Abe	01.01.2017	New Year's Reflection by Prime Minister Shinzo Abe	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201701/newyear.html
62	Shinzo Abe	20.01.2017	Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 193rd Session of the Diet	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201701/1221105_11567.html

63	Shinzo Abe	29.04.2017	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following His Visit to Russia and the UK	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201704/1222453_11575.html
64	Shinzo Abe	27.05.2017	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following the G7 Taormina Summit	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201705/1223050_11577.html
65	Shinzo Abe	15.08.2017	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Seventy-Second National Memorial Ceremony for the War Dead	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201708/1224077_11583.html
66	Shinzo Abe	07.09.2017	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the 3rd Eastern Economic Forum	https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201709/1224376_11585.html
67	Shinzo Abe	01.11.2017	Press Conference by Prime Minister Abe	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201711/00001.html
68	Shinzo Abe	14.11.2017	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following His Attendance at the APEC Economic Leaders' Meeting, ASEAN-related Summit Meetings, and Other Related Meetings	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201711/_00007.html

69	Shinzo Abe	17.11.2017	Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 195th Session of the Diet	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201711/_00006.html
70	Shinzo Abe	15.12.2017	Speech by the Prime Minister at Managing Editors Meeting of Kyodo News Member Companies	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201712/_00010.html
71	Shinzo Abe	19.12.2017	Speech by the Prime Minister at the Research Institute of Japan National Seminar	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201712/_00011.html
72	Shinzo Abe	22.01.2018	Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 196th Session of the Diet	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201801/_00002.html
73	Shinzo Abe	25.05.2018	Speech by Prime Minister Shinzo Abe at the Plenary Session of the St. Petersburg International Economic Forum (SPIEF) 2018	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201805/_00003.html
74	Shinzo Abe	09.06.2018	Press Conference by Prime Minister Abe Following the G7 Summit in Charlevoix	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201806/_00004.html

75	Shinzo Abe	11.06.2018	“Keeping Asia open: How to achieve prosperity and stability” - Speech by Prime Minister Shinzo Abe at the Banquet of the 24th International Conference on The Future of Asia	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201806/_00003.html
76	Shinzo Abe	15.08.2018	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Seventy-Third National Memorial Ceremony for the War Dead	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201808/_00004.html
77	Shinzo Abe	12.09.2018	Address by H.E. Mr. Shinzo Abe at the 4th Eastern Economic Forum Plenary Session	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201809/_00003.html
78	Shinzo Abe	14.10.2018	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the 2018 Troop Review for the Anniversary of the Establishment of the Self- Defense Forces	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201810/_00005.html
79	Shinzo Abe	04.01.2019	New Year's Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201901/_00002.html
80	Shinzo Abe	23.01.2019	Toward a New Era of “Hope-Driven Economy”: the Prime Minister's Keynote Speech at the World Economic Forum Annual Meeting	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201901/_00003.html

81	Shinzo Abe	28.01.2019	Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 198th Session of the Diet	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201801/_00003.html
82	Shinzo Abe	23.06.2019	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Memorial Ceremony to Commemorate the Fallen on the 74th Anniversary of the End of the Battle of Okinawa	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201906/_00004.html
83	Shinzo Abe	15.08.2019	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Seventy-Fourth National Memorial Ceremony for the War Dead	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201908/_00005.html
84	Shinzo Abe	05.09.2019	Address by the Prime Minister at the 5th Eastern Economic Forum Plenary Session	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201909/_00001.html
85	Shinzo Abe	04.10.2019	Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 200th Session of the Diet	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201910/_00003.html
86	Shinzo Abe	01.01.2020	New Year's Reflection by Prime Minister Shinzo Abe	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/202001/_00001.html

87	Shinzo Abe	06.01.2020	New Year's Press Conference by the Prime Minister (Opening Statement)	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/202001/_nypressconference.html
88	Shinzo Abe	19.01.2020	Remarks by the Prime Minister, Marking the 60th Anniversary of the Signing of the Japan-US Security Treaty	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/202001/_00002.html
89	Shinzo Abe	20.01.2020	Policy Speech by the Prime Minister to the 201st Session of the Diet	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/202001/_00004.html
90	Shinzo Abe	18.06.2020	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/202006/_00001.html
91	Shinzo Abe	23.06.2020	Address by the Prime Minister for the Memorial Ceremony to Commemorate the Fallen on the 75th Anniversary of the End of the Battle of Okinawa	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/201906/_00005.html
92	Shinzo Abe	15.08.2020	Address by the Prime Minister at the Seventy-Fifth National Memorial Ceremony for the War Dead	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/202008/_00003.html

93	Shinzo Abe	28.08.2020	Press Conference by the Prime Minister	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/202008/_00004.html
94	Shinzo Abe	11.09.2020	Statement by Prime Minister	https://japan.kantei.go.jp/98_abe/statement/202009/_00002.html
95	Fumio Kishida	06.12.2021	Policy Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio to the 207th Session of the Diet	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202112/_00002.html
96	Fumio Kishida	21.12.2021	Press Conference by Prime Minister KISHIDA Fumio	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202112/_00014.html
97	Fumio Kishida	01.01.2022	New Year's Reflection by Prime Minister KISHIDA Fumio	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202201/_00001.html
98	Fumio Kishida	04.01.2022	New Year's Press Conference by Prime Minister KISHIDA Fumio	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202201/_00006.html
99	Fumio Kishida	17.01.2022	Policy Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio to the 208th Session of the Diet	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202201/_00009.html

100	Fumio Kishida	21.01.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding Japan-U.S. Video Conference Summit Meeting	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202201/_00012.html
101	Fumio Kishida	15.02.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding Telephone Talks with Dr. von der Leyen, President of the European Commission, and Mr. Zelenskyy, President of Ukraine	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202202/_00003.html
102	Fumio Kishida	16.02.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding a Summit Telephone Talk with UK Prime Minister Boris Johnson	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202202/_00004.html
103	Fumio Kishida	17.02.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding a Summit Telephone Talk with Russian President Vladimir Putin	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202202/_00006.html
104	Fumio Kishida	17.02.2022	Press Conference by the Prime Minister	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202202/_00005.html
105	Fumio Kishida	22.02.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding the Situation in Ukraine	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202202/_00008.html

106	Fumio Kishida	23.02.2022	Press Conference on Sanctions and Other Measures in Light of the Situation in Ukraine	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202202/_00011.html
107	Fumio Kishida	24.02.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding the Content of Discussions by the National Security Council, Which Convened regarding the Situation in Ukraine	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202202/_00010.html
108	Fumio Kishida	25.02.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding the G7 Leaders' Video Conference	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202202/_00012.html
109	Fumio Kishida	25.02.2022	Press Conference by the Prime Minister	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202202/_00013.html
110	Fumio Kishida	27.02.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding Japan's Response to the Situation in Ukraine	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202202/_00014.html
111	Fumio Kishida	28.02.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding His Telephone Talk with President Zelensky of Ukraine	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202202/_00016.html

112	Fumio Kishida	01.03.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding Summit Telephone Talks with Prime Minister Phankham Viphavanh of the Lao PDR and President Emmanuel Macron of France	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202203/_00003.html
113	Fumio Kishida	01.03.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding a Summit Conference Call on the Situation in Ukraine	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202203/_00002.html
114	Fumio Kishida	02.03.2022	Video Message by Prime Minister Kishida for the 3rd Tokyo Global Dialogue	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202203/_00012.html
115	Fumio Kishida	02.03.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding Summit Telephone Talks with President Steinmeier of Germany and Prime Minister Morawiecki of Poland	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202203/_00006.html
116	Fumio Kishida	03.03.2022	Press Conference by Prime Minister Kishida	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202203/_00005.html
117	Fumio Kishida	04.03.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding Receiving the COVID-19 Vaccine	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202203/_00007.html

118	Fumio Kishida	09.03.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding the Reaction to the U.S. Decision to Introduce an Embargo on the Import of Russian Oil	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202203/_00008.html
119	Fumio Kishida	11.03.2022	Press Conference on the Telephone Talk with Mr. YOON Suk Yeol, President-elect of the Republic of Korea	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202203/_00010.html
120	Fumio Kishida	12.03.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding His Visit to Iwate and Miyagi Prefectures and Other Matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202203/_00017.html
121	Fumio Kishida	14.03.2022	Video message by Prime Minister KISHIDA Fumio at “The Tokyo Conference 2022: How do we restore democracy and multilateralism moving towards a post-COVID-19 world?”	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202203/_00013.html
122	Fumio Kishida	16.03.2022	Press Conference by Prime Minister Kishida	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202203/_00018.html
123	Fumio Kishida	19.03.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding His Visit to India and Cambodia	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202203/_00026.html

124	Fumio Kishida	19.03.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding the Japan-India Summit Meeting	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202203/_00025.html
125	Fumio Kishida	19.03.2022	Contribution to The Indian Express by Prime Minister KISHIDA Fumio of Japan	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202203/_00019.html
126	Fumio Kishida	20.03.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding the Japan-Cambodia Summit Meeting and Other Matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202203/_00023.html
127	Fumio Kishida	22.03.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding the Enactment of the FY2022 Budget and Other Matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202203/_00022.html
128	Fumio Kishida	23.03.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding His Attendance at a G7 Summit Meeting and Other Matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202203/_00021.html
129	Fumio Kishida	24.03.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding the Latest G7 Summit Meeting and Other Matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202203/_00028.html
130	Fumio Kishida	27.03.2022	Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Graduation Ceremony of the National Defense Academy	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202203/_00024.html

131	Fumio Kishida	04.04.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding His Thoughts on the Six Months since the Inauguration of the Kishida Administration, His Policies for the Future and Other Matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202204/_00001.html
132	Fumio Kishida	07.04.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding Japan's Response to the Situation in Ukraine	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202204/_00005.html
133	Fumio Kishida	08.04.2022	Press Conference by Prime Minister Kishida	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202204/_00004.html
134	Fumio Kishida	15.04.2022	Video Message by Prime Minister KISHIDA Fumio at the 7th Our Ocean Conference	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202204/_00008.html
135	Fumio Kishida	23.04.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding the Asia-Pacific Water Summit, Summit Meetings with Leaders of Other Nations and other Matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202204/_00011.html
136	Fumio Kishida	26.04.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding a Telephone Talk with President Zelensky of Ukraine	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202204/_00010.html

137	Fumio Kishida	29.04.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding the Japan-Indonesia Summit Meeting and Other Matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202204/_00016.html
138	Fumio Kishida	29.04.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding His Visit to Southeast Asia and Europe	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202204/_00014.html
139	Fumio Kishida	01.05.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding the Japan-Viet Nam Summit Meeting and Other Matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202205/_00001.html
140	Fumio Kishida	02.05.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding the Japan-Thailand Summit Meeting and Other Matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202205/_00003.html
141	Fumio Kishida	04.05.2022	Press Conference by the Prime Minister regarding His Visit to Italy and the Vatican and Other Matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202205/_00005.html
142	Fumio Kishida	05.05.2022	Press Conference by Prime Minister KISHIDA Fumio regarding His Visit to Southeast Asia and Europe	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202205/_00011.html
143	Fumio Kishida	05.05.2022	Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Guildhall in London	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202205/_00002.html

144	Fumio Kishida	11.05.2022	Japan's Response to Russia's Aggression against Ukraine	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202205/_00009.html
145	Fumio Kishida	24.05.2022	Press Conference by Prime Minister KISHIDA Fumio Following the Japan-Australia-India-U.S. (Quad) Leaders' Meeting	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202205/_00013.html
146	Fumio Kishida	26.05.2022	Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio at the 27th International Conference on The Future of Asia	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202205/_00014.html
147	Fumio Kishida	10.06.2022	Press Conference by the Prime Minister on His Keynote Address at the Shangri-La Dialogue (the IISS Asia Security Summit) and Other Matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202206/_00005.html
148	Fumio Kishida	10.06.2022	Keynote Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the IISS Shangri-La Dialogue	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202206/_00002.html
149	Fumio Kishida	15.06.2022	Press Conference by Prime Minister Kishida	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202206/_00006.html

150	Fumio Kishida	17.06.2022	Video Message by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Major Economies Forum on Energy and Climate Leaders Meeting	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202206/_00007.html
151	Fumio Kishida	26.06.2022	Contribution to Frankfurter Allgemeine Zeitung by Prime Minister KISHIDA Fumio on the Occasion of His Visit to Germany for the G7 Elmau Summit	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202206/_00010.html
152	Fumio Kishida	28.06.2022	Press Conference by Prime Minister Kishida on Attending the G7 Elmau Summit	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202206/_00016.html
153	Fumio Kishida	28.06.2022	Contribution to EL PAÍS by Prime Minister KISHIDA Fumio on the Occasion of His Visit to Spain for the NATO Summit	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202206/_00013.html
154	Fumio Kishida	10.08.2022	Press Conference by Prime Minister Kishida	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202208/_00007.html
155	Fumio Kishida	15.08.2022	Address by Prime Minister Kishida at the Seventy-Seventh National Memorial Ceremony for the War Dead	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202208/_00006.html

156	Fumio Kishida	23.08.2022	Video Message by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Second Summit of the Crimea Platform	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202208/_00009.html
157	Fumio Kishida	27.08.2022	Opening Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Opening Session of the Eighth Tokyo International Conference on African Development (TICAD8)	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202208/_00017.html
158	Fumio Kishida	20.09.2022	Address by Prime Minister Kishida at the Seventy-Seventh Session of the United Nations General Assembly	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202209/_00004.html
159	Fumio Kishida	20.09.2022	Press Conference by Prime Minister Kishida on His Upcoming Visit to the United States	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202209/_00005.html
160	Fumio Kishida	22.09.2022	Press Conference by Prime Minister Kishida on His Visit to the United States	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202209/_00010.html
161	Fumio Kishida	30.09.2022	Press Conference by the Prime Minister on a Telephone Talk with Ukrainian President Zelenskyy	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202209/_00014.html

162	Fumio Kishida	03.10.2022	Policy Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio to the 210th Session of the Diet	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202210/_00003.html
163	Fumio Kishida	06.11.2022	Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the International Fleet Review 2022	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202111/_00008.html
164	Fumio Kishida	13.11.2022	Press Conference by Prime Minister Kishida regarding the ASEAN-related Summit Meetings and Other Matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202211/_00007.html
165	Fumio Kishida	19.11.2022	Press Conference by Prime Minister Kishida Regarding His Visit to Southeast Asia and other Matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202211/_00009.html
166	Fumio Kishida	10.12.2022	Press Conference by Prime Minister Kishida	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202212/_00004.html
167	Fumio Kishida	11.12.2022	Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Opening Session of the International Group of Eminent Persons for a World without Nuclear Weapons(IGEP)	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202212/_00003.html

168	Fumio Kishida	16.12.2022	Press Conference by Prime Minister Kishida	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202212/_00006.html
169	Fumio Kishida	13.01.2023	Policy Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Johns Hopkins University School of Advanced International Studies (SAIS)	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202301/_00005.html
170	Fumio Kishida	14.01.2023	Press Conference by Prime Minister Kishida Regarding His Visits to France, Italy, the United Kingdom, Canada, and the United States of America	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202301/_00010.html
171	Fumio Kishida	23.01.2023	Policy Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio to the 211th Session of the Diet	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202301/_00012.html
172	Fumio Kishida	24.02.2023	Press Conference by Prime Minister Kishida	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202302/_00008.html
173	Fumio Kishida	15.03.2023	Video Message by Prime Minister KISHIDA Fumio at the International Symposium hosted by Hiroshima City and the World Bank	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202303/_00007.html

174	Fumio Kishida	20.03.2023	Policy Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Indian Council of World Affairs (ICWA)	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202303/_00013.html
175	Fumio Kishida	29.03.2023	Video Message by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Second Summit for Democracy	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202303/_00017.html
176	Fumio Kishida	31.03.2023	Contributed Article by Prime Minister KISHIDA Fumio to the "Diplomacy" Vol. 78	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202303/_00018.html
177	Fumio Kishida	04.04.2023	Video Message by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Bucha Summit on Russia's Accountability for the Crimes in Ukraine	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202304/_00001.html
178	Fumio Kishida	30.04.2023	Contributed Article by Prime Minister KISHIDA Fumio the Ahram Newspaper	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202304/30contribution.html
179	Fumio Kishida	30.04.2023	Contributed Article by Prime Minister KISHIDA Fumio the Daily Graphic	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202304/29contribution.html

180	Fumio Kishida	21.05.2023	Press Conference by Prime Minister KISHIDA Fumio as Chair of the G7 Hiroshima Summit Meeting	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202305/0521kaiken.html
181	Fumio Kishida	25.05.2023	Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio at the “Future of Asia” Forum	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202305/25speech.html
182	Fumio Kishida	23.06.2023	Address by Prime Minister KISHIDA Fumio for the Memorial Ceremony to Commemorate the Fallen on the 78th Anniversary of the End of the Battle of Okinawa	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202306/0623okinawa.html
183	Fumio Kishida	12.07.2023	Written Interview with Prime Minister KISHIDA Fumio by the Lithuanian Radio and Television (LRT)	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202307/11interview.html
184	Fumio Kishida	13.07.2023	Joint Press Conference by the Leaders of Japan and the European Union	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202307/13kaiken.html
185	Fumio Kishida	15.08.2023	Address by Prime Minister Kishida at the Seventy-Eighth National Memorial Ceremony for the War Dead	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202308/15shikiji.html

186	Fumio Kishida	18.08.2023	Joint Press Conference by the Leaders of Japan, the United States and the Republic of Korea	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202308/18kyodo_kaiken.html
187	Fumio Kishida	24.08.2023	Video Message by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Third Summit of the Crimea Platform	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202308/24message.html
188	Fumio Kishida	06.09.2023	Contributed Article by Prime Minister KISHIDA Fumio on ASEAN Summit Meetings to the Indonesian Newspaper Kompas	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202309/06contribution.html
189	Fumio Kishida	10.09.2023	Press Conference by Prime Minister Kishida Regarding His Attendance at the ASEAN related Summit Meetings and the G20 New Delhi Summit	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202309/10kaiken.html
190	Fumio Kishida	19.09.2023	Address by Prime Minister Kishida at the Seventy-Eighth Session of the United Nations General Assembly	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202309/19unga.html
191	Fumio Kishida	20.09.2023	Prime Minister Kishida's Statement at the Security Council High Level Open Debate on "Upholding the purposes and principles of the UN Charter through effective multilateralism : maintenance of peace and security of Ukraine"	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202309/20security.html

192	Fumio Kishida	20.09.2023	Press Conference by Prime Minister Kishida Regarding His Attendance at the Seventy-Eighth Session of the United Nations General Assembly and Other matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202309/20kaiken.html
193	Fumio Kishida	21.09.2023	Prime Minister Kishida's Remarks to the Economic Club of New York	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202309/21economicclub.html
194	Fumio Kishida	23.10.2023	Video Message by Prime Minister Kishida at the 10th Mount Fuji Dialogue	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202310/23message.html
195	Fumio Kishida	23.10.2023	Policy Speech by Prime Minister Kishida to the 212th Session of the Diet	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202310/23shoshinhyomei.html
196	Fumio Kishida	02.11.2023	Press Conference by Prime Minister Kishida	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202311/1102kaiken.html
197	Fumio Kishida	04.11.2023	Policy Speech by Prime Minister Kishida at the Joint Session of the Philippine Senate and House of Representatives	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202311/04policyspeech.html

198	Fumio Kishida	16.11.2023	Press Conference by Prime Minister Kishida Regarding the Japan-U.S. Summit Meeting and the Japan-China Summit Meeting	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202311/1116kaiken.html
199	Fumio Kishida	13.12.2023	Contributed Article "Cocreating the future of the Indo-Pacific based on trust" by Prime Minister KISHIDA Fumio to Japan Forward on the Occasion of The Commemorative Summit for the 50th Year of ASEAN-Japan Friendship and Cooperation	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202312/13contribution.html
200	Fumio Kishida	01.01.2024	New Year's Reflection by Prime Minister KISHIDA Fumio	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202401/01nentou.html
201	Fumio Kishida	04.01.2024	Press Conference by Prime Minister Kishida	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202401/04kaiken2.html
202	Fumio Kishida	30.01.2024	Policy Speech by Prime Minister Kishida to the 213th Session of the Diet	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202401/30shiseihoshin.html
203	Fumio Kishida	19.02.2024	Contributed Article by Prime Minister KISHIDA Fumio to The Nikkei's Special Feature on the Japan-Ukraine Conference for Promotion of Economic Reconstruction	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202402/19contribution.html

204	Fumio Kishida	07.03.2024	Video Message by Prime Minister Kishida at Raisina Roundtable @Tokyo	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202403/07message.html
205	Fumio Kishida	23.03.2024	Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the 2023 Graduation Ceremony of the National Defense Academy	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202403/23boueidai.html
206	Fumio Kishida	10.04.2024	Joint Press Conference by the Leaders of Japan and the United States	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202404/10kyodo_kaiken.html
207	Fumio Kishida	11.04.2024	Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at a Joint Meeting of the United States Congress (“For the Future: Our Global Partnership”)	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202404/11speech.html
208	Fumio Kishida	23.05.2024	Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio at the “Future of Asia” Forum	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202405/23speech.html
209	Fumio Kishida	13.06.2024	Contributed Article by Prime Minister Kishida to the Italian Newspaper Il Corriere Della Sera on the Occasion of the G7 Apulia Summit	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202406/13message.html

210	Fumio Kishida	15.06.2024	Press Conference by Prime Minister Kishida Regarding His Attendance at the G7 Apulia Summit	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202406/15kaiken.html
211	Fumio Kishida	15.06.2024	Speech by Prime Minister Kishida at the Opening Plenary Session of the Summit on Peace in Ukraine	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202406/15speech.html
212	Fumio Kishida	21.06.2024	Press Conference by Prime Minister Kishida	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202406/21kaiken.html
213	Fumio Kishida	23.06.2024	Press Conference by the Prime Minister regarding the Memorial Ceremony to Commemorate the Fallen on the 79th Anniversary of the End of the Battle of Okinawa and Other Matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202406/23kaiken.html
214	Fumio Kishida	11.07.2024	Press Conference by Prime Minister Kishida regarding His Attendance at the NATO Summit and Other Matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202407/11kaiken.html
215	Fumio Kishida	12.07.2024	Joint Press Conference by the Leaders of Japan and Germany	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202407/12jointpress.html

216	Fumio Kishida	12.07.2024	Contributed Article by Prime Minister Kishida to the German Newspaper Handelsblatt on the Occasion of His Visit to Germany	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202407/12message.html
217	Fumio Kishida	19.07.2024	Speech by Prime Minister Kishida at the Keidanren Summer Forum 2024	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202407/19forum.html
218	Fumio Kishida	06.08.2024	Press Conference by the Prime Minister regarding His Attendance at the 2024 Peace Memorial Ceremony in Hiroshima and Other Matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202408/06kaiken.html
219	Fumio Kishida	14.08.2024	Press Conference by Prime Minister Kishida	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202408/14kaiken.html
220	Fumio Kishida	15.08.2024	Address by Prime Minister Kishida at the Seventy-Ninth National Memorial Ceremony for the War Dead	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202408/15shikiji.html
221	Fumio Kishida	21.09.2024	Press Conference by Prime Minister Kishida regarding His Meeting with the Governor of Nagasaki Prefecture and the Mayor of Nagasaki City, His Upcoming Visit to the United States of America, and Other Matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202409/21kaiken.html

222	Fumio Kishida	22.09.2024	Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Summit of the Future	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202409/22speech.html
223	Fumio Kishida	23.09.2024	Prime Minister Kishida's Speech at the Exchange of Views with Japanese and U.S. Asset Management Companies	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202409/23ikenkoukan.html
224	Fumio Kishida	23.09.2024	Press Conference by Prime Minister Kishida regarding His Visit to the United States of America and Other Matters	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202409/23kaiken.html
225	Fumio Kishida	23.09.2024	Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the High-Level Launch Meeting of the Friends of a Fissile Material Cut-off Treaty (FMCT)	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202409/23fmct.html
226	Fumio Kishida	28.09.2024	Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Seventy-Ninth Session of the United Nations General Assembly	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202409/0928enzetsu.html
227	Fumio Kishida	01.10.2024	Statement by Prime Minister KISHIDA Fumio upon the General Resignation of the Kishida Cabinet	https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202410/1001danwa.html

Anexo 4: Relevância Temática, Contexto e Público-Alvo dos Discursos

	Nome do Documento	Relevância Temática	Contexto	Audiência
1	New Year's Reflection by Prime Minister Shinzo Abe	Referências simbólicas a narrativas estratégicas e à defesa territorial enquadradas na identidade pacifista e no debate constitucional.	Reflexão de Ano Novo (resumo do ano anterior e planos para o ano seguinte)	Interna (povo japonês)
2	New Year's Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe	Referências a narrativas estratégicas e à Constituição	Conferência de imprensa sobre os planos e propostas para o ano que se inicia	Interna (Imprensa)
3	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following his Visit to Oman and African Countries	Referências à paz e a narrativas estratégicas	Conferência de imprensa no seguimento da visita do PM a países africanos e a Oman	Interna (imprensa)
4	A New Vision from a New Japan, World Economic Forum 2014 Annual Meeting, Speech by Prime Minister Abe	Referências a valores partilhados, paz e narrativas estratégicas	Discurso por ocasião da reunião do Fórum Económico Mundial	Externa (líderes empresariais e políticos de todo o mundo)
5	Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 186th Session of the Diet	Referências a alianças, narrativas estratégicas, relações com a China e com a Rússia, paz e ameaças	Discurso na abertura da sessão da Dieta	Interna (Dieta)

6	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following His Visit to Sochi, Russia	Referência à relação com a China, Rússia e Coreia do Norte	Conferência de imprensa no seguimento da presença do PM nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2014 na Rússia	Interna (Imprensa)
7	Message from Prime Minister Shinzo Abe on the Occasion of National Foundation Day	Referências à paz e valores partilhados	Discurso patriótico por ocasião da celebração do Dia da Fundação Nacional	Interna (povo japonês)
8	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe on the Upcoming Third Anniversary of the Great East Japan Earthquake	Referências à Crimeia e à Rússia	Conferência de imprensa por ocasião do 3.º Aniversário do Grande Terremoto do Leste do Japão	Interna (imprensa)
9	Passage of the budget for fiscal year 2014 - Press Conference by Prime Minister Abe	Referências à Constituição, à situação da Crimeia, relação com a Rússia e alianças	Conferência de imprensa por ocasião da aprovação do orçamento para 2014	Interna (imprensa)
10	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe	Referências à paz, alianças, valores partilhados, questão da Crimeia, paz, relação com a Rússia, com a China e com a Coreia do Norte	Conferência de imprensa no seguimento da presença do PM em várias cimeiras internacionais	Interna (Imprensa)
11	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Opening Ceremony for the 48th Joint Training for Newly Recruited National Civil Servants	Referências a ameaças, Crimeia e desafios	Discurso na formação conjunta para novos funcionários públicos	Interna (funcionários públicos)

12	Keynote Address by Prime Minister Abe at The Economist Japan Summit 2014 “Japan towards 2020: Time to get started,”	Referências a alianças, narrativas estratégicas e paz	Discurso na cimeira do jornal The Economist em Tóquio	Externa e interna (participantes numa cimeira organizada em Tóquio pelo jornal britânico The Economist)
13	Redefining Japan-UK Relations - Remarks by Prime Minister Abe at the Welcoming Dinner Hosted by the City of London	Referências a parcerias na área da segurança, valores partilhados e narrativas estratégicas	Discurso num jantar oferecido pela Cidade de Londres sobre as relações Japão-Reino Unido	Externa (cidade de Londres)
14	Japan and NATO As “Natural Partners” - Speech by Prime Minister Abe	Referências à paz, segurança, valores partilhados, parcerias, narrativas estratégicas, ameaças, países vizinhos, Constituição e mudanças na política de defesa	Discurso no Conselho do Atlântico Norte, NATO	Externa (países da NATO)
15	Press Conference by Prime Minister Abe during his Visit to Europe	Referências a segurança, valores partilhados, parcerias, narrativas estratégicas, Crimeia, Constituição e relações com Rússia e China	Conferência de imprensa por ocasião da visita do PM a países da Europa	Interna (Imprensa)
16	Press Conference by Prime Minister Abe	Discurso dedicado a alterações na política de segurança e reinterpretação constitucional	Conferência de imprensa no seguimento da publicação de um relatório que apresenta uma reinterpretação da Constituição com vista a assegurar o direito à autodefesa coletiva	Interna (imprensa)
17	The 13th IISS Asian Security Summit -The Shangri-La Dialogue - Keynote Address by Prime Minister Abe	Referências à ordem internacional, valores partilhados, alianças, paz, narrativas estratégicas, alterações à política de segurança, ameaças	Discurso do PM na Cimeira da Segurança Asiática (Diálogo de Shangri-La)	Externa (ministros e chefes da área militar dos países da Ásia-Pacífico)
18	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following the G7 Summit	Referências à Crimeia, a valores partilhados, países vizinhos e segurança/defesa	Conferência de imprensa por ocasião do encerramento da sessão da Dieta	Interna (imprensa)

19	Press Conference by Prime Minister Abe	Referências a ameaças, à Coreia do Norte, segurança, paz, mudanças na política de defesa e Constituição	Conferência de imprensa por ocasião do encerramento da sessão da Dieta	Interna (Imprensa)
20	Press Conference by Prime Minister Abe	Anúncio da decisão por parte do governo intitulada “Desenvolvimento de uma Legislação de Segurança Integrada para Garantir a Sobrevivência do Japão e Proteger o seu Povo”	Conferência de imprensa para anunciar a decisão de desenvolver nova legislação na área da segurança	Interna (Dieta)
21	Remarks By Prime Minister Abe to the Australian Parliament	Referências à Segunda Guerra Mundial, paz, valores partilhados, parcerias e narrativas estratégicas	Discurso perante o Parlamento na visita do PM à Austrália	Externa (Austrália)
22	Press Conference by Prime Minister Abe during his Visit to Latin America and the Caribbean Region	Referências a valores partilhados, China e Crimeia	Discurso por ocasião da visita do PM à América Latina e Caraíbas	Externa (Brasil)
23	Press Conference by Prime Minister Abe following the 69th Session of the United Nations General Assembly	Referências às relações com a Coreia do Norte, Rússia e China, questão da Crimeia, narrativas estratégicas, ameaças, alianças e valores partilhados	Conferência de imprensa por ocasião da 69.ª Sessão da Assembleia Geral da ONU	Externa e interna (imprensa japonesa e internacional)
24	The Sixty-Ninth Session of the General Assembly of the United Nations - Address by Prime Minister Abe	Referências a ameaças, narrativas estratégicas, questão da Crimeia, Segunda Guerra Mundial, paz e valores partilhados	Discurso na 69.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas	Externa (delegados dos membros das Nações Unidas)
25	Policy Speech by Prime Minister to the 187th Session of the Diet	Referências a valores partilhados, paz, relações com a Rússia, Coreia do Norte e China, questão da Crimeia, alianças, legislação de segurança e narrativas estratégicas	Discurso por ocasião da abertura da 187.ª Sessão da Dieta	Interna (Dieta)

26	Speech by Prime Minister Abe at the 2014 International Bar Association (IBA) Annual Conference in Tokyo	Referências a valores partilhados e paz	Discurso na conferência da Associação Internacional de Advogados em Tóquio	Interna e externa (membros da Associação Internacional de Advogados)
27	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Ministry of Defense and the Self-Defense Forces 60th Anniversary Air Review	Discurso dedicado a questões de defesa, com referências a paz, ameaças, documentos de segurança, alianças, narrativas estratégicas e Segunda Guerra Mundial	Discurso por ocasião do aniversário de criação das Forças de Autodefesa	Interna (membros das Forças de Autodefesa)
28	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following his Participation in the APEC Summit Meetings	Referências à relação com a China e com a Rússia	Conferência de imprensa após a participação do PM na cimeira da Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC)	Interna (imprensa)
29	Inauguration of the Third Abe Cabinet - Press Conference by Prime Minister Abe	Referências à paz, Constituição, relações com a Rússia e com a China e questão da Crimeia	Conferência de imprensa por ocasião do início do terceiro mandato de Shinzo Abe	Interna (Imprensa)
30	New Year's Reflection by Prime Minister Shinzo Abe	Referências à paz e ao 70.º aniversário da Segunda Guerra Mundial	Reflexão de Ano Novo (resumo do ano anterior e planos para o ano seguinte)	Interna (povo japonês)
31	New Year's Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe	Referências ao 70.º aniversário da Segunda Guerra Mundial	Conferência de imprensa sobre os planos e propostas para o ano que se inicia	Interna (Imprensa)
32	Keynote Speech by Prime Minister Abe at the Joint Meeting of the Japan-Egypt Business Committee	Referências a narrativas estratégicas e valores partilhados	Discurso na reunião do Comité de Negócios Japão-Egito	Externa (empresários japoneses e egípcios)

33	Press Conference by Prime Minister Abe during his Visit to the Middle East	Referências à paz, valores partilhados, narrativas estratégicas e Constituição	Conferência de imprensa por ocasião da visita do PM ao Médio Oriente	Interna (imprensa)
34	Statement by Prime Minister Shinzo Abe regarding the hostage incident of Japanese nationals in Syria	Referências a colaboração internacional e paz	Declaração relativa ao rapto de cidadãos japoneses pela organização terrorista ISIS	Interna (povo japonês)
35	Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 189th Session of the Diet	Descrição de reformas na área da segurança, referências a narrativas estratégicas, Segunda Guerra Mundial, parcerias, relação com países vizinhos e Constituição	Discurso por ocasião da abertura da 189.ª Sessão da Dieta	Interna (Dieta)
36	What the United Nations means for Japan - Address by Prime Minister Shinzo Abe at United Nations University	Referências a alianças, Segunda Guerra Mundial, paz e narrativas estratégicas	Discurso do PM na Universidade das Nações Unidas	Externa (comunidade da Universidade das Nações Unidas)
37	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Graduation Ceremony of the National Defense Academy	Discurso centrado em questões de defesa, com referências à Segunda Guerra Mundial, paz, Constituição, ameaças, narrativas estratégicas e segurança	Discurso por ocasião da graduação dos estudantes da Academia de Defesa japonesa	Interna (cadetes da Academia de Defesa japonesa)
38	Remarks by Prime Minister Shinzo Abe at a Symposium hosted by Sasakawa Peace Foundation USA	Referências a ameaças, legislação de segurança, ameaças e valores partilhados	Discurso do PM num simpósio organizado pela Sasakawa Peace Foundation EUA	Externa (audiência internacional, principalmente americanos e japoneses)
39	"Toward an Alliance of Hope" - Address to a Joint Meeting of the U.S. Congress by Prime Minister Shinzo Abe	Referências à aliança com os EUA, à paz, valores partilhados, legislação e documentos de segurança e narrativas estratégicas	Discurso do PM perante uma sessão conjunta do Congresso norte-americano	Externa (Congresso dos EUA)

40	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following the Cabinet Decision on the "Legislation for Peace and Security"	Conferência de imprensa dedicada à alteração da política de segurança do Japão através de nova legislação	Conferência de imprensa após a submissão do projeto de lei referente à "Legislação para a Paz e Segurança"	Interna (imprensa)
41	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following the G7 Summit in Schloss Elmau	Referências a valores partilhados, Crimeia, relação com a Rússia, legislação de segurança, Constituição	Conferência de imprensa por ocasião da presença do PM na cimeira do G7	Interna (Imprensa)
42	Remarks by Prime Minister Shinzo Abe at the Symposium Hosted by the Center for Strategic International Studies (CSIS), "Reflections on Global History of the 20th Century Towards a New Vision for the 21st Century"	Referências a valores partilhados, Segunda Guerra Mundial e paz	Discurso por ocasião da presença do PM num simpósio organizado pelo think tank americano CSIS	Externa (plateia internacional de profissionais das áreas da História e Ciência Política)
43	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe	Conferência de imprensa dedicada ao 70.º aniversário da Segunda Guerra Mundial e à declaração de Abe por essa ocasião		Interna (imprensa)
44	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe	Referências à paz, legislação na área da segurança, ameaças, Coreia do Norte, alianças, narrativas estratégicas e relação com a Rússia	Conferência de imprensa por ocasião do encerramento da sessão da Dieta	Interna (imprensa)
45	Statement by Prime Minister Shinzo Abe at the 2nd Leader's Summit on Peacekeeping	Referências a narrativas estratégicas e questões de segurança	Declaração por ocasião da presença do PM na Cimeira de Líderes sobre Manutenção de Paz, na ONU	Externa (chefes de Estado e representantes do governo de vários países)

46	Press Conference by Prime Minister Abe following the 70th Session of the United Nations General Assembly	Referências à relação com a Rússia, narrativas estratégicas e paz	Conferência de imprensa por ocasião da 70.ª Sessão da Assembleia Geral da ONU	Interna e externa (imprensa japonesa e estrangeira)
47	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Seventieth Session of the United Nations General Assembly	Referências a valores partilhados, Coreia do Norte, paz e narrativas estratégicas	Discurso do PM na 70.ª Sessão da Assembleia Geral da ONU	Externa (delegados dos membros das Nações Unidas)
48	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the 2015 Fleet Review of the Japan Self-Defense Forces	Discurso dedicado a questões de segurança, com referências à paz, alianças e narrativas estratégicas	Discurso por ocasião da Passagem de Revista à Esquadra das Forças de Autodefesa	Interna (Forças de Autodefesa)
49	Press Conference by Prime Minister Abe Following the G20 Summit, the APEC Economic Leaders' Meeting, and the ASEAN-related Summit Meetings	Referências às relações com a China e a Rússia, alianças e valores partilhados	Conferência de imprensa no seguimento da presença do PM em cimeiras internacionais	Interna (imprensa)
50	New Year's Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe	Referências à paz e a legislação da área da segurança, valores partilhados e relação com a Rússia	Conferência de imprensa sobre os planos e propostas para o ano que se inicia	Interna (Imprensa)
51	Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 190th Session of the Diet	Referências a diplomacia, alianças, valores partilhados, paz, narrativas estratégicas, relações com a Rússia, China e Coreia do Norte, mudanças na política de defesa	Discurso na abertura da sessão da Dieta	Interna (Dieta)

52	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Graduation Ceremony of the National Defense Academy	Discurso dedicado a questões de defesa, com referências à Coreia do Norte, segurança, paz, ameaças, alianças, narrativas estratégicas	Discurso por ocasião da graduação dos estudante da Academia de Defesa japonesa	Interna (cadetes da Academia de Defesa japonesa)
53	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe	Referências a ameaças, legislação de segurança e alianças	Conferência de imprensa no seguimento da aprovação do orçamento para 2016	Interna (imprensa)
54	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe during His Visit to Europe and Russia	Referências à Crimeia e relação com a Rússia e valores partilhados	Conferência de imprensa por ocasião da visita do PM à Europe e Rússia	Interna (imprensa)
55	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe, Chair of the G7 Ise-Shima Summit	Referências a alianças, valores partilhados, questão da Crimeia, relações com a Rússia e com a Coreia do Norte e ameaças	Conferência de imprensa por ocasião da cimeira do G7 no Japão	Interna e externa (imprensa japonesa e estrangeira)
56	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Seventy-First National Memorial Ceremony for the War Dead	Discurso centrado no tópico da Segunda Guerra Mundial, com referências à paz e narrativas estratégicas	Discurso por ocasião da 72.ª cerimónia pelas vítimas da Segunda Guerra Mundial	Interna (povo japonês)
57	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the 2nd Eastern Economic Forum	Referências à relação com a Rússia	Discurso no Fórum Económico do Leste, na Rússia	Externa (Rússia)
58	Policy Speech by Prime Minister to the 192th Session of the Diet	Referências a diplomacia, ameaças, alianças, narrativas estratégicas, relações com a Rússia, China e Coreia do Norte, valores partilhados e paz	Discurso por ocasião da abertura da 192.ª Sessão da Dieta	Interna (Dieta)

59	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the 2016 Troop Review for the Anniversary of the Establishment of the Self-Defense Forces	Discurso dedicado a questões de segurança, com referências a narrativas estratégicas, alianças, ameaças e Coreia do Norte	Discurso por ocasião do aniversário de criação das Forças de Autodefesa	Interna (membros das Forças de Autodefesa)
60	The Power of Reconciliation: Address by Prime Minister Shinzo Abe	Discurso dedicado à lembrança da Segunda Guerra Mundial, com referências à paz e valores partilhados	Discurso do PM por ocasião da visita a Pearl Harbor, Havai, EUA	Externa (membros do governo americano, forças armadas americanas e antigos combatentes)
61	New Year's Reflection by Prime Minister Shinzo Abe	Referências simbólicas a narrativas estratégicas e ao aniversário da Constituição japonesa	Reflexão de Ano Novo (resumo do ano anterior e planos para o ano seguinte)	Interna (povo japonês)
62	Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 193rd Session of the Diet	Referências a narrativas estratégicas, relações com a China, Rússia e Coreia do Norte, paz, ameaças e valores partilhados	Discurso na abertura da sessão da Dieta	Interna (Dieta)
63	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following His Visit to Russia and the UK	Referências a valores partilhados, alianças, paz, ameaças e relações com a Coreia do Norte e a Rússia,	Conferência de imprensa no seguimento da visita do PM à Rússia e ao Reino Unido	Interna (imprensa)
64	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following the G7 Taormina Summit	Referências a mudanças na política de segurança, alianças, valores partilhados, ameaças, paz, relações com a Coreia do Norte e com a Rússia, Segunda Guerra Mundial	Conferência de imprensa no seguimento da presença do PM na cimeira do G7	Interna e externa (imprensa japonesa e estrangeira)
65	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Seventy-Second National Memorial Ceremony for the War Dead	Discurso centrado no tópico da Segunda Guerra Mundial, com referências à paz e narrativas estratégicas	Discurso por ocasião da 72.ª cerimónia pelas vítimas da Segunda Guerra Mundial	Interna (povo japonês)

66	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the 3rd Eastern Economic Forum	Referências à relação com a Rússia e Coreia do Norte	Discurso no Fórum Económico do Leste, na Rússia	Externa (Rússia)
67	Press Conference by Prime Minister Abe	Referências a diplomacia, diálogo e ao ambiente de segurança	Conferência de imprensa no seguimento da 48ª eleição geral dos membros da Câmara dos Representantes	Interna (Imprensa)
68	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe Following His Attendance at the APEC Economic Leaders' Meeting, ASEAN-related Summit Meetings, and Other Related Meetings	Referências a parcerias, relações com a China, Coreia do Norte e Rússia e valores partilhados	Conferência de imprensa no seguimento da presença do PM em cimeiras no continente asiático	Interna (Imprensa)
69	Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 195th Session of the Diet	Referências a ameaças, Coreia do Norte e alianças	Discurso na abertura da sessão da Dieta	Interna (Dieta)
70	Speech by the Prime Minister at Managing Editors Meeting of Kyodo News Member Companies	Referências à relação com a Coreia do Norte e à revisão da política de defesa	Discurso na reunião dos editores executivos das empresas associadas à agência noticiosa Kyodo News	Interna (editores executivos da imprensa)
71	Speech by the Prime Minister at the Research Institute of Japan National Seminar	Referências às relações com a Rússia, China, Coreia do Norte, alianças, alteração da política de defesa e Constituição	Discurso no seminário do Instituto de Investigação do Japão	Interno (membros do Instituto de Investigação do Japão)

72	Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 196th Session of the Diet	Referências às relações com a Rússia, China e Coreia do Norte, paz, narrativas estratégicas, ameaças, mudanças na política de defesa, segurança e alianças	Discurso na abertura da sessão da Dieta	Interna (Dieta)
73	Speech by Prime Minister Shinzo Abe at the Plenary Session of the St. Petersburg International Economic Forum (SPIEF) 2018	Referências à relação com a Rússia e com a Coreia do Norte e paz	Discurso por ocasião da presença do PM no Fórum Internacional Económico de São Petersburgo	Externa (líderes políticos e empresariais internacionais)
74	Press Conference by Prime Minister Abe Following the G7 Summit in Charlevoix	Referências à Coreia do Norte, paz, valores partilhados, parcerias e relação com a Rússia	Conferência de imprensa por ocasião da presença do PM na cimeira do G7	Interna (Imprensa)
75	“Keeping Asia open: How to achieve prosperity and stability” - Speech by Prime Minister Shinzo Abe at the Banquet of the 24th International Conference on The Future of Asia	Referências a diplomacia, paz, Coreia do Norte e parcerias	Discurso por ocasião da presença do PM na Conferência Internacional sobre o Futuro da Ásia	Externa (participantes da região da Ásia-Pacífico)
76	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Seventy-Third National Memorial Ceremony for the War Dead	Discurso centrado no tópico da Segunda Guerra Mundial, com referências à paz	Discurso por ocasião da 73.ª cerimónia pelas vítimas da Segunda Guerra Mundial	Interna (povo japonês)
77	Address by H.E. Mr. Shinzo Abe at the 4th Eastern Economic Forum Plenary Session	Referências à relação com a China, Rússia e Coreia do Norte	Discurso no Fórum Económico do Leste, na Rússia	Externa (Rússia)

78	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the 2018 Troop Review for the Anniversary of the Establishment of the Self-Defense Forces	Discurso dedicado a questões de segurança, com referências a ameaças e à paz	Discurso por ocasião do aniversário de criação das Forças de Autodefesa	Interna (membros das Forças de Autodefesa)
79	New Year's Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe	Referências a alianças, ameaças e questões de segurança	Conferência de imprensa sobre os planos e propostas para o ano que se inicia	Interna (Imprensa)
80	Toward a New Era of "Hope-Driven Economy": the Prime Minister's Keynote Speech at the World Economic Forum Annual Meeting	Referências à paz e valores partilhados	Discurso por ocasião da reunião do Fórum Económico Mundial	Externa (líderes empresariais e políticos de todo o mundo)
81	Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 198th Session of the Diet	Referências a alianças, ameaças, política de segurança, narrativas estratégicas, relações com a Coreia do Norte, China e Rússia	Discurso por ocasião da abertura da 198.ª Sessão da Dieta	Interna (Dieta)
82	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Memorial Ceremony to Commemorate the Fallen on the 74th Anniversary of the End of the Battle of Okinawa	Discurso dedicado à lembrança da Segunda Guerra Mundial e à paz	Discurso em memória das vítimas da Batalha de Okinawa, na Segunda Guerra Mundial	Interna (povo japonês)
83	Address by Prime Minister Shinzo Abe at the Seventy-Fourth National Memorial Ceremony for the War Dead	Discurso centrado no tópico da Segunda Guerra Mundial, com referências à paz	Discurso por ocasião da 74.ª cerimónia pelas vítimas da Segunda Guerra Mundial	Interna (povo japonês)

84	Address by the Prime Minister at the 5th Eastern Economic Forum Plenary Session	Referências à relação com a Rússia	Discurso no Fórum Económico do Leste, na Rússia	Externa (Rússia)
85	Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 200th Session of the Diet	Referências a diplomacia, narrativas estratégicas e Constituição	Discurso na abertura da sessão da Dieta	Interna (Dieta)
86	New Year's Reflection by Prime Minister Shinzo Abe	Referências à defesa, Constituição e narrativas estratégicas	Reflexão de Ano Novo (resumo do ano anterior e planos para o ano seguinte)	Interna (povo japonês)
87	New Year's Press Conference by the Prime Minister (Opening Statement)	Referências à segurança, parcerias e países vizinhos	Conferência de imprensa sobre os planos e propostas para o ano que se inicia	Interna (Imprensa)
88	Remarks by the Prime Minister, Marking the 60th Anniversary of the Signing of the Japan-US Security Treaty	Discurso dedicado a questões de segurança, com referências à Segunda Guerra, alianças, paz e valores partilhados	Discurso por ocasião do 60.º Aniversário do Tratado de Segurança entre o Japão e os EUA	Interna e externa (japoneses e americanos)
89	Policy Speech by the Prime Minister to the 201st Session of the Diet	Referências a narrativas estratégicas, alianças, relações com a China, Coreia do Norte e Rússia, defesa, paz, ameaças e valores partilhados	Discurso na abertura da sessão da Dieta	Interna (Dieta)
90	Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe	Referências a ameaças e necessidade de alteração na política de segurança	Conferência de imprensa por ocasião do encerramento da sessão da Dieta	Interna (imprensa)

91	Address by the Prime Minister for the Memorial Ceremony to Commemorate the Fallen on the 75th Anniversary of the End of the Battle of Okinawa	Discurso dedicado à lembrança da Segunda Guerra Mundial e à paz	Discurso em memória das vítimas da Batalha de Okinawa, na Segunda Guerra Mundial	Interna (povo japonês)
92	Address by the Prime Minister at the Seventy-Fifth National Memorial Ceremony for the War Dead	Discurso centrado no tópico da Segunda Guerra Mundial, com referências à paz e narrativas estratégicas	Discurso por ocasião da 75.ª cerimónia pelas vítimas da Segunda Guerra Mundial	Interna (povo japonês)
93	Press Conference by the Prime Minister	Referências a ameaças e alteração da política de segurança	Conferência de imprensa dedicada à questão do coronavirus e a renúncia ao cargo de PM por Shinzo Abe	Interna (imprensa)
94	Statement by Prime Minister	Discurso dedicado às medidas tomadas na área da segurança e outras políticas a serem aplicadas no futuro	Declaração do PM sobre segurança	Contexto insuficiente para determinar (possivelmente interna)
95	Policy Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio to the 207th Session of the Diet	Referências a alianças, ordem internacional, alterações na política de segurança, documentos de segurança, ameaças, relações com a China, Coreia do Norte e Rússia, Constituição	Discurso por ocasião da abertura da 207.ª Sessão da Dieta	Interna (Dieta)
96	Press Conference by Prime Minister KISHIDA Fumio	Referências a diplomacia, valores partilhados, colaboração internacional e reforço das medidas de defesa	Conferência de imprensa no seguimento da aprovação do orçamento suplementar para 2021 e encerramento da 207.ª Sessão da Dieta	Interna (imprensa)
97	New Year's Reflection by Prime Minister KISHIDA Fumio	Referências à paz, narrativas estratégicas, ameaças e Constituição	Reflexão de Ano Novo (resumo do ano anterior e planos para o ano seguinte)	Interna (povo japonês)

98	New Year's Press Conference by Prime Minister KISHIDA Fumio	Referências a diplomacia, segurança, valores partilhados, narrativas estratégicas e alianças	Conferência de imprensa sobre os planos e propostas para o ano que se inicia	Interna (Imprensa)
99	Policy Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio to the 208th Session of the Diet	Referências ao ambiente de segurança, relações com a Rússia, China e Coreia do Norte, narrativas estratégicas, valores partilhados, aliança com os EUA, reforço de medidas de defesa, ameaças	Discurso por ocasião da abertura da 208.ª Sessão da Dieta	Interna (Dieta)
100	Press Conference by the Prime Minister regarding Japan-U.S. Video Conference Summit Meeting	Referências à aliança com os EUA, relações com a China, Coreia do Norte e Rússia, invasão russa da Ucrânia, documentos de segurança, alteração da política de segurança, cooperação e ordem internacional	Conferência de imprensa relativa à reunião de cúpula por videoconferência entre o Japão e os EUA	Interna (imprensa)
101	Press Conference by the Prime Minister regarding Telephone Talks with Dr. von der Leyen, President of the European Commission, and Mr. Zelenskyy, President of Ukraine	Intervenção dedicada à invasão russa da Ucrânia, com referências à colaboração internacional	Conferência de imprensa no seguimento de chamadas com a presidente da Comissão Europeia e o presidente da Ucrânia relativamente à invasão russa	Interna (imprensa)
102	Press Conference by the Prime Minister regarding a Summit Telephone Talk with UK Prime Minister Boris Johnson	Referências à ordem internacional, invasão russa da Ucrânia e cooperação internacional	Conferência de imprensa no seguimento de uma chamada do PM com o primeiro-ministro britânico Boris Johnson	Interna (Imprensa)
103	Press Conference by the Prime Minister regarding a Summit Telephone Talk with Russian President Vladimir Putin	Intervenção dedicada à situação na Ucrânia, com referências à ordem e cooperação internacional	Conferência de imprensa no seguimento da chamada do PM com o presidente russo Vladimir Putin sobre a ameaça de invasão da Ucrânia	Interna (imprensa)

104	Press Conference by the Prime Minister	Referências à ordem internacional, à situação iminente de conflito na Ucrânia e à colaboração internacional	Conferência de imprensa sobre a pandemia de Covid-19 e a situação na Ucrânia	Interna (imprensa)
105	Press Conference by the Prime Minister regarding the Situation in Ukraine	Referências à situação de conflito iminente na Ucrânia, direito internacional, Rússia e ordem e cooperação internacional	Conferência de imprensa no seguimento do reconhecimento russo da independência de regiões separatistas da Ucrânia	Interna (imprensa)
106	Press Conference on Sanctions and Other Measures in Light of the Situation in Ukraine	Discurso dedicado à escalada da situação na Ucrânia, com referências à ordem internacional	Conferência de imprensa sobre as medidas a aplicar face ao uso de meios militares no território ucraniano pela Rússia	Interna (imprensa)
107	Press Conference by the Prime Minister regarding the Content of Discussions by the National Security Council, Which Convened regarding the Situation in Ukraine	Intervenção dedicada à questão da recente invasão russa da Ucrânia, com referências à ordem e colaboração internacional	Conferência de imprensa derivada da reunião do Conselho de Segurança Nacional	Interna (imprensa)
108	Press Conference by the Prime Minister regarding the G7 Leaders' Video Conference	Intervenção dedicada à invasão russa da Ucrânia, com referências à cooperação e ordem internacional e relações com a Rússia	Conferência de imprensa no seguimento da reunião por videoconferência dos líderes do G7 sobre a resposta à invasão da Ucrânia pela Rússia	Interna (imprensa)
109	Press Conference by the Prime Minister	Intervenção dedicada ao início da invasão russa da Ucrânia, com referências à ordem internacional, cooperação internacional, relações com a Rússia e segurança nacional	Conferência de imprensa no seguimento da invasão russa da Ucrânia	Interna (imprensa)

110	Press Conference by the Prime Minister regarding Japan's Response to the Situation in Ukraine	Referências à invasão russa da Ucrânia, ordem internacional, cooperação internacional e relação com a Rússia	Conferência de imprensa sobre a resposta do Japão às ações russas na Ucrânia	Interna (imprensa)
111	Press Conference by the Prime Minister regarding His Telephone Talk with President Zelensky of Ukraine	Intervenção dedicada à invasão russa da Ucrânia, com referências à ordem internacional, colaboração internacional e relação com a Rússia	Conferência de imprensa no seguimento da chamada do PM com o presidente ucraniano	Interna (imprensa)
112	Press Conference by the Prime Minister regarding Summit Telephone Talks with Prime Minister Phankham Viphavanh of the Lao PDR and President Emmanuel Macron of France	Intervenção dedicada à questão da invasão russa da Ucrânia, com referências aos valores partilhados e à ordem internacional	Conferência de imprensa no seguimento das chamadas efetuadas com líderes políticos sobre a situação na Ucrânia	Interna (imprensa)
113	Press Conference by the Prime Minister regarding a Summit Conference Call on the Situation in Ukraine	Intervenção dedicada à questão da invasão russa da Ucrânia, com referências aos valores partilhados, à ordem internacional e à Rússia	Conferência de imprensa no seguimento de uma videoconferência efetuada com líderes de países aliados e parceiros dos EUA sobre a situação na Ucrânia	Interna (imprensa)
114	Video Message by Prime Minister Kishida for the 3rd Tokyo Global Dialogue	Referências a ameaças, Coreia do Norte, China, valores partilhados, alianças, documentos de segurança e narrativas estratégicas	Mensagem gravada pelo PM por ocasião do 3º Diálogo Global de Tóquio, organizado pelo think tank The Japan Institute of International Affairs	Interna e externa (figuras proeminentes e especialistas japoneses e estrangeiros)
115	Press Conference by the Prime Minister regarding Summit Telephone Talks with President Steinmeier of Germany and Prime Minister Morawiecki of Poland	Intervenção dedicada à questão da invasão russa da Ucrânia, com referências às alianças e colaboração internacional	Conferência de imprensa no seguimento das chamadas efetuadas com líderes políticos sobre a situação na Ucrânia	Interna (imprensa)

116	Press Conference by Prime Minister Kishida	Referências à questão da invasão russa da Ucrânia, valores partilhados, alianças, ordem internacional, ameaças, relação com a Rússia	Discurso na conferência de imprensa dedicada a vários assuntos do momento na política japonesa e internacional	Interna (imprensa)
117	Press Conference by the Prime Minister regarding Receiving the COVID-19 Vaccine	Referências à questão da invasão russa da Ucrânia, alianças, relação com a Rússia e documentos de segurança	Conferência de imprensa por ocasião da vacinação do PM contra a Covid-19	Interna (imprensa)
118	Press Conference by the Prime Minister regarding the Reaction to the U.S. Decision to Introduce an Embargo on the Import of Russian Oil	Intervenção dedicada à questão da invasão russa da Ucrânia, com referências à cooperação internacional	Conferência de imprensa sobre a reação à decisão dos EUA de aplicar um embargo à importação de petróleo russo	Interna (Imprensa)
119	Press Conference on the Telephone Talk with Mr. YOON Suk Yeol, President-elect of the Republic of Korea	Referências a ameaças, Coreia do Norte e reforço das medidas de defesa	Conferência de imprensa por ocasião da chamada do PM com o presidente eleito da Coreia do Sul	Interna (imprensa)
120	Press Conference by the Prime Minister regarding His Visit to Iwate and Miyagi Prefectures and Other Matters	Referências à invasão russa da Ucrânia e cooperação internacional	Conferência de imprensa por ocasião da visita do PM a duas prefeituras japonesas	Interna (imprensa)
121	Video message by Prime Minister KISHIDA Fumio at “The Tokyo Conference 2022: How do we restore democracy and multilateralism moving towards a post-COVID-19 world?”	Referência à invasão russa da Ucrânia, relações com a Rússia, China e Coreia do Norte, ordem e cooperação internacional, valores partilhados, anexação da Crimeia, comparação com a situação de Taiwan, documentos de segurança, reforço das medidas de defesa, crise, ameaças, ambiente de segurança	Mensagem gravada pelo PM por ocasião da Conferência de Tóquio, organizada pelo think tank The Genron NPO, sobre multilateralismo e ordem baseada nas regras	Externa (chefes de Estado, líderes de think tanks, especialistas internacionais)

122	Press Conference by Prime Minister Kishida	Referências à invasão russa da Ucrânia, colaboração internacional, valores partilhados, relação com a Rússia	Conferência de imprensa sobre a guerra na Ucrânia e a pandemia de Covid-19	Interna (Imprensa)
123	Press Conference by the Prime Minister regarding His Visit to India and Cambodia	Referências à invasão russa da Ucrânia e ordem e colaboração internacional	Conferência de imprensa do PM a anunciar a sua visita à Índia e ao Camboja	Interna (imprensa)
124	Press Conference by the Prime Minister regarding the Japan-India Summit Meeting	Referências à invasão russa da Ucrânia, ordem internacional e colaboração internacional	Conferência de imprensa no seguimento da reunião de cúpula entre a Índia e o Japão	Interna (Imprensa)
125	Contribution to The Indian Express by Prime Minister KISHIDA Fumio of Japan	Referências à invasão russa da Ucrânia, ordem internacional e cooperação internacional	Artigo elaborado pelo PM por ocasião da sua visita à Índia	Externa (leitores indianos)
126	Press Conference by the Prime Minister regarding the Japan-Cambodia Summit Meeting and Other Matters	Referências à invasão russa da Ucrânia e à ordem internacional	Conferência de imprensa no seguimento da reunião de cúpula entre o Camboja e o Japão	Interna (imprensa)
127	Press Conference by the Prime Minister regarding the Enactment of the FY2022 Budget and Other Matters	Referências à invasão russa da Ucrânia, cooperação internacional, ordem internacional e relação com a Rússia	Conferência de imprensa no seguimento da aprovação do orçamento para 2022	Interna (imprensa)
128	Press Conference by the Prime Minister regarding His Attendance at a G7 Summit Meeting and Other Matters	Referências à invasão russa da Ucrânia, cooperação internacional e ordem internacional	Discurso no seguimento da presença do PM numa reunião de cúpula do G7	Interna (imprensa)

129	Press Conference by the Prime Minister regarding the Latest G7 Summit Meeting and Other Matters	Referências à invasão russa da Ucrânia, Coreia do Norte, ordem internacional, colaboração internacional	Conferência de imprensa no seguimento da presença do PM na cimeira do G7	Interna (imprensa)
130	Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Graduation Ceremony of the National Defense Academy	Discurso dedicado a questões de defesa, com referências à aliança com os EUA, narrativas estratégicas, documentos de segurança, alteração da política de defesa, invasão russa da Ucrânia, ambiente de segurança, ordem internacional, crise, colaboração internacional, comparação com a situação de Taiwan, relações com a Rússia, China e Coreia do Norte, reforço de medidas de segurança	Discurso por ocasião da graduação dos estudante da Academia de Defesa japonesa	Interna (cadetes da Academia de Defesa japonesa)
131	Press Conference by the Prime Minister regarding His Thoughts on the Six Months since the Inauguration of the Kishida Administration, His Policies for the Future and Other Matters	Referências à questão da invasão russa da Ucrânia, alianças, relação com a Rússia e ordem internacional	Conferência de imprensa por ocasião dos 6 meses do governo de Kishida e anúncio de ações futuras	Interna (imprensa)
132	Press Conference by the Prime Minister regarding Japan's Response to the Situation in Ukraine	Intervenção dedicada à questão da invasão russa da Ucrânia, com referências à ordem e colaboração internacionais	Conferência de imprensa sobre a resposta do Japão às ações russas na Ucrânia	Interna (Imprensa)
133	Press Conference by Prime Minister Kishida	Intervenção dedicada à questão da invasão russa da Ucrânia, com referências a alianças, colaboração internacional, ameaças e relação com a Rússia	Conferência de imprensa sobre as sanções impostas pelo Japão à Rússia devido às suas ações na Ucrânia	Interna (Imprensa)
134	Video Message by Prime Minister KISHIDA Fumio at the 7th Our Ocean Conference	Referências à invasão russa da Ucrânia e ordem internacional	Mensagem gravada pelo PM por ocasião da Conferência "O Nosso Oceano" da ONU	Externa (audiência internacional)

135	Press Conference by the Prime Minister regarding the Asia-Pacific Water Summit, Summit Meetings with Leaders of Other Nations and Other Matters	Referências à invasão russa da Ucrânia, ordem internacional, cooperação internacional, desafios	Conferência de imprensa sobre a presença do PM em várias reuniões de cúpula noutros países	Interna (imprensa)
136	Press Conference by the Prime Minister regarding a Telephone Talk with President Zelensky of Ukraine	Intervenção dedicada à invasão russa da Ucrânia, com referências à ordem e colaboração internacional	Conferência de imprensa no seguimento da chamada do PM com o presidente ucraniano	Interna (imprensa)
137	Press Conference by the Prime Minister regarding the Japan-Indonesia Summit Meeting and Other Matters	Referências à relação com a Rússia e à ordem internacional	Conferência de imprensa no seguimento da reunião de cúpula entre o Japão e a Indonésia	Interna (imprensa)
138	Press Conference by the Prime Minister regarding His Visit to Southeast Asia and Europe	Referências à invasão russa da Ucrânia, paz, ordem internacional e colaboração internacional	Conferência de imprensa do PM sobre a iminente viagem ao Sudeste Asiático	Interna (imprensa)
139	Press Conference by the Prime Minister regarding the Japan-Viet Nam Summit Meeting and Other Matters	Referências à questão da invasão da Ucrânia, relações com a Rússia e com a China, alianças, valores partilhados e paz	Conferência de imprensa no seguimento de uma reunião entre os líderes do Japão e do Vietname	Interna (imprensa)
140	Press Conference by the Prime Minister regarding the Japan-Thailand Summit Meeting and Other Matters	Referências à questão da invasão da Ucrânia, relação com a Rússia e com a China, valores partilhados, ordem internacional, alianças e paz	Conferência de imprensa no seguimento das chamadas efetuadas com líderes políticos sobre a situação na Ucrânia	Interna (imprensa)
141	Press Conference by the Prime Minister regarding His Visit to Italy and the Vatican and Other Matters	Referências à invasão russa da Ucrânia, relação com a Rússia e com a Coreia do Norte, cooperação internacional e ordem internacional	Conferência de imprensa por ocasião da visita do PM a Itália e ao Vaticano	Interna (imprensa)

142	Press Conference by Prime Minister KISHIDA Fumio regarding His Visit to Southeast Asia and Europe	Referências a ameaças, ordem internacional, alianças, relações com a Rússia e com a Coreia do Norte, questão da invasão russa da Ucrânia e narrativas estratégicas	Conferência de imprensa por ocasião da visita do PM ao Sudeste Asiático e à Europa	Interna (imprensa)
143	Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Guildhall in London	Referências à invasão russa da Ucrânia, ordem internacional, ameaças, paz, relação com a Rússia, cooperação internacional	Discurso de cariz predominantemente económico perante a Corporação da Cidade de Londres	Externa (membros da Corporação da Cidade de Londres)
144	Japan's Response to Russia's Aggression against Ukraine	Discurso dedicado à questão da invasão russa da Ucrânia, com referências à cooperação e ordem internacional	Declaração do PM sobre a invasão russa da Ucrânia e a resposta japonesa	Interna e externa (povo japonês e comunidade internacional)
145	Press Conference by Prime Minister KISHIDA Fumio Following the Japan-Australia-India-U.S. (Quad) Leaders' Meeting	Referências à invasão russa da Ucrânia, ordem internacional, Coreia do Norte e valores partilhados	Conferência de imprensa no seguimento da reunião de líderes do Quad	Interna (imprensa)
146	Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio at the 27th International Conference on The Future of Asia	Referências à invasão russa da Ucrânia, ordem internacional, desafios, valores partilhados, paz, cooperação internacional e comparação com a situação de Taiwan	Discurso do PM por ocasião da conferência sobre o Futuro da Ásia	Externa (líderes asiáticos)
147	Press Conference by the Prime Minister on His Keynote Address at the Shangri-La Dialogue (the IISS Asia Security Summit) and Other Matters	Referências a paz, ameaças, ordem e cooperação internacional e narrativas estratégicas	Conferência de imprensa no seguimento do discurso do PM no Diálogo de Shangri-La	Interna (imprensa)

148	Keynote Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the IISS Shangri-La Dialogue	Referências a alianças, cooperação e ordem internacional, invasão russa da Ucrânia, relações com a Rússia e com a Coreia do Norte, paz, narrativas estratégicas, documentos de segurança, ameaças, comparação entre a Ucrânia e a questão de Taiwan	Discurso do PM na Cimeira da Segurança Asiática (Diálogo de Shangri-La)	Externa (ministros e chefes da área militar dos países da Ásia-Pacífico)
149	Press Conference by Prime Minister Kishida	Referências à invasão russa da Ucrânia, relações com a Rússia e com a China, alteração das políticas de segurança, ordem e colaboração internacional, reforço das medidas de defesa, narrativas estratégicas, paz e documentos de segurança	Conferência de imprensa por ocasião do encerramento da sessão da Dieta	Interna (imprensa)
150	Video Message by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Major Economies Forum on Energy and Climate Leaders Meeting	Referências à invasão russa da Ucrânia e à ordem internacional	Mensagem gravada pelo PM por ocasião do Fórum das Grandes Economias sobre Energia e Clima (MEF)	Externa (líderes políticos dos membros do MEF)
151	Contribution to Frankfurter Allgemeine Zeitung by Prime Minister KISHIDA Fumio on the Occasion of His Visit to Germany for the G7 Elmau Summit	Referências à invasão russa da Ucrânia, valores partilhados, colaboração internacional, alteração das medidas de segurança, documentos de segurança, crise, comparação com a situação de Taiwan, narrativas estratégicas, desafios, ordem internacional	Artigo elaborado pelo PM por ocasião da sua visita à Alemanha e presença na cimeira do G7	Externa (leitores alemães)
152	Press Conference by Prime Minister Kishida on Attending the G7 Elmau Summit	Referências à invasão russa da Ucrânia, crise, ordem internacional, relações com a Rússia, China e Coreia do Norte, colaboração internacional, paz, diplomacia e narrativas estratégicas	Conferência de imprensa no seguimento da presença do PM na cimeira do G7	Interna (imprensa)

153	Contribution to EL PAÍS by Prime Minister KISHIDA Fumio on the Occasion of His Visit to Spain for the NATO Summit	Referências à invasão russa da Ucrânia, ordem internacional, comparação com a situação de Taiwan, colaboração internacional, crise, ambiente de segurança, relações com a Rússia e com a Coreia do Norte, narrativas estratégicas, alteração da política de segurança, documentos de segurança, paz	Artigo elaborado pelo PM por ocasião da sua visita a Espanha e presença na cimeira da NATO	Externa (leitores espanhóis)
154	Press Conference by Prime Minister Kishida	Referências a alterações na política de defesa e segurança	Conferência de imprensa no seguimento da vitória da coligação LDP/Komeito de Kishida nas eleições de julho para a Câmara dos Conselheiros	Interna (imprensa)
155	Address by Prime Minister Kishida at the Seventy-Seventh National Memorial Ceremony for the War Dead	Discurso dedicado à lembrança da Segunda Guerra Mundial, com referências à paz, colaboração internacional, desafios e narrativas estratégicas	Discurso por ocasião da 77.ª cerimónia em memória das vítimas da guerra	Interna (povo japonês)
156	Video Message by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Second Summit of the Crimea Platform	Discurso dedicado à questão da invasão russa da Ucrânia, com referências à cooperação internacional, valores partilhados, ordem internacional e Crimeia	Mensagem gravada pelo PM por ocasião da segunda cimeira da Plataforma da Crimeia, organizada pelo governo ucraniano	Externa (audiência internacional, principalmente os participantes da Plataforma da Crimeia)
157	Opening Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Opening Session of the Eighth Tokyo International Conference on African Development (TICAD8)	Referências à ordem internacional e à invasão russa da Ucrânia	Discurso do PM por ocasião da sessão de abertura da Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano	Externa (líderes africanos e parceiros de desenvolvimento)
158	Address by Prime Minister Kishida at the Seventy-Seventh Session of the United Nations General Assembly	Referências a desafios, invasão russa da Ucrânia, paz, ordem internacional, ameaças, valores partilhados e colaboração internacional	Discurso na 77.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas	Externa (delegados dos membros das Nações Unidas)

159	Press Conference by Prime Minister Kishida on His Upcoming Visit to the United States	Referências à invasão russa da Ucrânia e à ordem internacional	Conferência de imprensa por ocasião da ida do PM à sessão da Assembleia Geral da ONU	Interna (imprensa)
160	Press Conference by Prime Minister Kishida on His Visit to the United States	Referências à invasão russa da Ucrânia, narrativas estratégicas, ordem internacional, crises e ambiente de segurança	Conferência de imprensa no seguimento da presença do PM na Assembleia Geral da ONU e visita aos EUA	Interna (imprensa)
161	Press Conference by the Prime Minister on a Telephone Talk with Ukrainian President Zelenskyy	Referências à invasão russa da Ucrânia, colaboração internacional e ordem internacional	Conferência de imprensa no seguimento de uma chamada do PM com o presidente ucraniano	Interna (imprensa)
162	Policy Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio to the 210th Session of the Diet	Referências à questão da invasão russa da Ucrânia, ameaças, ordem internacional, valores partilhados, alianças, comparação com a situação de Taiwan, alteração da política de segurança, documentos de segurança, relações com a China, Rússia e Coreia do Norte, narrativas estratégicas	Discurso por ocasião da abertura da 210.ª Sessão da Dieta	Interna (Dieta)
163	Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the International Fleet Review 2022	Referências à invasão russa da Ucrânia, ameaças, relações com a Rússia e com a Coreia do Norte, ordem internacional, paz, documentos de segurança, alterações na política de defesa e alianças	Discurso por ocasião da Passagem de Revista à Esquadra	Interna e externa (pessoal militar do Japão e de países estrangeiros)
164	Press Conference by Prime Minister Kishida regarding the ASEAN-related Summit Meetings and Other Matters	Referências à invasão russa da Ucrânia, relações com a Rússia e com a Coreia do Norte, alteração na política de defesa, documentos de segurança, ameaças e ordem internacional	Conferência de imprensa no seguimento da presença do PM em reuniões de cúpula da ASEAN	Externa e interna (imprensa japonesa e internacional, principalmente asiática)

165	Press Conference by Prime Minister Kishida Regarding His Visit to Southeast Asia and other Matters	Referências à invasão russa da Ucrânia, aliança com os EUA, Coreia do Norte, ameaças, China, Rússia, paz, ordem internacional, ambiente de segurança	Conferência de imprensa no seguimento da visita do PM ao Sudeste Asiático	Interna (Imprensa)
166	Press Conference by Prime Minister Kishida	Referências a alterações na política de defesa e segurança e documentos de segurança	Conferência de imprensa por ocasião do encerramento da sessão extraordinária da Dieta	Interna (imprensa)
167	Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Opening Session of the International Group of Eminent Persons for a World without Nuclear Weapons (IGEP)	Referências a ameaças, Rússia, Coreia do Norte	Discurso por ocasião da abertura da sessão do Grupo de Pessoas Eminentes para um Mundo sem Armas Nucleares	Externa (delegados internacionais)
168	Press Conference by Prime Minister Kishida	Intervenção dedicada à adoção de três novos documentos de segurança, com referências à ordem internacional, ameaças, invasão russa da Ucrânia, valores partilhados, colaboração internacional, alteração das medidas de segurança, paz	Conferência de imprensa após a adoção de três novos documentos de segurança	Interna (imprensa)
169	Policy Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Johns Hopkins University School of Advanced International Studies (SAIS)	Referências às relações com a Rússia, China e Coreia do Norte, ordem internacional, colaboração e alianças, documentos de segurança, ameaças, invasão russa da Ucrânia, medidas da área da segurança, paz e narrativas estratégicas	Discurso para a comunidade académica da Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins	Externa (estudantes americanos e internacionais)
170	Press Conference by Prime Minister Kishida Regarding His Visits to France, Italy, the United Kingdom, Canada, and the United States of America	Referências à invasão russa da Ucrânia, ordem internacional, ameaças, cooperação internacional, alianças, documentos de segurança, ambiente de segurança, alteração na política de defesa, comparação com a situação de Taiwan	Conferência de imprensa no seguimento das visitas do PM a países da Europa e América do Norte	Interna (imprensa)

171	Policy Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio to the 211th Session of the Diet	Referências a desafios, ordem internacional, invasão russa da Ucrânia, relações com a Rússia, China e Coreia do Norte, documentos de segurança, alteração nas medidas de segurança, ambiente de segurança, paz, narrativas estratégicas, colaboração internacional, aliança com os EUA	Discurso do PM por ocasião da abertura da 211.ª Sessão da Dieta	Interna (Dieta)
172	Press Conference by Prime Minister Kishida	Intervenção dedicada à invasão russa da Ucrânia, com referências à ordem internacional, colaboração internacional, ambiente de segurança, comparação com a situação de Taiwan, paz e diplomacia	Conferência de imprensa por ocasião do aniversário do início da invasão russa da Ucrânia	Interna (imprensa)
173	Video Message by Prime Minister KISHIDA Fumio at the International Symposium hosted by Hiroshima City and the World Bank	Referências à invasão russa da Ucrânia, ameaças, ordem e cooperação internacional	Mensagem gravada pelo PM por ocasião do Simpósio Internacional organizado pela cidade de Hiroshima e o Banco Mundial sobre reconstrução de cidades	Externa (audiência internacional)
174	Policy Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Indian Council of World Affairs (ICWA)	Referências a desafios, invasão russa da Ucrânia, ordem internacional, colaboração internacional e paz	Discurso do PM no Conselho Indiano de Assuntos Internacionais, principalmente sobre a visão do Indo-Pacífico Livre e Aberto	Externa (audiência indiana e possivelmente outras nacionalidades)
175	Video Message by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Second Summit for Democracy	Referências à invasão russa da Ucrânia, ordem internacional e desafios	Mensagem gravada pelo PM por ocasião da Segunda Cimeira para a Democracia, organizada pelos EUA	Externa (países participantes)
176	Contributed Article by Prime Minister KISHIDA Fumio to the "Diplomacy" Vol. 78	Referências à invasão russa da Ucrânia, ordem internacional, colaboração internacional, paz e desafios	Artigo elaborado para a revista japonesa "Diplomacia" por ocasião da cimeira do G7 em Hiroshima	Interna (leitores japoneses)

177	Video Message by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Bucha Summit on Russia's Accountability for the Crimes in Ukraine	Discurso dedicado à questão da invasão russa da Ucrânia, com referências à relação com a Rússia e à ordem internacional	Mensagem gravada pelo PM por ocasião da cimeira sobre a responsabilização da Rússia pelos crimes cometidos na Ucrânia	Externa (outros líderes políticos mundiais)
178	Contributed Article by Prime Minister KISHIDA Fumio the Ahram Newspaper	Referências à invasão russa da Ucrânia, ordem internacional, paz, colaboração internacional	Artigo elaborado pelo PM por ocasião da sua visita ao Egito	Externa (leitores egípcios)
179	Contributed Article by Prime Minister KISHIDA Fumio the Daily Graphic	Referências à invasão russa da Ucrânia, crises, cooperação internacional e ordem internacional	Artigo elaborado pelo PM por ocasião da sua visita ao Gana	Externa (leitores ganeses)
180	Press Conference by Prime Minister KISHIDA Fumio as Chair of the G7 Hiroshima Summit Meeting	Referências à invasão russa da Ucrânia, valores partilhados, ordem internacional, ambiente de segurança, paz, ameaças, cooperação internacional, China e Coreia do Norte	Conferência de imprensa por ocasião do encerramento da reunião de cúpula do G7, à qual o PM presidiu	Interna e externa (imprensa japonesa e internacional)
181	Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio at the "Future of Asia" Forum	Referências à invasão russa da Ucrânia, ordem internacional, valores partilhados e relação com a Rússia	Discurso do PM por ocasião do Fórum para o Futuro da Ásia	Externa (líderes asiáticos)
182	Address by Prime Minister KISHIDA Fumio for the Memorial Ceremony to Commemorate the Fallen on the 78th Anniversary of the End of the Battle of Okinawa	Discurso dedicado à lembrança da Segunda Guerra Mundial, com referências à paz e ao ambiente de segurança	Discurso em memória das vítimas da Batalha de Okinawa, na Segunda Guerra Mundial	Interna (povo japonês)

183	Written Interview with Prime Minister KISHIDA Fumio by the Lithuanian Radio and Television (LRT)	Referências ao ambiente de segurança, relações com a Rússia, China e Coreia do Norte, invasão russa da Ucrânia, ordem internacional, ameaças, documentos de segurança, cooperação internacional, alianças e paz	Entrevista escrita do PM por um canal televisivo da Lituânia, por ocasião da sua presença na cimeira da NATO	Externa (leitores lituanos e internacionais)
184	Joint Press Conference by the Leaders of Japan and the European Union	Referências às relações com a China, Rússia e Coreia do Norte, colaboração internacional, invasão russa da Ucrânia e ameaças e desafios	Conferência de imprensa conjunta com os líderes do Japão e da UE por ocasião da visita do PM a Bruxelas	Externa e interna (imprensa japonesa e internacional, principalmente europeia)
185	Address by Prime Minister Kishida at the Seventy-Eighth National Memorial Ceremony for the War Dead	Discurso dedicado à lembrança da Segunda Guerra Mundial, com referências à paz, colaboração internacional, desafios e narrativas estratégicas	Discurso por ocasião da 78.ª cerimónia em memória das vítimas da guerra	Interna (povo japonês)
186	Joint Press Conference by the Leaders of Japan, the United States and the Republic of Korea	Referências a ameaças, ordem internacional, invasão russa da Ucrânia, Coreia do Norte e reforço de medidas de defesa	Conferência de imprensa conjunta com os líderes do Japão, EUA e Coreia do Sul por ocasião da cimeira entre os três	Externa (imprensa americana e internacional)
187	Video Message by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Third Summit of the Crimea Platform	Discurso dedicado à questão da invasão russa da Ucrânia, com referências à cooperação internacional, valores partilhados, ordem internacional, paz e Crimeia	Mensagem gravada pelo PM por ocasião da terceira cimeira da Plataforma da Crimeia, organizada pelo governo ucraniano	Externa (audiência internacional, principalmente os participantes da Plataforma da Crimeia)
188	Contributed Article by Prime Minister KISHIDA Fumio on ASEAN Summit Meetings to the Indonesian Newspaper Kompas	Referências à ordem internacional, ameaças, questão da invasão da Ucrânia e relações com a Rússia e Coreia do Norte	Artigo escrito pelo PM para uma revista indonésia sobre as reuniões de cúpula da ASEAN	Externa (maioritariamente público indonésio)

189	Press Conference by Prime Minister Kishida Regarding His Attendance at the ASEAN-related Summit Meetings and the G20 New Delhi Summit	Referências à invasão russa da Ucrânia, relações com a China, Rússia e Coreia do Norte, ordem e colaboração internacional e desafios	Conferência de imprensa no seguimento da presença do PM em reuniões de cúpula da ASEAN e na cimeira do G20	Interna e externa (imprensa japonesa e indiana)
190	Address by Prime Minister Kishida at the Seventy-Eighth Session of the United Nations General Assembly	Referências a ameaças, colaboração internacional, crises, paz, invasão russa da Ucrânia, ordem internacional, valores partilhados e Coreia do Norte	Discurso na 78.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas	Externa (delegados dos membros das Nações Unidas)
191	Prime Minister Kishida's Statement at the Security Council High Level Open Debate on "Upholding the purposes and principles of the UN Charter through effective multilateralism: maintenance of peace and security of Ukraine"	Referências a ameaças, ordem internacional, invasão russa da Ucrânia e cooperação internacional	Declaração do PM no Debate aberto de alto nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas	Externa (delegados de membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas)
192	Press Conference by Prime Minister Kishida Regarding His Attendance at the Seventy-Eighth Session of the United Nations General Assembly and Other matters	Referências à invasão russa da Ucrânia, desafios, ordem internacional e cooperação internacional	Conferência de imprensa por ocasião da ida do PM à sessão da Assembleia Geral da ONU	Interna e externa (imprensa japonesa e estrangeira)
193	Prime Minister Kishida's Remarks to the Economic Club of New York	Referências a diplomacia, invasão russa da Ucrânia, desafios, alterações na política de segurança, aliança com os EUA, colaboração internacional, ordem internacional	Discurso do PM no Clube Económico de Nova Iorque	Externa (líderes americanos na área das finanças)

194	Video Message by Prime Minister Kishida at the 10th Mount Fuji Dialogue	Referências a perigo, ordem internacional, crises, cooperação internacional, segurança	Mensagem gravada pelo PM por ocasião do 10.º Diálogo do Monte Fuji	Interna e externa (participantes provenientes da indústria, governo e academia do Japão e dos EUA)
195	Policy Speech by Prime Minister Kishida to the 212th Session of the Diet	Referências a diplomacia, segurança, cooperação internacional, aliança com os EUA, reforço de medidas de segurança e defesa, relações com a Coreia do Norte e com a China, invasão russa da Ucrânia, ordem internacional	Discurso do PM por ocasião da abertura da 212.ª Sessão da Dieta	Interna (Dieta)
196	Press Conference by Prime Minister Kishida	Referências às alterações na política de segurança e relação com a China	Conferência de imprensa no seguimento do discurso de abertura da 212.ª Sessão da Dieta	Interna (imprensa)
197	Policy Speech by Prime Minister Kishida at the Joint Session of the Philippine Senate and House of Representatives	Referências a ameaças, ordem internacional, paz, alianças, colaboração internacional e questões de segurança	Discurso do PM perante uma sessão conjunta do Senado e Câmara dos Representantes das Filipinas	Externa (líderes e legisladores filipinos)
198	Press Conference by Prime Minister Kishida Regarding the Japan-U.S. Summit Meeting and the Japan-China Summit Meeting	Referências à relação com a China, desafios e paz	Conferência de imprensa no seguimento de duas reuniões de cúpula, com os EUA e com a China	Interna e externa (imprensa japonesa, americana e internacional)

199	Contributed Article "Co-creating the future of the Indo-Pacific based on trust" by Prime Minister KISHIDA Fumio to Japan Forward on the Occasion of The Commemorative Summit for the 50th Year of ASEAN-Japan Friendship and Cooperation	Referência ao ambiente de segurança, invasão russa da Ucrânia, ordem internacional, paz, cooperação e valores partilhados	Artigo escrito pelo PM para o website Japan Forward por ocasião da cimeira do 50.º Aniversário da Amizade e Cooperação entre a ASEAN e o Japão	Externa (leitores estrangeiros)
200	New Year's Reflection by Prime Minister KISHIDA Fumio	Referências a diplomacia, ameaças e defesa	Reflexão de Ano Novo (resumo do ano anterior e planos para o ano seguinte)	Interna (povo japonês)
201	Press Conference by Prime Minister Kishida	Referências a ameaças, questão da invasão da Ucrânia, alianças, relação com a China, Constituição e mudanças na política de segurança	Conferência de imprensa no seguimento do terramoto na Península de Noto	Interna (imprensa)
202	Policy Speech by Prime Minister Kishida to the 213th Session of the Diet	Referências à invasão russa da Ucrânia, colaboração internacional, aliança com os EUA, ordem internacional, relações com a Rússia, China e Coreia do Norte, desafios e reforço das medidas de defesa	Discurso na abertura da 213.ª sessão da Dieta	Interna (Dieta)
203	Contributed Article by Prime Minister KISHIDA Fumio to The Nikkei's Special Feature on the Japan-Ukraine Conference for Promotion of Economic Reconstruction	Referências à invasão russa da Ucrânia e à colaboração internacional	Artigo elaborado pelo PM sobre os esforços de reconstrução da Ucrânia	Interna e externa (leitores japoneses e internacionais)

204	Video Message by Prime Minister Kishida at Raisina Roundtable @ Tokyo	Referências a ameaças, ordem internacional, narrativas estratégicas e colaboração internacional	Mensagem gravada pelo PM por ocasião de uma Mesa-Redonda focada em assuntos comuns à Índia e ao Japão	Interna e externa (japoneses e estrangeiros, principalmente provenientes da Índia)
205	Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the 2023 Graduation Ceremony of the National Defense Academy	Discurso dedicado a questões de defesa, com referências à invasão russa da Ucrânia, ameaças, ambiente de segurança, documentos de segurança, reforço de capacidades de defesa	Discurso por ocasião da graduação dos estudante da Academia de Defesa japonesa	Interna (cadetes da Academia de Defesa japonesa)
206	Joint Press Conference by the Leaders of Japan and the United States	Referências a alianças, questões de segurança, documentos de segurança, alteração na política de defesa, ordem internacional, colaboração internacional, paz, relações com a China, Coreia do Norte e Rússia, invasão russa da Ucrânia e alusão a uma comparação entre Taiwan e a Ucrânia	Conferência de imprensa conjunta com o PM do Japão e o presidente dos EUA	Interna e externa (imprensa japonesa e americana)
207	Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at a Joint Meeting of the United States Congress (“For the Future: Our Global Partnership”)	Referências a ameaças, ordem internacional, paz, relações com a China, Coreia do Norte e Rússia, alianças, invasão russa da Ucrânia e alterações na política de segurança	Discurso do PM perante uma sessão conjunta do Congresso norte-americano	Externa (Congresso dos EUA)
208	Speech by Prime Minister KISHIDA Fumio at the “Future of Asia” Forum	Referências à invasão russa da Ucrânia, crises, ordem internacional e cooperação internacional	Discurso do PM por ocasião do Fórum para o Futuro da Ásia	Externa (líderes asiáticos)
209	Contributed Article by Prime Minister Kishida to the Italian Newspaper Il Corriere Della Sera on the Occasion of the G7 Apulia Summit	Referências a ameaças, colaboração internacional, invasão russa da Ucrânia e ordem internacional	Artigo escrito pelo PM para uma revista italiana por ocasião da cimeira do G7 em Itália	Externa (leitores italianos e internacionais)

210	Press Conference by Prime Minister Kishida Regarding His Attendance at the G7 Apulia Summit	Referências à invasão russa da Ucrânia, comparação com a situação de Taiwan, relações com a Rússia, China e Coreia do Norte, ameaças e colaboração internacional	Conferência de imprensa por ocasião da presença do PM na cimeira do G7	Interna (imprensa)
211	Speech by Prime Minister Kishida at the Opening Plenary Session of the Summit on Peace in Ukraine	Discurso dedicado à invasão russa da Ucrânia, com referências à comparação com a situação de Taiwan, ordem internacional, valores partilhados, colaboração e paz	Discurso do PM por ocasião da Cimeira sobre a Paz na Ucrânia, na Suíça	Externa (comunidade internacional)
212	Press Conference by Prime Minister Kishida	Referências a reforço das medidas de segurança, valores fundamentais, Coreia do Norte e Constituição	Conferência de imprensa por ocasião do encerramento da sessão da Dieta	Interna (imprensa)
213	Press Conference by the Prime Minister regarding the Memorial Ceremony to Commemorate the Fallen on the 79th Anniversary of the End of the Battle of Okinawa and Other Matters	Referências ao ambiente de segurança e fortalecimento das medidas de defesa	Conferência de imprensa por ocasião do 79.º aniversário do fim da Batalha de Okinawa, na Segunda Guerra Mundial	Interna (povo japonês)
214	Press Conference by Prime Minister Kishida regarding His Attendance at the NATO Summit and Other Matters	Referências à invasão russa da Ucrânia, desafios, cooperação internacional e mudanças na política de segurança	Conferência de imprensa no seguimento da presença do PM na cimeira da NATO	Interna (imprensa)
215	Joint Press Conference by the Leaders of Japan and Germany	Referências a desafios, colaboração e ordem internacional e invasão russa da Ucrânia	Conferência de imprensa conjunta com o PM do Japão e o chanceler da Alemanha, por ocasião da visita à Alemanha	Interna e externa (imprensa japonesa e internacional)

216	Contributed Article by Prime Minister Kishida to the German Newspaper Handelsblatt on the Occasion of His Visit to Germany	Referências a segurança, colaboração, invasão russa da Ucrânia, comparação com a situação de Taiwan e valores partilhados	Artigo escrito pelo PM para uma revista alemã por ocasião da visita a Alemanha e presença na cimeira da NATO	Externa (leitores alemães e internacionais)
217	Speech by Prime Minister Kishida at the Keidanren Summer Forum 2024	Referências à invasão russa da Ucrânia, desafios, ordem internacional, paz, comparação com a situação de Taiwan e colaboração internacional	Discurso no Fórum de Verão da Keidanren, uma federação de negócios japonesa com mais de 1500 empresas	Interna (empresários japoneses)
218	Press Conference by the Prime Minister regarding His Attendance at the 2024 Peace Memorial	Referências a questões de segurança, alianças e ameaças	Conferência de imprensa no seguimento da presença do PM na Cerimónia do Memorial da Paz de Hiroshima	Interna (imprensa)
219	Press Conference by Prime Minister Kishida	Referências a alterações nas medidas de segurança, desafios, alianças, invasão russa da Ucrânia, relações com a Rússia, China e Coreia do Norte e Constituição	Conferência de imprensa por ocasião da iminente eleição presidencial do LDP	Interna (imprensa)
220	Address by Prime Minister Kishida at the Seventy-Ninth National Memorial Ceremony for the War Dead	Discurso dedicado à lembrança da Segunda Guerra Mundial, com referências à paz e à ordem internacional	Discurso por ocasião da 79.ª cerimónia em memória das vítimas da guerra	Interna (povo japonês)
221	Press Conference by Prime Minister Kishida regarding His Meeting with the Governor of Nagasaki Prefecture and the Mayor of Nagasaki City, His Upcoming Visit to the United States of America, and Other Matters	Referências ao ambiente de segurança, ordem internacional, cooperação internacional, China e paz	Conferência de imprensa relativa a reuniões com líderes locais e a visita vindoura aos EUA	Interna (imprensa)

222	Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Summit of the Future	Referências à ordem e cooperação internacional	Discurso do PM por ocasião da Cimeira para o Futuro, organizada pela ONU	Externa (delegados dos membros das Nações Unidas)
223	Prime Minister Kishida's Speech at the Exchange of Views with Japanese and U.S. Asset Management Companies	Referências a desafios, ordem internacional, diplomacia, invasão russa da Ucrânia, reforço das medidas de segurança, aliança com os EUA e paz	Discurso num painel de discussão entre representantes das companhias de gestão de ativos do Japão e dos EUA	Interna e externa (líderes empresariais japoneses e americanos)
224	Press Conference by Prime Minister Kishida regarding His Visit to the United States of America and Other Matters	Referências a diplomacia, colaboração e ordem internacional, relação com a China, invasão russa da Ucrânia, comparação com a situação de Taiwan, ameaças	Conferência de imprensa no seguimento da visita do PM aos EUA	Interna (imprensa)
225	Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the High-Level Launch Meeting of the Friends of a Fissile Material Cut-off Treaty (FMCT)	Referências ao ambiente de segurança e ameaças	Discurso por ocasião da reunião dos Amigos do Tratado de Proibição da Produção de Materiais Cindíveis	Externa (representantes de alto nível dos países participantes)
226	Address by Prime Minister KISHIDA Fumio at the Seventy-Ninth Session of the United Nations General Assembly	Referências a desafios, colaboração internacional, ordem internacional, invasão russa da Ucrânia e paz	Discurso na 79.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas	Externa (delegados dos membros das Nações Unidas)
227	Statement by Prime Minister KISHIDA Fumio upon the General Resignation of the Kishida Cabinet	Referências a ameaças, questão da invasão da Ucrânia, ordem internacional e medidas de segurança	Declaração por parte do PM no seguimento da demissão em massa da sua equipa de ministros	Interna (povo japonês)

Anexo 5: Códigos Identificados por Discurso

	SOBR	PV	CN	CH	R14	R22	CR14	UC22	UCTW	ORD	ALIA	RESP	CONS	INCR	DOC14	DOC22	MUDA	AFIR	ADAP	IIGUE	CONF	VISPAZ	DIPRE	PERS	CPRO	
1											X							X	X						X	
2											X		X	X			X	X								X
3																		X								
4										X	X							X								X
5				X	X					X	X							X	X					X	X	
6			X	X	X												X		X							X
7										X								X			X					X
8					X		X				X															
9							X			X	X		X													
10		X	X	X	X		X			X	X							X								
11		X	X				X										X									

27	X	X								X			X	X		X	X	X	X						X
28				X	X												X								
29				X	X		X					X	X			X		X						X	
30																	X	X	X						
31		X							X								X	X	X						X
32									X								X								
33									X		X				X	X								X	
34									X								X								X
35		X	X	X	X				X	X		X				X	X	X	X	X				X	X
36									X	X							X		X	X					X
37												X	X			X	X	X	X	X					X
38	X	X							X	X						X	X	X							
39									X	X			X	X		X	X	X							X
40	X	X	X						X	X		X	X			X	X	X	X	X				X	X
41	X	X			X		X		X	X		X				X	X	X							

42		X							X							X	X		X	X								X
43	X			X					X	X			X			X	X	X	X								X	X
44	X	X	X		X					X			X			X	X	X									X	
45													X			X	X	X										X
46					X												X										X	X
47			X						X								X											X
48		X							X	X	X		X			X	X	X										X
49		X		X	X				X	X																		
50					X				X								X										X	
51			X	X	X				X	X						X	X	X									X	X
52	X	X	X							X						X	X	X			X							X
53		X								X	X		X			X		X										
54					X		X		X																			
55	X	X	X		X		X		X	X							X	X	X									
56																	X		X									X

72		X	X	X	X					X	X					X	X	X					X	X
73		X	X		X												X							
74			X		X					X	X					X	X							
75			X							X	X		X				X							
76																	X		X					
77			X	X	X						X						X							
78		X									X					X	X	X						X
79		X	X	X	X						X					X		X						
80									X								X							
81	X	X	X	X	X						X	X		X		X	X	X		X			X	X
82																	X		X					
83																X	X		X					
84					X																			
85	X		X	X						X	X		X			X		X						
86		X											X			X		X						X

87		X	X							X														
88									X	X							X	X	X					
89		X	X	X	X				X	X	X						X	X						X
90		X									X							X						
91																	X		X					
92										X							X		X					X
93	X	X																X						
94	X	X	X							X		X	X			X	X	X						
95		X	X	X		X				X	X		X			X	X		X					
96										X	X							X						
97		X								X			X				X		X					X
98	X									X	X						X		X					X
99	X	X	X	X		X				X	X					X			X					X
100			X	X		X		X		X	X					X			X					
101						X		X			X													

147	X	X							X	X	X						X	X			X	X		
148	X	X	X			X		X	X	X	X		X		X	X	X	X			X	X		
149		X		X		X		X	X						X	X	X	X					X	
150						X		X		X														
151	X	X				X		X	X	X					X		X	X					X	
152	X	X	X	X		X		X		X	X	X					X						X	
153	X	X	X			X		X	X	X	X				X		X	X					X	
154																		X						
155	X										X						X		X					X
156						X	X	X		X	X													
157						X		X		X														
158	X	X				X		X		X	X						X							
159	X	X				X		X		X														
160	X	X				X		X		X													X	
161						X		X		X	X													

162	X	X	X	X		X		X	X	X	X			X	X		X		X					X		
163	X	X	X			X		X	X	X	X					X		X	X							
164	X	X	X			X				X						X			X							
165	X	X	X	X		X		X		X	X						X	X	X							
166		X														X			X							
167	X	X	X			X																				
168	X	X				X		X		X	X			X	X	X	X	X	X							
169	X	X	X	X		X		X	X	X	X	X		X		X	X	X	X						X	
170	X	X				X		X	X	X	X					X			X							
171	X	X	X	X		X		X		X	X		X				X	X	X	X					X	
172	X	X	X			X		X	X	X	X	X							X							
173	X					X		X		X	X															
174	X	X				X		X		X	X								X	X						
175	X					X		X		X		X														
176		X				X		X	X	X	X								X							

207	X	X	X	X		X		X	X	X	X						X	X	X		X				
208	X	X				X		X		X	X														
209	X	X				X		X		X	X														
210	X	X	X	X		X		X	X	X	X														
211						X		X	X	X	X						X	X							
212			X							X			X				X		X						
213		X																	X						
214		X				X					X								X						
215	X					X				X	X														
216		X				X		X	X	X	X														
217	X	X				X		X	X	X	X						X	X							
218		X									X								X						
219	X	X	X	X		X		X			X		X				X		X						
220	X									X							X	X		X					
221		X		X						X	X							X	X						



UNIVERSIDADE
PORTUCALENSE

upt.pt